



ARU . Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos

Anexo 1



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS



FUTURLAGOS EMPRESA LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO, EM, SA

Praceta Dr. António Henrique Balté Lote 24 - Fracção F, 8600-527 LAGOS . Tel 282 761 691 . Fax 282 761 692 . Mail info@futurlagos.pt

ESTUDO GLOBAL DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE LAGOS

Volume 1 - Caracterização e Diagnóstico



Ficha Técnica

Estudo Global da Operação de reabilitação urbana da Cidade de Lagos – Volume 1

Volume 1 Caraterização e Diagnóstico

Data de conclusão do volume: maio de 2014

Realizado pela OA- Oficina de Arquitectura Lda. com a seguinte equipa:

- Coordenação e Urbanismo: Mónica Martinez Marques, Arquiteta Urbanista
- Ambiente Urbano: Marta Calçada e Hugo Santos, Arquitetos Paisagistas
- Economia: Filipe Marchand, Economista
- Animação Sociocultural: Alexandra Silva, Licenciada em Letras
- Mobilidade e transportes: Madalena Beja, Engenheira

Cliente: FuturLagos, empresa local para o desenvolvimento, EM. SA.

Cofinanciamento:





ESTUDO GLOBAL DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE LAGOS

VOLUME 1 CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

ÍNDICE

A. Introdução	7
B. Caraterização e diagnóstico Setorial	9
Urbanismo	11
Estrutura Urbana	11
Equipamentos	21
Património	29
Dinâmica Urbanística	33
População	39
Habitação	47
Infraestruturas de Águas, Esgotos e Resíduos	55
Infraestruturas de Energia e Telecomunicações	61
Infraestruturas de Circulação	69
Ambiente Urbano	75
Síntese Fisiográfica	75
Imagem Urbana	87
Mobilidade Pedonal	97
Estrutura Ecológica	105
Animação Sócio cultural	113
Animação Sociocultural – geral	113
Cultura Artística	121
Educação não formal	129
História	139
Economia	145
População Ativa	145
Emprego e Desemprego	151
Empresas	159
Turismo	177
C. Análise da situação atual e projetos Municipais para a Mobilidade e Transportes	187
D. Diagnóstico global	237
E. Anexos	240
Memorando das reuniões com entidades	
Resumo das reuniões com agentes económicos	



ESTUDO GLOBAL DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE LAGOS

VOLUME 1 CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A. Introdução

O presente relatório apresenta a caracterização global da ARU a qual, de acordo com a respetiva proposta e programação de trabalho acordada, parte da caracterização dos estudos do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos incluindo algumas novas valências nomeadamente infraestruturas, ambiente e conforto urbano, animação sociocultural e dinâmica Urbanística.

O Capítulo B apresenta a caracterização e diagnóstico setorial por setores e domínios de análise.

De acordo com a metodologia definida, a abordagem relativamente à mobilidade e transportes difere da metodologia de abordagem aos setores apresentados no capítulo B, atendendo a que para este setor o estudo recai essencialmente sobre intervenções perspectivadas pelo município a curto e médio prazo face à situação atual analisada, razão pela qual surge no capítulo C de forma independente relativamente aos estudos de caracterização e diagnóstico setoriais propriamente ditos.

Conclui-se o presente documento com o Diagnostico Global dos vários domínios e setores – capítulo D - que reúne de forma articulada os aspetos de diagnóstico mais relevantes dos vários setores.

A parcela de trabalho realizado relativa à articulação com entidades e agentes apresenta-se sintetizada em anexo.

Atendendo a que não existia, até à data, ainda um sistema de informação geográfica organizado para esta área do território, parte do trabalho de estudo global foi dedicado a esta tarefa. De facto a centralização e organização da informação georreferenciada foi necessária para o trabalho da equipa mas será também no futuro para a gestão do território.

Este trabalho começou pelo tratamento das diversas bases cartográficas disponíveis e ligação às diversas tabelas e atualização com fontes de informação disponível. Este sistema produziu desde logo os outputs desenhados para as fichas e será ainda trabalhado para entrega à FuturLagos propondo-se a sua disponibilização ao Departamento SIG da Câmara Municipal de Lagos. Para que seja possível a sua boa

utilização, atendendo a que não parte de cartografia ou cadastro preparado para sistema de informação geográfica e aglutina informação diversa, será acompanhado de um pequeno documento explicativo.

B. Caraterização e diagnóstico setorial

Os dados e informação de caraterização recolhidos foram tratados, analisados e segmentadas por domínios e são neste capítulo apresentadas num conceito de ficha.

Cada ficha corresponde a um domínio de um determinado setor e inclui 2 páginas com informação sintética no final das quais é apresentado um conjunto de folhas anexas com a informação complementar e do suporte da síntese descrita na ficha.

Cada Ficha apresenta os seguintes quadros:

- Síntese da Caracterização 2014: inclui os aspetos mais importantes da caraterização do domínio pretendendo em cerca de meia página sintetizar a informação mais relevante do mesmo
- Dados de suporte à caraterização: inclui dados de suporte da caraterização da mesma fonte do quadro anterior ou outros nomeadamente provenientes das entrevistas realizadas
- Fontes: inclui as diversas fontes de informação usadas para a caraterização do domínio
- Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos: Resumo da informação constante na caraterização assumida pelo PPCHL
- Análise SWOT 2014: inclui o diagnóstico relativo ao domínio
- Impacto no Estudo Global e UI: inclui os principais aspetos do domínio que devem ser tratados no programa da ORU, em projeto, ou no âmbito de UI

É apresentada uma ficha por cada um dos seguintes domínios organizada por setor:

– Caraterização do setor de Urbanismo nos domínios de:

- Estrutura Urbana
- Equipamentos
- Património

- Dinâmica Urbanística
 - População
 - Habitação
 - Infraestruturas de Águas, Esgotos e Resíduos
 - Infraestruturas de Energia e Telecomunicações
 - Infraestruturas de Circulação
- Caraterização do setor de Ambiente Urbano nos domínios de:
- Síntese Fisiográfica
 - Imagem Urbana
 - Mobilidade Pedonal
 - Estrutura Ecológica
- Caraterização do setor de Animação Sócio cultural nos domínios de:
- Animação Sociocultural – geral
 - Cultura Artística
 - Educação não formal
 - História
- Caraterização do setor de Economia nos domínios de:
- População Ativa
 - Emprego e Desemprego
 - Empresas
 - Turismo

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos	Requalificação do espaço urbano do núcleo primitivo, ainda em curso
	Intervenção integrada do Mercado da Avenida e da Casa Fogaça, permitindo a valorização conjunta de dois espaços distintos e dos percursos adjacentes
	Degradação do parque habitacional e pouca qualidade estética nas novas construções e nas intervenções das existentes
	Ocupação total ou parcial dos logradouros com novas construções ou intervenções nas existentes
	Elevado estado de degradação das muralhas
	Existência de muitos edifícios na zona “baixa” do centro histórico que perderam o seu uso habitacional em detrimento do uso serviços
	Fraco envolvimento do centro histórico com a Ribeira de Bensafirim devido às actuais características da actual Avenida dos Descobrimentos
	Edifícios construídos no período de 1961-1985 constituem cerca de 39% dos edifícios existentes no CH, existem 194 edifícios, cerca de 12%, anteriores a 1920.
	Relativamente às volumetrias, na área do Centro Histórico, apesar da transformação da malha urbana, ocorrida entre o final dos anos 60 e o início dos 70, há ainda uma predominância bastante elevada dos edifícios de 1 e 2 pisos (31,8% e 42,1%, respectivamente), perfazendo um total de aproximadamente 75% do total do edificado.
	Os edifícios de 3 pisos caracterizam um total de 19,3%. Estes representam, em grande parte, edifícios de 2 pisos, com um piso recuado. Com 4 pisos temos 4% e com 5 a 8 pisos 1,8% do total do edificado.
	Fevereiro e Junho de 2005. Dela, podemos resumidamente concluir que 3,1% do parque edificado se encontrava em ruína, 4,4% em muito mau estado de conservação e 11% em mau estado. Em estado de conservação regular estavam 61,4% dos edifícios, 17,6% estavam bons e 1,4% apresentavam-se em construção ou em reabilitação.
	O comércio, serviços, restauração e hotelaria concentram-se na zona “baixa”, ramificando-se pelas Ruas 25 de Abril, Cândido dos Reis, Marreiros Netto e com tendência a dominar as Ruas Infante de Sagres e Conselheiro Joaquim Machado.
	A zona do núcleo primitivo é uma área muito carenciada de comércio e serviços, incluindo a restauração e hotelaria, sendo a sua ocupação maioritária a habitação
	57,1% dos edifícios analisados são exclusivamente habitacionais e 4,8% estão devolutos.

		Pontos Fortes	Pontos Fracos
Análise Swot 2014		Presença de vários usos urbanos em especial a dinâmica comercial	Desajuste da estrutura do edificado / propriedade aos padrões e requisitos atuais de vida
		Estrutura urbana consolidada e preservada	
		Edifícios marcantes testemunhos históricos	Diminuição das funções centrais na ARU
			Parte significativa de edifícios com uso sazonal ou
			Degradação do parque edificado
		Oportunidades	Ameaças
		Alojamentos vagos para revitalização	Reforço da perda de funções centrais
		Reforço do arrendamento e acesso a propriedade própria para jovens	Aumento da degradação do edificado
		Continuação de perda de atratividade habitacional	
	Reforço de funções de proximidade nas zonas norte e sul	Agravamento o conflito de usos entre a habitação e a animação noturna	
	Manutenção / reforço da presença de vários usos urbanos em especial a dinâmica comercial	Má qualidade estética e deficiente integração urbanística de parte das intervenções no edificado	

Impacto no Estudo Global e UI	Levantamento global topográfico com caderno de encargos preparado para sistema de informação geográfica
	Levantamento do cadastro urbano nas prioritariamente nas Unidades de Intervenção
	Verificação dos levantamentos do Número de pisos
	Mecanismos dinamização habitacional, principalmente na zona norte e centro , apoiando a recuperação e procurando a diversificação das tipologias dos fogos e direccionando para jovens
	Mecanismos de atratividade do setor da construção e imobiliária para a recuperação para a intervenção na ARU criação de intervenção conjunta direta em conjuntos de edifícios com hipótese de alteração da volumetria
	Estudo da intervenção na Horta do Jogo da Bola que preveja a valorização da muralha
	Programas de atração de funções centrais compatíveis com a localização e com as acessibilidades
	Criar condições de facilidade / apoio técnico à recuperação (licenciamento e execução de obra)

ANEXO DE CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE ESTRUTURA URBANA

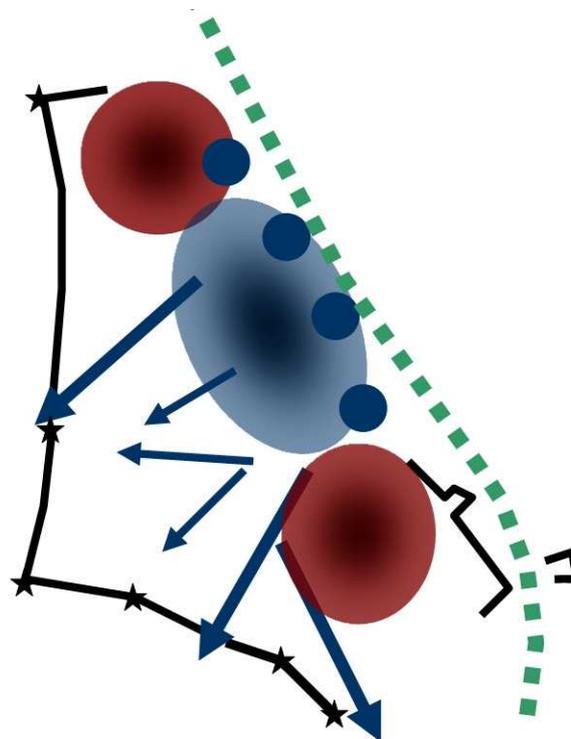
1 – O desenvolvimento da estrutura Urbana

Existem testemunhos da passagem de várias civilizações pelo território, contudo é no século XIV que se considera a génese da Cidade na envolvente à igreja de Santa Maria da Graça (representado no esquema pela esfera encarnada a sul) onde foi erigida 1.^a cerca.

Desenvolve-se o núcleo de São Sebastião (representado no esquema pela esfera encarnada a norte) como “aldeia” extramuros envolvente à igreja de São Sebastião.

Em meados do Século XV os dois núcleos são unidos num percurso desde logo com funções de trocas comerciais (elipse e traço a azul).

No Século XVI é construída a 2.^a cerca (linha com estrelas) motivada pelo desenvolvimento urbano extramuros (setas azuis representam as linhas de crescimento).



No terramoto e marmoto de 1755 a cidade é em grande parte destruída, sendo depois a sua reconstrução protelada até ao século XIX quando é reconhecido o início da fase de reconstrução e desenvolvimento que se prolongou pelo século XX.

Na década de 60 do século XX é construída a EN125 sobre a Ribeira de Bensafrim atual Avenida dos Descobrimentos representada a tracejado verde.

O esquema representa uma estrutura fortemente nucleada em 3 zonas de características diversas, confinada pelas cercas e Ribeira de Bensafrim/Av. dos Descobrimentos ou seja, com limitações de relação com a restante cidade.

2 – Estrutura e tipologia Urbana

Morfologicamente o centro histórico caracteriza-se por um cadastro retalhado organizado em quarteirões de dimensões médias/ pequenas e canais de circulação estreitos na maioria na ordem dos 4 a 5 metros.

Atualmente não existe levantamento do cadastro urbano, contudo pela análise e medição do levantamento cartográfico de base ao Plano de Pormenor, existem muitas parcelas de diminutas dimensões chegando áreas na ordem dos 60m².

Para o desenvolvimento da Operação será muito importante a existência de levantamento do cadastro urbano ao nível das Unidades de Intervenção ou de parte destas sempre que exista intervenção direta em prédios urbanos.

No que respeita ao levantamento cartográfico, o trabalho de estruturação de um sistema de informação geográfica para a ARU, realizado, pela equipa do Estudo Global, com base no levantamento cartográfico e levantamentos temáticos, efetuados no âmbito dos estudos do Plano de Pormenor de Salvaguarda, aponta para a necessidade de atualização da base cartográfica. Também ao nível temático, de acordo com a análises dos pontos seguintes, aponta para a necessidade de confirmação de alguns dados de levantamento. Esta confirmação poderá ser progressiva começando pelas Unidades de Intervenção e pelas áreas a afetar a Projetos Âncora.

No que respeita à organização da construção, analisados os dados censitários e a cartografia disponível (anteriormente referida) na ARU a tipologia do edificado é 95,2% em banda organizada sob a forma de quarteirão sendo sem qualquer dúvida a zona da cidade com esta característica mais homogénea.

Quadro 1. Edifícios por tipologia

Unidade de análise	Tipologia do edificado					
	Isolada		Geminada		Banda	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	4631	40,3	1280	11,1	5585	48,6
Lagos (São Sebastião)	854	27,8	359	11,7	1856	60,5
Lagos (Santa Maria)	827	38,2	420	19,4	917	42,4
(São Sebastião + Santa Maria)	1681	32,1	779	14,9	2773	53
Lagos	765	22,1	535	15,5	2162	62,4
ARU	32	2,2	36	2,5	1357	95,2

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI
(Edifícios clássicos isolados; Edifícios clássicos geminados; Edifícios clássicos em banda)

3 – Época de construção

Tendo em conta a destruição praticamente total desta área no terramoto de 1755 e que por várias razões a reconstrução não foi imediata verifica-se que esta foi progressiva com cadência mais ou menos regular durante o século XX.

Quadro 6. Época de construção dos edifícios

Unidade de análise	Edifícios Clássicos	Época de Construção dos Edifícios															
		Antes de 1919		1919 a 1945		1946 a 1960		1961 a 1970		1971 a 1980		1981 a 1990		1991-2000		2001-2011	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	13205	437	3,3	597	4,5	835	6,3	1235	9,4	1866	14,1	2393	18,1	2837	21,5	3005	22,8
Lagos (São Sebastião)	3951	225	5,7	261	6,6	371	9,4	501	12,7	500	12,7	591	15	722	18,3	780	19,7
Lagos (Santa Maria)	2662	54	2	103	3,9	103	3,9	167	6,3	308	11,6	596	22,4	638	24	693	26
(São Sebastião + Santa Maria)	6613	279	4,2	364	5,5	474	7,2	668	10,1	808	12,2	1187	17,9	1360	20,6	1473	22,3
Lagos	4616	258	5,6	309	6,7	371	8	517	11,2	571	12,4	888	19,2	819	17,7	883	19,1
ARU	1637	237	14,5	287	17,5	253	15,5	215	13,1	255	15,6	213	13	129	7,9	48	2,9

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Edifícios construídos antes de 1919; Edifícios construídos entre 1919 e 1945; Edifícios construídos entre 1946 e 1960; Edifícios construídos entre 1961 e 1970; Edifícios construídos entre 1971 e 1980; Edifícios construídos entre 1981 e 1990; Edifícios construídos entre 1991 e 1995; Edifícios construídos entre 1996 e 2000; Edifícios construídos entre 2001 e 2005; Edifícios construídos entre 2006 e 2011)

Ressalta contudo a percentagem de edifícios anteriores a 1919 – 14,5%, bastante acima do valor referenciado para o Concelho de 3,3%, o que caracteriza naturalmente um centro histórico.

A ARU é pontuada por edifícios históricos marcantes da estrutura urbana na sua maioria com funções de equipamento coletivo mas não só. Estes edifícios encontram-se identificados nas fichas do património e dos equipamentos.

4 – Funcionalidade do edificado

De acordo com os quadros seguintes existe maior percentagem de edifícios sem alojamentos ARU do que na Cidade (embora que ligeira) Embora em número fora da ARU existam pouco mais edifícios nestas condições do que dentro da ARU.

Quadro 3. Funcionalidades dos edifícios

Unidade de análise	Funcionalidade				
	Edifícios Clássicos	Com alojamentos		Outros Edifícios	
	n.º	n.º	%	n.º	%
Lagos	13205	13083	99,1%	122	0,9%
Lagos (São Sebastião)	3951	3925	99,3%	26	0,7%
Lagos (Santa Maria)	2662	2599	97,6%	63	2,4%
(São Sebastião + Santa Maria)	6613	6524	98,7%	89	1,3%
Lagos	4616	4545	98,5%	71	1,5%
ARU	1637	1604	98,0%	33	2,0%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Edifícios clássicos; Outro tipo de edifício clássico)

A percentagem de edifícios principalmente não residências na ARU é ligeiramente superior à verificada na Cidade (Lugar: Lagos).

Quadro 4. Uso dos edifícios

Unidade de análise	Edifícios Clássicos	Uso dos Edifícios					
		Exclusivamente Residenciais		Principalmente Residenciais		Principalmente não Residenciais	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	13205	12559	95,1	558	4,2	88	0,7
Lagos (São Sebastião)	3951	3763	95,2	172	4,4	16	0,4
Lagos (Santa Maria)	2662	2437	91,5	200	7,5	25	0,9
(São Sebastião + Santa Maria)	6613	6200	93,8	372	5,6	41	0,6
Lagos	4616	4249	92	334	7,2	33	0,7
ARU	1637	1533	93,6	84	5,1	20	1,2

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Edifícios clássicos; Edifícios exclusivamente residenciais; Edifícios principalmente não residenciais; Edifícios principalmente residenciais)

Estes indicadores indiciam que, apesar da saída do território da ARU de alguns serviços administrativos centrais da cidade o território ainda revela alguma centralidade urbana pela diversidade de usos.

5 - Parâmetros Urbanísticos

A grande maioria dos edifícios da ARU e do Concelho apresentam 1 ou 2 pisos sendo que a percentagem em que tal acontece na ARU se assemelha mais à do Concelho do que ao verificado na Cidade por razões distintas uma vez que no Concelho é refletida a % de edifícios de tipologia moradia unifamiliar habitualmente com 1 a 2 pisos o que não acontece na ARU em que é a raiz histórica da estrutura urbana que dita a altimetria dominante

Quadro 5. Número de pisos dos edifícios

Unidade de análise	Edifícios Clássicos	Número de pisos do edificado					
		1 ou 2 pisos		3 ou 4 pisos		5 ou mais pisos	
	n.º	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	13205	11118	84,2	1687	12,8	400	3
Lagos (São Sebastião)	3951	2890	73,1	834	21,1	227	5,7
Lagos (Santa Maria)	2662	2031	76,3	478	18	153	5,7
(São Sebastião + Santa Maria)	6613	4921	74,4	1312	19,8	380	5,7
Lagos	4616	3223	69,8	1029	22,3	364	7,9
ARU	1637	1370	83,7	245	15	22	1,3

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Edifícios clássicos; Edifícios com 1 ou 2 pisos; Edifícios com 3 ou 4 pisos; Edifícios com 5 ou mais pisos)

De acordo com os dados constantes dos seguintes quadro e ilustração, o recenseamento (2011) apresenta uma percentagem de edifícios de 1 ou 2 pisos de 83,7% enquanto que pela análise dos dados dos Estudos de caracterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico (2005) apenas se apuram 76,9% de edifícios nestas condições. Sendo que o mesmo recenseamento aponta para 15% de edifícios com 3 ou 4 pisos enquanto que os estudos do Plano de Pormenor identificam 21,7% de edifícios nestas condições. Esta divergência aponta para a existência de critério diferente de recolha de dados ou erro de preenchimento atendendo a que não é credível uma redução de número de pisos da ordem do anteriormente indicado.

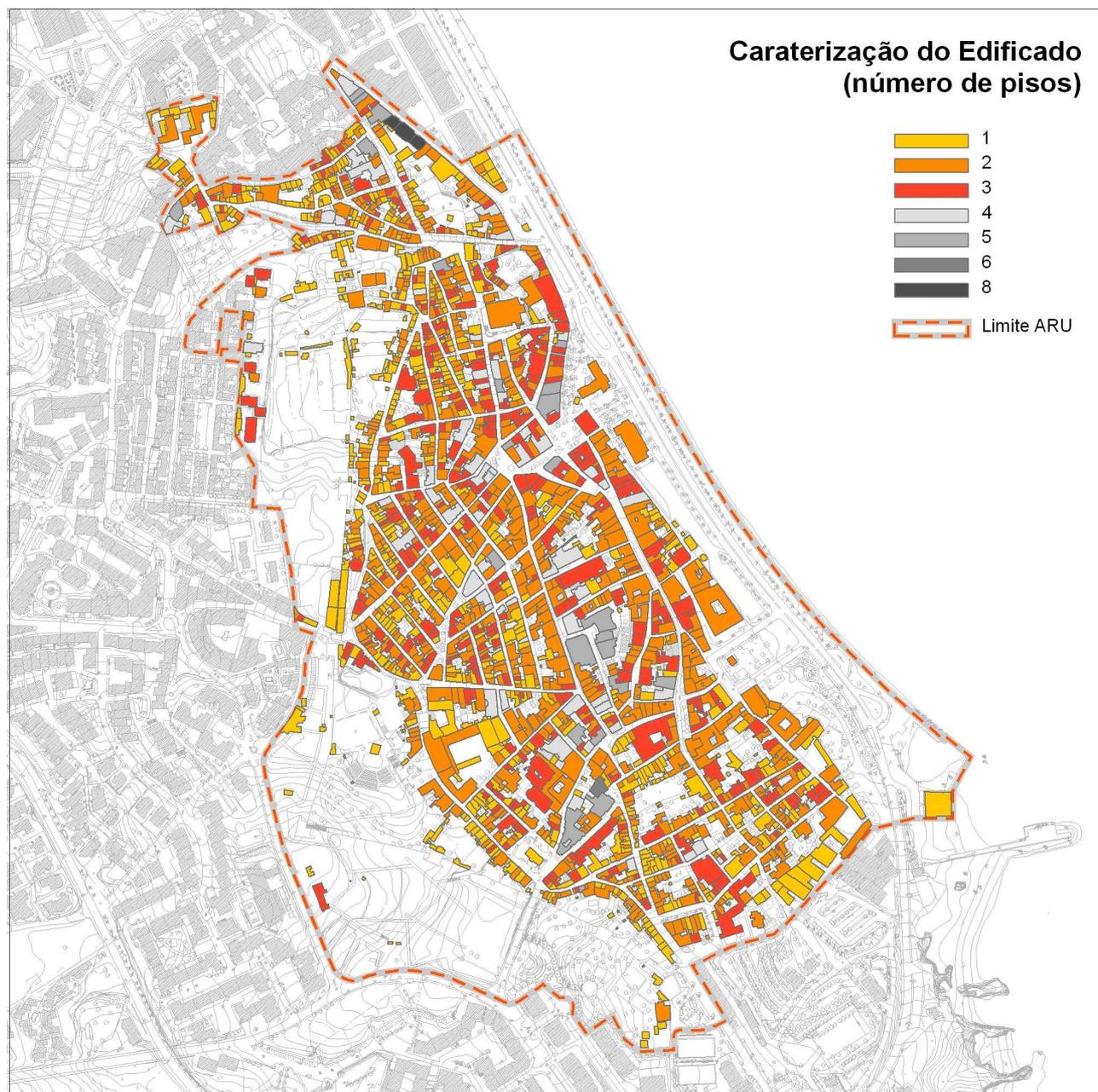
Os resultados dos censos (2011) são mais atuais que os estudos de caracterização do Plano de Pormenor (2005) contudo a desagregação espacial e de valores dos Censos não permite algumas análises espaciais e estatísticas pelo que nesses casos se utilizam os valores do Plano de Pormenor.

Quadro 6. Percentagem do número de edifícios por número de pisos que apresenta

Pisos	%
1	37,8
2	39,1
3	18,2
4	3,5
5	1,2
6	0,1
8	0,2

Fonte: OA - Sistema de informação geográfica
Levantamento Plano de Pormenor do Centro Histórico

Ilustração 1 – Caracterização do edificado (número de pisos)



Fonte: OA - Sistema de informação geográfica

Tendo em conta os valores do levantamento do Plano de Pormenor, que são os únicos que permitem a seguinte análise, a moda do número de pisos é 2 pisos. A média aritmética anda muito perto de 2, dependendo dos dados de base considerados, se considerados apenas os dados dos estudos do Plano de Pormenor este valor médio sobe para 2,2, se considerados os dados dos Censos admitindo uma distribuição homogénea dentro de cada categoria o número médio de pisos passa a 1,9.

De acordo com a ilustração apresentada na página anterior o núcleo primitivo é mais homogêneo em termos de número de pisos sendo a zona norte e centro mais heterogênea.

Quadro 2. Estimativas de áreas e índices

Área da ARU (m ²)	Área de Implantação (m ²)	Índice de ocupação	Área de Construção (m ²)	Índice de Urbanização	Número médio de pisos
517.360	190.110	37%	422.493	0,82	2,2

Fonte: OA - Sistema de informação geográfica (SIG)

As estimativas de área de implantação e de construção constantes do quadro anterior foram obtidas no Sistema de Informação Geográfica concebido. A área de implantação resulta do somatório das áreas de implantação das construções representadas no levantamento cartográfico de base. A área de construção pelo produto da área de implantação de cada construção pelo número de pisos dessa construção de acordo com o levantamento temático dos estudos de caracterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico.

Cruzando a estimativa da área de implantação (190.110m²) com o número de edifícios clássicos registados pelo INE em 2011 (1637), estima-se uma área de implantação média por edifício na ordem dos 116m².

Quando cruzada a área de construção (422.493m²) com o número de edifícios clássicos registados pelo INE em 2011 (1637) estima-se uma área construção média por edifício na ordem dos 258m².

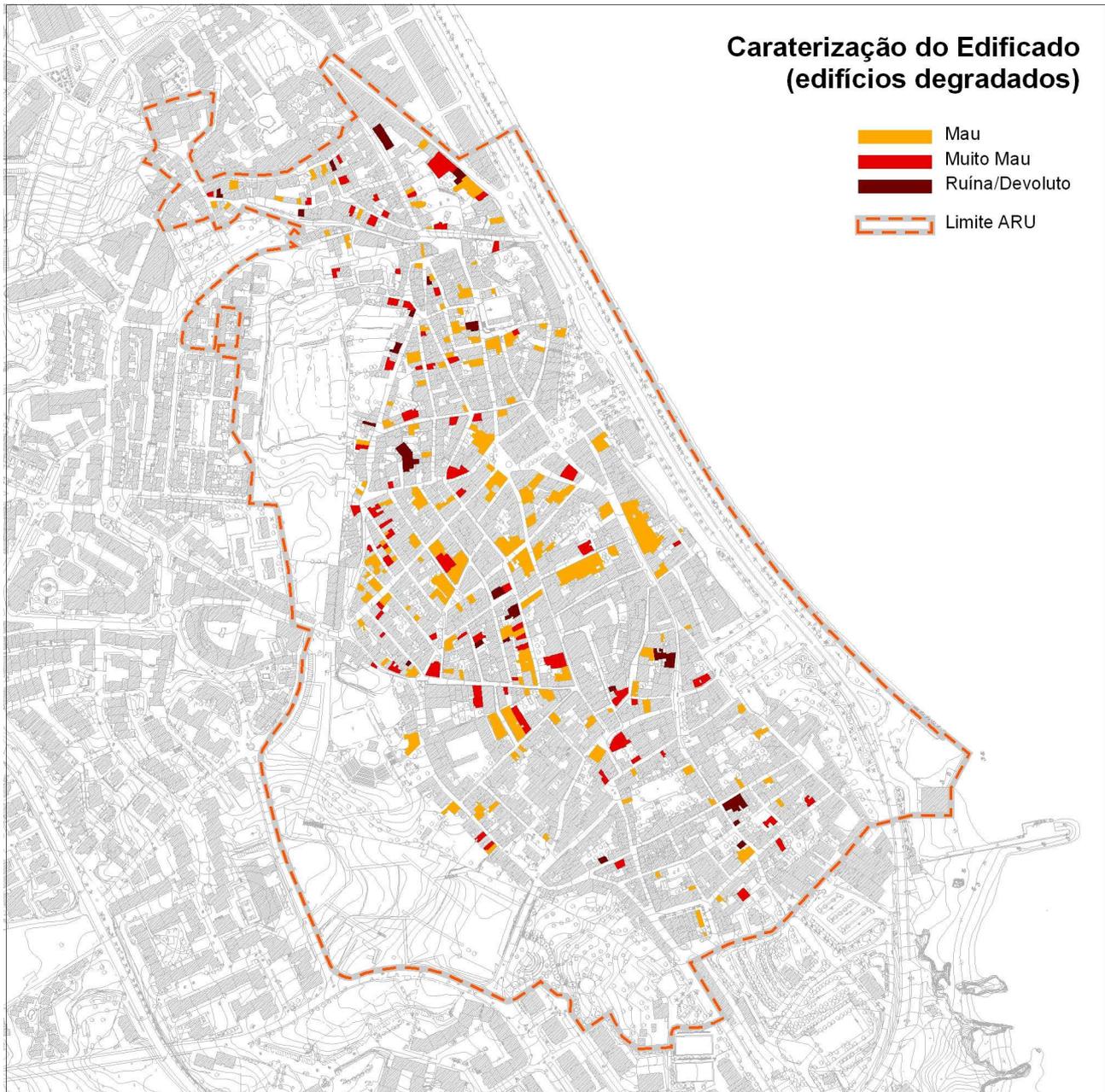
6 – Estado de conservação do edificado

Na elaboração da ilustração apresentada na página seguinte foi tomada como base, e introduzida no sistema de informação geográfica, a tabela de levantamento do Plano de Pormenor atualizado com a informação de levantamento da Futurlagos de 2013 quanto a edifícios degradados e ruínas/devolutos.

Da leitura do resultado considera-se que o parque edificado encontra-se globalmente em estado regular ou bom, não assinalado com cor no mapa, atendendo a que para cartografar esta distinção era exigível uma verificação local atendendo a que os dados disponíveis não têm a atualidade suficiente para esta análise uma vez que datam de 2005 (levantamentos temáticos do Plano de Pormenor do Centro Histórico). Contudo pela verificação local é possível testemunhar a existência de alguns edifícios em bom estado de conservação.

Contudo, consideram-se nos termos deste último levantamento cerca de 18% de edifícios da ARU como edifícios degradados e ruínas/devolutos num total de 285 edifícios.

Dos degradados ou ruínas/devolutos cerca de 62% corresponde a mau estado, cerca de 29% a muito mau estado e 9% a ruínas/devolutos.

Ilustração 2 – Caracterização do edificado (edifícios degradados)

Fonte: OA - Sistema de informação geográfica (Base PCHCL com atualização levantamento FuturLagos)

Como acima referido na zona central e norte da ARU existe maior número de edifícios em mau estado. Nestas zonas os quarteirões apresentam vários (em geral mais de 3) edifícios em mau estado de conservação sendo visível a existência de sequência de edifícios nestas condições.

Na zona sul a ocorrência de edifícios degradados é menor regra geral com apenas com 1 ou 2 ocorrências por quarteirão.

Caraterização no Plano do Pormenor do Centro Histórico

- Elevado número de equipamentos e actividades culturais
- Distribuição relativamente boa dos equipamentos na Cidade.
- Carência mais acentuada de equipamentos de solidariedade e segurança social.
- Maior abundancia de equipamentos culturais e recreativos.

Análise Swot 2014

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Boa dotação global de edifícios de equipamento	Quase inexistência de dotação de equipamentos com funções sociais (apoio infancia e idosos)
Diversidade de funções de equipamento	
	Edifícios com sinais de degradação
	Diminuição das funções centra na ARU
Oportunidades	Ameaças
Atrair população jovem	Aumento da degradação do edificado
Utilização de edifícios históricos para funções âncora	Continuidade do contexto de perda populacional pela manutenção do atual padrão de estrutura etária
Reforço de funções de proximidade nas zonas norte e centro	
Manutenção / reforço da presença de vários usos urbanos	
	Saída das valências de equipamento existentes para o exterior da ARU

Impacto no Estudo Global e UI

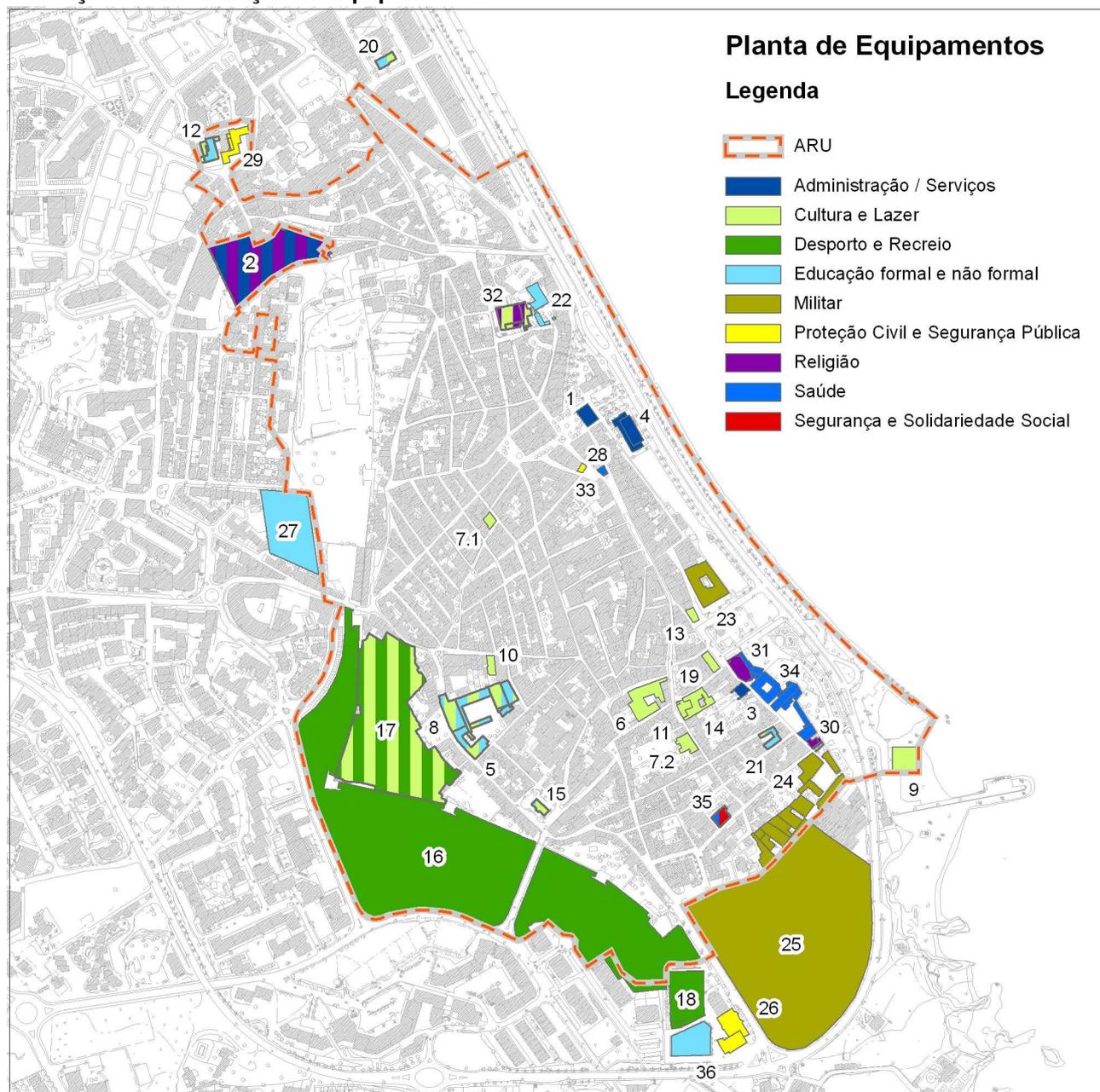
- Reorganização de valências nos edifícios
- Manutenção de valências de equipamentos na ARU
- Reforço e dinamização dos equipamentos existentes
- Potenciação da dinâmica cultural e histórica ao nível de Unidade de Intervenção

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE EQUIPAMENTOS

A identificação dos equipamentos tem por base os estudos dos Planos de Urbanização de Lagos e de Pormenor do Centro histórico, complementados com informação do site da Câmara Municipal de Lagos e visitas à grande maioria destes equipamentos.

Nesta análise são identificados os equipamentos dentro da ARU e os situados nos seus limites. A numeração apresentada na ilustração tem correspondência nos quadros 2 e 3.

Ilustração 1 – Localização de Equipamentos



Fonte: OA - Sistema de informação geográfica

Da análise da ilustração acima apresentada verifica-se que predominam os equipamentos de cultura e lazer associados também a ensino não formal, tendo os equipamentos administrativos também presença.

Quadro 1. Equipamentos por edifício / parcela por tipologia

Equipamentos por edifício ou parcela por tipologia		
	Tipologia principal	Tipologia secundária
Saúde	2	1
Segurança e Solidariedade Social	1	0
Desporto e Recreio	3	1
Cultura e Lazer	11	4
Religião	2	1
Administração/ Serviços	4	0
Militar	3	0
Educação formal e não formal	4	4
Proteção Civil e Segurança Pública	3	1
Sem uso atual	1	0

Fonte: OA - Sistema de informação geográfica

Da análise da ilustração retém-se que a ARU se encontra bastante bem dotada de edifícios/parcelas destinadas a equipamentos, os quais se concentram na zona sul e nascente, estando a zona norte e centro praticamente desprovida de equipamentos.

Na análise dos quadros seguintes verifica-se uma grande diversidade de tipologias e de valências de equipamentos ressaltando a ausência de equipamentos sociais nomeadamente de apoio á infância e a idosos.

Nas visitas aos equipamentos verificaram-se problemas de degradação/ deficit de manutenção de alguns equipamentos tais como na antiga escola Gil Eanes e algumas igrejas. Encontrando-se outros equipamentos em bastante bom estado de conservação como são exemplo o Centro Ciência Viva e a Biblioteca.

No quadro 2 são registados a cinzento os equipamentos que se situam fora do limite da ARU.

Quadro 2. Equipamentos por edifício ou parcela por tipologia

ID	EQUIPAMENTO	TIPOLOGIA PRINCIPAL	TIPOLOGIA SECUNDÁRIA	TIPOLOGIA SECUNDÁRIA
1	Antigos Paços do Concelho	Administração/ Serviços	Proteção Civil e Segurança Pública	Cultura e Lazer
2	Cemitério	Administração / Serviços	Religião	
3	Centro de documentação e Arquivo	Administração / Serviços		
4	Tribunal	Administração / Serviços		
5	Antiga escola Gil Eanes	Cultura e Lazer	Educação formal e não formal	Desporto e Recreio
6	Centro Cultural de Lagos	Cultura e Lazer		
7	Clube artístico lacobrigense	Cultura e Lazer		
8	Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo	Cultura e Lazer	Educação formal e não formal	
9	Forte Ponta da Bandeira	Cultura e Lazer		
10	Galeria LAR	Cultura e Lazer		
11	Igreja de Santo António	Cultura e Lazer		
12	Laboratório de Atividades Criativas	Cultura e Lazer	Educação formal e não formal	
13	Mercado de escravos	Cultura e Lazer		
14	Museu Municipal Dr. José Formosinho	Cultura e Lazer		
15	Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio	Cultura e Lazer	Educação formal e não formal	
17	Parque Dr. Júdice Cabral	Desporto e Recreio	Cultura e Lazer	
18	*Polivalente Porta da Vila	Desporto e Recreio		
19	Armazém Regimental	Cultura e Lazer		
20	*Academia de Música de Lagos	Educação formal e não formal	Cultura e Lazer	
21	Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas	Educação formal e não formal	Cultura e Lazer	
22	Centro de Ciência Viva	Educação formal e não formal		
23	Messe Militar	Militar		
24	Messe Militar de São Gonçalo	Militar		
25	*Parque de campismo militar	Militar		
26	*Bombeiros Voluntários de Lagos	Proteção Civil e Segurança Pública		
27	EB1 n.º1 de Lagos	Educação formal e não formal		
28	Instituto de Socorros a Náufragos	Proteção Civil e Segurança Pública		
29	Quartel da GNR	Proteção Civil e Segurança Pública		
30	Igreja de Santa Barbara	Sem uso		
31	Igreja de Santa Maria	Religião		
32	Igreja de São Sebastião	Religião	Cultura e Lazer	
33	A Lacobrigense Associação de Socorros Mútuos	Saúde		
34	Hospital de Lagos	Saúde		
35	Cruz Vermelha Portuguesa	Segurança e Solidariedade Social	Saúde	
36	*Escola EB1 n.º2 Lagos	Educação formal e não formal		

* Equipamentos localizados fora da área ARU

Fonte: OA - Sistema de informação geográfica

Quadro 3. Lista de valências por equipamento

Identificação	Valências
1 Antigos Paços do Concelho	Assembleia Municipal Posto de Turismo Local de atendimento da PSP Exposições
2 Cemitério	Necrópole e culto
3 Centro de documentação e Arquivo	Centro de documentação e informação do Museu Municipal Dr. José Formosinho Arquivo municipal Hemeroteca
4 Tribunal	Tribunal Conservatória do Registo Civil
5 Antiga escola Gil Eanes	Espaço Jovem (ocupação de tempos livres e formação) Associação de Dança de Lagos (formação preparação de espetáculos de dança) Teatro Experimental de Lagos (formação e preparação de espetáculos musicais e de teatro; atividades recreativas) Centro de estudos de Lagos (formação sénior) Clube desportivo Gil Eanes (sede?) Centro de recursos SE (economato) Delegação da Direção Regional da Agricultura Armazém da Proteção Civil Associação de Pais de Lagos (sede) Armazém da DECCAS
6 Centro Cultural de Lagos	Galeria de exposições Sala de espetáculos Bar com animação
7 Clube artístico Iacobrigense	Atividades de lazer
8 Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo	Grupo Coral de Lagos (Formação e preparação de espetáculos de música e canto coral)
9 Forte Ponta da Bandeira	Património arquitetónico militar visitável Exposições
10 Galeria LAR	Exposições Residências Artísticas Espaço Tertúlia
11 Igreja de Santo António	Património arquitetónico religioso visitável

Identificação	Valências
12 Laboratório de Atividades Criativas	Formação artística
	Residências artísticas
	Concertos
	Exposições
	Cultura e Lazer
13 Mercado de escravos	Exposições temporárias
14 Museu Municipal Dr. José Formosinho	Museu etnográfico
	Museu arqueológico
15 Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio	Sede da Sociedade Filarmónica Lacobrigense
	Formação, preparação e apresentação de espetáculos musicais
16 Parque da Cidade - Anel Verde	Skate park
	Zona verde
	Minigolfe (em construção)
17 Parque Dr. Júdice Cabral	Anfiteatro ao ar livre
	Hortas biológicas
	Tiro com arco
18 Polivalente Porta da Vila	Campos de jogos
19 Armazém Regimental	Exposições temporárias
20 Academia de Música de Lagos	Formação e preparação de espetáculos musicais e de canto coral
21 Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas	Biblioteca (exposição, consulta e empréstimo de livros e jornais)
	Projeção de ciclos de cinema alternativo
	Espaço de acesso à internet
22 Centro de Ciência Viva	Educação para a ciência e tecnologia
	Exposições
	Oficinas, ateliers e workshops
23 Messe Militar	Messe
24 Messe Militar de São Gonçalo	Messe
25 Parque de campismo militar	Parque de campismo
26 Bombeiros Voluntários de Lagos	Quartel
	Piscina
	Ginásio
27 EB1 n.º 1 de Lagos	Escola básica do primeiro ciclo
28 Instituto de Socorros a Náufragos	Proteção a atividades no mar
29 Quartel da GNR	Força de segurança

Identificação	Valências
30 Igreja de Santa Barbara	sem uso
31 Igreja de Santa Maria	Culto religioso
32 Igreja de São Sebastião	Culto religioso
	Concertos
33 A Lacobrigense Associação de Socorros Mútuos	Apoio na área da saúde
34 Hospital de Lagos	Hospital de Lagos - Centro Hospitalar do Algarve
35 Cruz Vermelha Portuguesa	Apoio Social
	Consultas
	Formação
	Voluntariado
36 Escola EB1 n.º2 de Lagos	Sem uso

Fonte: OA - Sistema de informação geográfica

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

Cidade rica em história, sendo possuidora de bastante património arquitectónico construído, assim como de espaços públicos e outros elementos singulares, como estátuas.

Localização geográfica associada ao seu passado histórico

Valores patrimoniais existentes

Existência de várias frentes edificadas com interesse arquitectónico e elementos singulares a salientar

Elevado número de achados arqueológicos

Pouca valorização do património classificado e imóveis de interesse patrimonial

Elevado estado de degradação das muralhas, baluartes e espaços urbanos envolventes

Descrição detalhada por imóvel ou conjunto de edifícios e por espaço urbano com valor patrimonial

Análise Swot 2014

Pontos Fortes

Quantidade e diversidade de elementos patrimoniais classificados, notáveis e de acompanhamento

Pontos Fracos

Degradação de alguns edifícios

Oportunidades

Utilização sustentável dos edifícios que viabilize a sua reabilitação e manutenção

Utilização de edifícios históricos para funções âncora

Atratividade turística: criação de rota do património

Ameaças

Aumento da degradação do edificado

Dificuldade financeira para manter o património Municipal

Impacto no Estudo Global e UI

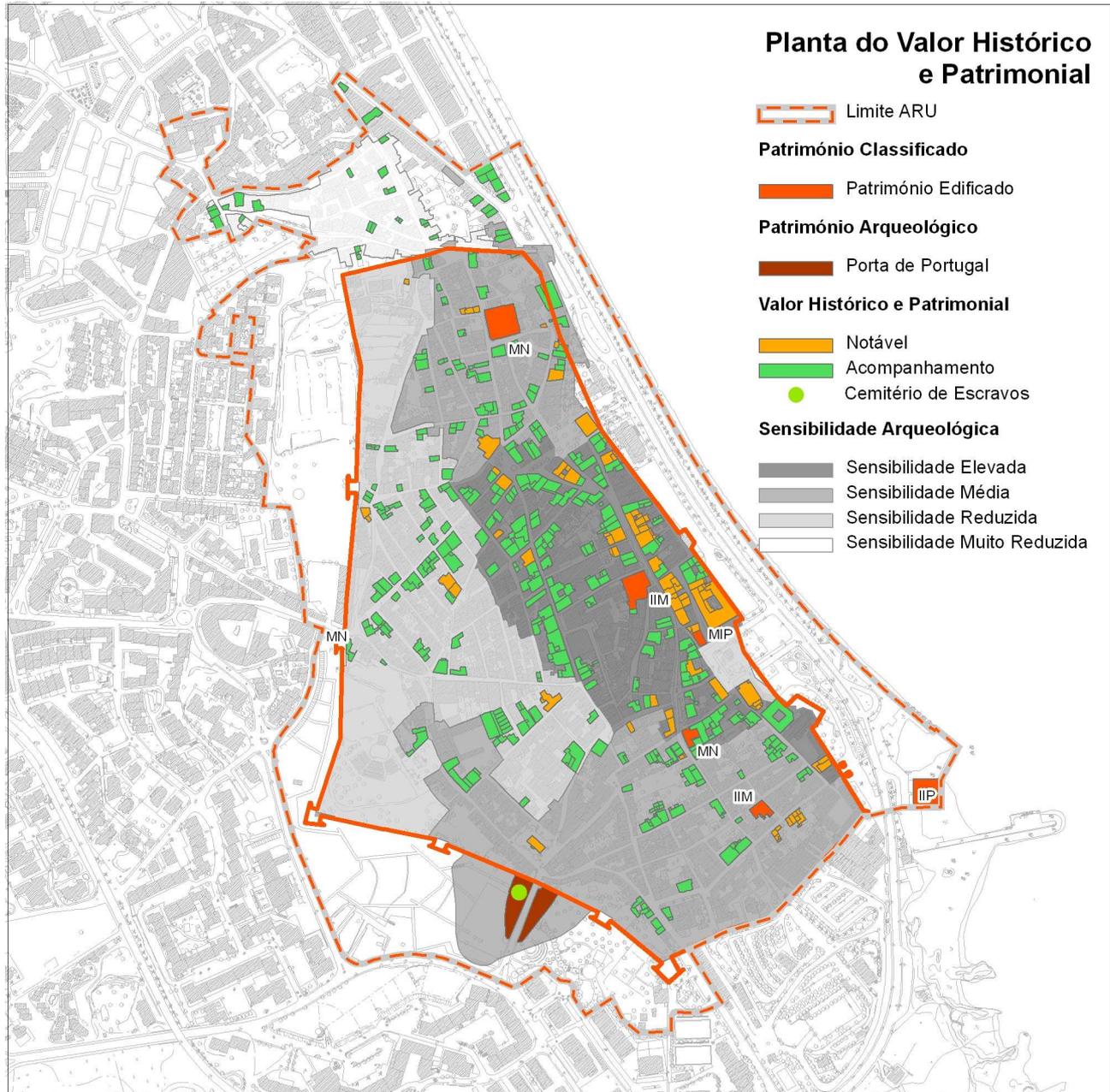
Atribuição de funções atrativas e sustentáveis ao património construído

Dignificação e divulgação do património arquitectónico e arqueológico

ANEXO DE CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE PATRIMÓNIO

A ilustração seguinte identifica o conjunto do património classificado e os edifícios com valor histórico e patrimonial bem como a localização de património arqueológico e as áreas de sensibilidade arqueológica apresentadas no âmbito dos estudos do Plano Diretor Municipal de Lagos.

Ilustração 1 – Identificação do Património



Fontes:

(SIPA) Sistema de informação do património arquitectónico;

Estudo de Reabilitação e Reforço Estrutural do Património do Centro Histórico de Lagos no quadro da Área de Reabilitação Urbana

Estudos de Caracterização do Plano Diretor Municipal de Lagos

Quadro 1. Listagem do património arquitectónico classificado

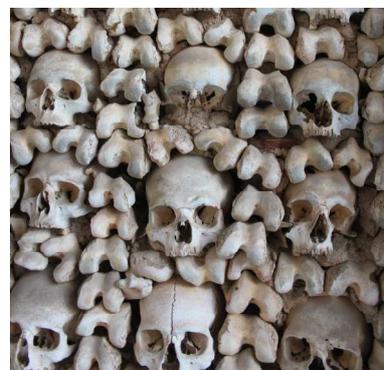
Monumento Nacional		
1	Igreja de São Sebastião	Decreto n.º 9842, DG n.137 de 20-06-1924
2	Igreja de Santo António	Decreto n.º 9842, DG n.137 de 20-06-1924
3	Muralhas e Torreões de Lagos Zona especial de proteção (ZEP) das igrejas de Santo António e São Sebastião e das Muralhas e Torreões da Cidade de Lagos	Decreto n.º 9842, DG n.137 de 20-06-1924 Portaria publicada no DG n.º275, II Série, de 24-11-1969
Monumento de Interesse Público		
4	Mercado de escravos	Portaria n.º 177/2014, DR, 2.ª série, n.º 44 de 04 março 2014
Imóvel de Interesse público		
5	Forte da Ponta da Bandeira	Decreto n.º5/2002, DR n.º42 de 19-02-2002)
Imóvel de Interesse Municipal		
6	Casa Corte Real na Rua Dr. Joaquim Tello, n.º1	Reunião de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagos de Setembro de 2003, realizada a 13-10-2003
7	Armazém do Espingardeiro	Deliberação camarária n.º 395/2010

Fonte: (SIPA) Sistema de informação do património arquitectónico;

Dos referidos elementos patrimoniais alguns encontram-se com problemas de conservação (nomeadamente n.ºs 1, 2, 3 e 5) limitativos para a divulgação e dignidade deste interessante conjunto.

Para além dos edifícios identificados no quadro 1 encontram-se localizados também uma quantidade significativa de edifícios notáveis (45) e de acompanhamento (278) com interesse histórico e patrimonial, testemunhos de várias épocas que conferem ao centro histórico de Lagos interesse pelo conjunto urbano consolidado que representa. Os edifícios notáveis e de acompanhamento identificados resultam dos levantamentos para o Estudo de Reabilitação e reforço estrutural do património do Centro Histórico de Lagos no quadro da Área de Reabilitação Urbana. Grande parte destes edifícios foram também identificados e caracterizados pelos estudos do Plano de Pormenor do Centro histórico..

Em termos arqueológicos existem registos de vários períodos da história entre os quais o período Romano, Medieval bem como a passagem da civilização Fenícia pelo território, sendo muito significativa a descoberta do “cemitério” de escravos, encontrado junto da Porta de Armas durante as obras do Parque de estacionamento do Anel Verde, que reforça a associação de Lagos na rota da escravatura tema com projecção internacional em conjunto com os descobrimentos.

**Ilustração 2 – Igreja de São Sebastião**

Fonte OA

URBANISMO

CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE DINÂMICA URBANÍSTICA

No triénio 2008-2010 o número de processos licenciados corresponde pouco menos do dobro relativamente ao triénio 2011-2013

Decréscimo mais acentuado do número de processos licenciados no ano 2013

Processos licenciados em 2013 em número igual a ¼ dos processos licenciados no ano com maior volume (2008)

Os processos licenciados de alteração (com ou sem ampliação) correspondem a sensivelmente 50% do volume total anual (except. 2013)

Seguem-se em termos de peso anual e global os processos licenciados de legalização com 23% e os de construção com 15%



Síntese da Caracterização 2014

Existência de capacidade para nova construção na zona da Horta do Jogo da Bola e zona imediatamente a Sul, capacidade acrescida mediante execução da UOPG3 definida no PU de Lagos

Usos previstos habitação e equipamentos admitindo-se turismo, comércio

Centro histórico possibilidade de atingir 3 pisos com ultimo piso recuado

Na zona verde correspondente ao parque da cidade os usos admissíveis são equipamentos

A edificação nova na zona intramuros carece de aprovação de Plano de Pormenor

Dados de suporte da caracterização

151 processos licenciados registados no SIG Municipal nos anos completos de 2008 a 2013 (anos completos disponíveis)

Fontes

SIG Municipal – registo de licenciamentos 2007 a 2014

PU de Lagos

Caraterização no Plano de Pormenor do Centro Histórico	(sem informação)

Análise Swot 2014	Pontos Fortes	Pontos Fracos
		Decréscimo do número de licenças
	Oportunidades	Ameaças
	Alojamentos vagos para revitalização	Perda da multifuncionalidade
	Criar mecanismos de atratividade do setor da construção e imobiliária para a recuperação	Incapacidade de adaptação da dimensão da estrutura de propriedade
	Existência de terrenos para construção nova	Regulamentação complexa e ou confusa
Criar condições de facilidade / apoio técnico à recuperação (licenciamento e execução de obra)		
Manutenção / reforço da presença de vários usos urbanos em especial a dinâmica comercial		

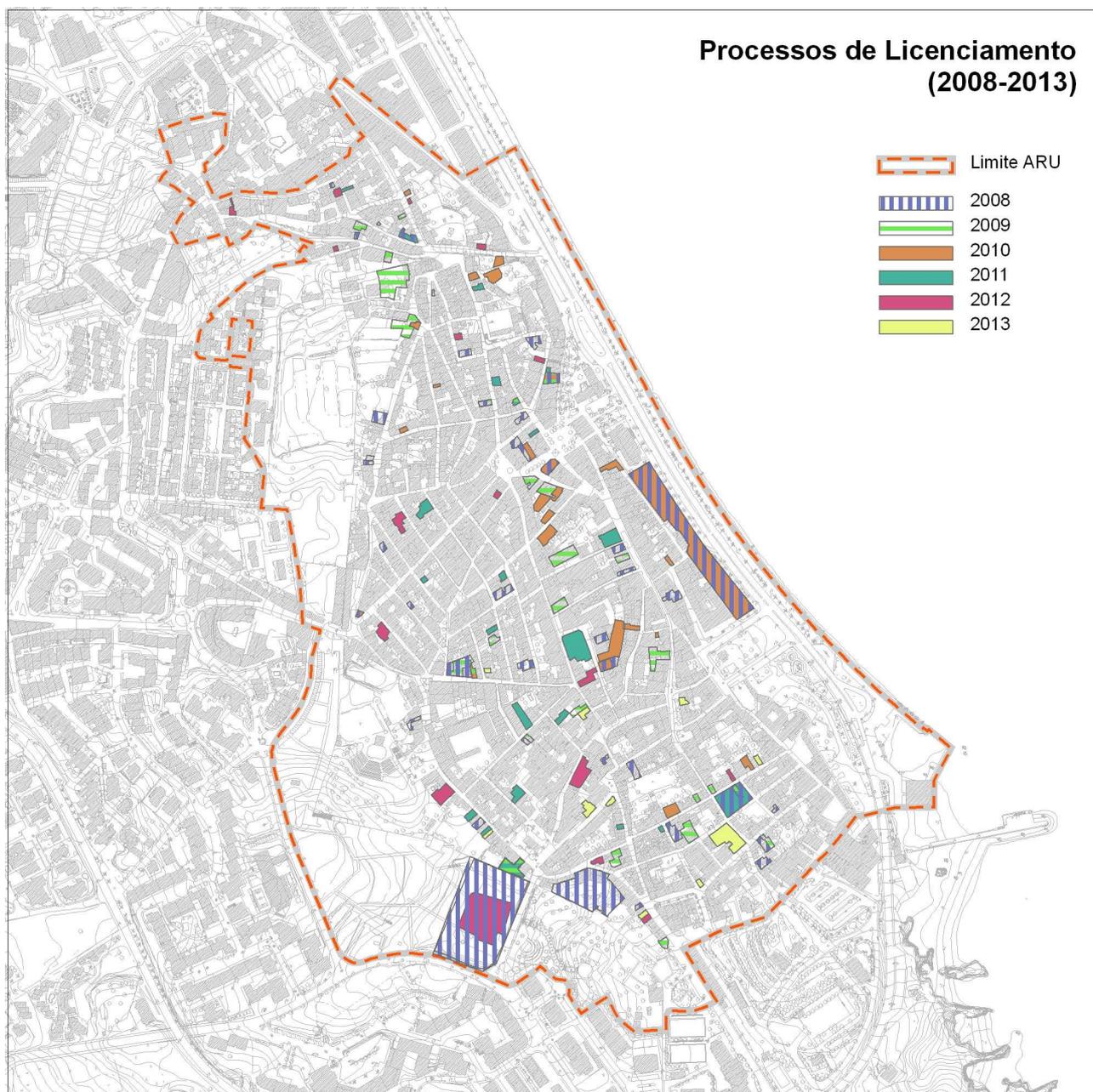
Impacto no Estudo Global e UI	Incentivo à reabilitação/ reconstrução

ANEXO DA CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE DINÂMICA URBANÍSTICA

Existe um decréscimo significativo na emissão de licenças. A distribuição territorial das licenças concedidas não traduz nenhuma dinâmica territorial específica.

As intervenções de maior dimensão correspondem a iniciativa pública nomeadamente os parques de estacionamento, frente ribeirinha e anel verde, e respetivas atividades previstas para as respetivas coberturas

Ilustração 1 – Localização dos Processo de Licenciamento



Fonte: CML/OA - Sistema de informação geográfica

Quadro 1. Processos de Licenciamento

Por Tipo	Por Ano Total	2008	2009	2010	2011	2012	2013
		44	30	25	22	19	11
Alteração com ou sem ampliação e reconstrução		21	19	14	12	8	4
Construção		7	6	4	2	1	2
Destaque/ emparcelamento		2	0	1	0	0	0
Comércio/Serviços /Est. restauração e/ou bebidas		4	1	3	0	2	0
Parque estacionamento		1	0	0	0	0	0
Desporto/Actividades/Fins Recreativos		0	0	0	0	1	0
Legalização		8	4	3	8	7	5
Renovação de licença		1	0	0	0	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Lagos

A equipa não dispõe dos dados relativos aos pedidos entrados na Câmara Municipal.

No que respeita à dinâmica urbanística futura atendendo ao prescrito no Plano de Urbanização de Lagos cuja revisão foi publicada pelo DR n.º188 2.ª Série de 27 de Setembro no Aviso n.º12953/2012, haverá que considerar as seguintes categorias: Área Central, a área a integrar II e Parque da Cidade - Anel Verde.

De acordo com este Instrumento de Gestão Territorial toda a parte intramuralhas corresponde a área central para a qual estipula regras das quais o limite de 3 pisos, sendo o último recuado nos casos de ruas com menos de 6 metros de largura, o parâmetro de referência a considerar tendo em conta a ocupação construída da quase totalidade da área.

No que se refere à capacidade de construção nova “enquanto não for elaborado PMOT para a área intramuros delimitada pela Rua 5 de Outubro, Rua de São Gonçalo de Lagos, Rua Castelo dos Governadores e a Muralha, não é possível o preenchimento com edificações nos logradouros existentes confinantes com via pública” o que limita iniciativas de construção possíveis nomeadamente nos quarteirões a poente da Rua do Jogo da Bola.

Destacam-se como áreas livres ou com maior potencial de ocupação a conhecida como Horta do Jogo da Bola (fora das muralhas) que nos termos do PU corresponde à UOPG 3 com cerca de 3Ha e capacidade construtiva de cerca de 12.700m² se executada de forma sistemática. Esta capacidade é reduzida para cerca de metade se não houver execução assistemática, ou seja se a execução não passar pela aprovação de UE ou Plano de Pormenor.

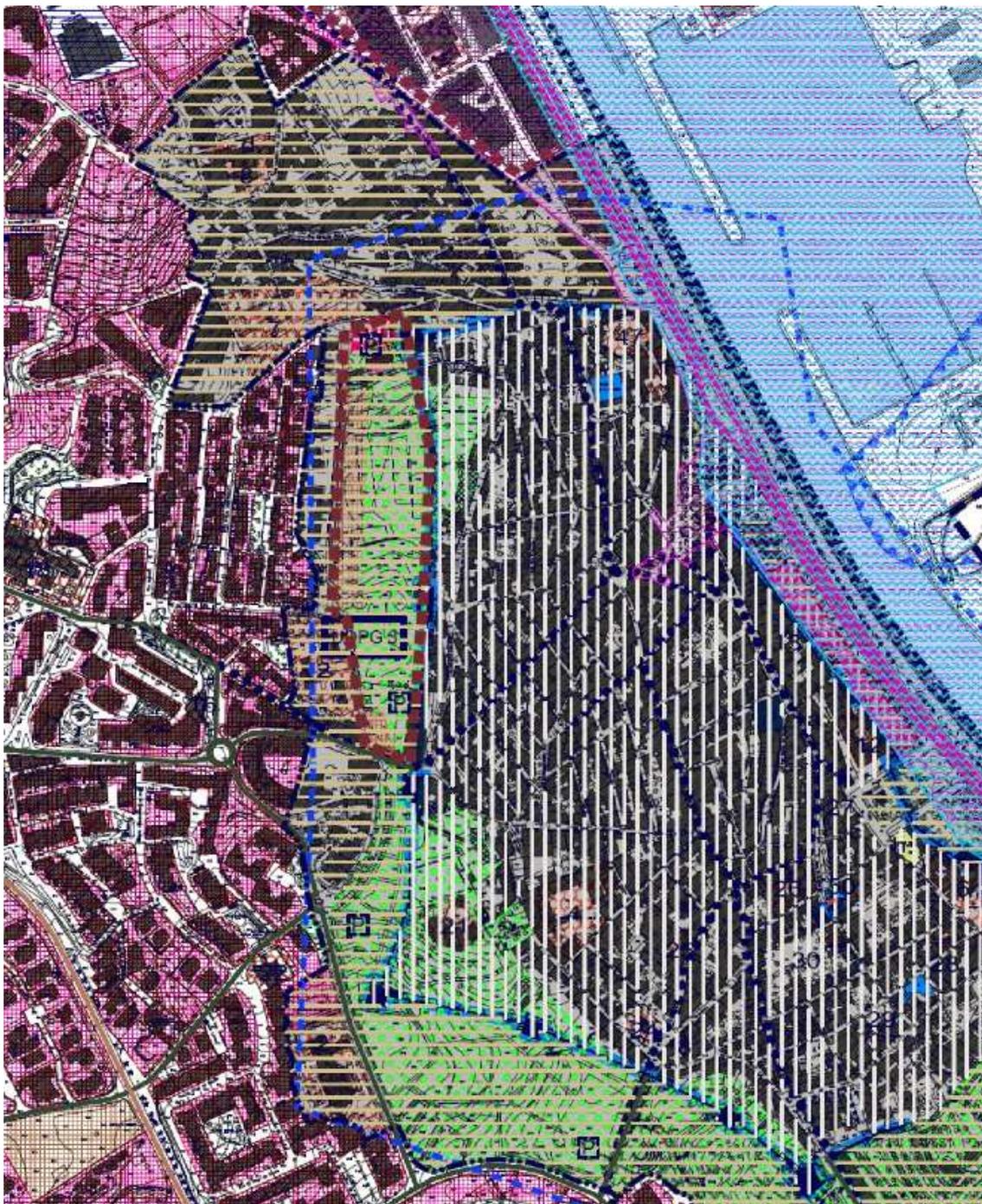
Nesta zona o PU de Lagos encaminha a solução edificada para uma situação em banda marginal à Rua das Escolas Primárias que se traduz numa barreira ao parque e muralha a tardoz.

O PU de Lagos prevê simultaneamente a continuação do Parque da Cidade - Anel Verde para norte sobrepondo-se à área desta UOPG e incluindo a área intra-muralhas adjacente.

Para esta categoria o PU prevê apenas intervenções de recuperação, renovação, e reabilitação de edifícios existentes e a instalação de equipamentos de utilização coletiva ou de apoio e ainda equipamentos desportivos e recreativos ao ar livre.

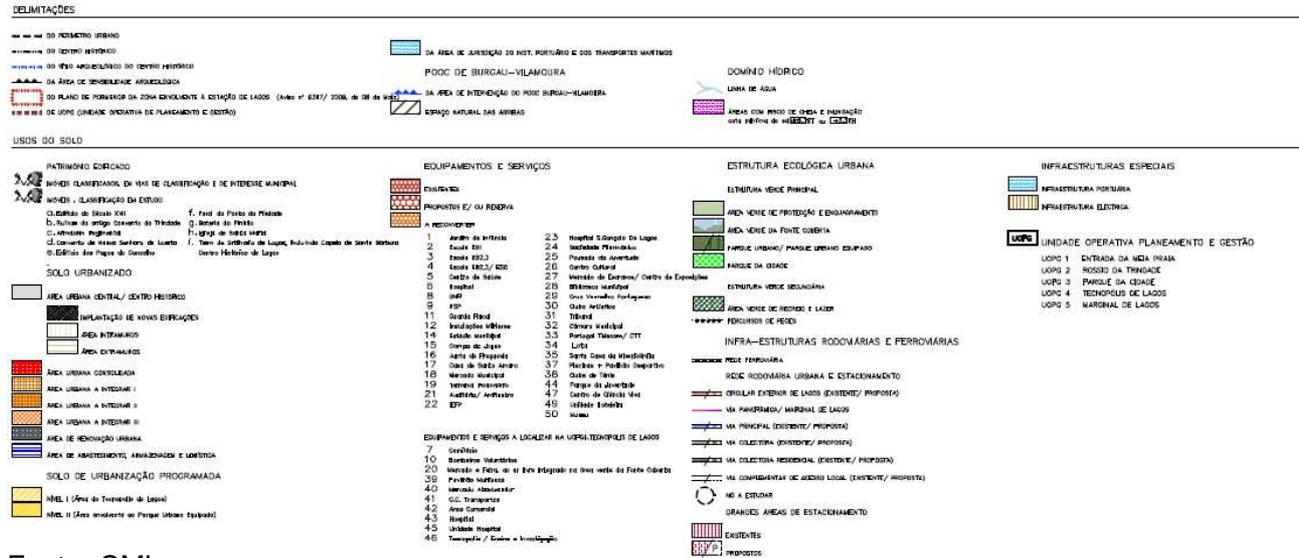
Tendo em conta uma aparente contradição poderá haver necessidade de execução de Plano de Pormenor na zona da UOPG 3 e envolvente intramuralhas no sentido de garantir a exequibilidade de um projeto integrado de requalificação sustentável desta zona.

Ilustração 2 – Extrato da Planta de Ordenamento do PU Lagos



Fonte: CML / <http://planos.cm-lagos.algarvedigital.pt/>

Ilustração 2 – Legenda do PU de Lagos



Fonte: CML

URBANISMO

CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE POPULAÇÃO

Síntese da Caracterização 2014

Em 2011 a ARU registava 2509 habitantes residentes e 1292 famílias.

Varição negativa da população de -23,16% relativa a 1991-2001 e -12,14% relativa a 2001-2011 contrária à dinâmica do Concelho e da Cidade com ganhos médios por década acima dos 20%.

Densidade populacional da ARU reduz cerca de 30% de 1991 (57,47 hab/Ha) a 2011 (38,8hab/Ha).

Dimensão reduzida da família na ARU com 72% das famílias compostas por 1 ou 2 elementos com dimensão

Dimensão média da família de 2,09 elementos/ família, significativamente abaixo dos níveis nacional e do concelho

Dimensão média da família em retração nas várias unidades de análise, sendo sempre a da ARU inferior à das restantes unidades de análise.

Índice de envelhecimento da população (256 idosos/100jovens) e de dependência de idosos (50 idosos/100 em idade ativa) na ARU em 2011 significativamente superior aos das freguesias urbanas (116/ 100jovens e 26/100 em idade ativa) e do Concelho (131/ 100 jovens e 29/100 idade ativa)

42% das famílias com elementos com 65 ou mais anos e 16,5% das famílias com elementos abaixo dos 14 anos

Nível de ensino da população da ARU semelhante ao do Concelho mas inferior à da Cidade (lugar)

Perda (populacional e de famílias) mais acentuado na década de 90 talvez travado com as requalificações urbanísticas verificadas na década seguinte

Nível de ensino da população da ARU inferior ao da Cidade próximo da média Nacional



Dados de suporte à caracterização

Área de subsecções ARU consideradas para análise comparativa 1991= 2001= 2011= 58,16Ha

As subsecções analisadas neste contexto registam 2699 hab. em 2011, 3070 hab. em 2001 e 3998 hab. em 1991

Área de território considerada para análise da ARU em 2011 = 51,74Ha

Neste contexto mais próximo da delimitação real da ARU a população contabilizada em 2011 é de 2509 habitantes

Existiam 1292 famílias na ARU em 2011 menos 66 que em 2001 e menos 439 famílias que as registadas em 1991 (1614)

Fontes

INE – Recenseamento da População e Habitação 1991, 2001 e 2011

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

À semelhança do que se afere no concelho de Lagos nas freguesias em análise a variação populacional é bastante positiva

Centro Histórico, o Índice de Envelhecimento corresponde a cerca de 260 idosos por cada 100 jovens, valor este que se situa muito acima do IE concelhio e que é indicativo de um processo de envelhecimento expressivo

Em 2001, existiam no Centro Histórico um total de 1593 famílias apresentando uma dimensão média de 2,3

Centro Histórico de Lagos constata-se que uma maioria de cerca de 57% possui o ensino básico e 13,8% dos residentes não sabe ler nem escrever o que está relacionado com o peso de idosos na estrutura da população

Análise Swot 2014

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Abrandamento na perda populacional	Perda e Envelhecimento populacional
	Fraca atratividade para famílias com mais de 2 individ.
	Nível de ensino
Oportunidades	Ameaças
Criar motivos de atração de população jovem e famílias pela ORU	Incapacidade de criar condições para a adaptação física da estrutura fundiária e edificado às necessidades atuais da população
Criar mecanismos de regulação de usos/ horários de funcionamento de estabelecimentos em zonas preferencialmente residenciais	Ruído noturno sobretudo em época alta
	Continuação de perda de atratividade habitacional
Reforço de funções de proximidade nas zonas norte e sul	Continuidade do contexto de perda populacional pela manutenção do atual padrão de estrutura etária
	Agravamento o conflito de usos entre a habitação e a animação noturna

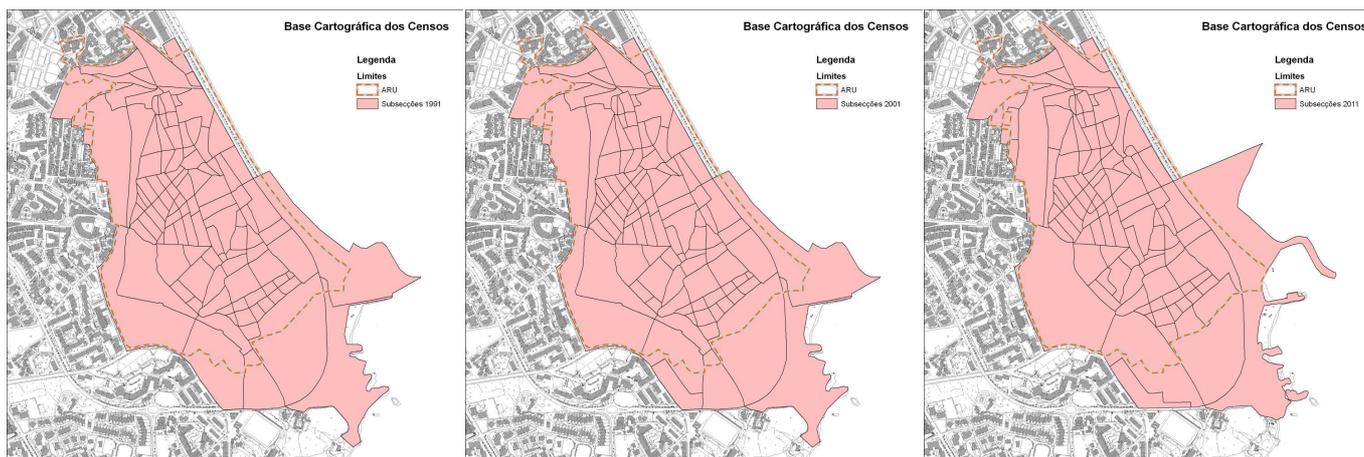
Impacto no Estudo Global e UI

- Mecanismos de interação com agentes para recuperação do parque habitacional da ARU
- Unidade de intervenção com projetos piloto de parceria de agentes e entidades públicas e particulares
- Articulação da operação de reabilitação do parque habitacional com as operações de nova construção
- Alteração do PU de Lagos para permitir a construção intramuralhas com aprovação de Unidade de Execução
- Beneficiação do sistema de mobilidade geral na ARU em especial no setor norte e centro

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE POPULAÇÃO

Para a análise comparativa 1991 a 2011 no que respeita à ARU foi analisado o território comparável nos 3 recenseamentos ou seja foram consideradas mais subsecções do que para a análise mais detalhada realizada apenas para 2011 para a qual apenas foram consideradas as subsecções da BGRI 2011 representativas em termos de população para a caracterização desta zona.

Ilustração 1 – Limites da BGRI para os censos de 1991/2001/2011



Fonte: INE

1 – Análise da população

A evolução da população na área de estudo é negativa para as últimas duas décadas claramente em contra ciclo relativamente à dinâmica das restantes unidades em análise.

Quadro 1. Taxa de variação populacional (%)

Designação	Nível	(1991 - 2001)	(2001-2011)
Portugal continental	Nut 1	5,26%	1,81%
Algarve	Nut 2	15,76%	14,12%
Lagos	Município	17,99%	22,25%
Lagos (São Sebastião)	Freguesia	8,91%	27,36%
Lagos (Santa Maria)	Freguesia	51,57%	24,94%
(São Sebastião + Santa Maria)	Freguesias	21,51%	26,47%
Lagos	Lugar	25,14%	25,13%
ARU	Área de Estudo	-23,16%	-12,14%

Fonte: INE População Residente (CENSOS 1991, 2001, 2011)

Na última década verifica-se um significativo abrandamento da perda populacional na ARU (-373 habitantes) face à perda registada na década anterior (-926 habitantes)

Quadro 2. Taxa de variação populacional (%)

Unidade de análise	1991		2001		2011	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal continental	9.375.926	100,0%	9.869.343	100,0%	10.047.621	100,0%
Algarve	341.404	3,6%	395.218	4,0%	451.006	4,5%
Lagos	21526	100,0%	25398	100,0%	31049	100,0%
Lagos (São Sebastião)	10129	47,1%	11031	43,4%	14049	45,2%
Lagos (Santa Maria)	4249	19,7%	6440	25,4%	8046	25,9%
(São Sebastião + Santa Maria)	14378	66,8%	17471	68,8%	22095	71,2%
Lagos	11744	54,6%	14697	57,9%	18391	59,2%
ARU	3998	18,6%	3072	12,1%	2699	8,7%

Fonte: INE População Residente (CENSOS 1991, 2001, 2011)

Talvez esse abrandamento esteja relacionado com as intervenções de beneficiação no centro histórico.

A representatividade das freguesias urbanas no Concelho em termos de peso populacional é de 71,2% em 2011 revelando um crescimento de 4,4% face a 1991, sendo que nessa data a população da ARU concentrava 18,6% da população do concelho mas em 2011 viu reduzida a sua representatividade em aproximadamente 10% passando apenas a concentrar 8,7% da população do concelho.

Quadro 3. Densidade populacional (hab/Ha)

Designação	Nível	área (Ha)	1991	2001	2011
Lagos	Município	21302,93	1,0	1,2	1,5
Lagos (São Sebastião)	Freguesia	1973,94	5,1	5,6	7,1
Lagos (Santa Maria)	Freguesia	922,04	4,6	7,0	8,7
(São Sebastião + Santa Maria)	Freguesias	2895,98	5,0	6,0	7,6
Lagos	Lugar	801,56	14,7	18,3	22,9
ARU	Unidade de Gestão*	58,16	68,7	52,8	46,4

*valor intermédio relativamente ao da ARU e os das subsecções em análise

Fonte: INE População Residente (CENSOS 1991, 2001, 2011)

Em termos de densidade populacional existe um aumento no Concelho, Freguesias e Lugar enquanto que na ARU verifica-se um decréscimo considerável na proporção da perda populacional registada.

Quadro 4. Estrutura etária da população

Unidade de análise	Residentes		0 aos 4 anos		5 aos 9 anos		10 aos 13 anos		14 aos 19 anos		20 aos 64 anos		mais de 65 anos	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal continental	10.047.621		456.396	4,5%	495.578	4,9%	427.720	4,3%	636.083	6,3%	6.094.056	60,7%	1.937.788	19,3%
Algarve	451.006		21.765	4,8%	22.492	5,0%	18.437	4,1%	26.767	5,9%	273.776	2,7%	87.769	0,9%
Lagos	31049		1.522	4,9%	1.606	5,2%	1.411	4,5%	1.939	6,2%	18.646	60,1%	5.925	19,1%
Lagos (São Sebastião)	14049		742	5,3%	783	5,6%	633	4,5%	906	6,4%	8.596	61,2%	2.389	17,0%
Lagos (Santa Maria)	8046		391	4,9%	417	5,2%	371	4,6%	525	6,5%	4.875	60,6%	1.467	18,2%
(São Sebastião + Santa Maria)	22095		1.133	5,1%	1.200	5,4%	1.004	4,5%	1.431	6,5%	13.471	61,0%	3.856	17,5%
Lagos	18391		968	5,3%	987	5,4%	806	4,4%	1.165	6,3%	11.211	61,0%	3.254	17,7%
ARU	2509		98	3,9%	97	3,9%	95	3,8%	102	4,1%	1.375	54,8%	742	29,6%

Fonte: INE – Censos 2011 – BGRI – Indivíduos por escalão etário.

(Indivíduos residentes com idade entre 0 e 4 anos; Indivíduos residentes com idade entre 5 e 9 anos; Indivíduos residentes com idade entre 10 e 13 anos; Indivíduos residentes com idade entre 14 e 19 anos; Indivíduos residentes com idade entre 20 e 64 anos; Indivíduos residentes com idade superior a 64 anos)

Quadro 5. Estrutura etária da População em quatro escalões

Unidade de análise	0 aos 13 anos		14 aos 24 anos		25 a 64 anos		mais de 65 anos	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal continental	1379694	13,7%	1183919	11,8%	5.546.220	55,2%	1.937.788	19,3%
Algarve	62694	13,9%	49853	11,1%	250.690	55,6%	87.769	19,5%
Lagos	4539	14,6%	3530	11,4%	17.055	54,9%	5.925	19,1%
Lagos (São Sebastião)	2158	26,8%	1664	20,7%	4.454	31,7%	2.389	29,7%
Lagos (Santa Maria)	1179	8,4%	946	6,7%	7.838	97,4%	1.467	10,4%
(São Sebastião + Santa Maria)	3337	15,1%	2610	11,8%	12.292	55,6%	3.856	17,5%
Lagos	2761	15,0%	2141	11,6%	10.235	55,7%	3.254	17,7%
ARU	290	11,6%	225	9,0%	1.252	49,9%	742	29,6%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI - Indivíduos por escalão etário.

(Indivíduos residentes com idade entre 0 e 4 anos; Indivíduos residentes com idade entre 5 e 9 anos; Indivíduos residentes com idade entre 10 e 13 anos; Indivíduos residentes com idade entre 14 e 19 anos; Indivíduos residentes com idade entre 20 e 24 anos; Indivíduos residentes com idade entre 25 e 64 anos; Indivíduos residentes com idade superior a 64 anos)

Da análise da estrutura etária da população ressalta que a população da ARU é mais envelhecida com 256 indivíduos com mais de 65 anos por 100 indivíduos com menos de 14 anos significativamente superior relativamente às outras unidades de análise, nomeadamente o mais elevado dos quais o do concelho com valor 131/100.

Também o índice de dependência de idosos revela a existência de 50 indivíduos com 65 ou mais anos por cada 100 indivíduos entre os 15 e os 65 anos o que é sensivelmente o dobro do registado nas freguesias urbanas.

Quadro 6. Índices de dependência e de envelhecimento

Unidade de análise	índice de dependência de jovens	índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
	$(\text{hab}(0-14) / \text{hab}(15-64)) * 100$	$(\text{hab}(+65) / \text{hab}(15-64)) * 100$	$(\text{hab}(+65) / \text{hab}(-14)) * 100$
Portugal continental	21	29	140
Algarve	21	29	140
Lagos	22	29	131
Lagos (São Sebastião)	23	25	111
Lagos (Santa Maria)	22	27	124
(São Sebastião + Santa Maria)	22	26	116
Lagos	22	26	118
ARU	20	50	256

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI – Indivíduos por escalão etário

(Indivíduos residentes com idade entre 0 e 4 anos; Indivíduos residentes com idade entre 5 e 9 anos; Indivíduos residentes com idade entre 10 e 13 anos; Indivíduos residentes com idade entre 14 e 19 anos; Indivíduos residentes com idade entre 15 e 19 anos; Indivíduos residentes com idade entre 20 e 64 anos; Indivíduos residentes com idade superior a 64 anos)

O índice de dependência de jovens é ligeiramente mais reduzido que o do Concelho e do país com 20 jovens por cada 100 indivíduos entre os 15 e os 65 anos.

Da análise do grau de ensino conclui-se que a composição do nível de ensino na ARU é bastante semelhante ao da Região e Concelho sendo a percentagem de indivíduos que “não sabe ler nem escrever” 1% superior à da Cidade em que se insere e 7% superior no que respeita a indivíduos com o 1.º ciclo do ensino básico completo. A percentagem de indivíduos com residência habitual na ARU que detêm os restantes graus de ensino é inferior às percentagens registadas para a Cidade.

Quadro 7. Nível de ensino da população

Unidade de análise	Não sabe ler nem escrever		1.º Ciclo Ensino Básico		2.º e 3.º Ciclo Ensino Básico		Ensino Secundário e pós secundário		Ensino Superior	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal continental	472.919	4,7%	2.552.130	25,4%	2968132	29,5%	1438739	14,3%	1.198.453	11,9%
Algarve	21.807	4,8%	104.947	23,3%	135490	30,0%	74832	16,6%	46.719	10,4%
Lagos	1470	4,7%	6496	20,9%	9564	30,8%	5706	18,4%	3218	10,4%
Lagos (São Sebastião)	645	4,6%	3067	21,8%	4525	32,2%	2398	17,1%	1293	9,2%
Lagos (Santa Maria)	235	2,9%	1415	17,6%	2418	30,1%	1677	20,8%	1202	14,9%
(São Sebastião + Santa Maria)	880	4,0%	4482	20,3%	6943	31,4%	4075	18,4%	2495	11,3%
Lagos	692	3,8%	3696	20,1%	5776	31,4%	3464	18,8%	2130	11,6%
ARU	121	4,8%	680	27,1%	726	28,9%	404	16,1%	245	9,8%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI – Indivíduos segundo grau de ensino

(Indivíduos residentes sem saber ler nem escrever; Indivíduos residentes com o 1º ciclo do ensino básico completo; Indivíduos residentes com o 2º ciclo do ensino básico completo; Indivíduos residentes com o 3º ciclo do ensino básico completo; Indivíduos residentes com o ensino secundário completo; Indivíduos residentes com o ensino pós-secundário; Indivíduos residentes com um curso superior completo)

Ressalta ainda que a composição das antigas Freguesias de Santa Maria e de São Sebastião sendo o nível de ensino de Santa Maria mais elevado que o de São Sebastião. A população da ARU apresenta características médias mais aproximadas das verificadas em São Sebastião.

Na ARU apenas 9,8% da população concluiu formação superior sendo esta percentagem inferior à média nacional e do Concelho. A população da Freguesia de Santa Maria apresenta uma percentagem de população com formação superior acima da média nacional.

2 – Análise da Família

A análise da Família permite constatar que a dimensão média da família tem decrescido em todas as unidades de análise situando-se em 2011 na ARU muito perto de 2 habitantes/família valor também relacionado com a estrutura etária - envelhecimento da população registado e decorrente deste facto famílias em número significativo com 1 ou 2 elementos.

Quadro 8. Dimensão média da Família

Designação	Nível	1991	2001	2011
Portugal continental	Nut 1	3,10	2,81	2,60
Algarve	Nut 2	2,89	2,65	2,47
Lagos	Município	2,83	2,61	2,47
Lagos (São Sebastião)	Freguesia	2,93	2,68	2,48
Lagos (Santa Maria)	Freguesia	2,76	2,58	2,49
(São Sebastião + Santa Maria)	Freguesias	2,88	2,64	2,49
Lagos	Lugar	2,82	2,52	2,47
ARU	Área de Estudo	2,48	2,26	2,09

Fonte dos dados: INE – Censos 1991/2001/2011

(Total de indivíduos residentes/Total de famílias clássicas;)

Deste modo as famílias com 1 ou 2 elementos representam cerca de 57% nas unidades de análise com excepção da ARU em que este valor ascende aos 72,1%.

Quadro 9. Famílias segundo número de elementos

Unidade de análise	Famílias 1 ou 2 elementos		Famílias 3 ou 4 elementos		Famílias 5 ou mais elementos	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal continental	2.067.662	53,4%	1.561.048	40,3%	240.478	6,2%
Algarve	106.201	58,1%	66.987	36,6%	9.588	5,2%
Lagos	7.355	58,6%	4.534	36,1%	668	5,3%
Lagos (São Sebastião)	3.241	57,3%	2.101	37,1%	319	5,6%
Lagos (Santa Maria)	1.880	58,2%	1.207	37,4%	142	4,4%
(São Sebastião + Santa Maria)	5.121	57,6%	3.308	37,2%	461	5,2%
Lagos	4.330	58,1%	2.757	37,0%	360	4,8%
ARU	867	72,1%	288	23,9%	48	4,0%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Total de famílias clássicas; Famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas; Famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas)

Este aumento dá-se com prejuízo do número de famílias com 3 ou 4 elementos em que na ARU representam 23,9% das famílias sendo nas restantes unidades de análise essa % ascende a valores da ordem dos 36 a 40%.

Quanto à estrutura etária 550 famílias da ARU têm elementos com 65 ou mais anos o que representa 42% das famílias.

Quando comparado com o que acontece com as famílias com elementos da franja mais jovem da população a situação é bastante diferente no que respeita à ARU com apenas 16,5% de famílias nestas condições, pouco mais de metade da percentagem registada ao nível do Concelho.

Quadro 10. Famílias segundo número de elementos jovens e idosos

Unidade de análise	Famílias	Famílias com elementos com 65 ou mais anos		Famílias com elementos com menos 15 anos	
		n.º	%	n.º	%
Lagos	12.557	4.185	33,3%	3.584	28,5%
Lagos (São Sebastião)	5.661	1.772	31,3%	1.686	29,8%
Lagos (Santa Maria)	3.229	908	28,1%	912	28,2%
(São Sebastião + Santa Maria)	8.890	2.680	30,1%	2.598	29,2%
Lagos	7.447	2.220	29,8%	2.136	28,7%
ARU	1.203	550	45,7%	213	17,7%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Total de famílias clássicas; Famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos; Famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos)

O Concelho e as Freguesias urbanas revelavam equilíbrio no n.º de famílias com elementos com 65 e mais anos e com 15 e menos anos sendo normalmente o valor referente a famílias com elementos mais jovens ligeiramente inferior do que o relativo a famílias com população em idade mais avançada. Regista-se como excepção a ARU em que as famílias com elementos com mais de 65 anos sobe cerca de 10% relativamente às outras unidades em análise representando mais do dobro da percentagem de famílias com elementos mais jovens. Esta última percentagem decresce 12% na ARU relativamente ao registado nas outras unidades de análise.

URBANISMO

CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE HABITAÇÃO

Síntese da Caracterização 2014	Registaram-se 2686 alojamentos familiares na ARU em 2011.	
	A ARU tem vindo a perder importância na representatividade do parque habitacional no contexto do Concelho nas últimas 2 décadas (19,4% em 1991 – 14,1% em 2001 – 10,7% em 2011)	
	Aumento discreto do número de alojamentos na ARU de 1991 a 2011	
	Forte concentração de alojamentos na ARU com densidade habitacional 38,1 fogos/Ha face aos 19,9 fogos/Ha registados para o Lugar (Cidade)	
	Regime de habitação unifamiliar ou bifamiliar (87% dos edifícios)	
	Na ARU 72,8% dos alojamentos têm área igual ou inferior a 100m ² % bastante superior à da Cidade (52,8%)	
	Maioria dos alojamentos na ARU (57%) apresenta 3 ou 4 divisões tal como nas restantes unidades de análise	
	Nível de infraestruturação muito bom na ordem dos 99%	
	Alojamentos vagos na ARU representam 21,7% quando no Concelho se verificavam 12,1% e valores abaixo de 12% nas Freguesias Urbanas e na Cidade	
	Alojamentos com ocupação não habitual representam 34,4% do total, valor inferior aos registados para o Concelho com 42% e para a Cidade com 38,8% mas superior ao valor nacional de 19,5%	
	Na ARU a habitação própria é menos frequente que no Concelho e restantes unidades de análise (54,7% face a valores na ordem dos 70%)	
	Dotação de estacionamento para o alojamento a situação da ARU é francamente deficitária atendendo a que 92% dos alojamentos não detêm estacionamento próprio e apenas 6% têm um lugar de estacionamento	
Dados de suporte à caracterização	Área de subsecções ARU consideradas para análise comparativa (zona alargada) 1991= 2001= 2011= 58,16Ha	
	Alojamentos totais 1991= 2630 Alojamentos totais 2001= 2667 Alojamentos totais 2011= 2900 (zona alargada)	
	Área de território considerada para análise da ARU em 2011 (zona restrita) = 51,74Ha	
	Alojamentos familiares 2011= 2686 (zona restrita)	
	Alojamentos familiares de residência habitual 2011= 1181 (zona restrita)	
Fontes	INE – Recenseamento da População e Habitação 1991, 2001 e 2011	

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

Análise ao nível das ex freguesias Santa Maria e São Sebastião e Centro Histórico para 2001
 Alojamentos com uso Sazonal em % muito significativa (39,6%)
 Alojamentos vagos 10% dos alojamentos clássicos da ARU
 Elevado grau de infraestruturação
 Degradação do parque habitacional

Análise Swot 2014

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Infraestruturação	Área média de fogo e área de divisões reduzida
	Desajuste da estrutura do edificado / propriedade aos padrões e requisitos atuais de vida
	Degradação do parque edificado
Oportunidades	Ameaças
Alojamentos vagos para revitalização	Continuação de perda de atratividade habitacional em especial pela deslocação dos habitantes para outras zonas da cidade
Aumento do n.º de pisos e unção de lotes	
Criar mecanismos de atratividade do setor da construção e imobiliária para a recuperação	Percentagem elevada de fogos arrendados
	Má qualidade estética e deficiente integração urbanística de parte das intervenções no edificado

Impacto no Estudo Global e UI

Possível incentivo emparcelamento/ aumento do n.º pisos
 Reabilitação integrada de quarteirões(total ou parcialmente) para disponibilizar outras tipologias
 Programa de mobilidade (estacionamento / bicicletas / transporte coletivo urbano)

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE HABITAÇÃO

1 - Número de alojamentos

Tendo em consideração o conjunto das subsecções comparáveis territorialmente ao nível dos 3 momentos censitários (1991, 2001 e 2011)¹ a ARU decresce em termos de representatividade na habitação do Concelho embora aumente o número de alojamentos principalmente na última década em análise.

Variação positiva do número de alojamentos na ARU.

Quadro 1 – Alojamentos

Unidade de análise	1991		2001		2011	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal continental	4.029.445	100,0%	4.866.373	100,0%	5.639.257	100,0%
Algarve	213.007	5,3%	278.418	5,7%	380.126	6,7%
Lagos	13539	100,0%	18891	100,0%	27135	100,0%
Lagos (São Sebastião)	4979	36,8%	7119	37,7%	11395	42,0%
Lagos (Santa Maria)	3261	24,1%	5333	28,2%	6932	25,5%
(São Sebastião + Santa Maria)	8240	60,9%	12452	65,9%	18327	67,5%
Lagos	6924	51,1%	10581	56,0%	14841	54,7%
ARU	2630	19,4%	2667	14,1%	2900	10,7%

Fonte dos dados: INE – Censos 1991/2001/2011 – Total de Alojamentos

Considerando apenas as subsecções mais restritas que englobam a área da ARU (e não as subsecções referidas na análise e quadro anteriores), existiam 2686 alojamentos familiares na ARU em 2011 o que representava 10% do total do Concelho em 0,2% do território o que traduz uma concentração residencial muito significativa confirmada pela densidade habitacional muito superior à registada na Cidade.

Quadro 2 – Densidade habitacional

Unidade de análise	Alojamentos Familiares		Área		Densidade Habitacional
	n.º	%	Ha	%	fogos/Ha
Lagos	27.030	100,0%	21299,24	100,0%	1,27
Lagos (São Sebastião)	11.368	42,1%	934,63	4,4%	12,16
Lagos (Santa Maria)	6.895	25,5%	1980,81	9,3%	3,48
(São Sebastião + Santa Maria)	18.263	67,6%	2915,44	13,7%	6,26
Lagos	14.794	54,7%	766,75	3,6%	19,29
ARU (área da delimitação)	2.686	9,9%	51,74	0,2%	51,91

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI
(Alojamentos familiares)

¹ Ver Anexo de caracterização do domínio da população

A ARU revela estar muito perto das % globais do concelho relativamente à predominância de edifícios com 1 ou 2 alojamentos mas divergindo dos valores verificados nas freguesias urbanas em que se insere sendo que a Cidade (unidade estatística – Lugar) tem cerca do dobro da percentagem de edifícios com 3 ou mais alojamentos.

Quadro 3 – Número de Alojamentos por Edifício

Unidade de análise	Edifícios Clássicos	1 ou 2 alojamentos		3 ou mais alojamentos		Outros Edifícios	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	13205	11496	87,1%	1587	12,0%	122	0,9%
Lagos (São Sebastião)	3951	3069	77,7%	856	21,7%	26	0,7%
Lagos (Santa Maria)	2662	2164	81,3%	435	16,3%	63	2,4%
(São Sebastião + Santa Maria)	6613	5233	79,1%	1291	19,5%	89	1,3%
Lagos	4616	3462	75,0%	1083	23,5%	71	1,5%
ARU	1637	1425	87,0%	179	10,9%	33	2,0%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Edifícios clássicos; Edifícios clássicos construídos estruturalmente p/ possuir 1 ou 2 alojamentos; Edifícios clássicos construídos estruturalmente p/ possuir 3 ou mais alojamentos; Outro tipo de edifício clássico)

2 – Ocupação e características dos alojamentos

No que respeita ao regime de ocupação dos alojamentos o recenseamento de 2011 revelou uma prevalência de alojamentos vagos na ARU de 21,7% quando no Concelho é de 12,1% e nas Freguesias Urbanas e no Lugar é inferior a 12%.

Quadro 4 – Ocupação dos Alojamentos

Unidade de análise	Alojamentos Familiares	Residência Habitual		Vagos		Outros	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal continental	5.627.555	3.825.031	68,0%	704.054	12,5%	1.098.470	19,5%
Algarve	378.349	179.304	47,4%	49.904	13,2%	149.141	39,4%
Lagos	27030	12.398	45,9%	3266	12,1%	11366	42,0%
Lagos (São Sebastião)	11368	5.577	49,1%	1338	11,8%	4453	39,2%
Lagos (Santa Maria)	6895	3.187	46,2%	772	11,2%	2936	42,6%
(São Sebastião + Santa Maria)	18263	8.764	48,0%	2110	11,6%	7389	40,5%
Lagos	14794	7.332	49,6%	1719	11,6%	5743	38,8%
ARU	2686	1.181	44,0%	582	21,7%	923	34,4%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Alojamentos familiares; Alojamentos familiares de residência habitual; Alojamentos familiares vagos)

Os alojamentos com ocupação não habitual têm uma percentagem expressiva de 34,4% contudo esta não é salientável tendo em conta o contexto turístico de todo o Concelho com 42% e da Cidade com 38,8%. Em todas as unidades de análise da Região é patente a sazonalidade da ocupação.

No que respeita à área dos alojamentos, a informação censitária disponível reporta apenas o correspondente aos alojamentos familiares de residência habitual, os quais representam 44% do total de alojamentos familiares.

Da análise destes dados verifica-se que na ARU predominam alojamentos com áreas entre os 50m² e os 100m² situação onde se encontram 56,6% dos alojamentos sendo ainda mais expressivo se considerarmos que 72,8% dos alojamentos têm área igual ou inferior a 100m², percentagem esta que reduz para 53% quando passamos à unidade de análise do conjunto das ex freguesias de Santa Maria e São Sebastião.

Quadro 5 – Área dos Alojamentos

Unidade de análise	Alojamentos Familiares Residência Habitual	a ≤ 50 m2		50 < a ≤ 100 m2		100 < a ≤ 200 m2		a > 200 m2	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	12398	1052	8,5%	5415	43,7%	5028	40,6%	846	6,8%
Lagos (São Sebastião)	5577	440	7,9%	2912	52,2%	1987	35,6%	213	3,8%
Lagos (Santa Maria)	3187	170	5,3%	1123	35,2%	1618	50,8%	276	8,7%
(São Sebastião + Santa Maria)	8764	610	7,0%	4035	46,0%	3605	41,1%	489	5,6%
Lagos	7332	464	6,3%	3410	46,5%	3078	42,0%	361	4,9%
ARU	1181	191	16,2%	668	56,6%	297	25,1%	25	2,1%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Alojamentos familiares de residência habitual; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área até 50 m2; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área de 50 m2 a 100 m2; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área de 100 m2 a 200 m2; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com área maior que 200 m2)

Na ARU 25% dos alojamentos têm áreas entre 100m² e 200m² e apenas 2,1% acima de 200m². Valores significativamente menores que a média da oferta do Concelho e da Cidade.

Contudo em termos de número de divisões a maioria dos alojamentos na ARU (57,5%) apresenta 3 ou 4 divisões tal como nas restantes unidades de análise embora estas de forma um pouco menos expressiva.

Quadro 6 – Divisões por alojamento

Unidade de análise	Alojamentos Familiares Residência Habitual	1 ou 2 divisões		3 ou 4 divisões		mais de 5 divisões	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	12398	326	2,6%	5926	47,8%	6089	49,1%
Lagos (São Sebastião)	5577	125	2,2%	2844	51,0%	2583	46,3%
Lagos (Santa Maria)	3187	89	2,8%	1548	48,6%	1550	48,6%
União de Freguesias	8764	214	2,4%	4392	50,1%	4133	47,2%
Lagos	7332	158	2,2%	3753	51,2%	3402	46,4%
ARU	1181	49	4,1%	679	57,5%	453	38,4%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Alojamentos familiares de residência habitual; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 1 ou 2 divisões; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 3 ou 4 divisões)

Atendendo à área típica dos fogos é de salientar a percentagem considerável de fogos com mais de 5 divisões (38,4%) bastante superior à percentagem de fogos com mais de 100m² (27,2%).

Desta forma pode dizer-se que os edifícios da ARU têm em geral 1 ou 2 fogos (87%) que estes têm dimensões pequenas/médias (72,8% abaixo de 100m²) com divisões também de dimensão moderada.

Quadro 7 – Infraestruturação dos alojamentos

Unidade de análise	Alojamentos Familiares Residência Habitual	Alojamentos c/ água		Alojamentos c/ retrete		Alojamentos c/ esgoto		Alojamentos c/ banho	
	n.º	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	12398	12279	99,0%	12282	99,1%	12298	99,2%	12198	98,4%
Lagos (São Sebastião)	5577	5536	99,3%	5533	99,2%	5539	99,3%	5514	98,9%
Lagos (Santa Maria)	3187	3183	99,9%	3182	99,8%	3184	99,9%	3171	99,5%
(São Sebastião + Santa Maria)	8764	8719	99,5%	8715	99,4%	8723	99,5%	8685	99,1%
Lagos	7332	7307	99,7%	7305	99,6%	7309	99,7%	7281	99,3%
ARU	1181	1179	99,8%	1177	99,7%	1180	99,9%	1168	98,9%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Alojamentos familiares de residência habitual; Alojamentos familiares de residência habitual com água; Alojamentos familiares de residência habitual com retrete; Alojamentos familiares de residência habitual com esgotos; Alojamentos familiares de residência habitual com banho)

No que respeita à infraestruturação os valores da ARU são bastante bons muito próximos de 100% e iguais ou acima dos valores registados nas restantes unidades de análise com exceção da dotação de instalação para banho cuja cobertura é igual à registada na freguesia de São Sebastião. Registam-se na ARU 2 alojamentos sem abastecimento de água, 4 sem retrete, 1 sem drenagem de esgoto e 13 sem banho.

A ficha da estrutura urbana revela a existência de cerca de 18% de edifícios degradados o que tem naturalmente expressão no parque habitacional.

De realçar para a atratividade e qualificação da função residencial que as zonas norte e centro não dispõem de funções comerciais de proximidade e que praticamente não existem equipamentos sociais na ARU. Esta informação encontra-se detalhada nas fichas das Empresas e Equipamentos.

Existe um conflito entre a animação noturna das ruas centrais e o uso residencial a ter em conta e procurar minimizar na ORU.

3 – Regime de propriedade

Quadro 8 – Regime de propriedade dos alojamentos

Unidade de análise	Alojamentos Familiares Residência Habitual	Proprietário		Arrendatário		Outro	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal continental	3.825.031	2787428	72,9%	769768	20,1%	267835	7,0%
Algarve	179.304	126011	70,3%	36308	20,2%	16985	9,5%
Lagos	12398	8980	72,4%	2333	18,8%	1028	8,3%
Lagos (São Sebastião)	5577	3902	70,0%	1231	22,1%	419	7,5%
Lagos (Santa Maria)	3187	2386	74,9%	565	17,7%	236	7,4%
(São Sebastião + Santa Maria)	8764	6288	71,7%	1796	20,5%	655	7,5%
Lagos	7332	5292	72,2%	1518	20,7%	503	6,9%
ARU	1181	646	54,7%	422	35,7%	113	9,6%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Alojamentos familiares de residência habitual; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com proprietário ocupante; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados)

Relativamente ao regime de propriedade da habitação verifica-se que na ARU a habitação própria é menos frequente que no Concelho e restantes unidades de análise (54,7% face a valores na ordem dos 70%). Este fator pode dificultar algum tipo de operações de reabilitação.

4 - Estacionamento

Quadro 9 – Lugares de estacionamento por alojamento

Unidade de análise	Alojamentos Familiares Residência Habitual	1 lugar estacionamento		2 lugares de estacionamento		3 ou mais lugares estacionamento		sem estacionamento	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Lagos	12398	2999	24,2%	956	7,7%	738	6,0%	7648	61,7%
Lagos (São Sebastião)	5577	1113	20,0%	317	5,7%	252	4,5%	3870	69,4%
Lagos (Santa Maria)	3187	883	27,7%	271	8,5%	132	4,1%	1901	59,6%
(São Sebastião + Santa Maria)	8764	1996	22,8%	588	6,7%	384	4,4%	5771	65,8%
Lagos	7332	1578	21,5%	413	5,6%	245	3,3%	5077	69,2%
ARU	1181	74	6,3%	11	0,9%	6	0,5%	1090	92,3%

Fonte dos dados: INE – Censos 2011 – BGRI

(Alojamentos familiares de residência habitual; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com estacionamento p/ 1 veículo; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com estacionamento p/ 2 veículos; Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com estacionamento p/ 3 ou + veículos)

Em termos de dotação de estacionamento para o alojamento a situação da ARU é francamente deficitária atendendo a que 92% dos alojamentos não detêm estacionamento próprio e apenas 6,3% têm um lugar de estacionamento.

URBANISMO **CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE ÁGUAS, ESGOTOS E RSU**

Síntese da Caracterização 2014	O Concelho de Lagos é abastecido pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água - adutor poente	
	As principais origens de água do abastecimento de água ao município de Lagos são a Albufeira do Funcho, Albufeira de Odelouca e a Albufeira da Bravura sendo que a primeira origem assegura o abastecimento de forma regular ao longo de todo o ano, enquanto que as restantes origens cobrem o reforço em época de maior consumo designadamente de abril a outubro.	
	A área do Centro Histórico está ligada ao reservatório RII.	
	Não foram reportados problemas de capacidade de captação, de tratamento ou reserva.	
	Cobertura integral de abastecimento de água e de drenagem de esgoto na ARU	
	Intervenções recentes de remodelação das redes na zona sul da ARU e pontualmente na nascente	
	Maioria do restante território com rede de drenagem unitária ou convergente para rede unitária com exceção da zona Sul e pontualmente a nascente.	
	O sistema de drenagem de esgotos conflui para a ETAR de Lagos	
	A ETAR de Lagos foi dimensionada para 130.000 habitantes equivalente e possui tratamento secundário com desinfecção por ultra violetas sendo a descarga feita atualmente na ribeira de Bensafrim estando previsto no futuro a reutilização das águas tratadas para rega dos campos de golfe.	
	Infraestruturação dos alojamentos muito próximo de 100% acima da média da cidade e concelho.	
	A recolha de RSU na ARU é maioritariamente realizada em regime porta-a-porta.	
	Existem contudo algumas Zonas com contentores RSU.	
A recolha seletiva existe em 13 pontos da Periferia da ARU.		

Dados de suporte à caracterização	Nas reuniões foram reportadas as seguintes questões:
	- Influência das marés na rede de esgotos
	- Recolha RSU na época alta insuficiente
	- Recolha RSU porta-a-porta com problemas de horário e de cumprimento das regras pela população
	- Elevados custos de manutenção das fontes instaladas na ARU

Fontes	Plano Municipal do Ambiente de Lagos
	Estudos do Plano Diretor Municipal de Lagos
	Plano de Urbanização de Lagos
	Estudos do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos
	Reunião Divisão de Ambiente e Saneamento Urbano

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE ÁGUAS, ESGOTOS E RSU

1 – Abastecimento de água

O município de Lagos integra, desde 2000, o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água - adutor poente, cuja gestão é da responsabilidade da Águas do Algarve, SA que faz a captação, tratamento e abastecimento de água “em alta”.

De acordo com a empresa Águas do Algarve, SA as principais origens de água para abastecimento de água ao município de Lagos são a Albufeira do Funcho, Albufeira de Odelouca e a Albufeira da Bravura.

A água da albufeira do Funcho assegura o abastecimento ao município de forma regular ao longo de todo o ano, enquanto que as restantes origens cobrem o reforço em época de maior consumo designadamente de abril a outubro.

A área do Centro Histórico está ligada ao reservatório RII.

A gestão do “sistema em baixa” está a cargo do município, estando este subdivido em quatro subsistemas enquadrando-se a ARU no subsistema de Lagos.

De acordo com os dados da empresa Águas do Algarve na última década assistiu-se a um aumento no fornecimento de água.

Não foram transmitidos problemas de capacidade de captação, de tratamento ou reserva nem de qualidade ou de pressão no abastecimento.

2 – Recolha e tratamento de águas residuais

De acordo com a informação disponibilizada pelo Plano Municipal do Ambiente, o sistema de recolha, destino final e tratamento de águas residuais domésticas do município de Lagos é constituído por três sistemas: Lagos, Barão de São João e Almádena, estando a ARU integrada no sistema de Lagos.

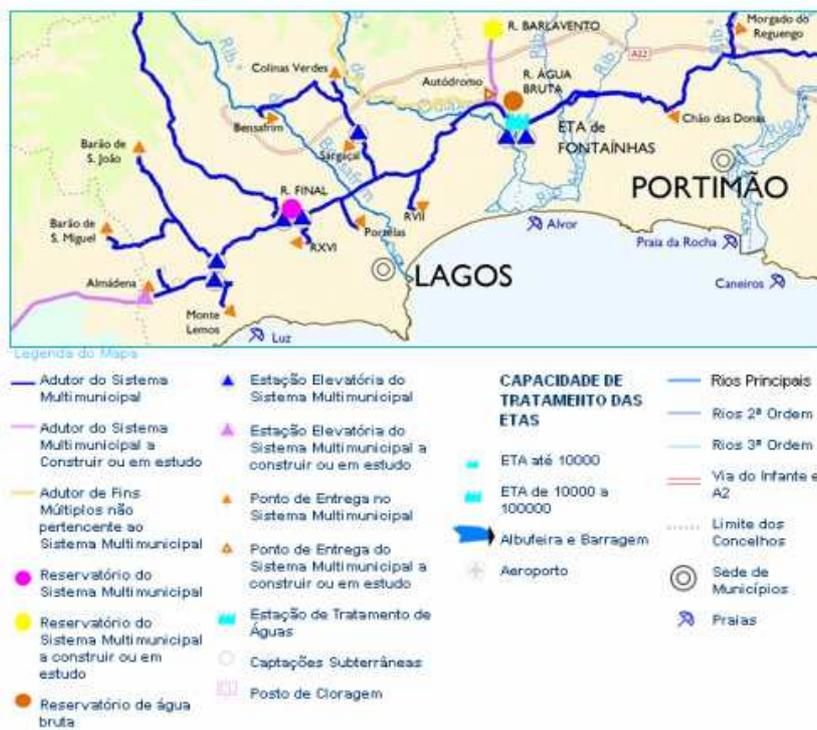


Ilustração 1. Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água Fonte Estudos de Caracterização - PDM de Lagos

O sistema de Lagos é constituído por 5 subsistemas (Bensafrim, Odiáxere, Meia-Praia, Lagos-cidade e Luz) que confluem na ETAR de Lagos.

A ETAR de Lagos foi dimensionada para 130.000 habitantes equivalente e possui tratamento secundário com desinfecção por ultra violetas sendo a descarga feita atualmente na ribeira de Bensafrim estando previsto no futuro a reutilização das águas tratadas para rega dos campos de golfe.



Ilustração 2. Sistema Multimunicipal de Saneamento de Água (Concelho de Lagos) Fonte Estudos de Caracterização - PDM de Lagos

A Empresa Águas do Algarve, indica a existência de aumento do volume de água tratada na ETAR de Lagos na última década.

No centro histórico, as únicas zonas com drenagem separativa de esgotos são sensivelmente as indicadas com mancha verde na ilustração 3.

No restante território a rede é unitária ou converge para rede unitária.

A zona mais a sul identificada a verde corresponde ao núcleo primitivo onde teve lugar uma intervenção de requalificação do programa POLIS no âmbito da qual foram substituídas as redes de infraestruturas.



Ilustração 3. Drenagem de esgotos na separativa

Na grande parte da ARU, não identificada na imagem com a mancha de cor verde, as redes de infraestruturas não sofreram intervenções

recentes e registam uma maior probabilidade de problemas tanto ao nível do abastecimento de água como de drenagem de esgotos.

No que respeita à infraestruturização dos alojamentos os valores da ARU são bastante bons muito próximos de 100% superiores aos registados na Cidade e no Concelho (ver ficha domínio habitação)

3 – Resíduos sólidos Urbanos O tratamento, valorização e destino final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos no município de Lagos são efetuados pela ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos - Subsistema do Barlavento.

A recolha de RSU é partilhada entre a CML e a ALGAR.

O Aterro Sanitário localiza-se em Portimão. Em Lagos localiza-se um ecocentro e uma estação de transferência.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Vidro	364,5	396,5	428,5	527,4	570,4	736,26	928,22	1200,86	1223,05	1200,82	1225,18	1203,93	1206,36
Papel e cartão					447,68	602,11	764,27	1000,56	1086,67	1107,60	1069,57	957,15	922,74
Embalagens	71,3	89,1	96,9	167,6	240,87	316,92	382,62	422,43	511,65	580,84	579,83	593,99	596,56

Tabela 2. Evolução da quantidade de recicláveis recolhidas pela ALGAR (ton.) nos últimos 13 anos. Fonte: www.cm-lagos.pt

Regista-se um aumento significativo da quantidade de resíduos recolhidos tanto ao nível de recolha indiferenciada como recolha selectiva.



Na zona intramuralhas da ARU a recolha de RSU é feita porta a porta com recurso a veículos pequenos. Nesta zona existem 2 locais com contentores para deposição selectiva.

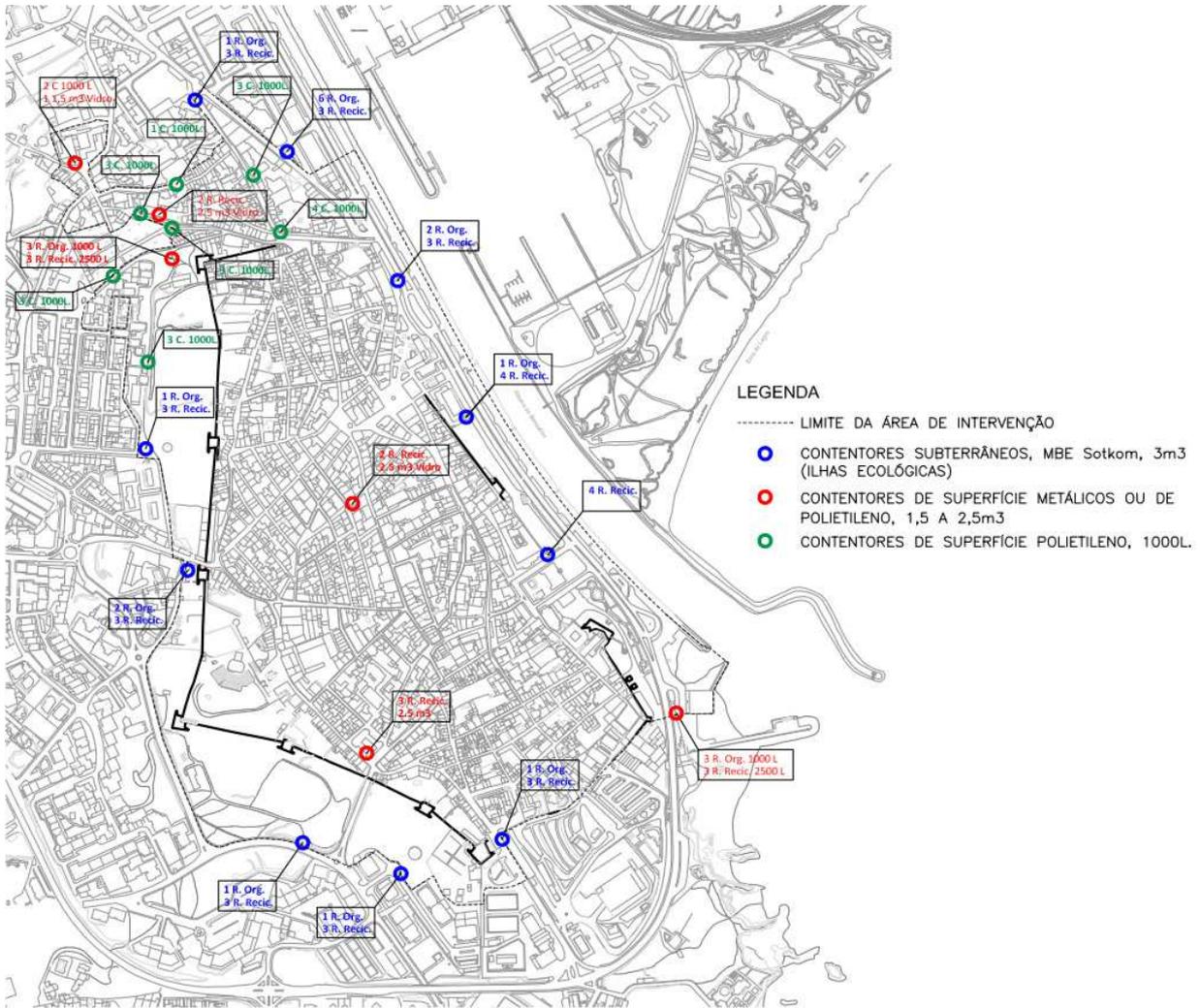
Existem 10 ilhas ecológicas na periferia da ARU em locais com acesso aos veículos de recolha e 3 zonas com contentores de superfície para recicláveis.

NA parte da ARU fora das muralhas a deposição de RSU é feita em contentores.

São reportados problemas de mau funcionamento pela não utilização (por alguns habitantes) dos recipientes próprios fornecidos pela CML pelo não respeito dos horários, mas também por desadequação do horário e frequência de recolha.

É reportada a insuficiente frequência de recolha dos resíduos depositados em contentores e papeleiras na época alta.

Ilustração 4. Contentores de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos



Fonte: FuturLagos

INFRAESTRUTURAS CARATERIZAÇÃO DA REDE ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES

Síntese da Caracterização 2014

A rede elétrica na ARU de Lagos é maioritariamente subterrânea
 A rede apoiada é unicamente a de Baixa Tensão (BT) e Iluminação Pública
 A rede tem 15 postos transformadores, explorados em anel
 Responde eficazmente para as atuais necessidades de consumo.
 Parte da rede de BT apoiada tem fragilidades devidas à cablagem existente
 Para ultrapassar as fragilidades é necessária adaptação nos edifícios:
 1. Para receber uma alimentação subterrânea
 2. Para receber cablagem de maior seção
 Havendo densificação de utilizadores pode ser necessário reforço da rede



O concelho de Lagos é, de entre os do Algarve, dos mais bem servidos quanto a telecomunicações
 Tem duas centrais competitivas, com quatro operadores, o que no Algarve, só existe em Portimão
 Tem cinco centrais da PT com DSLAM (serviço banda larga) e de uma com OLL (aberta a operadores)
 Está entre os 5 concelhos com maior expressão na cobertura de fibra ótica.
 É um dos três únicos concelhos do Algarve com 30% a 40% dos habitantes a aceder à banda larga.
 Entre 45% a 60% dos alojamentos do concelho dispõem de banda larga.
 É um dos concelhos com maior impacto no serviço de telefone fixo
 Revela algum atraso na renovação e modernização dos equipamentos
 O território da ARU não acompanha a média do próprio concelho
 Não comporta fibra ótica ou fá-lo em diminuta extensão, e grande parte da rede instalada é aérea.
 Tem atravessamentos de rua e cablagem aparente nas fachadas dos imóveis

Dados de suporte à caracterização

Informação prestada pelo Gestor de Área Operacional do Algarve, da DRCS da EDP
 Informação prestada pelo Engº Mário de Sousa da DPIR da PT

Fontes

INE, Inquérito às Telecomunicações
 Sector das Comunicações em 2012 – ANACOM 2013
 Caraterização da adoção e do consumo de pacotes de serviços de comunicações eletrónicas – ANACOM 2013

ANEXO - CARATERIZAÇÃO – REDE ELÉTRICA E COMUNICAÇÕES

1 - Rede Elétrica

De acordo com a informação fornecida pelo Gestor de Área Operacional do Algarve, da DRCS da EDP, a rede elétrica na Área de Reabilitação Urbana de Lagos é maioritariamente subterrânea, quer em média tensão (MT/15 KV) quer em baixa tensão e iluminação pública (BT/IP). Existe contudo alguma apoiada embora apenas em BT/IP.

A rede é composta por cerca de 15 PTD, explorados em anel, considera-se consolidada e responde com eficácia às atuais necessidades de consumo.

Considera-se que existe alguma fragilidade em parte da rede de BT apoiada, devido ao tipo, seções e idade da cablagem existente, embora também exista dificuldade em alterar estes estrangimentos devido a algumas instalações dos clientes não estarem preparadas para receber uma alimentação subterrânea e/ou cablagem de maior seção.

Admite-se que, se o estudo de requalificação implicar densificação de utilizadores (domésticos ou empresariais), venha a ser necessária a criação de novos pontos injetores (PTD e/ou RBT).

A EDP poderá fornecer, a pedido expresso da Câmara Municipal, o cadastro das infraestruturas referidas embora apenas disponha da Rede de Média Tensão e dos pontos de Iluminação Pública e está disponível para dar todo o apoio técnico que seja necessário, nomeadamente para a elaboração de um eventual projeto elétrico de requalificação da zona ou de parte dela.

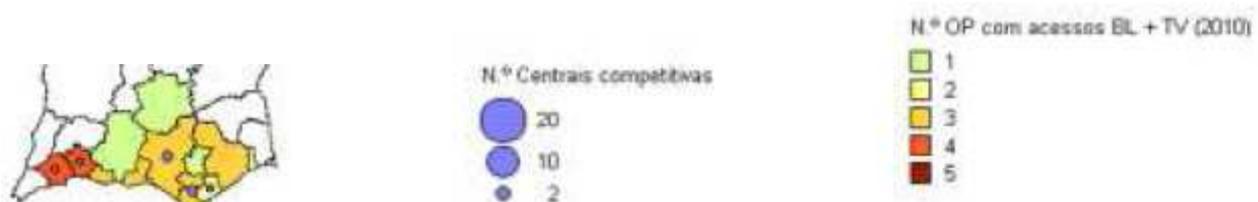
Por último, as luminárias de IP, tratadas noutra ficha, são pouco uniformes e algumas antiquadas.

2 - Comunicações

No âmbito duma intervenção de reabilitação urbana, a caracterização do sistema de telecomunicações assenta na determinação da oferta e da contratação de serviços, uma vez que as infraestruturas de distribuição são normalmente asseguradas pelos operadores e estão constantemente em atualização.

De acordo com a ANACOM, o concelho de Lagos dispõe de duas centrais competitivas. Ou seja é uma área onde existem duas centrais distribuidoras (MDF) com penetração do cabo em mais de 60% e com pelo menos um operador coinstalado (OLL). De acordo com a Ilustração 1, existem em Lagos quatro operadores, o que, no Algarve, apenas acontece noutra concelho, o de Portimão.

Ilustração 1 - Número de áreas de centrais competitivas e de prestadores alternativos



Fonte: Caraterização da adoção e do consumo de pacotes de serviços de comunicações eletrónicas – ANACOM 2013

O concelho tem cinco centrais da PT com DSLAM (serviço em banda larga) e de uma com OLL (isto é, uma central onde os restantes operadores se ligam para o fornecimento do respetivo serviço aos utentes).

Ilustração 2 - Distribuição das Centrais da PT (4º Trimestre 2012)



Fonte: Sector das Comunicações em 2012 – ANACOM 2013

A ilustração 3 apresenta a percentagem de alojamentos que dispõe de cabos com fibra ótica (FTTH/B) e os que estão acessíveis por cabo coaxial (HFC).

No Algarve, apenas 5 concelhos têm alguma expressão na cobertura de fibra ótica, sendo Lagos um deles, com uma cobertura de entre 5% a 25% do conjunto de alojamentos. Contudo, os alojamentos cablados com sistema coaxial no concelho atingem entre 75% a 100% de todos os existentes no concelho, embora seja necessário clarificar que existe uma sobreposição de informação, dado que este valor resulta do somatório das cablagens efetuadas pelos diversos operadores.

A ANACOM estima que o efeito de duplicação seja no máximo de 13,4%, o que implica uma correção de cobertura em Lagos para entre 60% a 85% de todos os alojamentos no concelho.

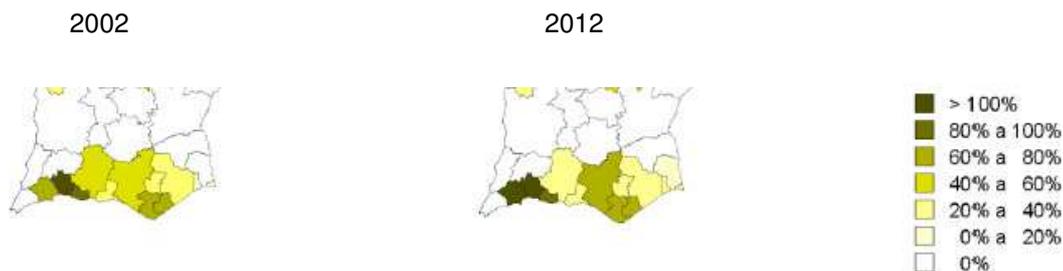
Ilustração 3 – Alojamentos cablados em % do total de alojamentos



Fonte: Sector das Comunicações em 2012 – ANACOM 2013

Na Ilustração seguinte apresenta-se a evolução entre 2002 e 2012 do somatório dos alojamentos cablados por todos os operadores, sendo evidente o reforço no concelho, um dos dois únicos do Algarve em que isso aconteceu com relevância.

Ilustração 4 - Distribuição geográfica do somatório dos alojamentos cablados por todos os operadores



Fonte: Sector das Comunicações em 2012 – ANACOM 2013

A ilustração 5 apresenta o acesso de banda larga por 100 habitantes, no quarto trimestre de 2012, sendo evidente o peso relevante de Lagos no quadro Algarvio, um dos três únicos concelhos com uma percentagem de 30% a 40% dos habitantes a aceder à banda larga.

Ilustração 5 – Acesso de banda larga por 100 habitantes, no quarto trimestre de 2012



Fonte: Sector das Comunicações em 2012 – ANACOM 2013

Medida por alojamento (ver ilustração 6) a estimativa de cobertura é ainda mais importante, na medida em que atinge entre 45% a 60% dos alojamentos do concelho, embora existam mais concelhos (5 e não 3) com essa variação percentual.

Ilustração 6 – Acesso de banda larga por 100 alojamentos em 2012



Fonte: Sector das Comunicações em 2012 – ANACOM 2013

Pode-se pois concluir que Lagos é um dos concelhos do Algarve e do país com melhor cobertura de telecomunicações.

Apesar disso, importa reconhecer que o território da ARU não acompanha a média do próprio concelho, embora para o efeito não existam elementos estatísticos ou outros que o possam confirmar. Seria útil perceber junto dos operadores locais (PT, Zon, Cabovisão, Vodafone e outros) que número de clientes dispõem na área da ARU e para que tipo de serviços.

Esta e outras questões, foram solicitadas à ANACOM e à Portugal Telecom, as quais não conseguiram até à data fornecer os elementos solicitados, de que se realçam:

1. Informação cadastral sobre a rede subterrânea existente, bem como sobre a rede aérea. Quanto a esta, o seu estado, problemas de manutenção/conservação e indicação de eventuais alterações previstas para os próximos anos.
2. Informação sobre a rede ótica e coaxial existentes na zona.
3. Caso não exista rede ótica, programação da sua instalação na zona nos próximos anos.
4. Principais problemas/reclamações ocorridos na zona.
5. Existência de infraestruturas próprias dos restantes fornecedores na zona
6. Contratação de serviço: informação aproximada de assinantes de telefone fixo não incluídos em pacotes, de assinantes em pacotes STF e SAIF, de pacotes ATF e STVS, e ainda de Triple ou superior.

A Direção de Planeamento e Implementação da Rede (DPIR) informou que cabe à ANACOM disponibilizar por Sistema de Informação Centralizado (SIC) o cadastro das infraestruturas, o que aparentemente não está acessível.

Embora correndo o risco de faltar à realidade, julga-se que o território da ARU, atualmente, ou não comporta fibra ótica ou fá-lo em diminuta extensão, e grande parte da rede instalada é aérea, com atravessamentos de rua e cablagem aparente nas fachadas dos imóveis.

No que respeita à contratação de serviços (ver quadro seguinte), existem elementos estimados pela ANACOM, por tipo de serviço, com base nos agregados que têm pelo menos 2 serviços de entre Serviço Telefónico Fixo (STF), Serviço Fixo de Acesso à Internet (SAIF) e Serviço de Televisão por Subscrição (STVS) para o concelho de Lagos.

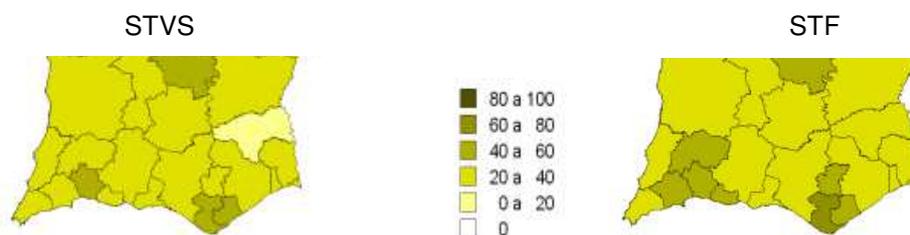
Taxa de Penetração em Lagos	%	Taxa de Penetração em Lagos	%
Telefone fixo	98,7	Internet móvel	16,2
Internet fixa	74,7	Pacotes	91,7
Televisão Paga	93,9	Pacote Triple Pay	60,8
Televisão Paga em Pacote	87,2	Agregados com três serviços	69,2
Televisão Paga fora Pacote	8,3	Fibra	21,8

Fonte: ANACOM

Deste quadro resulta uma indicação que o STF e o STVS têm preponderância sobre o SAIF e ainda uma informação adicional sobre a cobertura concelhia ainda pouco expressiva da internet móvel.

A Ilustração seguinte permite perceber o peso percentual de assinantes de STVS por 100 alojamentos, bem como a mesma relação percentual, mas desta feita para telefones fixos residenciais.

Ilustração 7 – Assinantes STVS e acessos STF residenciais por 100 alojamentos em 2012



Fonte: Sector das Comunicações em 2012 – ANACOM 2013

Por último, um conjunto de indicadores relativos ao uso do telefone:

Localização geográfica	Postos telefónicos totais e residenciais por 100 habitantes									
	2012		2011		2010		2009		2008	
	Total	Res	Total	Res	Total	Res	Total	Res	Total	Res
Portugal	24,84	13,42	24,72	14,12	25,02	14,77	25,57	15,47	26,59	15,74
Continente	24,83	13,33	24,70	14,04	24,93	14,67	25,44	15,39	26,45	15,63
Algarve	34,01	20,42	33,55	20,73	35,12	21,69	36,47	22,42	37,80	22,33
Lagos	37,01	23,65	35,36	23,04	36,70	23,22	38,07	23,44	38,66	23,03

Postos telefónicos totais e residenciais por 100 habitantes (N.º) por Localização geográfica; Anual - INE, Inquérito às Telecomunicações

Em Lagos aumentou a percentagem quer de postos telefónicos totais, quer residenciais, quando em Portugal e no Algarve decresceu essa percentagem para os residenciais.

Localização geográfica	Postos telefónicos totais e residenciais por 100 habitantes									
	2012					2011				
	Total	Analógicos	%	Digitais	%	Total	Analógicos	%	Digitais	%
Portugal	2604479	1822538	70,0%	781941	30,0%	2605910	1928179	74,0%	677731	26,0%
Continente	2477229	1723465	69,6%	753764	30,4%	2477395	1825987	73,7%	651408	26,3%
Algarve	151121	119566	79,1%	31555	20,9%	151295	123089	81,4%	28206	18,6%
Lagos	11390	9490	83,3%	1900	16,7%	10998	9398	85,5%	1600	14,5%

Acessos telefónicos (N.º) por Localização geográfica e Tipo de acesso telefónico; Anual -

Por último, em Lagos 83% dos equipamentos telefónicos são analógicos, contra 70% em Portugal e 79% no Algarve, o que revela algum atraso na renovação e modernização dos equipamentos. Mas em crescimento absoluto, os equipamentos analógicos em Lagos aumentaram 92 unidades entre 2011 e 2012, enquanto os digitais aumentaram 300 unidades.

Caracterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

Relevo da área em estudo caracterizado por declives irregulares condiciona rede viária. Por um lado de vias planas ou com declives muito pouco acentuados e por outro vias que apresentam declives mais acentuados com inclinações irregulares (zonas Norte, central e poente)

Vias da zona central a apresentarem sobretudo pavimentos em paralelepípedos e calçada, sendo por outro lado o pavimento betuminoso o que mais se observa nas vias de distribuição das zonas limite da área em estudo.

Na zona central, a largura das vias é na maior parte dos casos muito reduzida (3 a 4 m)

Na Av. dos Descobrimentos perfis mais generosos, 2 sentidos de circulação, passeios e estacionamento.

Em geral sistema de circulação de sentidos únicos, por limitações de perfil transversal. Dois sentidos nas vias de ligação ao exterior como por ex a Estrada da Ponta da Piedade e a R. dos Bombeiros Voluntários de Lagos.

Nas Avenidas das Comunidades Portuguesas e dos Descobrimentos com função de função de distribuição do tráfego a circulação processa-se em 2 sentidos

O PP estabelece hierarquização viária:

Rede Principal constituída pelas principais vias e permite a mobilidade entre as diversas zonas da área em estudo, articulando-se com as principais vias de acesso ao exterior, servindo o tráfego de entrada / saída. Integram este nível: Avenidas das Comunidades Portuguesas e dos Descobrimentos e Rua da Ponta da Piedade

Rede Secundária engloba as vias que permitem a mobilidade interna entre as várias zonas da área em estudo, ligando as vias principais e às vias da rede local. Integram este nível troços das seguintes: R. da Capelinha, R. António Crisógono dos Santos, Largo das Portas de Portugal, R. Vasco da Gama, Trav. do cemitério, R. da Torrinha, R. do Jogo da Bola, R. dos Peixeiros, R. do Paiol, R. 1.º de Maio, R. da Atalaia, R. Infante de Sagres R. Prof. Luís de Azevedo, R. Silva Lopes, R. Cândido dos Reis, R. da Estrema, Trav. Da Estrema, R. 25 de Abril, R. Soeiro da costa, R. Lançarote Freitas, R. 5 de Outubro, R. dos Bombeiros Voluntários de Lagos, R. de S. José, R. Dr. Mendonça, R. Dr. Júlio Dantas, Trav. Do Mar, Praça Infante D. Henrique. (Ilustração 2 em anexo)

Rede local constituída pelas vias que permitem o acesso local dentro das várias zonas do Centro Histórico. Integram este nível as Ruas não incluídas nos níveis anteriores.

Foram assinalados pontos de conflito essencialmente sazonais entre os quais “Cruzamentos entre as Ruas Lançarote de Freitas, Cândido dos Reis, Mendonça Pessanha e Soeiro da Costa”, “Largo das Portas de Portugal”, “Cruzamento do Largo da Porta do Postigo entre as Ruas do Cemitério, José Vieira, da Capelinha e António Crisógono dos Santos”, “Zona Envolvente à Igreja de Santa Maria e ao Hospital de Lagos”, “Zona Envolvente à Igreja de Santa Maria e ao Hospital de Lagos, “Ruas Dr. Faria e Silva e dos Ferreiros” e “Avenida dos Descobrimentos”

Análise Swot 2014

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Zonas pedonais exclusivas	Restrições físicas da rede
Passeio Ribeirinho	Zona central e norte em mau estado de conservação
Boa acessibilidade da periferia da ARU ao Concelho e ao exterior	Sazonalidade das solicitações
	Problemas funcionais da rede
Rede interna segmentada de sentidos únicos	Declives acentuados em algumas zonas
Oportunidades	Ameaças
Intervenção integrada ao nível de pavimentos e redes	Aumento da pressão de acesso e estacionamento
Plano de sinalética	
Melhorar funcionalmente os espaço pedonal	

Impacto no Estudo Global e UI

Planeamento integrado e intervenção faseada ao nível de pavimentos e redes em UI

Plano de sinalética

Programa de mobilidade (estacionamento / bicicletas / transporte coletivo urbano)

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE INFRAESTRUTURAS DE CIRCULAÇÃO

A ARU é servida diretamente pela rede de distribuição da Cidade no que respeita nomeadamente à Avenida dos Descobrimentos e Avenida das Comunidades Portuguesas a nascente e sul respetivamente.

Esta estrutura de enquadramento, Avenida das Descobertas, Avenida das Comunidades Portuguesas e a rede envolvente ao Anel Verde, permite assegurar a acessibilidade da ARU à rede estruturante que serve a cidade de Lagos quer no que se refere às ligações de contexto urbano como extraurbano.

A rede de circulação interna da ARU é fisicamente muito condicionada pela estrutura edificada mas também em alguns pontos pela morfologia do território (assunto tratado no setor do ambiente urbano).

As condicionantes impostas pelas características físicas da rede viária interna ao espaço intramuralhas encontram-se mitigadas por uma gestão em malhas de sentido único, articuladas entre si, estabelecidas a partir dos pontos de acesso das portas históricas da cidade.

Existe também um conjunto de vias exclusivas de circulação pedonal que irradiam das Portas de Portugal para poente e sul.

Assim de forma resumida as infraestruturas de circulação interna da ARU apresentam as seguintes características consoante as seguintes 4 zonas:

Núcleo primitivo – Zona sul

- Ruas estreitas (perfil total na ordem dos 4,00 a 5,00m) com inclinações acentuadas
- Plano de fachada regular
- Circulação viária em sentido único
- Pavimentos em calçada em bom estado de conservação
- Problemas de estabilidade de circulação pela conjugação do pavimento com a inclinação
- Circulação mista pedonal e viário (pouco intensa) sem segmentação altimétrica de passeios apesar da utilização dos pavimentos delimitar faixas, que em algumas zonas se assemelham a passeios, na prática a circulação pedonal não se faz em canal próprio

Zona poente e norte (São Sebastião)

- Ruas estreitas (perfil total < 5,00m em geral chegando a 2,00m) com inclinações muito acentuadas
- Plano de fachada irregular
- Circulação viária em sentido único
- Pavimentos da parte viária em asfalto ou calçada e da parte pedonal em calçada ambos em geral com problemas de conservação
- Segmentação da circulação pedonal e viária com formalização de passeios elevados
- Passeios em geral com largura inferior a 0,6m com zonas de estreitamento e inexistência e alargamentos até cerca de 1m
- Ocupação do espaço pedonal por estacionamento irregular

Ruas Pedonais - nascente

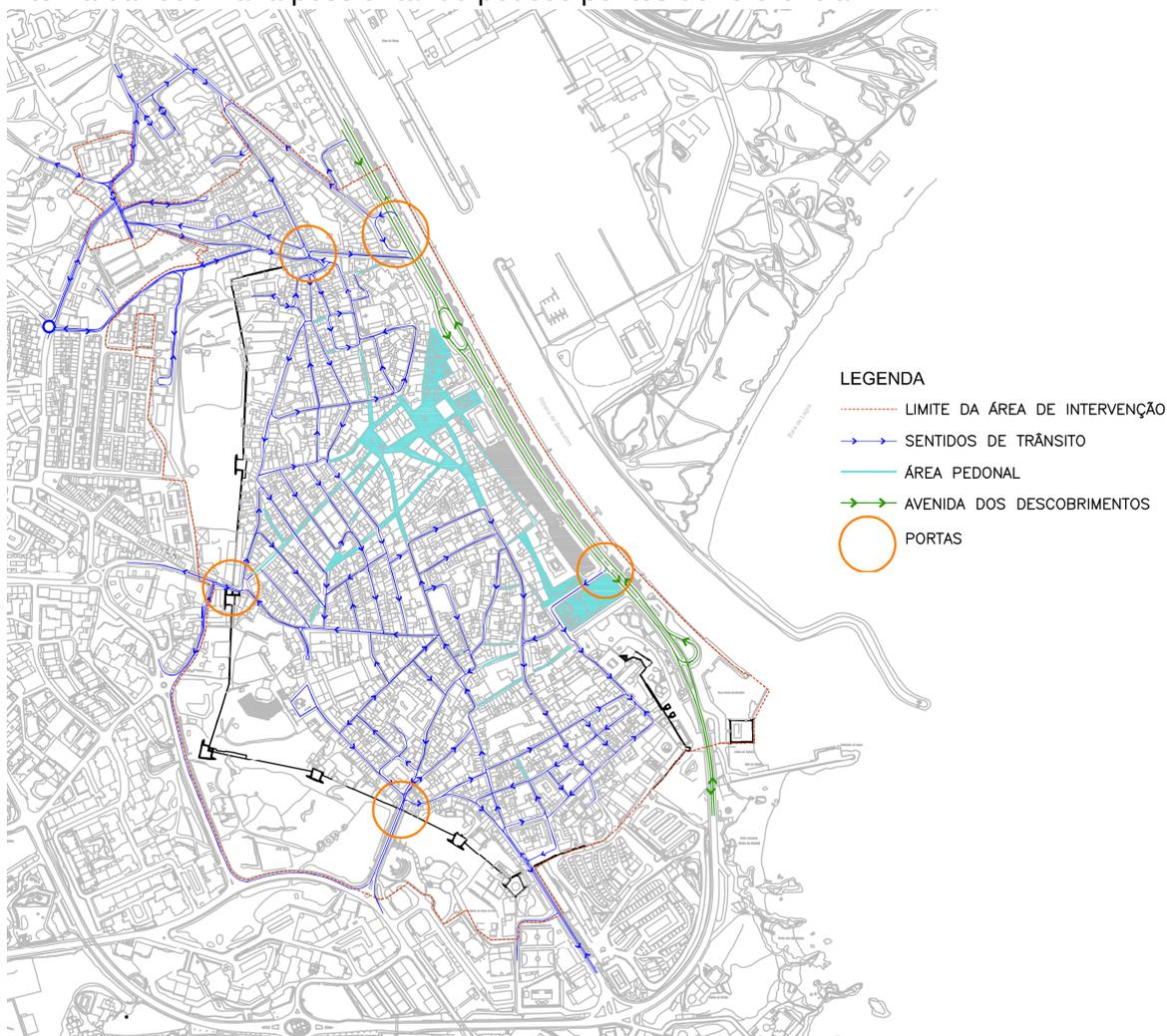
- Ruas e praças quase planas e outras (menor parte) com inclinação acentuada
- Percursos com larguras totais sensivelmente entre os 3 e os 8 metros e zonas de estadia

- correspondentes às praças de dimensões e configurações diversas
- Circulação exclusiva pedonal, cargas e descargas e veículos de emergência
- Pavimentos em calçada com desenho de pavimento de continuidade da estrutura em bom estado de conservação
- Mobiliário, esplanadas e zonas de venda ambulante como obstáculos à circulação

Avenida dos descobrimentos - nascente

- Avenida em geral com pouca inclinação
- Rua de 2 sentidos, separador central (aprox.1,5m) e 2 faixas em cada sentido (aprox.4x 3,5m)
- Passeio principal do lado nascente correspondente ao lado da Ribeira de Bensafrim com 10 metros livres e, estacionamento marginal e canteiro envolvente com 6,5metros
- Passeio poente com cerca de 5 a 7 metros com ou sem estacionamento e vegetação
- Pavimentos em bom estado de conservação
- Pavimentos em asfalto na parte rodoviária excepto passadeiras parcialmente em calçada e passeios em calçada de calcário rebaixados nas passadeiras. Estacionamento em calçada de granito
- Estacionamento quase contínuo no lado nascente junto ao passeio principal o qual cria obstáculo à ligação visual à Ribeira

A morfologia do território em conjunto com a morfologia dos quarteirões origina pouca legibilidade interna da rede viária possibilitando poucos pontos de referência.



Fonte: Oficina de Arquitectura com base no PPCHCL e Estudos FuturLagos

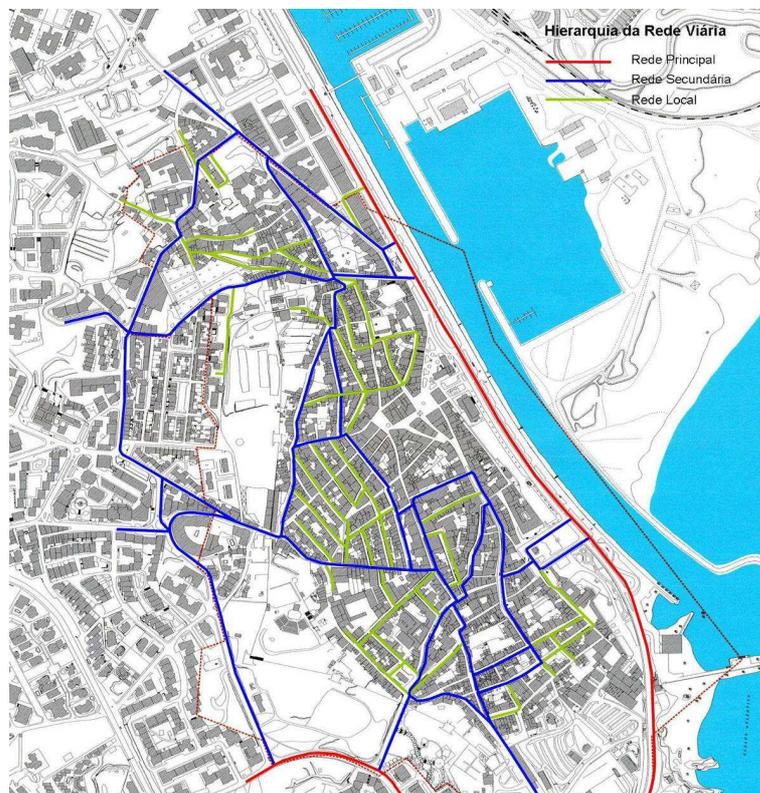
A oferta de estacionamento à superfície na ARU é muito limitada estando a maior percentagem da dotação na Avenida dos Descobrimentos.

Também, como analisado no domínio da habitação, a dotação de estacionamento nos alojamentos é muito reduzida sendo que de acordo com os Censos de 2011 92,3% dos alojamentos familiares de residência habitual existentes na ARU não dispõem de estacionamento próprio.

Existem 2 parques de estacionamento cobertos na ARU designadamente Parque da Frente Ribeirinha e Parque do Anel Verde, com capacidade conjunta de cerca de 850 lugares, servidos respetivamente pela Avenida dos Descobrimentos e pela Estrada da Ponta da Piedade que liga à Avenida das Comunidades Portuguesas.

A análise da mobilidade consta do capítulo seguinte.

Ilustração 2. Hierarquização viária proposta pelo PPCHL



Fonte: Plano de Pormenor do centro histórico de Lagos. Fonte: Estudos do PP do Centro Histórico de Lagos

AMBIENTE URBANO

CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE SÍNTESE FISIAGRÁFICA

Síntese da Caracterização 2014

- Relevo marcante, de orientação predominante W-E.
- Variação altimétrica de cerca de 40 metros a partir da cota 0.
- 73% da área localizada a uma cota inferior a 20m.
- Declive superior a 12% numa área superior a 65% da ARU.
- Declive acentuado com maior incidência no quadrante N.
- Encostas orientadas predominantemente aos sectores N-NE e E-SE.
- Encostas com exposição solar moderada em cerca de 47% da ARU.
- Encostas frias correspondentes a cerca de 33% da área.
- Predomínio visual sobre a baía da Meia-Praia.



Dados de suporte à caracterização

- Altimetria presente nas peças desenhadas do PP do Centro Histórico de Lagos
- Análise espacial desenvolvida a partir do MDT elaborado com base na altimetria do PP do Centro Histórico de Lagos

Fontes

PP do Centro Histórico de Lagos

Caracterização do PP do Centro Histórico de Lagos

Relevo e Morfologia

O centro histórico de Lagos é constituído basicamente por três colinas:

- Norte onde se localiza a Igreja de São Sebastião;
- Sul (onde existiu a antiga Igreja de Santa Maria que foi destruída aquando do terramoto de 1755);
- Zona intermédia.

Entre estas colinas corriam duas ribeiras, a Norte a Ribeira das Naus e a Sul a Ribeira dos Touros, ambas confluentes com a actual Ribeira de Bensafrim.

Hipsometria

- Identificam-se 4 classes altimétricas na área de intervenção, que se situam entre os 0 e os 40 m de altitude.
- As maiores altitudes desenvolvem-se de Este para Oeste, sendo que maior parte da área de intervenção encontra-se nas classes altimétricas dos 0 aos 20 m.

Declives

- Existem variações significativas dos declives no Centro Histórico.
- Na área de intervenção identificam-se três zonas de maiores declives (em certos locais o declive é superior a 12º) a que correspondem as três colinas anteriormente referidas.
- Nas zonas da Praça Gil Eanes e Praça Infante D. Henrique predominam os declives inferiores a 2º.

Exposição das vertentes

- Maior predomínio (não significativo) de vertentes orientadas para o quadrante Norte/Este.

Análise Swot 2014

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Relevo ondulado e marcante	Inclinações acentuadas
Conforto climático moderado em quase 50% da área	Grande representatividade de encostas frias
Sistema de vistas / Diversidade paisagística	
Oportunidades	Ameaças
Programação adequada de espaços exteriores	Desadequação entre pavimento e declive
Adequação dos pavimentos à dificuldade do percurso	Afastamento da população de zonas frias e muito frias
Valorização dos pontos de vistas	

Impacto no Estudo Global e UI

- Adequação dos usos atendendo ao conforto climático / Adequação programática dos espaços públicos
- Identificação dos principais eixos a necessitar de requalificação / repavimentação de eixos pedonais
- Identificação das relações visuais/domínio visual sobre a Baía de Lagos

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE SÍNTESE FISIAGRÁFICA

Os procedimentos adotados na elaboração deste estudo conjugam abordagens metodológicas distintas que se intercetam numa avaliação final. A primeira abordagem efetuada, de natureza mais empírica, corresponde a um conjunto de procedimentos que recorrem a uma avaliação sensitiva baseada na experiência “in situ” do local em estudo. A segunda abordagem, de cariz mais sistematizado, corresponde a um processo de análise espacial em ambiente SIG, onde a construção do modelo digital do terreno possibilita derivações analíticas, como a análise de declive, orientação de encostas e visibilidade. Neste âmbito foi elaborada a seguinte cartografia (apresentada em imagens no final da presente descrição) de suporte à presente análise:

- Hipsometria – Imagem 1;
- Declive – Imagem 2;
- Orientação de encostas – Imagem 3;
- Conforto climático / Exposição solar – Imagem 4;
- Análise de visibilidade – Imagem 5;

1. Síntese Fisiográfica

A ARU insere-se num contexto fisiográfico de algum dinamismo de relevo, concentrando-se numa encosta de direção W-E, onde a variação altimétrica corresponde a cerca de 40m originando uma rápida transição entre as cotas da margem da Ribeira de Bensafrim na Avenida dos Descobrimentos quase ao nível do mar, até aos extremos S, SW (coincidentes com os torreões da muralha aí existentes) e NW próximos dos 40m de altitude. Correspondendo cerca de 73% da área a cotas inferiores a 20m, a transição para cotas de valores mais elevados, ao verificar-se numa área reduzida, origina um relevo movimentado marcado por inclinações acentuadas que atingem uma maior relevância no quadrante N da ARU. Deste modo, mais de 65% da ARU possui um declive superior a 12%, com maior incidência no quadrante N (a norte da igreja de S. Sebastião) onde se atinge valores superiores a 18% de inclinação. Traduzindo esta modelação do relevo, as orientações predominantes situam-se assim nos sectores N-NE (cerca de 36%) e E-SE (cerca de 29%), correspondendo os restantes sectores a menos de 35% da área, apenas se destacando a orientação a S (cerca de 5%) bastante localizada na encosta coincidente com a “horta do jogo da bola” e a abertura na muralha aí localizada no topo norte.

2. Conforto Climático / Exposição de Encostas

De forma a completar o estudo sobre a relevo, aproximando-o ao estudo do conforto climático existente, de acordo com os dados disponíveis, foi efetuado um procedimento de overlay (união entre áreas) dos temas referentes às orientações de encosta e ao declive, permitindo-se a obtenção de uma carta de conforto climático exposição de encostas. A metodologia utilizada neste estudo corresponde a uma adaptação do cálculo de índices de exposição presente nas aulas de apoio do Prof. Cancela D'Abreu com base num estudo do Arq. Pais. Álvaro Dentinho, sendo da

sua autoria a definição dos intervalos adotados na presente análise. Após o procedimento de união de variáveis, é efetuada uma operação de edição da base de dados associada ao tema resultante classificando-a de acordo com o cruzamento de valores verificados, tal como explicitado na seguinte tabela.

Declives (%)	0 - 3	3 - 4	4 - 6	6 - 7	7 - 12	12 - 16	16 - 25	25
Orientações								
N	97	97	96	95	92	88	82	78
NE/NW	98	98	97	96	94	91	87	83
E/W	100	100	100	100	100	99	98	97
SE/SW	102	102	103	103	105	107	109	111
S	103	103	104	105	107	110	114	116
	≤ 85 Muito Baixas (Muito Frias)							
	86 – 96 Baixas (Frias)							
	97 – 103 Médias (E – W) (Moderadas)							
	104 – 115 Altos(Quentes)							
	≥ 115 Muito Altos (Muito Quentes)							

Quadro 1 | Classificação das Encostas de acordo com o Índice de Exposição Solar

Ainda de acordo com os mesmos apontamentos é sugerida uma ocupação do terreno em função dos resultados obtidos como a seguir descrito: “(...) *note que aos terrenos planos corresponde o índice 100. Para terreno mais soalheiros o índice de exposição é superior a 100, para terrenos mais ensombrados o índice é inferior a 100.*”

A análise efetuada para a ARU revela um contraste de sensações no seio da área em análise. Se por um lado, a classe de maior predominância corresponde às zonas moderadas (cerca de 47% da área em análise), por outro, a segunda classe com maior representatividade corresponde às encostas frias (cerca de 33%), sendo que as classes de exposição quente ou muito quente representam, no total, um valor inferior a 15% da área observada. A observação destes valores permite caracterizar esta área como possuidora de um conforto climático significativo (uma vez que se regista um predomínio das classes de exposição moderada, as mais aptas à ocupação humana, como resultado de uma orientação generalizada e 'soalheira' do terreno em direção ao plano de água), que concorrem com áreas menos apropriadas à ocupação humana onde o predomínio se associa à encostas frias.

3. Sistema de Vistas

O sistema de vistas presente na ARU, como consequência do relevo existente, assume uma especial preponderância sobre todo o sector E onde a baía da Meia-Praia representa o principal polo de atração visual. Com domínio sobre todos os pontos de vista analisados a partir das zonas de maior altimetria a baía assume-se como um ponto de referência constante na observação. Os pontos de observação analisados no interior da área, por outro lado, acabam por perder as suas referências no interior da apertada malha urbana presente, perdendo-se muitas vezes a relação próxima com a baía da Meia-Praia e mesmo com a frente ribeirinha de Lagos. Em suma, o

sistema de referências visuais que, na observação a partir do eixo muralhado ajuda a localizar o observador desta paisagem, é parcialmente perdido quando o mesmo adentra a malha urbana, onde nem sempre as referências patrimoniais e arquitetónicas aí existentes contribuem para uma fácil orientação no interior da ARU.

ANEXO – CARTOGRAFIA

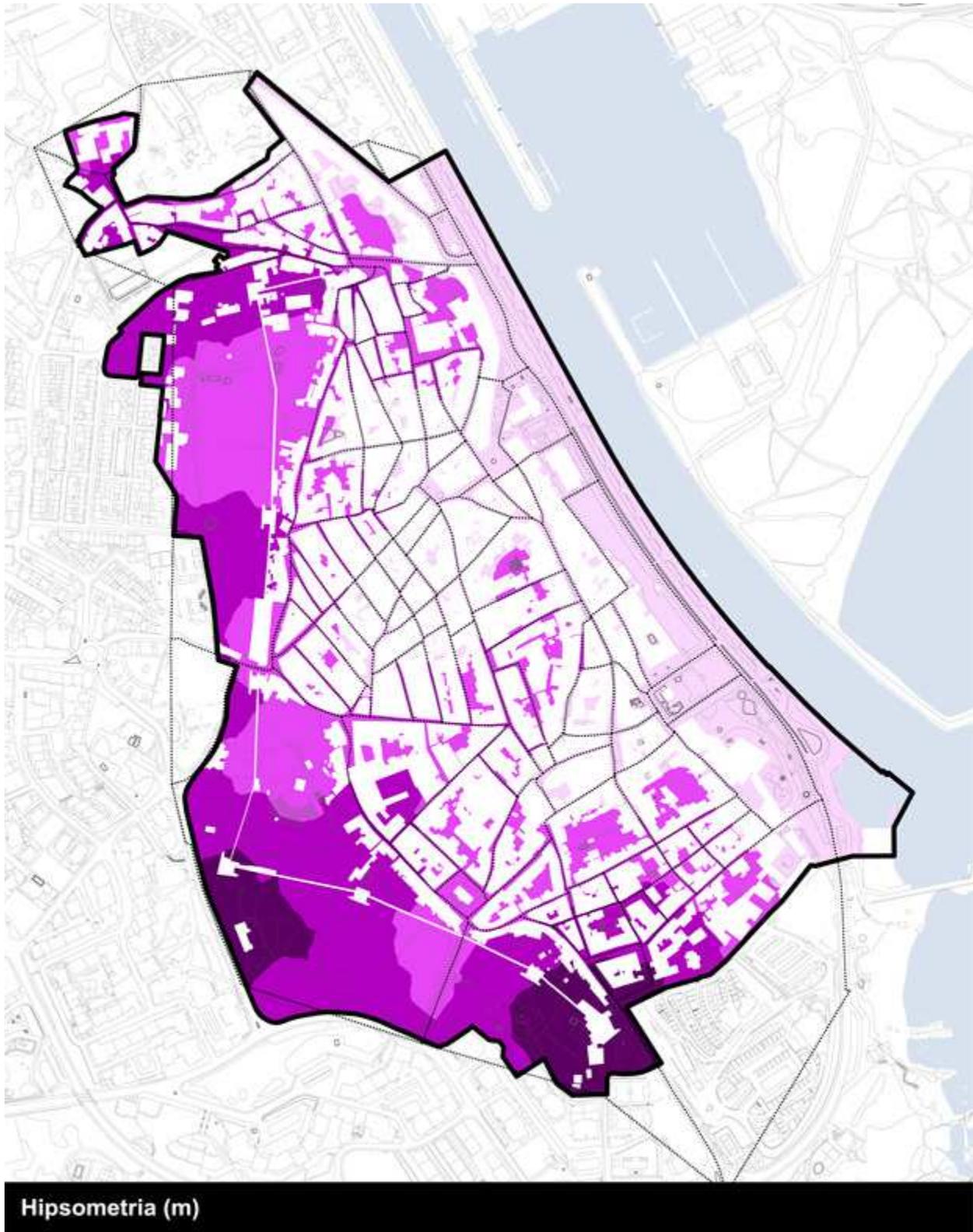
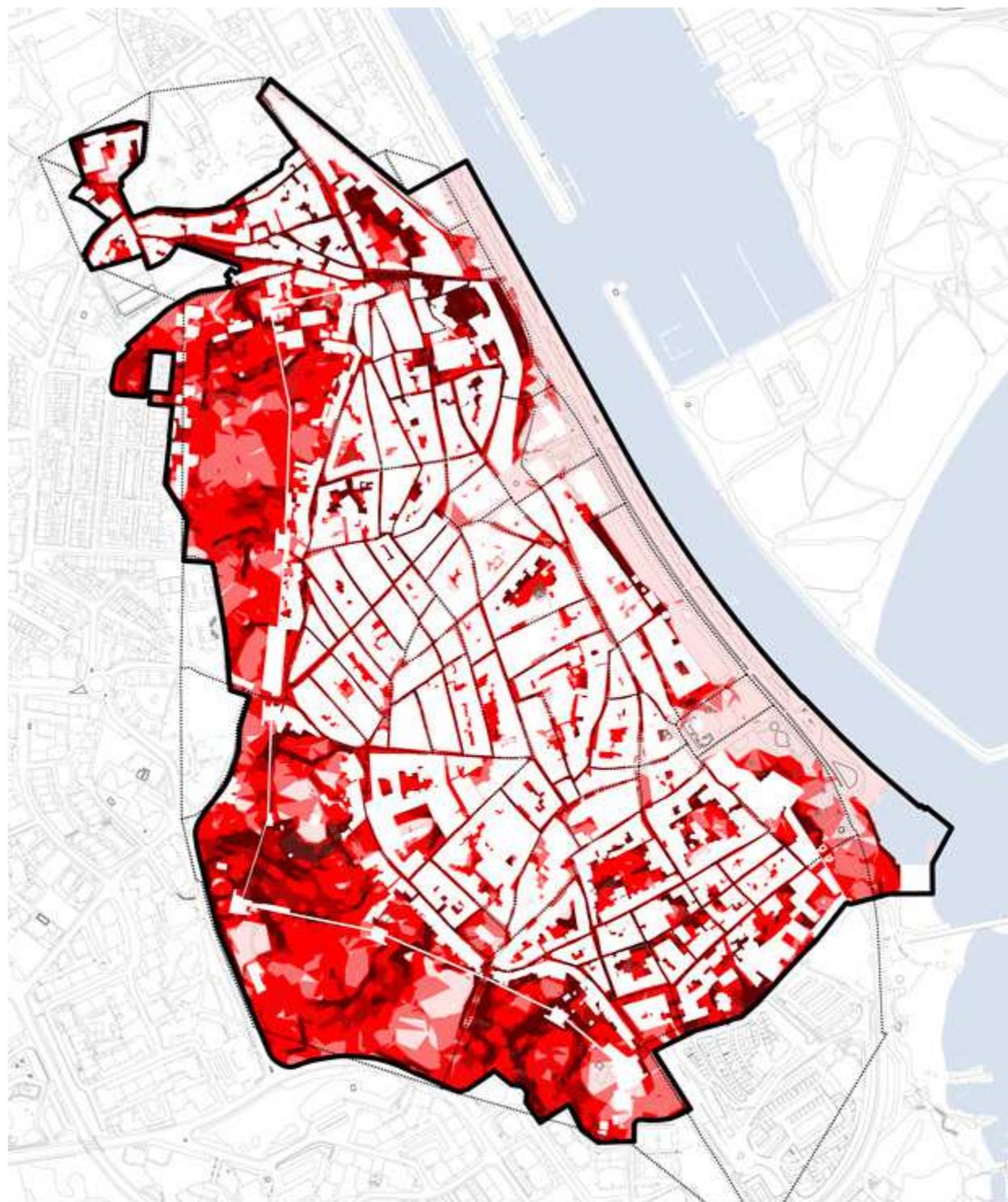


Imagem 1



Declive (%)

-  (0 - 3) Plano
-  (3 - 6) Semi-plano
-  (6 - 12) Inclinado
-  (12 - 18) Muito inclinado
-  (> 18) Excessivamente inclinado

 Limite da ARU

 Quarteirões

0  250 m

Imagem 2

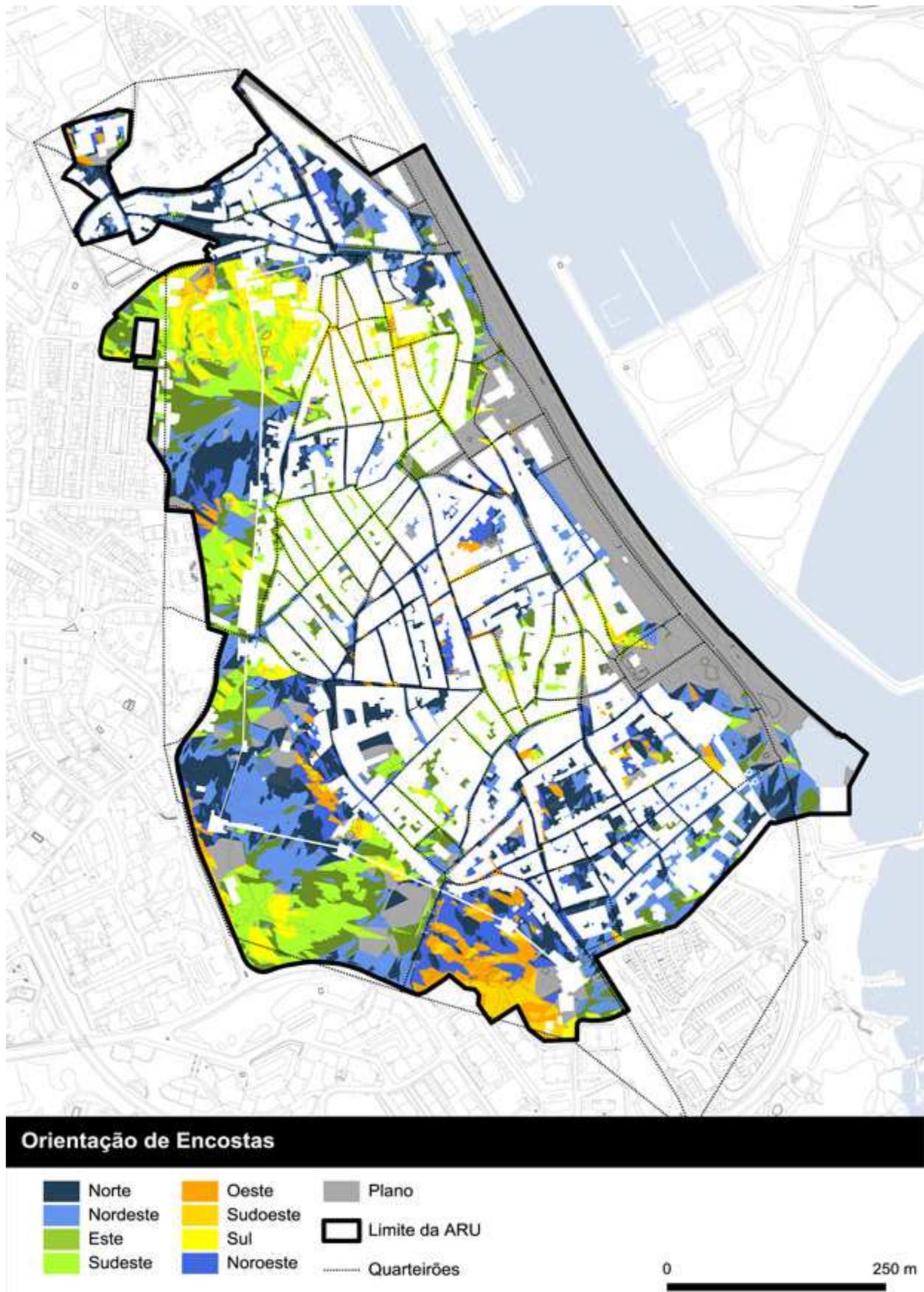
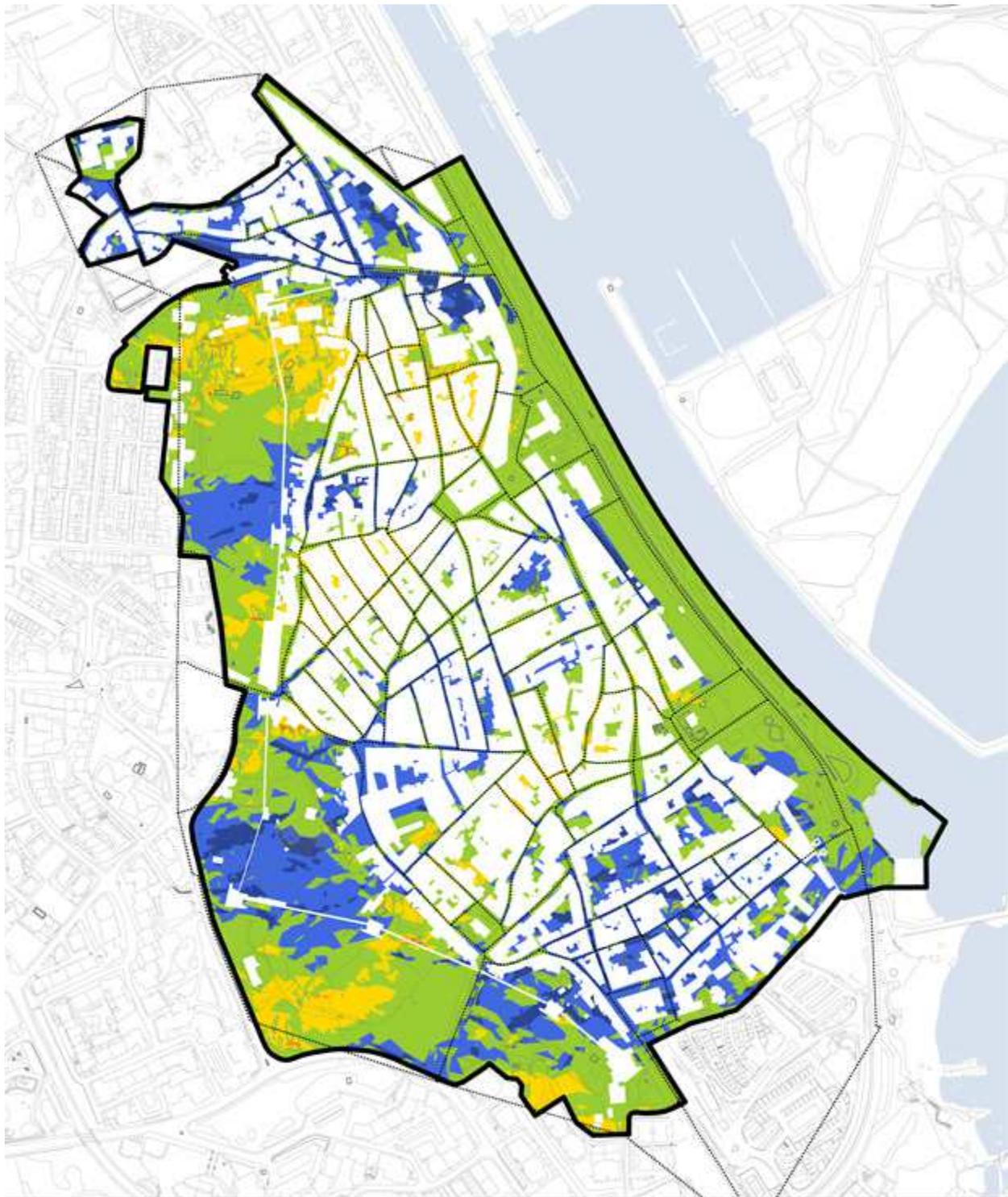


Imagem 3



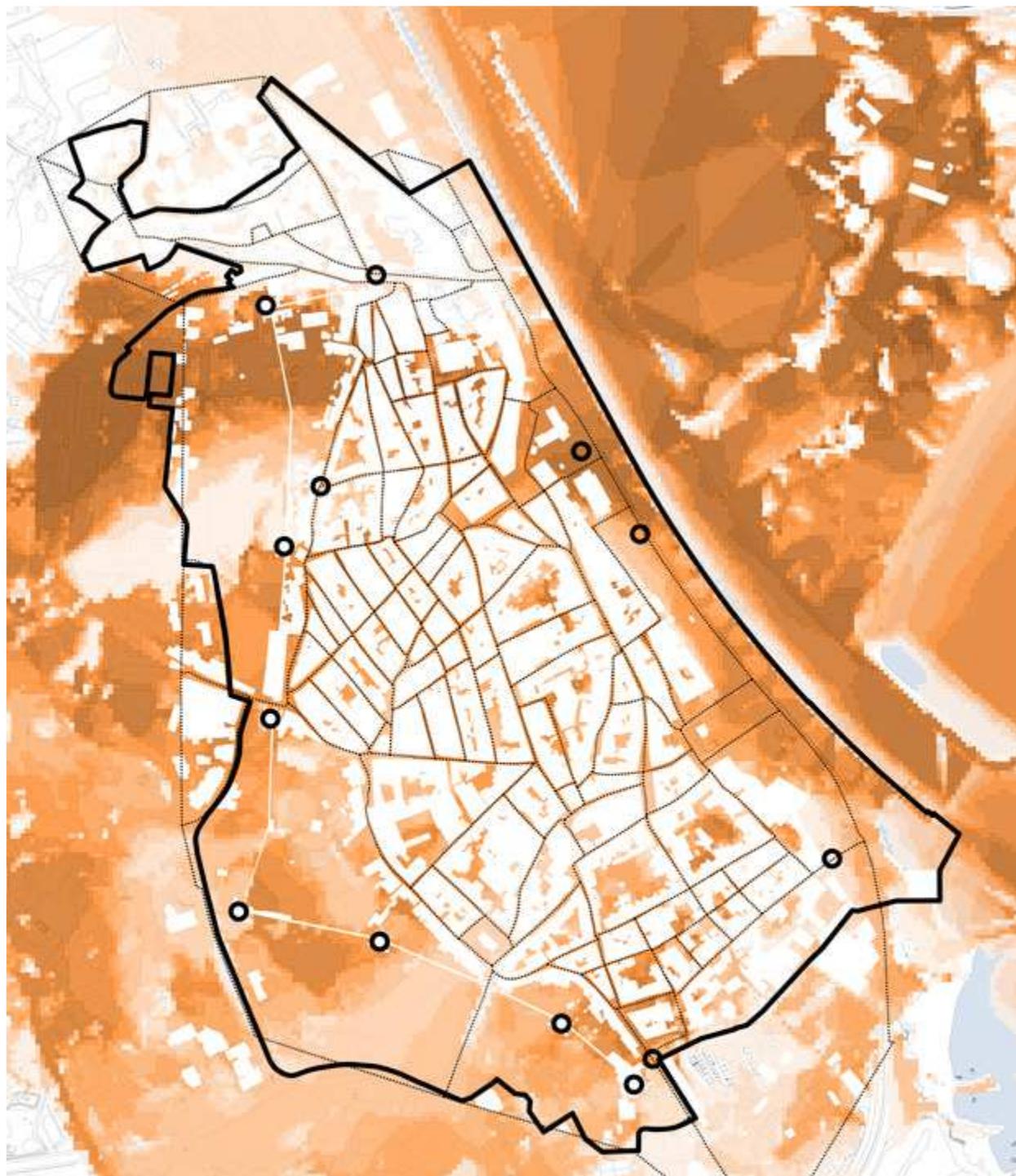
Conforto Climático / Exposição Solar

-  Muito quente
-  Quente
-  Moderada
-  Fria
-  Muito fria

-  Limite da ARU
-  Quarteirões

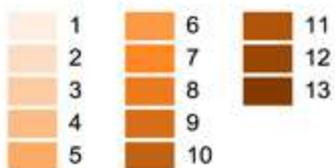
0 250 m

Imagem 4



Análise de visibilidade

Sobreposição de visibilidades



- Pontos de observação
- Limite da ARU
- Quarteirões

0 250 m

Imagem 5

ANEXO – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Miradouros / Vistas



AMBIENTE URBANO

CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE IMAGEM URBANA

Síntese da Caracterização 2014	Imagem heterogénea no interior da ARU.	
	3 sectores distintos: Núcleo primitivo; Zona Central e Norte (S. Sebastião); Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos.	
	Imagem urbana geral apelativa, com destaque para o Núcleo Primitivo.	
	Imagem tradicional, clássica e datada associada ao sector das Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos.	
	Sector Central e Norte com imagem confusa, pouco apelativa, associada a pavimentos degradados e a uma ocupação do espaço público pelo automóvel.	
	Sensação de maior isolamento no Núcleo primitivo com pouca afluência pedonal.	
	Sensação de proximidade e clausura acentuada pela presença de ruas estreitas e inclinadas, em especial no sector Norte.	
	Pavimentos consolidados, em bom estado de conservação, à exceção da Zona Central e Norte da ARU.	
	Cobertura global de toda a ARU por espaços exteriores públicos.	
	Espaços exteriores públicos desarticulados e sem identidade ou relação comuns na imagem global da ARU.	
	Presença de elementos patrimoniais de referência na paisagem urbana, com maior incidência na zona do Núcleo Primitivo.	
	Zona comercial dinâmica apesar da imagem pouco apelativa associada à publicidade e exposição dos produtos.	
	Ocupação forte do espaço público por esplanadas e bancas de venda originando conflito com os utilizadores em determinadas alturas do ano.	
	Ruído noturno, sobretudo em época alta, associado à animação que ocorre nas zonas de maior concentração de bares e estabelecimentos de divertimento noturno.	
	A Av. dos Descobrimentos representa o eixo de circulação rodoviária e pedonal por excelência, tornando-se uma barreira física e visual entre o centro histórico e frente ribeirinha.	
	Imagem desafogada e de amplas vistas na frente ribeirinha.	
	Presença significativa de elementos escultóricos e de arte urbana no espaço público, com destaque para as intervenções realizadas nas fachadas de edifícios.	
	Dispersão generalizada de mobiliário urbano e iluminação por toda a ARU, com deficiências notórias em alguns sectores.	
	Imagem heterogénea e desarticulada no interior da ARU devido à diversidade de modelos existentes, desde o contemporâneo no sector do Núcleo Primitivo ao modelo clássico na restante área.	
	Presença de mobiliário antiquado, sem qualidade e pouco apelativo localizado nas principais zonas turísticas, associado a uma imagem tradicional e clássica.	
Sinalética existente confusa, desadequada e pouco visível.		
Presença de totens de modelos variados, pouco informativos e ilegíveis.		
Placas de toponímia de modelos diversos dispersos por toda a ARU.		

Dados de suporte à caracterização	Visitas de campo à ARU
	Levantamento fotográfico
	Carta da Imagem Urbana: Identificação dos sectores no interior da ARU – Imagem 1 (em anexo)

Fontes	PP do Centro Histórico de Lagos
	Página da Câmara Municipal de Lagos: http://www.cm-lagos.pt/
	Reunião com a DASU: identificação das principais fragilidades ao nível da manutenção do espaço público.
	Roteiro de Arte Pública

Caracterização do PP do Centro Histórico	Coexistência de vias planas na zona ribeirinha ,com declives muito pouco acentuados, e vias de maior inclinação zonas norte, central e poente.
	<u>Características dos perfis das ruas do Centro Histórico:</u> - Zona central do Centro Histórico (inclui Núcleo primitivo) - largura das vias muito reduzida não permitindo a circulação nos dois sentidos nem a existência de passeios para a circulação pedonal /resguardo das entradas para o edificado. - Av. dos Descobrimentos – vias com larguras que permitem a circulação em ambos os sentidos, passeios e, nalguns casos, espaço reservado a estacionamento, não impondo restrições à circulação de peões e veículos.
	O PP identifica as <u>zonas pedonais na área do Centro Histórico de Lagos:</u> - A zona de vivência pedonal da zona histórica desenvolve-se ao longo de toda a Av. dos Descobrimentos a Sul da Rua da Capelinha até à Rua dos Bombeiros Voluntários de Lagos. - Na zona central, na envolvente das Praças Luís de Camões e Gil Eanes, destaca-se maior abrangência da área pedonal, cuja importância é aumentada pela convergência de importantes artérias, também pedonais, tais como as Ruas Marreiros Netto, Infante de Sagres, Cândido dos Reis, e Conselheiro Joaquim Machado.

		Pontos Fortes	Pontos Fracos
Análise Swot 2014		Área urbana com identidade	Imagem urbana pouco apelativa do sector Norte
		Imagem apelativa do Núcleo Primitivo	Espaços públicos pouco apelativos
		Presença de elementos de referência na paisagem urbana (muralhas, baluartes e torres das igrejas Sto António e São Sebastião)	Estacionamento indevido nos setores Norte e Centro
		Presença significativa de arte pública parte da qual inovadora	Edificado de referência sem uso atual
		Imagem desafogada e livre da frente ribeirinha	Falta de sinalética adequada
			Efeito barreira constituído pela Avenida e estacionamentos marginais no que respeita à ligação da ARU à Ribeira
			Ruído noturno sobretudo em época alta
		Oportunidades	Ameaças
		Dinamizar e Requalificar o espaço público	Falta de intervenção adequada ao nível do espaço público
		Adoção de uma linguagem comum ao nível do mobiliário urbano, iluminação, sinalética e toponímia	Desertificação do centro histórico
		Plano de sinalética e comunicação turística	Desconforto urbano
			Manutenção dos conflitos decorrentes da animação noturna

Impacto no Estudo Global e UI	Promoção e valorização do espaço público
	Identificação e valorização das áreas com maiores lacunas ao nível de sinalética, iluminação e mobiliário urbano
	Apresentação de propostas que visem a uniformização da imagem da sinalética e da toponímia
	Apresentação de um plano de sinalética (direcional, patrimonial, funcional) e de toponímia
	Apresentação de propostas que visem a uniformização da imagem do mobiliário urbano
	Apresentação de propostas que visem a uniformização dos equipamentos de iluminação, associadas a soluções sustentáveis e com elevada eficiência energética

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE IMAGEM URBANA

No interior da ARU distinguem-se 3 zonas bem diferenciadas entre si:

- Núcleo primitivo;
- Zona Central e Norte da ARU;
- Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos.

Núcleo primitivo

Esta área integra o núcleo primitivo da cidade de Lagos alvo de requalificação urbana no âmbito do programa POLIS. Caracteriza-se por ser uma zona com uma imagem urbana apelativa, onde se destaca a forte presença de valores patrimoniais.

Principais características da imagem urbana do Núcleo Primitivo

- Imagem urbana apelativa;
- Zona intervencionada no âmbito do programa POLIS;
- Ruas estreitas e inclinadas com pavimentos em bom estado;
- Sensação de maior isolamento com menor afluência pedonal;
- Espaços exteriores públicos alvo de requalificação recente e equipados com mobiliário urbano;
- Património arquitetónico notável na imediação direta dos principais espaços exteriores;
- Presença assinalável de valores patrimoniais de referência na paisagem urbana;
- Ausência de sinalética;
- Principais espaços públicos exteriores: Largo St^a Maria da Graça; Largo da Silva Lopes; Praça do Infante.

Presença de valores patrimoniais de referência na paisagem urbana:

- Muralhas e Torreões de Lagos;
- Igreja de Santo António;
- Armazém do Espingardeiro;
- Mercado dos Escravos;
- Arco de São Gonçalo;
- Armazém regimental;
- Castelo dos Governadores;
- Casa da janela manuelina;
- Casa da Dízima;
- Igreja de Santa Maria.

Zona Central e Norte

Esta zona integra uma vasta área do centro histórico que se define desde a Praça das Armas, abrangendo a zona de S. Sebastião e a Horta do Jogo da Bola, até à zona da Aldeia (arrabalde norte), excluindo as ruas pedonais. É uma área com estrutura urbana bem consolidada associada, contudo, a uma imagem urbana pouco apelativa. Esta zona caracteriza-se por ser, essencialmente, residencial com uma forte dinâmica cultural.

Principais características da área:

- Imagem urbana confusa e visualmente pouco apelativa associadas a ruas estreitas e inclinadas, a pavimentos em mau estado de conservação, à presença de diversos modelos de mobiliário urbano e luminárias antiquados e em mau estado de degradação e à ocupação indevida do espaço público pelo automóvel;
- Presença discreta de valores patrimoniais de referência, com destaque para a Igreja de S. Sebastião;
- Presença de espaços expectantes na envolvente da muralha (interior/exterior);
- Ausência de sinalética;
- Principais espaços públicos exteriores: Praça das Armas, Largo na Rua João Bonança, Largo Dr. Vasco Gracias, Parque das Freiras, Largo na Rua Marechal Furtado, Largo dos Quarteis, Largo da Rua Conselheiro Joaquim Machado.

Valores patrimoniais de referência na paisagem urbana:

- Igreja de S. Sebastião;
- Baluarte de S. Francisco;
- Muralha setecentista;

Presença de espaços, atualmente expectantes, com potencial urbanístico e turístico, cujas futuras intervenções terão influência na imagem da ARU:

- Horta do Jogo da Bola;
- Conjunto habitacional e espaço exterior envolvente na Rua Horta do Jogo da Bola.

Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos

A zona integra as ruas pedonais associadas ao “centro comercial” da zona histórica e a Avenida dos Descobrimentos. Esta área caracteriza-se por uma forte dinâmica comercial e turística associadas, contudo, a uma imagem muito tradicional e ultrapassada quer ao nível comercial quer ao nível do espaço público. A relação de proximidade com a frente ribeirinha é uma das mais valias desta área.

Identificação das Ruas pedonais:

- Rua Infante de Sagres;
- Troço da Rua Marreiros Neto;
- Rua B. Viana;
- Troço da Rua Cândido dos Reis;
- Rua Gil Eanes;
- Rua Garret;
- Rua Marquês de Pombal;
- Troço da Rua 25 de Abril;
- Rua Lima Leitão;
- Rua Afonso de Almeida;
- Rua Porta de Portugal.

Avenida dos Descobrimentos:

- Eixo de circulação (viário e pedonal) por excelência com grande impacto na vivência do centro, tornando-se uma barreira física e visual entre o centro histórico e frente ribeirinha.
- Frente ribeirinha muito apelativa associada a um conjunto de sensações de liberdade e descoberta que se explicam pela presença da Ribeira de Bensafrim e suas dinâmicas (p.ex. trânsito de barcos, gaivotas) e pela proximidade à Baía de Lagos.
- Imagem tradicional e clássica associada ao mobiliário e elementos urbanos.

Principais características da imagem urbana deste sector:

- Imagem urbana muito tradicional e clássica associada ao pavimento em calçada à portuguesa, à presença de mobiliário urbano de modelo tradicional e ao desenho dos espaços públicos pouco apelativo, muito associado a uma imagem anos 80;
- Grande dinâmica comercial das ruas pedonais que se identifica como a imagem do centro de Lagos;
- Presença de elementos diversos que perturbam a qualidade do ambiente urbano, tais como a presença constante e numerosa de pequenos elementos de água (fontes) e a ocupação forte do espaço público por esplanadas e bancas de venda.
- Ausência de sinalética;
- Principais espaços públicos: Praça Gil Eanes, Praça Luís de Camões, Largo das Laranjeiras, Jardim da Constituição, Praça do Tribunal, Esplanada do Infante.

Presença de valores patrimoniais de referência na paisagem urbana:

- Forte da Ponte da Bandeira; Cais das Descobertas (junto à Praça do infante);
- Mercado municipal;
- Edifício dos ex-Paços do concelho;
- Edifício do tribunal.

ANEXO – CARTOGRAFIA

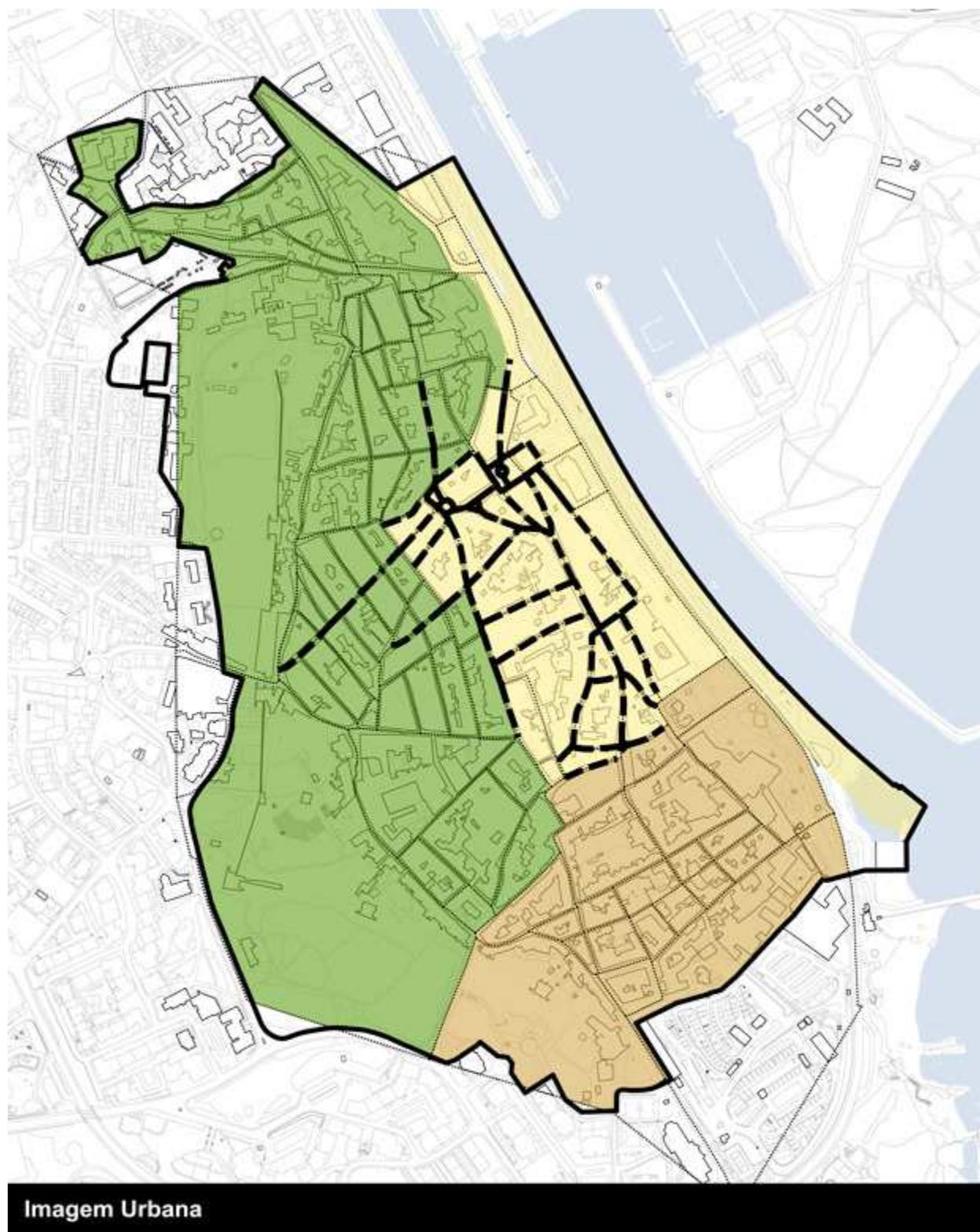


Imagem Urbana

-  Centro e Norte
-  Núcleo Primitivo
-  Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos
-  Eixos pedonais

-  Limite da ARU
-  Quarteirões

0 250 m

Imagem 1

ANEXO - LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Núcleo primitivo



Zona Central e Norte





Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos



Mobiliário urbano e Iluminação





Sinalética





Toponímia



AMBIENTE URBANO

CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE MOBILIDADE PEDONAL

Síntese da Caracterização 2014

3 sectores heterogéneos e distintos: Núcleo primitivo; Zona Central e Norte (S. Sebastião); Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos.

Deficiências generalizadas a toda a área da ARU.

Mais de 65% da área da ARU tem inclinações superiores a 12%.

Predomínio de inclinações acentuadas na Zona Norte da ARU.

Corredores pedonais formalizados com pavimentos escorregadios.

Passeios estreitos, sem largura adequada à circulação pedonal.

Ocorrência de obstáculos/barreiras à circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

Ocupação de passeios por estacionamento indevido, com destaque para o sector Norte.

Existência de uma importante rede de ruas exclusivas à circulação pedonal.

Circulação pedonal conflituosa nas principais áreas pedonais, em época alta.

Poucas zonas de travessia pedonal entre a Av. dos Descobrimentos e margem da Ribeira de Bensafrim.

Ausência de ligação física entre Centro Histórico e a Meia Praia.

Ausência de pontos de referência que auxiliem a circulação pedonal devido ao circuito de ruas estreitas e à morfologia sinuosa que caracterizam a ARU.



Dados de suporte à caracterização

Visitas de campo à ARU / levantamento fotográfico

Altimetria presente nas peças desenhadas do PP do Centro Histórico de Lagos

Reunião com DASU

Cartografia elaborada no âmbito do Estudo: Carta de Declives - Imagem 1 (em anexo); Carta Imagem Urbana: identificação de sectores no interior da ARU – Imagem 2 (em anexo)

Fontes

Relatório da 2ª Avaliação da Implementação do Plano de Intervenção das Acessibilidades

Relevo da área do PP:

- declives irregulares: coexistência de vias planas com declives muito pouco acentuados (zona ribeirinha) e vias com declives mais acentuados com inclinações irregulares (zonas Norte, central e poente).

Características dos perfis das ruas do Centro Histórico (que incidem no âmbito desta ficha de caracterização):

- Zona central do Centro Histórico (inclui Núcleo primitivo) - largura das vias muito reduzida (3 a 4 m) não permitindo a circulação nos dois sentidos nem a existência de passeios para a circulação pedonal /resguardo das entradas para o edificado.

- Av. dos Descobrimentos – vias com larguras, em geral, entre 5 e 8 m, permitindo a circulação em ambos os sentidos, passeios e, nalguns casos, espaço reservado a estacionamento, não impondo restrições à circulação de peões e veículos.

Perfil das Ruas:

- Rede Principal (Av. dos Descobrimentos) – largura total da rua 39,80m, com quatro vias (2 de cada sentido), estacionamento e passeios laterais largos.

- Rede Secundária – rua com largura total de 5,10m, com passeios laterais de 0,60m.

- Rede Local – rua com largura de 4m, sem passeios.

O PP identifica as zonas pedonais na área do Centro Histórico de Lagos:

- A zona de vivência pedonal da zona histórica desenvolve-se ao longo de toda a Av. dos Descobrimentos a Sul da Rua da Capelinha até à Rua dos Bombeiros Voluntários de Lagos.

- Na zona central, na envolvente das Praças Luís de Camões e Gil Eanes, destaca-se maior abrangência da área pedonal. A importância desta zona pedonal é aumentada pela convergência de importantes artérias, também pedonais, tais como as Ruas Marreiros Netto, Infante de Sagres, Cândido dos Reis, e Conselheiro Joaquim Machado.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Zonas exclusivamente pedonais com forte presença na ARU	Ruas estreitas e inclinadas
Área intervencionada no âmbito do programa POLIS	Pavimentos escorregadios e em mau estado de conservação
	Deficiente sistema de acessibilidades para pessoas de mobilidade reduzida
	Conflito entre o peão / elementos urbanos (mobiliário, venda ambulante, esplanadas, sinais de trânsito) / automóvel
	Estacionamento indevido
	Ausência de ligação física à Meia-Praia
Oportunidades	Ameaças
Projeto global de circulação pedonal incluindo zonas não exclusivas tendo em conta as pessoas de mobilidade reduzida	Risco de acidentes com peões (pavimento escorregadio e colisão com viaturas)
Promover soluções urbanas que garantam melhor acessibilidade e conforto urbano ao peão	Acentuação da desertificação do centro histórico
Criar percursos pedonais temáticos	

Identificação dos eixos pedonais estruturantes e ligações ao exterior da ARU

Identificação dos principais focos de distribuição e encontro dentro da ARU e relação com a envolvente

Identificação dos pontos de conflito peão / automóvel / estacionamento

Promoção de soluções que visem a acessibilidade para todos (Dec. Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto)

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE MOBILIDADE PEDONAL

Principais características da ARU individualizadas em 3 sectores:

Núcleo primitivo:

- Ruas estreitas e com inclinações acentuadas;
- Pavimentos consolidados e em bom estado de conservação;
- Corredor de circulação pedonal formalizado com pavimento escorregadio;
- Circulação mista (automóvel e pedonal) pouco intensa;
- Ausência de barreiras físicas à circulação pedonal.

Zona Central da ARU e Zona Norte (S. Sebastião):

- Ruas estreitas e com inclinações muito acentuadas (inclinações superiores a 18%);
- Pavimentos em mau estado de conservação;
- Passeios estreitos, sem largura adequada à circulação pedonal;
- Ocorrência de desníveis: passeios sobreelevados em relação à faixa de circulação automóvel;
- Ocorrência de obstáculos (p. ex. mobiliário urbano, sinalética, sinais de trânsito) que dificultam a acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida;
- Estacionamento indevido ocupando os passeios.

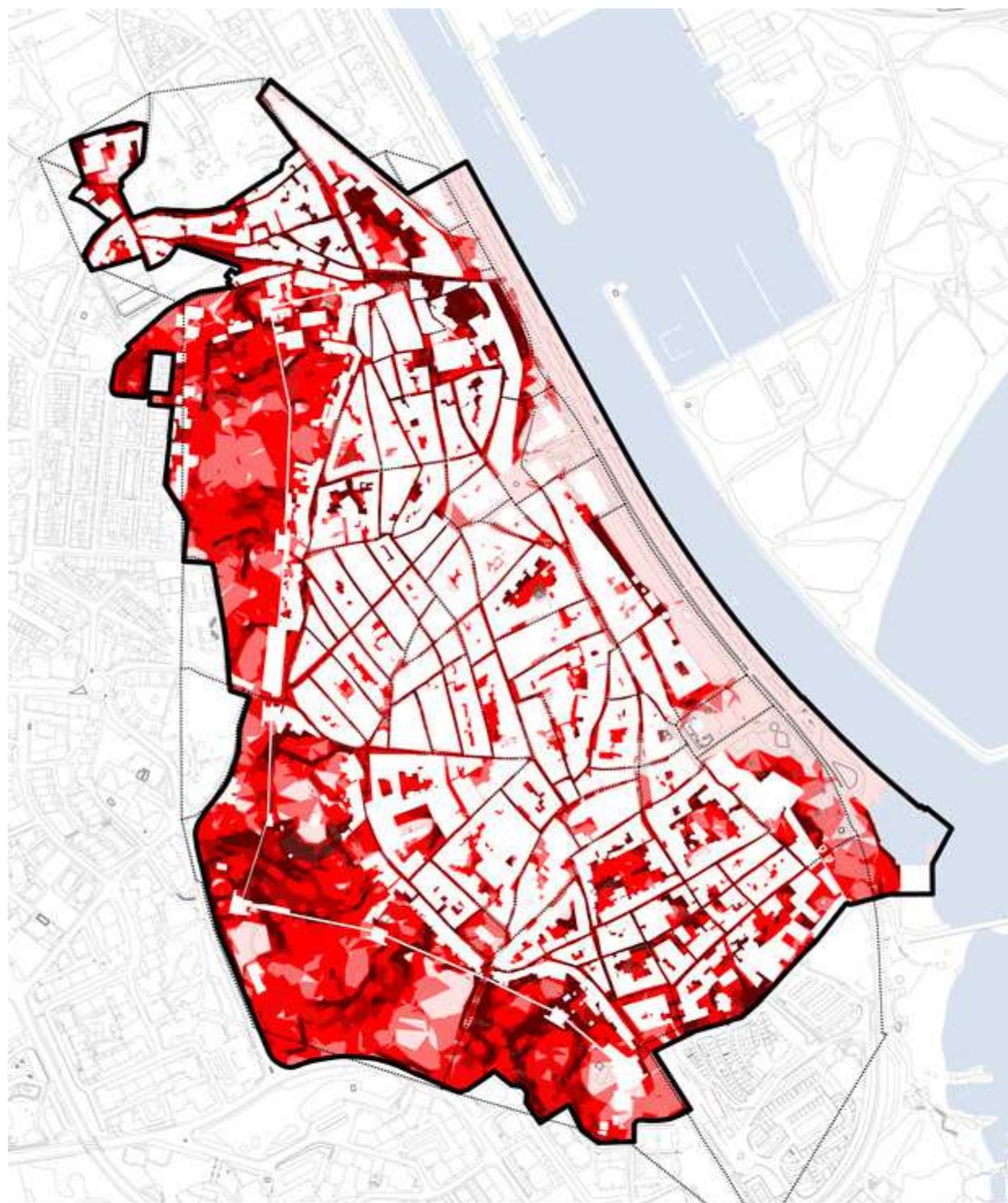
Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos:

- Pressão pedonal elevada;
- Ruas com inclinação acentuada;
- Pavimentos consolidados em bom estado de conservação;
- Pavimentos escorregadios;
- Existência de obstáculos (p.ex. esplanadas, expositores de venda, venda ambulante, ausência de passadeiras e respetivos rebaixamento das guias, sinais de trânsito, entre outros) à circulação pedonal;
- Circulação pedonal conflituosa nas principais áreas pedonais;
- Poucas zonas de travessia pedonal entre a Av. dos Descobrimentos e margem da ribeira;
- Ausência de ligação física à praia.

Principais barreiras à circulação identificadas no diagnóstico da situação da Área de Adesão ao Projeto da REDE do Município de Lagos, documentado no respetivo Plano de Intervenção das Acessibilidades

- A existência de passeios de reduzidas dimensões com significativa irregularidade de alguns dos pavimentos, alguns deles ainda com os incontornáveis obstáculos comerciais, caldeiras das árvores, cabines telefónicas, papeleiras, estacionamento abusivo, abrigos de transporte público e, ainda, obras e tapumes;
- A ausência de passadeiras e dos respetivos rebaixamentos das guias;
- A localização candeeiros de iluminação pública e mupis;
- A existência de degraus ou escadas ao longo dos passeios;
- Descontinuidades provocadas pela má localização de sinais de trânsito, ou de outros elementos que se espalhavam pela cidade, como a exemplo os prumos ou mecos.

ANEXO – CARTOGRAFIA



Declive (%)

-  (0 - 3) Plano
-  (3 - 6) Semi-plano
-  (6 - 12) Inclinado
-  (12 - 18) Muito inclinado
-  (> 18) Excessivamente inclinado

 Limite da ARU

 Quarteirões

0 250 m



Imagem 1

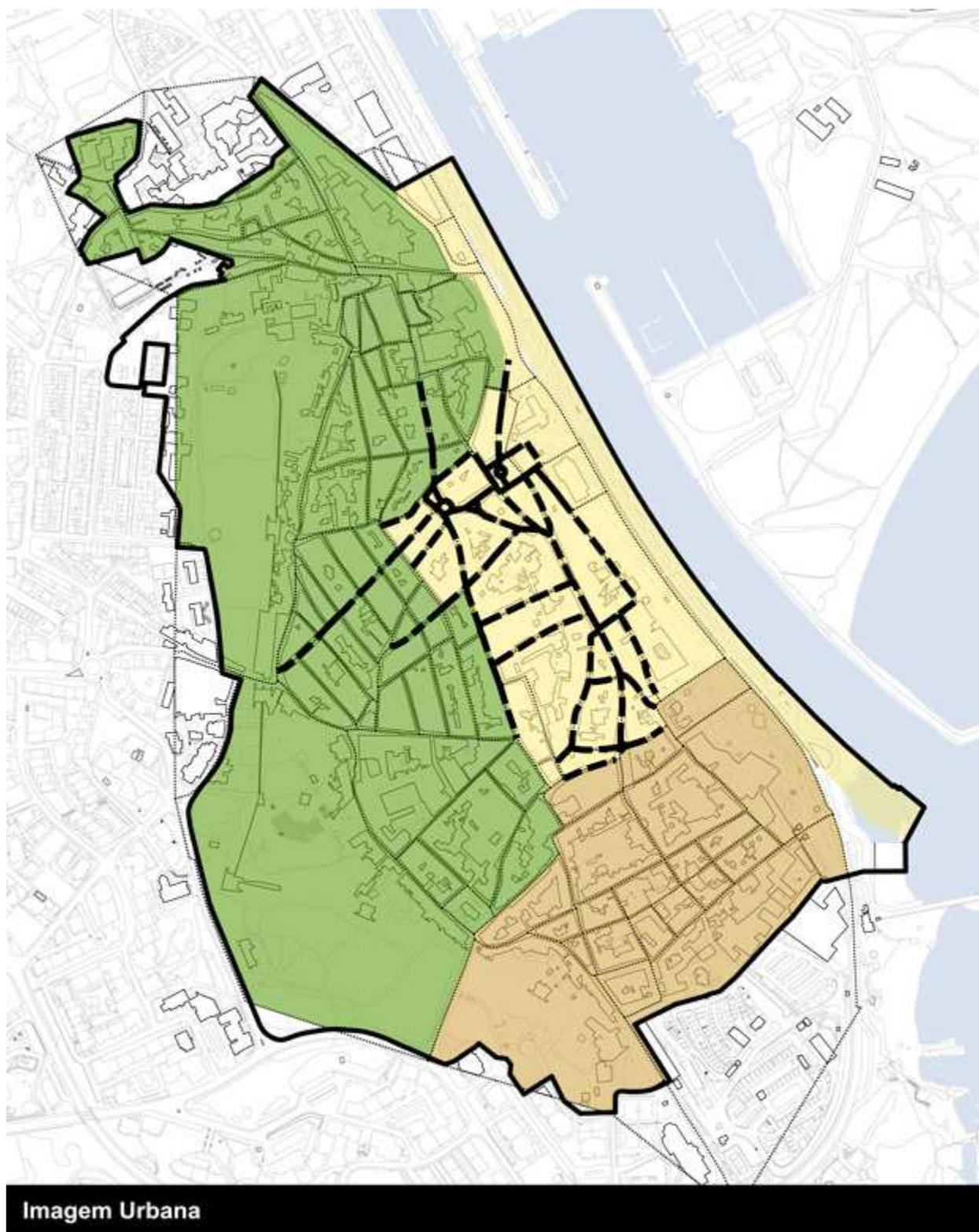


Imagem Urbana

-  Centro e Norte
-  Núcleo Primitivo
-  Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos
-  Eixos pedonais

-  Limite da ARU
-  Quarteirões

0 250 m

Imagem 2

ANEXO - LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Núcleo primitivo



Zona Central e Norte da ARU



Ruas pedonais e Av. dos Descobrimentos



Caracterização do PP do Centro Histórico	Estudos de caracterização: Planta de Estrutura Verde e Ambiental
	No PP consideram-se as áreas verdes para uso predominante público e os espaços verdes de carácter privado ou semi-público.
	<u>Tipologias de espaços:</u>
	- Áreas de regadio (hortas e pomares);
	- Áreas verdes (presentes em alamedas, praças ou ao longo das vias);
	- Logradouros permeáveis / semi-permeáveis;
- Parques e Jardins;	
- Matos (ou manchas verdes não tratadas);	
- Alinhamento arbóreo.	
Na Planta de Estrutura Verde e Ambiental identificam-se as perspetivas e vistas mais significativas.	

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Análise Swot 2014	Parque da Cidade	Desadequação funcional e programática dos espaços públicos no interior muralhado
	Relação entre o espaço público e a envolvente direta (equipamentos, serviços, património)	Subaproveitamento de espaços existentes
	Relação de proximidade entre os espaços exteriores e os cidadãos	Necessidade de manutenção
		Falta de conforto / Risco físico pontual
		Desequilíbrio na distribuição dos espaços exteriores
		Fraca interligação entre cidade e Ribeira
		Presença excessiva das gaivotas
	Oportunidades	Ameaças
	Programar adequadamente a rede de espaços públicos da ARU	Falta de intervenção adequada ao nível do espaço público
	Requalificar os espaços exteriores existentes com atribuição de novas valências	Degradação dos espaços verdes existentes
Aplicar os conceitos de sustentabilidade e eficiência energética	Desertificação do centro histórico	
Implementar Plano de controlo da população de Gaivotas	Continuação da presença excessiva de gaivotas	

Impacto no Estudo Global e UI	Identificação e cartografamento da EEU Nível I e II na ARU
	Relação entre os espaços exteriores com o edificado envolvente
	Identificação e valorização dos pontos notáveis de observação sobre a ARU e paisagem envolvente
	Promoção da requalificação dos espaços identificados, hierarquizando-os de acordo com a necessidade de intervenção/grau de desadequação atual
	Criação de uma estrutura de espaço exterior diversificada que garanta o suporte de atividades de recreio e lazer

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE ESTRUTURA ECOLÓGICA

A Estrutura Ecológica Urbana (EEU) integra espaços inseridos na malha urbana, cujos usos e intervenções se constituem numa estrutura de proteção, de regulação climática, de recreio e lazer. A EEU assume-se como um instrumento, tanto de sustentabilidade ecológica, como de reestruturação e coesão do tecido urbano.

A sua implementação assume expressões muito diferentes, desde o espaço de características bastante naturalizadas, até à expressão mais artificializada, constituída pela rua arborizada. Entre estes dois extremos, estão várias graduações de tipologias de espaço urbano, que incluem desde o parque e o jardim, às tipologias tradicionais do espaço, como a praça, o largo ou a alameda arborizada que, também, constituem elementos da EEU se incluírem vegetação. Nestes espaços, as funções sociais e de interação pública coexistem com as funções ecológicas.

Neste estudo, a EEU classifica-se em Nível I e Nível II, integrando o Nível I os espaços de gestão pública sendo que o Nível II enquadra os espaços associados ao domínio privado.

De seguida, identificam-se as diferentes tipologias de espaço que integram a presente EEU.

1. Tipologias de espaços que integram a EEU:

Parque urbano

- Parque da Cidade e Anel Verde – parque urbano de proximidade; espaço verde envolvente à muralha (extra-muros), equipado com equipamentos de recreio infantil, skatepark e outras valências.
- Parque das Freiras – espaço verde de recreio e lazer associado ao anfiteatro ao ar livre; localizado na periferia do centro histórico, em proximidade com o Espaço Jovem (antiga escola Gil Eanes) que atualmente se assume como um polo cultural e recreativo da cidade; o Parque das Freiras é espaço subaproveitado e em avançado estado de degradação.

Jardins

- Jardim da Constituição – localizado na envolvente à muralha medieval, no limite SE da área da ARU, assegura a transição entre as muralhas e a Av. dos Descobrimentos. É um espaço de estadia e de enquadramento.
- Jardim da Porta da Vila – localizado extra-muros, junto à entrada Porta da Vila, este espaço caracteriza-se ser um espaço de estadia, arborizado e em bom estado de conservação.

Praças

- Praça do Infante D. Henrique – praça retangular circundada por edifícios de elevado valor patrimonial (Igreja de St^a Maria, Mercado dos Escravos, Edifício da Messe Militar, Armazém Regimental) com localização privilegiada defronte para o rio e mar ; é um espaço requalificado recentemente, dominado por um elemento de água central, pouco convidativo à estadia e fruição.

- Praça das Armas – localizada junto à entrada da Estrada da Ponta da Piedade, a praça de forma quadrangular contempla na zona central o edifício utilizado pela Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1º de Maio cujo espaço envolvente possibilita a estadia; é uma praça com muita circulação automóvel.
- Praça Luís de Camões – praça arborizada mas pouco convidativa à estadia; envolvente arquitetónica com interesse; é um espaço de distribuição, circulação e de comércio.
- Praça Gil Eanes – praça central muito movimentada, polarizada pela estátua de D. Sebastião; arborizada com canteiros sobre-elevados com muretes -banco que convidam à estadia; é um espaço de estadia e de circulação com uma imagem urbana ultrapassada.
- Praça do Tribunal – praça retangular circundada a sul pelo edifício do Tribunal, a poente pelo antigo edifício dos Paços do Concelho e em estreita relação com a Av. dos Descobrimentos. É um espaço de enquadramento e estadia, arborizado, com vista privilegiada para a Baía de Lagos.

Largos

- Largo Stª Maria da Graça - localizado junto à entrada da Porta da Vila, defronte do Baluarte da Porta da Vila; é largo alvo de intervenção recente, integrado no processo requalificação urbano do programa POLIS. É um espaço arborizado e equipado com mobiliário de apoio à estadia (bancos).
- Largo da Rua Silva Lopes – localizado na proximidade ao Museu e Igreja de Stº António, este largo foi alvo de intervenção recente; é um espaço arborizado e equipado com mobiliário de estadia (bancos, bebedouro, papeleiras).
- Largo Dr. Vasco Gracias – pequeno largo junto ao parque das Freiras cuja intervenção central é dominada por elementos de água e canteiros; é um espaço arborizado e equipado com mobiliário urbano; subjugado ao estacionamento indevido o que o torna um espaço pouco apelativo.
- Largo na Rua Marechal Furtado – pequeno largo localizado no entroncamento da R. Marechal Furtado, R. Marreiros Neto e R. do Ferrador. É um espaço arborizado e equipado com mobiliário de apoio à estadia.
- Largo dos Quarteis – Largo equipado com mobiliário de apoio à estadia, pouco arborizado e pouco apelativo.
- Largo das Laranjeiras - resulta da intersecção das Ruas 25 de Abril, Lima Leitão, Marquês de Pombal e Marreiros Netto. É um largo arborizado com laranjeiras e circundado por canteiros arbustivos. Atualmente, é um espaço maioritariamente ocupado por uma esplanada.
- Rua Porta de Portugal (alargamento da rua – defronte edifício CTT) – espaço de circulação e estadia, equipado com mobiliário urbano; a presença de elementos de águas quer pelo seu desenho e quer pela sua distribuição no espaço assume-se como elemento perturbador no espaço público.

Espaços de recreio

- Esplanada do Infante – novo espaço público vocacionado para a restauração e turismo; Novo polo de divertimento e de encontro; Relação visual direta com a frente mar.

Espaços expectantes

- Horta do Jogo da Bola – terreiro; vazio urbano exterior à muralha; transição entre Bairro 28 de Setembro e Centro Histórico.

Alinhamentos arbóreos

- alinhamentos de árvores em caldeira, associadas a estruturas lineares (ruas, passeios, etc.); na área da ARU destaca-se o alinhamento de palmeiras plantado ao longo da Avenida dos Descobrimentos.

Espaços de enquadramento

- espaços verdes de enquadramento ao edificado ou outras estruturas;

Logradouros

- espaços verdes integrados no interior dos quarteirões, associados a cada lote.

ANEXO – CARTOGRAFIA



Imagem 1

ANEXO – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Parque



Jardins



Praça



Largos





Espaços de recreio

Espaços expectantes



Alinhamentos arbóreos

Logradouros



ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO SOCIOCULTURAL (GERAL)

Síntese da Caracterização 2014

No âmbito da animação sociocultural consideram-se fundamentais as áreas de Cultura e Lazer, Educação Formal e Não Formal e Desporto e Recreio.

A cidade é rica em agentes de animação sociocultural.

Os domínios são fechados e poucos permeáveis à interação com outras áreas.

Atendendo ao peso significativo das áreas de Educação Não Formal Cultura Artística e História, estas têm fichas próprias.

Não existem escolas de Ensino Formal na ARU existindo em número considerável na envolvente (500m)

Infraestruturas desportivas na ARU apenas existe o skate park e campo de minigolfe (em construção) no Parque da Cidade.

Na área envolvente existe o Polivalente Porta da Vila (2 campos de 800 m2) e o Complexo Desportivo geridos pela Lagos em Forma 1,5km da ARU

Não foram registadas atividades desportivas dentro da ARU

A ligação dos estudantes das Escolas de Ensino Formal à ARU é reduzida.

A despesa na área da Animação Sociocultural tem decrescido nos últimos anos.

Deterioração de alguns equipamentos onde acontecem estas atividades em contraponto com outras áreas com reabilitações recentes.

Os maiores eventos são o Festival dos Descobrimentos, a Feira de Arte Doce e o Banho 29.



Dados de suporte à caracterização

Principais espaços de desenvolvimento de atividades de Cultura e Lazer:

Antiga escola Gil Eanes
Centro Cultural de Lagos
Clube Artístico Lacobrigense
Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo
Forte Ponta da Bandeira
Igreja de Santo António
Laboratório de Atividades Criativas e Galeria LAR
Mercado de escravos
Museu Municipal Dr. José Formosinho
Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio

Principais espaços de desenvolvimento de atividades de Desporto e Recreio:

Parque da Cidade - Anel Verde
Parque Dr. Júdice Cabral
Polivalente Porta da Vila

Principais espaços de desenvolvimento de Atividades Educativas:

Academia de Música de Lagos
Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas
Centro de Ciência Viva

Fontes

Estudos do Plano de Pormenor (PP) do Centro Histórico de Lagos.

Entrevista com Diretor Executivo da Lagos em Forma, responsável pelo Complexo Desportivo.

Outras entrevistas a responsáveis por associações e organismos com atuação na ARU.

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

Equipamentos desportivos existentes no Centro Histórico:

- Clube de Futebol Esperança de Lagos
- Núcleo SCP Lagos
- Clube RM Lagos
- Núcleo Sport Lagos e Benfica
- Clube Desportivo da Escola Gil Eanes
- Piscinas

(O PP é omissivo no papel dos organismos desportivos da cidade)

Análise Swot 2014	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	Muitos e variados agentes socioculturais	Fraca inter-relação dos agentes culturais privados
	Importância dos campos da História, Educação Não Formal e Cultura Artística.	Inexistência de uma agenda cultural comum aos vários agentes culturais
	Forte participação da população nos agentes socioculturais	Agendas culturais dispersas e pouco apelativas
		Redução do investimento Municipal no setor
	Oportunidades	Ameaças
Dinamização de agentes culturais para maior atuação na ARU.	Continuação da redução de investimento municipal no setor	
Incrementar a produção visível dos agentes culturais	Degradação de equipamentos e património.	
Potenciar a oferta cultural e de lazer para o turismo	Manutenção das dificuldades de acessibilidade e estacionamento	

Impacto no Estudo Global e UI

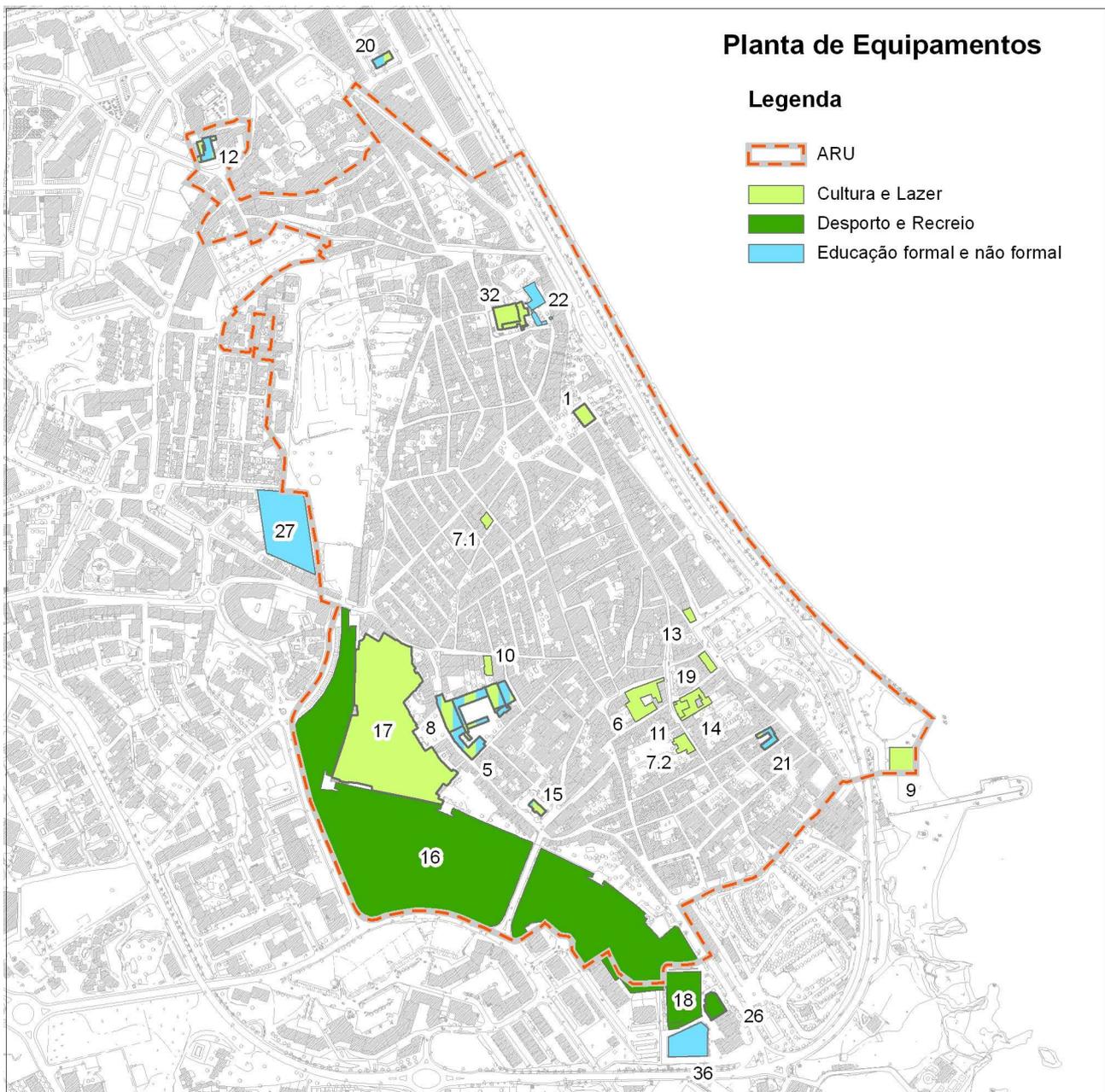
- Rever articulação da Câmara Municipal com os agentes privados recorrendo nomeadamente a contratos programa
- Estabelecer a cidade como lugar de referência em termos de oferta cultural.
- Potenciar o turismo através da oferta cultural e de lazer
- Parcerias com outros Agentes Socioculturais privados

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL (GERAL)

1 – Espaços com atividades socioculturais

Os espaços onde tem lugar a animação sociocultural têm forte presença na ARU como é visível nº 1, idêntica à que consta na ficha de equipamentos, que identifica cada espaço e determina as funções e valências e agentes culturais sediados.

Ilustração 1 -. Atividades desenvolvidas na ARU por tipologia



Fonte: CML/OA - Sistema de informação geográfica

Do conjunto dos equipamentos representados na ficha dos equipamentos destacam-se neste âmbito os espaços destinados a Cultura e Lazer, Educação Formal e Não Formal e Desporto e

Recreio como função principal ou secundária. Estas valências têm maior incidência na zona Sul da ARU.

Encontram-se também assinalados alguns equipamentos na periferia da ARU os quais se consideraram importantes no âmbito do seu enquadramento.

A maioria das atividades desenvolvidas no espaço da ARU é do campo cultural/artístico ou histórico/patrimonial pelo que são tratadas em ficha própria.

2 – Principais agentes de animação sociocultural com atuação na ARU

Identificam-se os seguintes como principais agentes de animação sociocultural na ARU sem prejuízo da existência de outros com menor expressão.

Câmara Municipal de Lagos (diretamente nomeadamente através do Museu, Centro Cultural, Biblioteca entre outros)

Lagos em Forma EM

Associação de Dança de Lagos

Teatro Experimental de Lagos

Grupo Coral de Lagos

Laboratório de Atividades Criativas (LAC)

Sociedade Filarmónica Lacobrigense

Grupo Coral de Lagos

Centro Ciência Viva

Academia de Música de Lagos

Os agentes privados têm através de contratos de comodato acesso a instalações do município e por vezes comparticipação em algumas despesas.

O município apoia também os agentes em aspetos logísticos.

Não existem atualmente contratos programa.

Resultante das reuniões realizadas com os agentes registou-se uma participação ativa dos cidadãos nestes organismos.

Registou-se ainda a existência de diversos agentes a atuar nos mesmos campos e a inexistência de inter-relação entre agentes

Não existe uma agenda cultural geral relativa e partilhada pelos diversos agentes.

Os roteiros (Descobrimientos, Praias e Arte Pública) e agendas parciais (online) são pouco apelativos.

3 - Educação

No campo da Educação verifica-se que a única escola que existia dentro da ARU – Secundária Gil Eanes - mudou de instalações para a área envolvente da ARU. No entanto constata-se que numa faixa de 500m envolvente à ARU existem diversas escolas nomeadamente EB1 n.º 1 de Lagos,

EB1 n.º2 de Lagos (atualmente sem atividade) representadas em carta e ainda a EB 2/3 de Lagos, Escola Secundária Gil Eanes, EB1 e Jardim de Infância da Almeijeira.

No âmbito da Educação Formal não há uma relação muito próxima dos estudantes ao centro histórico, fazendo-se essa ligação essencialmente através de outros mecanismos de educação informal que, por constituírem um importante ponto, serão também tratados em ficha própria.

4 – Desporto e Recreio

Em termos desportivos e de recreio verifica-se a pequena presença de equipamentos desportivos no Centro Histórico, o que é normal atendendo às dimensões deste tipo de instalações, e o incipiente papel deste domínio na ARU.

Ilustração 2 -. Identificação de atividades e espaços com atividades promovidas pela Lagos em Forma

MODALIDADES E ESPAÇOS AVAILABLE SPORTS AND AREAS

ATLETISMO (ATHLETICS)

Pista de Atletismo Carlos Cabral no Estádio Municipal
/Track at the Municipal Stadium

BAQUETE BOL (BASKETBALL)

Pavilhão Municipal / Municipal Sports Hall
Pavilhão Escola Gil Eanes / Gil Eanes School Pavilion
Pavilhão E.B. 2/3 das Naus / E.B. 2/3 Naus School Pavilion
Polidesportivos Porta da Vila / Porta da Vila Sports Hall

ANDEBOL (HANDBALL)

Pavilhão Municipal / Municipal Sports Hall
Pavilhão Escola Gil Eanes / Gil Eanes School Pavilion
Pavilhão Escola E.B. 2/3 nº 1 de Lagos / E.B. 2/3 no 1 School Pavilion
Pavilhão Escola Júlio Dantas / Julio Dantas School Pavilion

GINÁSTICA (GYMNASTICS)

Pavilhão Municipal / Municipal Sports Hall
Ginásio Escola Gil Eanes / Gymnasium at the Gil Eanes School
Ginásio E.B. 2/3 das Naus / Gymnasium at the Naus School

ARTES MARCIAIS (MARTIAL ARTS)

Pavilhão Municipal / Municipal Sports Hall
Ginásio Nascente Estádio Municipal / Municipal Stadium Gymnasium
Ginásio Escola Gil Eanes / Gymnasium at the Gil Eanes School
Ginásio E.B. 2/3 das Naus / Gymnasium at the Naus School

TÊNIS DE MESA (TABLE TENNIS)

Pavilhão Municipal / Municipal Sports Hall
Ginásio E.B. 2/3 das Naus / Gymnasium at the Naus School

FUTSAL

Pavilhão Escola Júlio Dantas / Julio Dantas School Pavilion
Pavilhão Escola E.B. 2/3 nº 1 de Lagos / E.B. 2/3 no 1 School Pavilion

FUTEBOL DE 11 (FOOTBALL/SOCCER)

Estádio municipal / Municipal Stadium

VOLEIBOL (VOLLEYBALL)

Pavilhão Polidesportivo Municipal / Municipal Sports Hall
Pavilhão Escola Gil Eanes / Pavilion Gil Eanes School
Pavilhão Escola E.B. 2/3 nº 1 de Lagos / E.B. 2/3 no 1 School Pavilion
Pavilhão Escola Júlio Dantas / Julio Dantas School Pavilion

BADMINTON

Pavilhão Polidesportivo Municipal / Municipal Sports Hall
Ginásio E.B. 2/3 das Naus / Gymnasium at the Naus School
Ginásio Escola Gil Eanes / Gymnasium at the Gil Eanes School

HÓQUEI EM PATINS (HOCKEY)

Pavilhão Polidesportivo Municipal / Municipal Sports Hall
Polidesportivos Porta da Vila / Porta da Vila Sports Hall

PATINAGEM DE VELOCIDADE (SPEED SKATING)

Pista Escola Sec. Júlio Dantas / Julio Dantas School Track

PATINAGEM ARTÍSTICA (ARTISTIC SKATING)

Pavilhão Municipal / Municipal Sports Hall
Pavilhão Escola Gil Eanes / Gil Eanes School Pavilion

NATAÇÃO (SWIMMING)

Piscina Municipal (25 m) / Municipal Swimming Pool (25m)

POLO AQUÁTICO (WATER POLO)

Piscina Municipal (25 m) / Municipal Swimming Pool (25m)

TRIATLO (TRIATHLON)

Pista de Atletismo Carlos Cabral no Estádio Municipal
/Track at the Municipal Stadium

MUSCULAÇÃO (BODYBUILDING)

Ginásio Estádio Municipal / Municipal Stadium Gymnasium
Ginásio Pavilhão Municipal / Municipal Sports Hall Gymnasium

DANÇA (DANCE)

Ginásio Escola Gil Eanes / Gymnasium at the Gil Eanes School
Ginásio E.B. 2/3 das Naus / Gymnasium at the Naus School
Pavilhão Polidesportivo Municipal / Municipal Sports Hall

Fonte: Brochura Institucional da Lagos em Forma

O Parque da Cidade – Anel Verde dispõe atualmente de um conjunto de percursos e mobiliário urbano, de um skate park e está em construção o minigolfe.

O Polivalente Porta da Vila está adjacente ao limite da ARU e dispõe de 2 campos de jogos.

O complexo da Associação de Bombeiros limítrofe à ARU (200m do topo sul) dispõe de piscina e ginásio.

O Complexo Desportivo de Lagos fica a cerca de 1,5 km da ARU. O Complexo é gerido explorado pela Lagos em Forma, EM. A Lagos em Forma é o principal organismo a dinamizar atividades desportivas na cidade de Lagos.

Esta Empresa Municipal gere uma significativa quantidade de equipamentos: Pavilhão Polidesportivo Municipal, Piscina Municipal, Estádio Municipal e Pista de Atletismo, Polidesportivo da Porta da Vila e pavilhões escolares.

No Complexo Desportivo de Lagos desenvolve várias modalidades desportivas: fitness, atividades aquáticas, ginásio e desportos coletivos.

Além das atividades desenvolvidas no Complexo são organizadas caminhadas, BTT, triatlo, atividades com agentes hoteleiros e “Viver o verão” com a Câmara Municipal. Foram reportadas algumas iniciativas ao nível do turismo e cultura desportivas (aspeto não documentado nesta fase).

No entanto, segundo Francisco Quitéria, Diretor Executivo da Lagos em Forma e do Complexo Desportivo, ainda não é entendido como um espaço da Cidade mas ainda “arredores”, padecendo de fraca acessibilidade e meios de transporte.

Segundo o Diretor Executivo a relação das atividades com o Centro Histórico e o mar podem ser potenciadas, aspeto este que deve ser considerado para a dinamização da ARU.

Outras atividades ligadas ao ecoturismo ou turismo de natureza poderiam também ser mais exploradas uma vez que não têm representatividade.

5- Atividades desportivas desenvolvidas no Espaço Jovem (Antiga Escola Gil Eanes)

Ilustração 3 -. Mapa de Ocupação do ginásio da antiga escola Gil Eanes

DIAS HORAS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
09h30 – 10h15	Saúde Movimento (Sofia Furtado)				
10h15 – 11h00	Saúde Movimento (Sofia Furtado)				
15h30 – 16h15	Saúde Movimento (Rita Olivença)		Saúde Movimento (Rita Olivença)		
16h45 – 17h45		Manuel Diogo		Manuel Diogo	
17h30 – 18h00			Danças Tradicionais CEL		Danças Tradicionais CEL
19h30 – 21h00	Kick Boxing – CFEL		Kick Boxing – CFEL		Kick Boxing – CFEL
20h00 – 21h30				Associação de Dança	

Fonte: Unidade Técnica de Educação, Juventude e Desporto (UTEJD)

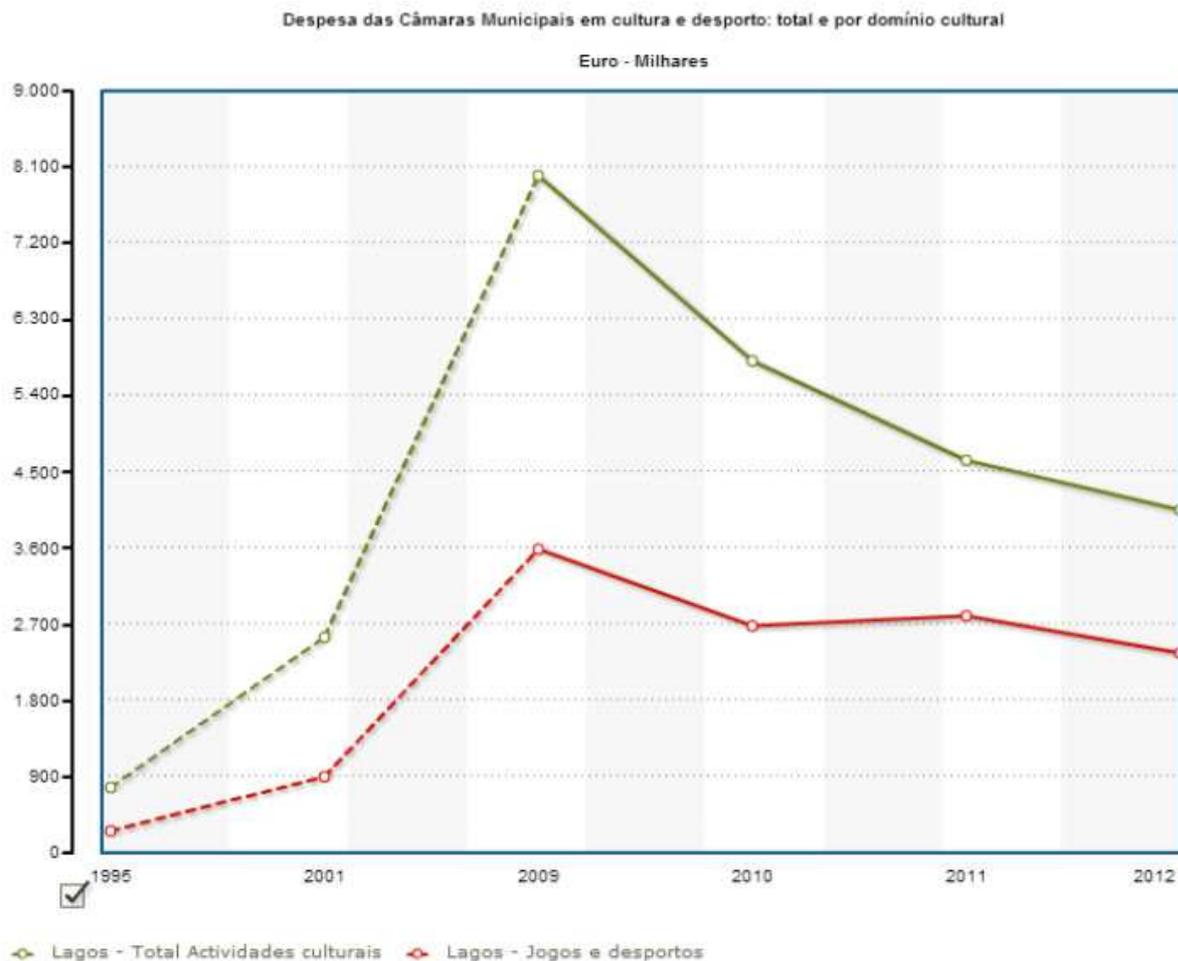
A utilização pelas associações ou outros agentes e organismos dum parte das salas deste equipamento não ultrapassa algumas horas por semana. Embora se reconheça a dificuldade em intensificar o seu uso e partilha, é fundamental estudar e ensaiar uma solução que rentabilize e maximize a utilização do equipamento.

Exemplo deste esforço é o ginásio, cujo horário é apresentado na figura 3, existe a partilha do espaço embora mesmo assim a ocupação horária pudesse ser maior.

De acordo com as responsáveis pelo Espaço Jovem, Dr.^a Maria Genoveva (Coordenadora da UTEJD) e Dr.^a Ana Sofia Vieira (Técnica Superior do SJD) o espaço carece de obras de beneficiação urgentes.

6 - Despesa do Município com o Atividades Culturais Desportivas e Recreativas

O total da despesa da Câmara Municipal com Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas assim genericamente apelidadas (envolve Cultura Artística, Educação Não Formal e História), atingiu o máximo no ano de 2009 com um valor de 8.003,9 milhares de euros que veio decrescendo até ser de 4.050,0 milhares de euros em 2012.



Fonte: PORDATA

Dessa despesa o Desporto é a área que entre 1995 e 2009 conheceu maior investimento (passou dos 261,0 para os 3.587,0 mas veio também decaindo até aos 2.362,7 em 2012. Ainda assim a queda do investimento não é tão acentuada como noutras áreas.

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE CULTURA ARTÍSTICA

Síntese da Caracterização 2014

- Animação Sociocultural onde atua o maior número de agentes.
- As artes plásticas, a música e a dança são as áreas mais importantes.
- Inexistência de regras padrão de articulação do agentes com o município e de contratos programa.
- Inexistência de uma Agenda Cultural comum.
- Falta de interação entre as várias áreas culturais.
- Necessidade de requalificação em edifícios afetos a estes usos.
- Necessidade de ampliação do espaço noutros casos, como por exemplo a Filarmónica 1º de maio.
- Fraco dinamismo de alguns agentes com programação pouco regular.
- Vários agentes no campo da música sem interação e com atividades concorrenciais.
- O apoio Municipal atual processa-se nos contratos de comodato e apoio logístico em iniciativas dos agentes.
- Redução dos espetadores e atividades desenvolvidas no Centro Cultural.
- Impacto da LAC e Escola de Dança a nível local, regional, nacional e internacional.
- Falta de oferta na área do Cinema e da Fotografia.



Dados de suporte à caracterização

- Aspetos relevantes das reuniões com agentes:
- Boa parte das associações referiu Situação financeira asfixiante
- Redução de espetadores

Fontes

- Relatórios de Gestão da Câmara Municipal de Lagos
- Pordata
- Entrevistas aos agentes culturais
- DECCAS
- Observatório das Atividades Culturais

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

Equipamentos culturais abundantes
Valorização do turismo cultural

(O PP é omissivo no papel dos organismos culturais da cidade)

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Análise Swot 2014	Multiplicidade e variedade de agentes culturais	Desarticulação entre os vários agentes
	Diversificação das artes abrangidas	Défice de divulgação – agenda cultural dispersa e pouco atrativa
	Excelente atividade educativa oferecida pelos organismos culturais	
	Importância dos campos da música, artes plásticas	Inexistência de uma programação regular
		Falta de atividades relacionadas com a 7ª arte e fotografia
	Oportunidades	Ameaças
Análise Swot 2014	Criação de sinergias entre os vários agentes	Continuação da degradação dos espaços
	Envolvimento de agentes a nível nacional com os organismos culturais locais	Saída de agentes culturais da ARU
	Envolvimento das populações fora da idade ativa (população escolar e sénior)	Desinteresse dos espetadores pelas atividades apresentadas
	Articulação com o turismo	Continuação da redução do apoio municipal ao setor
		Extinção de agentes culturais por falta de apoios

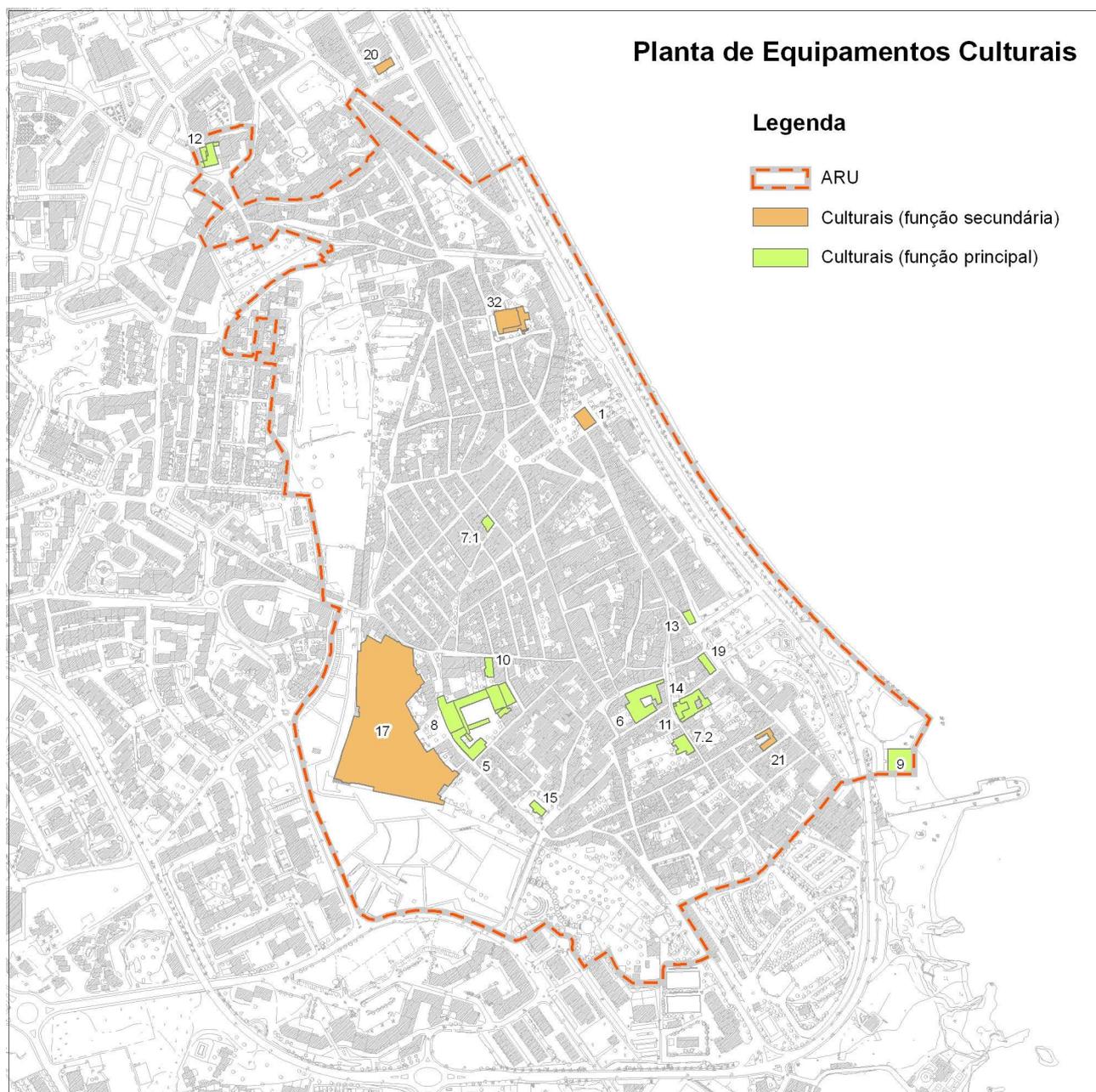
Impacto no Estudo Global e UI	Parcerias público-privadas para equipamentos socioculturais (quando adequado)
	Mecanismos de articulação de agentes
	Incrementar a produção visível dos agentes culturais recorrendo, entre outros, a contratos programa com a autarquia
	Motivação de mecanismos de auto-sustentabilidade das instituições e equipamentos do setor
	Organizar a oferta cultural de forma a potenciar o turismo
	Conferir uma roupagem mais impactante aos acontecimentos culturais periódicos

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE CULTURA ARTÍSTICA

1 - Setores artísticos mais relevantes

É ao nível da música que a cidade de Lagos tem uma maior oferta. Não só pelas atividades desenvolvidas pelas suas associações culturais – Laboratório das Actividades Criativas, Teatro Experimental de Lagos, Filarmónica 1º de Maio, Academia de Música e Grupo Coral de Lagos (todos com concertos mas também ensino da música) bem como através da iniciativa do Centro Cultural de Lagos, responsável pela produção e apresentação de atividades culturais na cidade.

Ilustração 1 - Localização de Equipamentos Culturais



Fonte: CML / OA - Sistema de informação geográfica

A ilustração anterior apresenta os espaços da ARU e envolvente com funções culturais e artísticas identificando quando se trata da atividade principal ou secundária

O quadro seguinte identifica as valências de cada equipamento. A numeração não é contínua atendendo a que se segue a identificação da ficha do domínio dos equipamentos - setor do urbanismo de modo a não haver numerações diversas para o mesmo equipamento no âmbito do Estudo global.

Através das diversas entrevistas realizadas detetou-se a não interligação dos diversos agentes o que impede a não dinamização comum de espaços e a criação de sinergias potenciadoras da melhoria quantitativa e qualitativa da oferta.

Quadro 1. Valências dos Equipamentos

Identificação	Valências
1 Antigos Paços do Concelho	Assembleia Municipal
	Posto de Turismo
	Local de atendimento da PSP
	Exposições
5 Antiga escola Gil Eanes	Espaço Jovem (ocupação de tempos livres e formação)
	Associação de Dança de Lagos (formação preparação de espetáculos de dança)
	Teatro Experimental de Lagos (formação e preparação de espetáculos musicais e de teatro; atividades recreativas)
	Centro de estudos de Lagos (formação sénior)
	Clube desportivo Gil Eanes (sede)
	Centro de recursos Serviço Educativo (economato)
	Delegação da Direção Regional da Agricultura
	Armazém da Proteção Civil
	Associação de Pais de Lagos (sede)
	Armazém da DECCAS
6 Centro Cultural de Lagos	Galeria de exposições
	Sala de espetáculos
	Bar com animação
7 Clube artístico lacobrigense	Atividades de lazer
8 Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo	Grupo Coral de Lagos (Formação e preparação de espetáculos de música e canto coral)
9 Forte Ponta da Bandeira	Património arquitetónico militar visitável
	Exposições
11 Igreja de Santo António	Património arquitetónico religioso visitável (atualmente em manutenção)
12 Laboratório de Atividades Criativas	Formação artística
	Residências artísticas
	Concertos
	Exposições
13 Mercado de escravos	Cultura e Lazer
	Exposições temporárias
14 Museu Municipal Dr. José Formosinho	Museu etnográfico
	Museu arqueológico
15 Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio	Sede da Sociedade Filarmónica Lacobrigense
	Formação, preparação e apresentação de espetáculos musicais
17 Parque Dr. Júdice Cabral	Anfiteatro ao ar livre
	Hortas biológicas

		Tiro com arco
19	Armazém Regimental	Exposições temporárias
20	Academia de Música de Lagos	Formação e preparação de espetáculos musicais e de canto coral Biblioteca (exposição, consulta e empréstimo de livros e jornais)
21	Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas	Projeção de ciclos de cinema alternativo Espaço de acesso à internet
32	Igreja de São Sebastião	Culto religioso Concertos

Fonte: CML / OA - Sistema de informação geográfica

É importante salientar o papel do Laboratório das Atividades Culturais (LAC) e da Associação de Dança de Lagos que se distinguem através de uma oferta cultural consistente, contínua e bastante autónoma. Desenvolvem atividades de grande impacto regional, nacional e até internacional. A atividade do LAC poderia ter uma projeção maior na Cidade tal como a Dança.

De realçar igualmente a existência de vários locais com exposições temporárias.

De acordo com os entrevistados os maiores eventos culturais da cidade são o Festival dos Descobrimentos e a Feira de Arte Doce.

2 – Centro cultural de Lagos (CCL)

Como se verifica pelo quadro seguinte as iniciativas no Centro Cultural de Lagos redundam no mesmo tipo de oferta. Não se registam contratos com agentes externos nomeadamente no campo do cinema nem com os agentes locais que na grande parte das vezes atuam os seus espaços próprios.

Em visita ao CCL testemunhou-se a já conhecida necessidade de obras de requalificação e de adaptação às atuais exigências funcionais.

Também a utilização de algumas das salas para a universidade sénior podem ser repensadas.

Quadro 2 – Actividade Cultural no CCL

ESPECTÁCULOS REALIZADOS NO CENTRO CULTURAL DE LAGOS										
JANEIRO A 31 de DEZEMBRO 2013										
	Sessões	Bilhetes Vendidos							Oferecidos	TOTAL
		Número	Normal	Menor 12	C. Jovem	> 65 anos	Outro	Via Verde	Número	
Teatro	24	3459	2924	0	4	196	294	41	1054	4513
Concerto										
Música Ligeira	14	1967	1818	19	0	75	40	15	302	2269
Música Clássica	32	1544	987	30	2	456	54	15	3027	4571
Audições de Alunos/Festas	24	3349	3252	0	0	0	97	0	2911	6528
Festival de Coros	1	0	0	0	0	0	0	0	192	192
Dança										
Clássica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moderna	4	382	367	0	0	1	14	0	76	458
Outras Modalidades										
Festival de Flamenco	3	797	748	0	0	0	49	0	18	815
Rota de Al Mutamid	1	138	138	0	0	0	0	0	7	145
Fado	6	1034	920	0	0	0	114	0	40	1074
Cinema	12	141	0	0	0	0	141	0	480	621
	121	12811	11154	49	6	728	803	71	8107	20918

Fonte: CCL

Quadro 3 – Bilhetes vendidos no CCL

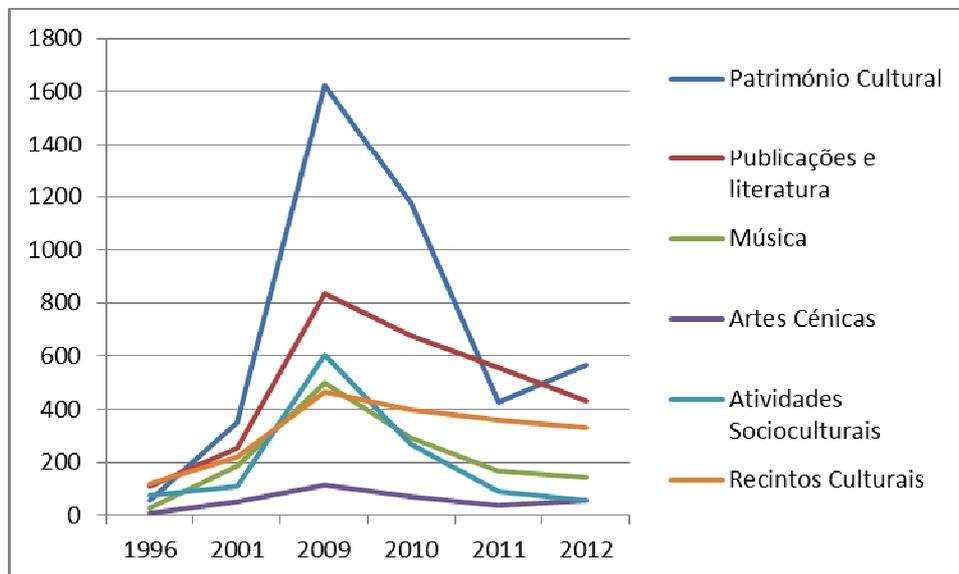
JANEIRO A MARÇO 2014										
	Sessões	Bilhetes Vendidos							Oferecidos	TOTAL
		Número	Normal	Menor 12	C. Jovem	> 65 anos	Outro	Via Verde	Número	
Teatro	6	1226	1226	0	0	0	0	0	82	1308
Concerto										
Música Ligeira	3	384	265	7	1	87	13	11	136	520
Música Clássica	3	220	105	3	1	101	4	6	113	333
Audições de Alunos/Festas	4	542	542	0	0	0	0	0	546	1088
Festival de Coros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dança										
Clássica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moderna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Modalidades										
Festival de Flamenco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rota de Al Mutamid	1	262	262	0	0	0	0	0	16	278
Fado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cinema	1	0	0	0	0	0	0	0	60	60
	18	2634	2400	10	2	188	17	17	953	3587

Fonte: CCL

3 - Despesa da Câmara Municipal com as atividades culturais

Neste tema é notório o desinvestimento municipal progressivo desde 2009 em todos os campos da atividade cultural

Ilustração 2 – Gráfico da evolução da despesa em cultura e desporto



Fonte: PORDATA

Atualmente, de acordo com as reuniões realizadas os agentes recebem apoio Municipal no acesso a instalações do Município, em alguns casos a comparticipação (total ou não) nas despesas de água e luz e em apoio logístico na produção de espetáculos.

Neste âmbito será importante repensar os contratos de comodato e contratos-programa numa ótica de incrementar a produção visível dos agentes.

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Síntese da Caracterização 2014

Rede considerável de organismos e associações com oferta educativa complementar ao Ensino Formal.

Abrange vários domínios como a educação científica, literacia, educação musical, educação artística.

Abrange várias faixas etárias.

O Centro de Ciência Viva tem um papel preponderante na educação científica.

Muitas das atividades educativas são organizadas no âmbito dos organismos culturais referidos no domínio de Cultura Artística.

A Biblioteca tem um papel essencial na articulação com o Ensino Formal.

As atividades educativas decorrem na sede de cada um dos organismos.

Alguns destes espaços precisam de obra urgente para reabilitação de zonas degradadas e outros carecem de ser ampliados ou renovados.

A Educação Não Formal poderia ser promovida em maior articulação com a Educação Formal.

No domínio da história e do ambiente poderia ser potenciado em articulação



Dados de suporte à caracterização

No campo da educação não formal, Lagos dispõe de uma excelente atividade por parte dos organismos mencionados no domínio da Cultura Artística destacando-se:

- #ensino da música por parte do Coral, da Academia de Música e da Filarmónica que têm escolas de música
- #ensino do teatro, técnica clown e outras performances através do TEL
- #ensino de vários tipos de dança pela Escola de Dança de Lagos
- #ensino das artes plásticas pelo LAC que se assume como um verdadeiro laboratório artístico.

O Centro de Ciência Viva é responsável por uma oferta educativa rica e variada

A Biblioteca Municipal, em colaboração com o Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) proporciona um bom apoio à educação.

O Espaço Jovem assume-se como espaço vital para a formação complementar dos jovens do município por se apresentar como círculo de educação complementar nomeadamente na área informática, musical e artística.

O Centro de Estudos de Lagos, tem um papel fulcral na educação de adultos com a organização de cursos, palestras e workshops fundamentais para o envelhecimento ativo.

Fontes

Relatório de Atividades do Centro de Ciência Viva de Lagos

Relatório de Atividades do Espaço Jovem

Relatório de Atividades da Biblioteca Municipal

Entrevistas a dinamizadores de atividades educativas

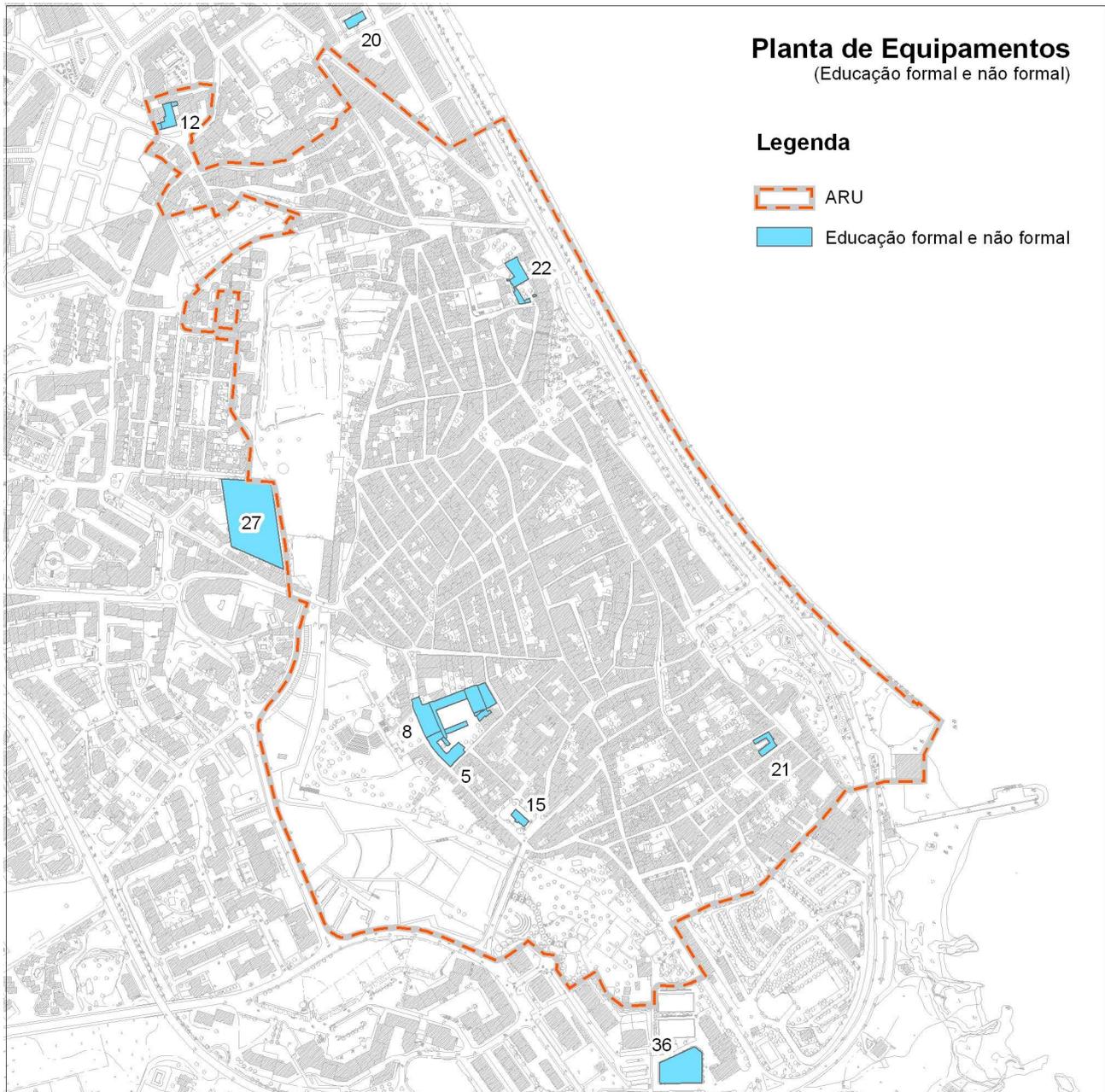
Relatórios de Gestão da Câmara Municipal de Lagos

ANEXO DA CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**1 – Atividades e Agentes**

Os equipamentos no domínio da educação na ARU e envolvente imediata tem a distribuição constante da ilustração seguinte e identificação do quadro seguinte. Os dois equipamentos de animação formal registados (27 e 36) estão fora da ARU.

Dentro da ARU os equipamentos registados têm atividade na educação não formal sendo essa a sua função principal ou secundária.

Ilustração 1 – Localização dos Equipamentos de Educação



Fonte: CML/OA - Sistema de informação geográfica

Quadro 1 – Listagem dos Equipamentos

Número	Equipamento	Tipologia
5	Antiga escola Gil Eanes	Educação não formal
8	Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo	Educação não formal
12	Laboratório de Atividades Criativas	Educação não formal
15	Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio	Educação não formal
20	Academia de Música de Lagos	Educação não formal
21	Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas	Educação não formal
22	Centro de Ciência Viva	Educação não formal
27	Escola EB1 n.º1 de Lagos	Educação formal
36	Escola EB1 n.º2 de Lagos (atualmente sem atividade)	Educação formal

Fonte: Fonte: CML/OA - Sistema de informação geográfica

Verifica-se que são apenas três os espaços cuja principal atividade é a educação Não Formal: Academia de Música de Lagos (fora do limite da ARU), Centro de Ciência Viva e Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas – mas como atividade secundária praticamente todas as associações culturais têm um importante papel na educação informal.

Deste modo, a educação científica e literária são as que maior impacto têm na ARU mas logo de seguida a educação musical e artística têm também um importante peso que deve ser tido em conta.

Quadro 2. Lista de valências por equipamento

Identificação	Valências
5 Antiga escola Gil Eanes	Espaço Jovem (ocupação de tempos livres e formação)
	Associação de Dança de Lagos (formação preparação de espetáculos de dança)
	Teatro Experimental de Lagos (formação e preparação de espetáculos musicais e de teatro; atividades recreativas)
	Centro de estudos de Lagos (formação sénior)
	Clube desportivo Gil Eanes (sede?)
	Centro de recursos SE (economato)
	Delegação da Direção Regional da Agricultura
8 Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo	Armazém da Proteção Civil
	Associação de Pais de Lagos (sede)
	Armazém da DECCAS
12 Laboratório de Atividades Criativas	Grupo Coral de Lagos (Formação e preparação de espetáculos de música e canto coral)
	Formação artística
	Residências artísticas
15 Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio	Concertos
	Exposições
	Cultura e Lazer
20 Academia de Música de Lagos	Sede da Sociedade Filarmónica Lacobrigense
	Formação, preparação e apresentação de espetáculos musicais
21 Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas	Formação e preparação de espetáculos musicais e de canto coral
	Biblioteca (exposição, consulta e empréstimo de livros e jornais)
22 Centro de Ciência Viva	Projeção de ciclos de cinema alternativo
	Espaço de acesso à internet
	Educação para a ciência e tecnologia

		Exposições
		Oficinas, ateliers e workshops
27	EB1 n.º 1 de Lagos	Escola básica do primeiro ciclo
36	Escola EB1 n.º2 de Lagos	Sem uso

Fonte: OA - Sistema de informação geográfica

Foi reportada nas reuniões a boa adesão dos cidadãos aos agentes instalados.

Apesar de existirem tantos elementos patrimoniais no domínio da História não há organismos a desenvolver atividades de educação na área histórica e apesar da proximidade à Ribeira e ao Mar também esta vertente não é explorada.

Sendo a Educação e a Formação cruciais para a “Estratégia Europa 2020” este poderá ser um domínio a beneficiar de eventuais financiamentos europeus e a ser potenciado.

2 – Centro Ciência Viva

O Centro de Ciência Viva de Lagos, pertencente à Rede Nacional de Centros de Ciência Viva, é uma das entidades mais ativas no campo da educação não formal na cidade de Lagos.

Quadro 3 - Centro Ciência Viva de Lagos (2008-2013)

Ano	Total de visitantes exposição	Grupos Escolares	Outros visitantes	Actividades não expositivas	TOTAL exposição+ actividades	
2008 ¹	666	0	666	0	666	
2009	9401	1781 18,9%	7620 81,1%	1066 ²	10467	
2010	7822	3493 44,7%	4329 55,3%	2319	10141	
2011 ³	6069	2111 34,8%	3958 65,2%	7780	13849	
2012	9539		2423 25,4%	7116 74,6%	5126	14665
	Nacionais ⁵	Estrangeiros ⁵				
	6126 64,2%	3413 35,8%				
2013 ⁶	8470		2154 25,43%	6316 74,57%	5180	13650
	4900 57,85%	3570 42,15%				
Total	41967		11962 28,3%	30005 72,7%	21471	63438
	63438					

1 a partir de 5 de Dezembro de 2008. 2 Maio a Dezembro. 3 até Outubro e Centro encerrado de 9 de Maio a 31 de Julho. 4 3097 participantes na Feira de Arte Doce e 887 participantes na Feira de Ciência de Vila do Conde. 5 discriminação dos visitantes em nacionais e estrangeiros a partir de Janeiro de 2012. 6 dados até 31 de Dezembro de 2013.

Fonte: Relatório de Atividades do Centro de Ciência Viva de Lagos

Dispõe de um bom espaço expositivo, interior e exterior e é, como se pode verificar no quadro acima, um espaço com mais de 10.000 visitas anuais. Destaca-se a variedade de atividades que vão de exposições a palestras, oficinas experimentais e observação astronómica.

Considera-se elevado o número de visitantes estrangeiros que poderia ser potenciado caso existisse uma ligação mais adequada através do Mercado Municipal. Considera-se pouco

relevante a visita de grupos escolares, podendo ser incrementada a ligação deste meio de educação informal às escolas.

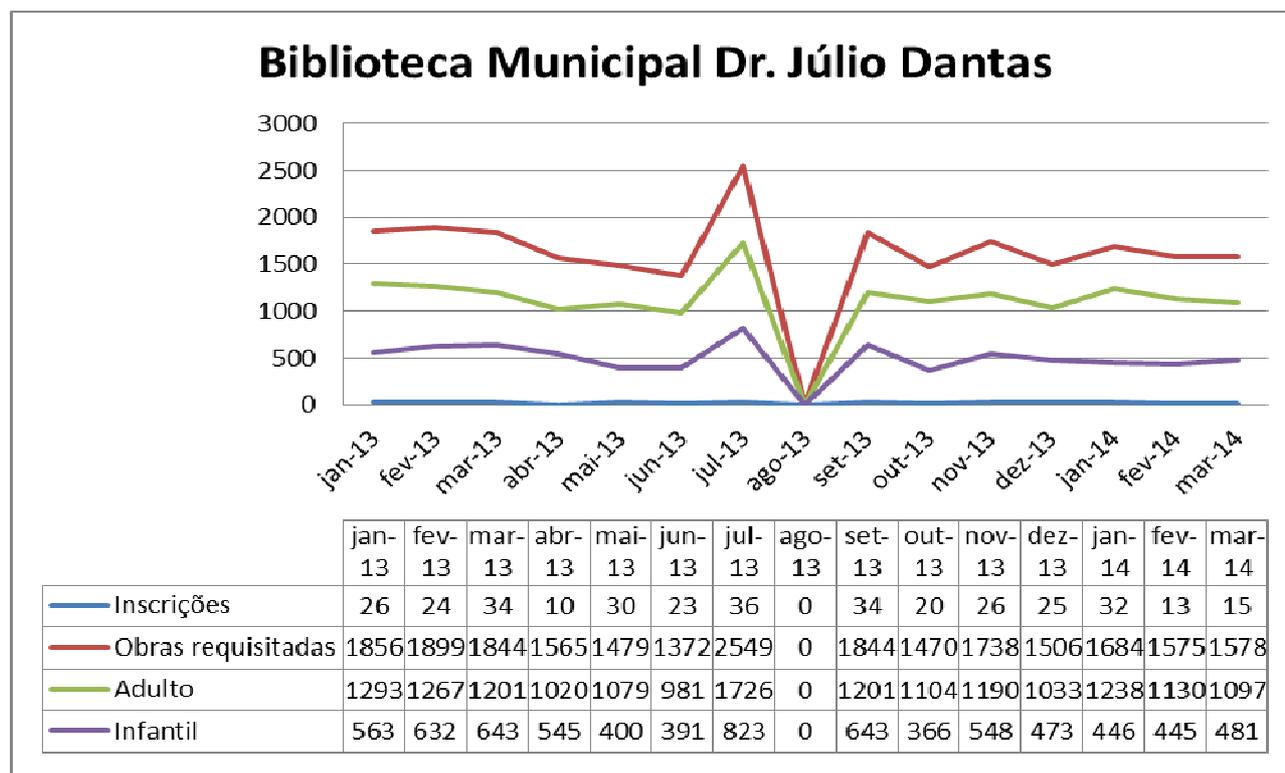
3 – Biblioteca Municipal

O número de novas inscrições na Biblioteca ronda uma média de 26 por mês no ano de 2013 (não considerando o mês de agosto em que esteve fechada).

Verifica-se claramente que no mês de julho há um pico inscrições e requisições tanto de público infantil como de público adulto, que é quem mais requisita. Deveria equacionar-se, pois, ter a Biblioteca a funcionar no mês de agosto.

De acordo com os dados fornecidos pela DECCAS essas requisições são essencialmente monografias mas também há uma boa percentagem de requisições de DVDs. Grosso modo, 65% das requisições são de livros e 30% são DVD.

Ilustração 2 - Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas



A Biblioteca dispõe de 5 computadores para os utilizadores e rede wi-fi gratuita sendo, por isso, também muito procurada. A sua procura reside também no acesso a periódicos muito consultados pela população desempregada, de acordo com o Bibliotecário Responsável, Dr. Luís Bordalo.

Realiza pequenos ciclos de cinema às quartas-feira com entradas gratuitas.

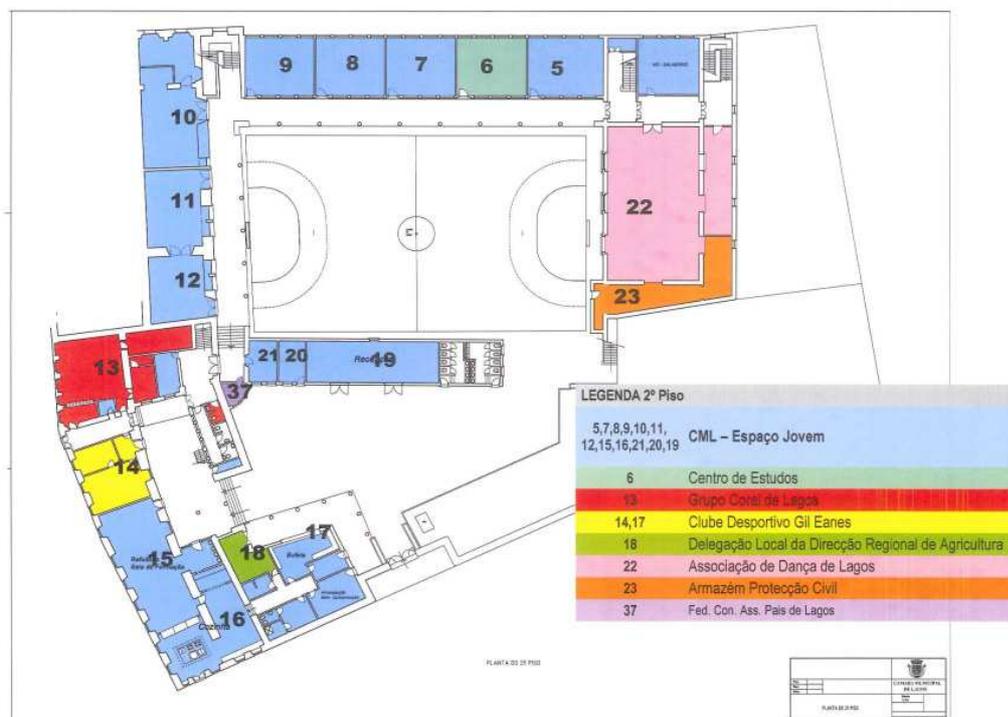
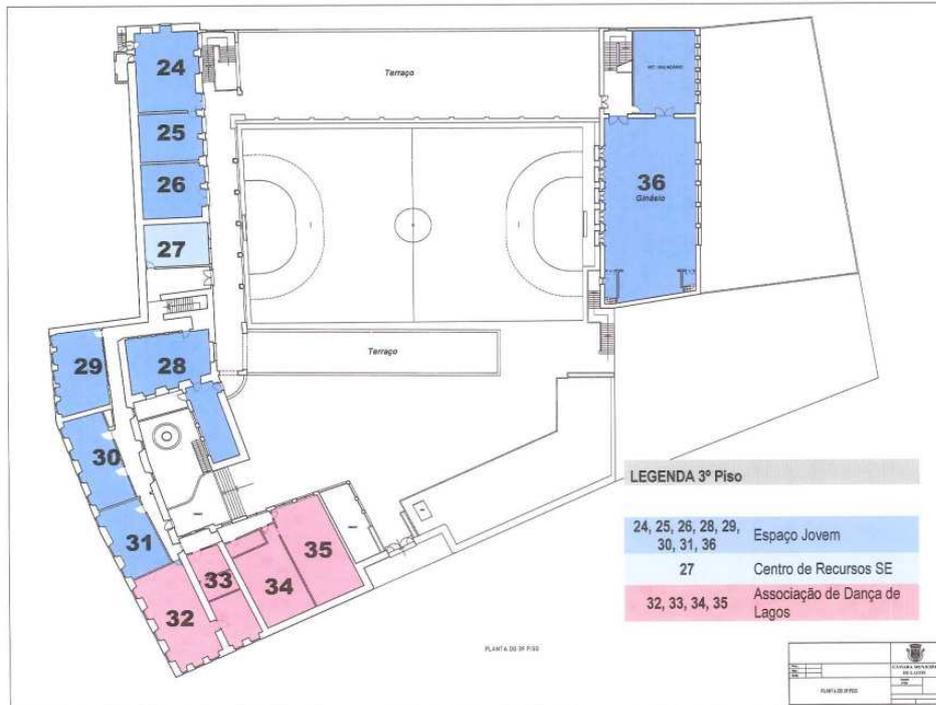
Além do apoio aos pólos de leitura realiza parcerias com livreiros e uma iniciativa no Mercado Municipal – “Mercado de Letras” – que desde novembro de 2013 contou com 40 visitas e apenas 25 requisições.

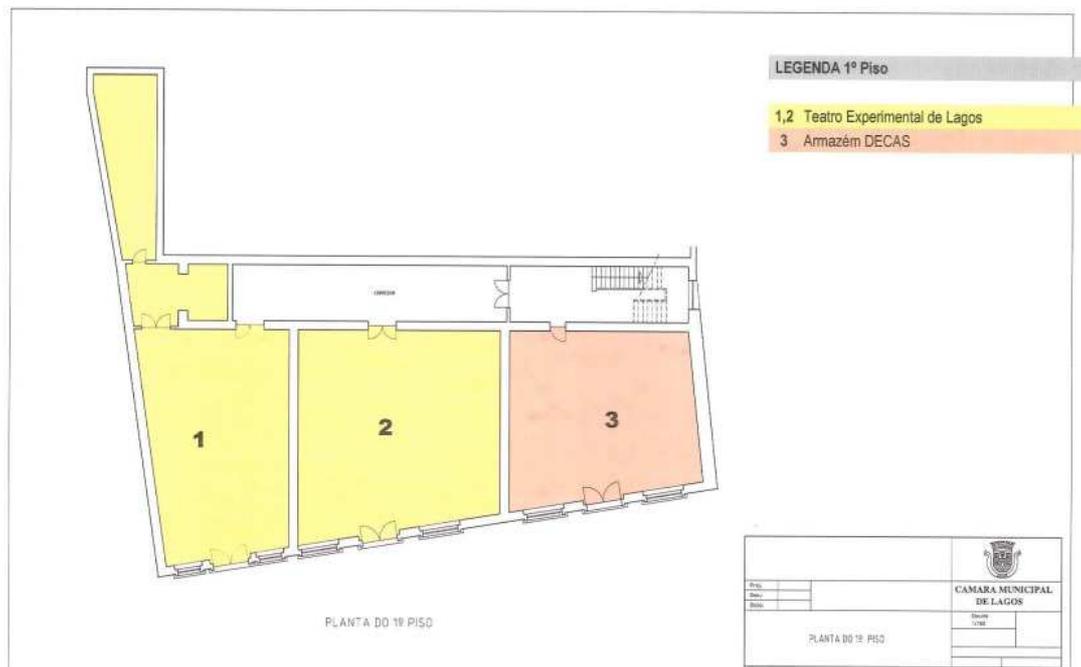
4 – Antiga Escola Gil Eanes

Este espaço alberga um conjunto significativo de agentes de diversos tipos.

Tem uma ocupação espacial total contudo a ocupação horária fica bastante aquém das possibilidades atendendo a que algumas salas apenas têm utilização de algumas horas por semana.

Ilustração 3 – Afetação dos espaços da antiga escola Gil Eanes





Fonte: Espaço Jovem

O Espaço Jovem é um serviço/equipamento que existe desde 2004 vocacionado para o desenvolvimento de atividades e projetos da população jovem. Está aberto das 9 às 22h30.

As Associações e Projetos Residentes são:

- Associação de Dança de Lagos
- Teatro Experimental de Lagos
- Grupo Coral de Lagos
- Clube Desportivo da Escola Secundária Gil Eanes
- Projeto Saúde em Movimento
- Esperança de Lagos – Secção de Kickboxing

Os principais Serviços são:

- Espaço Informa
- Serviço de informação para a juventude
- Associativismo
- Apoio ao associativismo juvenil e grupos informais.
- Ciber Espaço e Wireless
- Tem 3 computadores em estado razoável com acesso à internet
- Banco de Voluntariado

Atividades regulares:

- Atelier de Expressão Plástica

- Workshops
- Ocupação de Tempos Livres
- Feira e Trocas

De acordo com as responsáveis do Espaço Jovem, Dr.^a Maria Genoveva (Coordenadora da UTEJD) e Dr.^a Ana Sofia Vieira (Técnica Superior do SJD) o espaço carece de obras de beneficiação urgentes, revisão do sistema elétrico, aumento de funcionários e vigilantes.

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO HISTÓRICO

Síntese da Caracterização 2014

Cidade extremamente rica em elementos históricos e patrimoniais.
 Grande parte destes elementos tem problemas graves de degradação havendo situações urgentes.
 As principais áreas são: património religioso, arquitetura militar, história dos Descobrimentos.
 Os elementos históricos estão subaproveitados ou com utilização desadequada.
 Existem roteiros de visita que necessitam de revisão profunda.



Dados de suporte à caracterização

- 5 Igrejas:
 - Igreja de Santo António
 - Igreja de Santa Maria
 - Igreja de São Sebastião
 - Igreja de Santa Bárbara
 - Igreja de Nossa Sra do Carmo
- Arquitetura Militar:
 - Castelo dos Governadores
 - Muralhas, Torres e Baluartes
 - Forte Ponta da Bandeira
 - Armazém do Espingardeiro
- História dos Descobrimentos:
 - Mercado de Escravos
 - Museu Municipal Dr. José Formosinho
 - Forte Ponta da Bandeira
 - “Cemitério de Escravos”

Fontes

- Divisão de Educação, Comunicação, Cultura e Ação Social (DECCAS)
- Visitas aos locais
- Entrevistas com os responsáveis pelos espaços
- Estudos do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

Área central e de identidade da Cidade de Lagos.
 Património documental e interpretativo precioso e fundamental.
 Reconhecimento da necessidade de desenvolvimento de ações e estratégias inovadoras de gestão urbanística.
 Intervenção territorial e qualificação das estruturas existentes e associado risco de perda de identidade.
 Identificação dos Imóveis Classificados e em Vias de Classificação, Imóveis de Valor Patrimonial e Arquitetónico, imóveis com interesse singular de valor, frentes edificadas de interesse.

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Análise Swot 2014	Passado histórico da Cidade	Fraca divulgação, conhecimento e aproveitamento do património
	Riqueza histórica do património preservado nomeadamente as muralhas e igrejas	Degradação física de algum património
	Achados arqueológicos em especial os associados à rota da escravatura	Fraca dinâmica de aproveitamento do potencial histórico
	Oportunidades	Ameaças
Elevado potencial do tema escravatura	Perda dos valores patrimoniais	
Gestão racional e reforço funcional do património	Acessibilidade, circulação e estacionamento	
Criação de roteiros temáticos		
Reforço da atratividade da ARU no quadro da animação sociocultural		

Impacto no Estudo Global e UI

Temas chave Descobrimientos e escravatura
 Dinamização e sustentabilidade dos elementos históricos e patrimoniais
 Dinamização da educação não formal no campo da história, património e tradições
 Roteiros atrativos: Escravatura, arquitetura religiosa, Descobrimientos, arquitetura militar

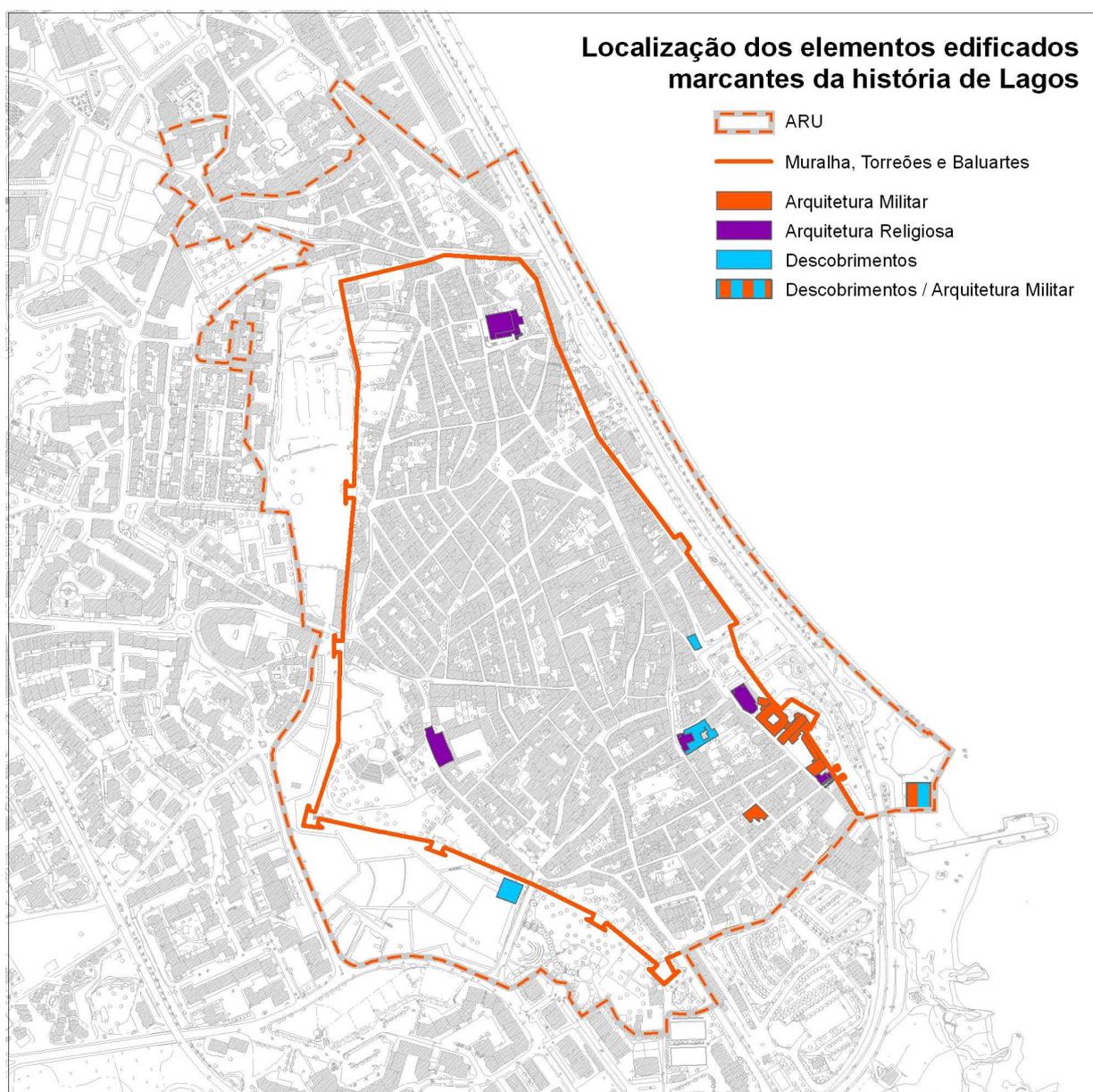
ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO HISTÓRICO

1 – Elementos com interesse histórico

Existe na ARU um conjunto muitíssimo significativo de elementos construídos testemunhos da História da Cidade, dos quais a ilustração seguinte assinala apenas os que se consideram mais emblemáticos.

As várias igrejas dispersas pelo território são símbolos da génese de Lagos que hoje conhecemos. Destas Igrejas Santa Maria e São Sebastião continuam com utilização religiosa, Santa Bárbara não apresenta utilização contínua, Nossa Senhora do Carmo (ou igreja das Freiras) integrada no Convento tem utilização do Grupo Coral de Lagos e Santo António está musealizada.

Ilustração 1 – Construções marcantes da história de Lagos



Fonte: OA

Os elementos da arquitetura militar têm também uma forte presença em termos de delimitação e pontuação do espaço, assumindo-se como interessantes espaços para visita turística devido às vistas sobre a cidade e o mar. Por diversas razões estes elementos não se encontram suficientemente disponíveis para a animação sociocultural e turística.

Em termos de património relacionado com os Descobrimientos dos vários elementos construídos disponíveis poderá haver alguma potenciação do tema podendo integrar o tema da escravatura ou autonomiza-lo.

O património arqueológico é igualmente uma temática com relevância histórica a contemplar na estratégia da ARU no sentido de trazer também para Lagos o espólio que lhe pertence e que se encontra disperso por vários espaços (Universidade de Évora, Chinicato, Silves), garantindo o trabalho de manutenção dos achados e o conhecimento dos mesmos e gerando de forma atrativa e diferenciadora mais um tema de animação que se pode cruzar com os anteriormente citados.

2 – Oferta museológica

Conhecida a oferta museológica permanente na ARU proporcionada pelo Museu Dr. José Formosinho, considera-se que esta não é atrativa. Facto este que veio a ser reforçado pelos registos de entradas, os quais reduziram significativamente desde que a igreja de Santo António deixou de estar acessível, como se pode verificar:

Quadro 1 - Visitas ao Museu Municipal Dr. José Formosinho em 2013 e 1º trimestre 2014

NÚMERO DE ENTRADAS PAGAS NO MUSEU MUNICIPAL DR. JOSÉ FORMOSINHO ANO 2013						
Mês	Bilhetes inteiros	Bilhetes para grupos Turísticos	Meios Bilhetes	Via Verde Cultural	Via Verde Cultural (meio bilhete)	Total mensal
2013						
janeiro	391	263	324	11		989
fevereiro	557	849	629	39	27	2101
março	1480	1529	1331	39	52	4431
abril	1750	2238	978	55	21	5042
maio	2823	4070	1258	72	35	8258
junho	2544	2535	1071	207	96	6453
julho	3200	1804	972	299	101	6376
agosto	3427	1602	882	206	80	6197
setembro	3118	3271	915	141	61	7506
outubro	1903	2510	910	76	33	5432
novembro	497	349	301	11	4	1162
dezembro	212	83	111	4	2	412
Totais	21902	21103	9682	1160	512	54.359
2014						
janeiro	30		28			537
janeiro	239	53	172	7	8	
fevereiro	416	429	382	12	5	1244
março	509	729	549	11	3	1801
Totais	1194	1211	1131	30	88	3582

Fonte: DECCAS

Quadro 2 -Entradas gratuitas no museu Municipal Dr. José Formosinho

Visitantes com entrada gratuita no Museu Municipal Dr. José Formosinho no ano de 2013		
Mês	Entradas grátis	Visitas de Estudo
janeiro	3	
fevereiro	31	
março	88	119
abril	57	195
maio	220	236
junho	18	36
julho	10	192
agosto	81	65
setembro	20	
outubro	64	
novembro	41	60
dezembro	18	
Entradas grátis em dias especiais		
5 e 6 de fevereiro – Inserido nas comemorações do dia da Elevação de Lagos a Cidade		Peddy-Paper – 26 alunos 19 alunos
Voucher «Lagos, faça a sua descoberta», BTL 2013		2 pessoas
18 de abril – Dia Internacional dos monumentos e Sítios		Visitas gratuitas – 369
18 de maio e 19 de maio – Comemorações do Dia Internacional dos Museus		Visitas gratuitas (dia 18) – 408 pessoas
16 de julho – Peddy-Paper “Aventura-te pelo Património” com crianças “Viver o Verão”		104 crianças e 16 monitores
25 de julho - Peddy-Paper “Aventura-te pelo Património” com crianças “Viver o Verão”		134 crianças e 23 monitores
22 de agosto - Peddy-Paper “Aventura-te pelo Património” com crianças “Viver o Verão”		86 crianças e 15 monitores
23 de agosto – Dia da criação do Museu		Visitas gratuitas – 341 pessoas
20,21 e22 de setembro – Jornadas Europeias do Património		Visitas gratuitas Dia 20 – 529 pessoas Dia 21 – 579 pessoas Dia 22 – 394 pessoas
27 de setembro – Dia Mundial de Turismo		Visitas gratuitas – 618 pessoas
27 de outubro – Dia da cidade		Visitas gratuitas – 150 pessoas
Total		5367
Visitantes com entrada gratuita no Museu Municipal Dr. José Formosinho JAN. FEV. MARÇO ano de 2014		
Mês	Entradas grátis (crianças até aos 12 anos, habitantes de Lagos, funcionários da Câmara e visitas guiadas gratuitas)	Visitas de Estudo
janeiro	8	79
fevereiro	18	43
março	276	230
Entradas grátis em dias especiais		
Inserido nas comemorações do dia da Elevação de Lagos a Cidade	28-01-2014 – Peddy Paper “Aventura-te pelo Património”– 15 alunos e 1 Professor - Escola das Naus – 8º ano	Total - 16
Inserido nas comemorações do dia da Elevação de Lagos a Cidade	30-01-2014 – Peddy Paper “Aventura-te pelo Património”– 21 alunos, 1 Professor e 1 Auxiliar – Escola EB1/JI nº3 de Lagos	Total - 23
Inserido nas comemorações do dia da Elevação de Lagos a Cidade	18-02-2014 - – Peddy Paper “Aventura-te pelo Património” - 21 Alunos, 1 Professor, 1 Auxiliar da Escola EB1 nº3 – Lagos	Total - 23
Peddy- paper	26-3-2014 – 25 alunos, 1 professor , 1 auxiliar da Escola do Ensino Básico Santa Maria 28 -3 -2014 - 24 alunos, 1 professor , 1 auxiliar da Escola do Ensino Básico Santa Maria	Total - 51
Total		767

Fonte: DECCAS

Uma análise global permite compreender que o Museu Dr. José Formosinho, tal como toda ARU, vive muito da sazonalidade que caracteriza o Algarve. Assim sendo, as visitas ao Museu, que tem anexa a Igreja de Santo António, conhece nos meses de abril a outubro uma quantidade maior de visitas do que em qualquer outra época do ano. Desde outubro último nota-se uma queda mais abrupta nas visitas por ter sido encerrada aquela Igreja devido à necessidade de intervenção na abóbada e o associado risco. Ainda que coincida esse encerramento com a época “baixa” quando comparados os números das visitas no 1º trimestre de 2013 com o 1º trimestre de 2014 nota-se uma quebra superior a 50% que estará em boa parte relacionada com o encerramento da Igreja que é, de mais a mais, o segundo monumento mais visitado do Algarve.

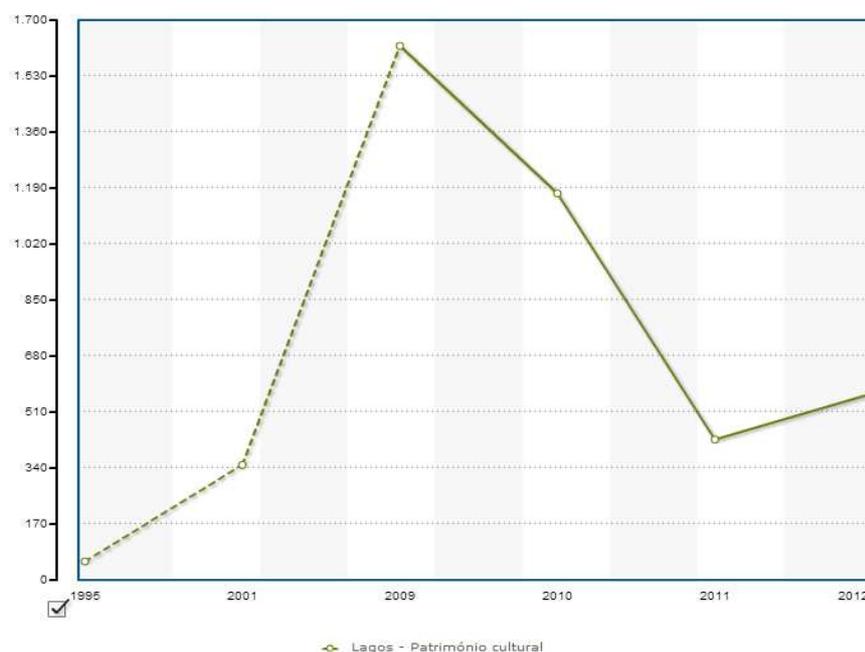
Se, por um lado, urge reabrir a Igreja devido a esta quebra drástica nas visitas, demonstra também que o Museu carece de capacidade de atração por si só. Porventura deverá ser revista a sua organização e conteúdos e repensada uma estratégia de dinamização do espaço com maior interação com as escolas da região.

Verifica-se que apesar da riqueza histórica e patrimonial, a educação informal no Museu em particular mas em toda a ARU, não está ainda suficientemente explorada podendo ser esta uma forma de dinamização bastante útil. Assim se justifica a pouco representativa afluência de crianças através de visitas de estudo.

3 – Investimento Municipal

Em matéria de património cultural regista-se um desinvestimento gradual entre 2009 e 2011 com nova subida em 2012 para o segundo valor mais elevado registado, o que provavelmente estará mais relacionado com a execução ou de obras de peso e não tanto com a regular manutenção do património sobre a qual de forma individualizada não foram apurados dados.

Quadro 3 - Despesa da Câmara Municipal com Património Cultural (em milhares de euros)



Fonte: Pordata

ECONOMIA

CARATERIZAÇÃO – POPULAÇÃO E POPULAÇÃO ATIVA

Síntese da Caracterização 2014

Em Lagos residiam 31.409 pessoas, em 2011, mais 22% que em 2001

Este crescimento é quase o dobro do Algarve e onze vezes mais o do País

Nas freguesias urbanas residiam 24.095 pessoas (71% do concelho)

Na ARU 2.509 pessoas (11,35% dos residentes das duas freguesias)

A população ativa de Lagos era de 15.014 pessoas, mais 21% que em 2001

Este aumento é 6% superior ao do Algarve e 30 vezes mais que o do País

A taxa de atividade em Lagos (48,36%) era um pouco superior à do País

S. Sebastião tem uma taxa de atividade 6% superior à média do País

A taxa de atividade das mulheres em S. Sebastião é +9% que a do País

S. Maria tem uma taxa de atividade 4% superior à média do País

A taxa de atividade das mulheres em S. Maria é 7% superior à do País

Em Lagos a capacidade de renovação da população em idade ativa é menor que a média nacional

Contudo ela é superior em S. Sebastião (+11%) e inferior em S. Maria (-14%)

Lagos acompanha o rácio nacional de sustentabilidade potencial.

Contudo ele é superior em S. Sebastião (+15%) e também em S. Maria (+6%)

As freguesias urbanas (+ S. Sebastião) de Lagos são mais jovens (pop <24 anos) que o concelho e o País

No território da ARU estas freguesias são menos jovens, registando-se um padrão inverso ao anterior

A população residente na ARU é bastante mais envelhecida que a das freguesias onde está inserida

Em 1991 Lagos tinha 4,2% de residentes estrangeiros, contra 1,09% no País e 2,52% no Algarve

Mas a maioria dos residentes estrangeiros escolheu as freguesias rurais para se instalar

Em 2011 Lagos tinha 16,8% de residentes estrangeiros (4 vezes a de 1991), o País tinha 3,7% e o Algarve 11,5%

Na freguesia de S. Maria os residentes estrangeiros passaram de 3% em 1991 para 16% em 2011

Na freguesia de S. Sebastião os residentes estrangeiros passaram de 2% em 1991 para 14% em 2011



Dados de suporte à caracterização

Dados Estatísticos do INE

Entrevistas com entidades representativas dos sectores

Fontes

INE, Recenseamento da População e Habitação

INE - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) por Local de residência

INE - Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência

INE - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE POPULAÇÃO ATIVA

A população residente em Lagos era de 31.049 à data do Censo de 2011, mais 22,25% que a registada em 2001. Este crescimento foi maior que o registado para o Algarve (14%) e mais de onze vezes o de Portugal (2%).

As duas freguesias da cidade que à data existiam (agora uma união) congregavam 24.095 pessoas (71,1% da população residente do concelho) e a população residente na ARU ascendia a 2.509 pessoas (11,35% dos residentes nas duas freguesias).

Quadro 1 – População Residente e Ativa

	População Residente				População Ativa			
	Total	%	Homens	%	Total	%	Homens	%
2001								
Portugal	10.356.117	100,0%	5.000.141	100,0%	4.990.208	100,0%	2.742.035	100,0%
Continente	9.869.343	95,3%	4.765.444	95,3%	4.778.115	95,7%	2.617.974	95,5%
Algarve	395.218	3,8%	195.725	3,9%	192.348	3,9%	107.761	3,9%
Lagos	25.398	0,2%	12.463	0,2%	12.443	0,2%	6.789	0,2%
Lagos (Santa Maria)	6.440	25,4%	3.107	24,9%	3.284	26,4%	1.748	25,7%
Lagos (São Sebastião)	11.031	43,4%	5.351	42,9%	5.509	44,3%	2.944	43,4%
2011								
Portugal	10.562.178	100,0%	5.046.600	100,0%	5.023.367	100,0%	2.603.574	100,0%
Continente	10.047.621	95,1%	4.798.798	95,1%	4.780.963	95,2%	2.472.635	95,0%
Algarve	451.006	4,3%	219.931	4,4%	220.961	4,4%	114.542	4,4%
Lagos	31.049	0,3%	15.090	0,3%	15.014	0,3%	7.745	0,3%
Lagos (Santa Maria)	8.046	25,9%	3.817	25,3%	3.976	26,5%	1.992	25,7%
Lagos (São Sebastião)	14.049	45,2%	6.864	45,5%	7.086	47,2%	3.642	47,0%
ARU (Santa Maria)	1.065	13,2%	494	12,9%		0,0%		0,0%
ARU (São Sebastião)	1.444	10,3%	666	9,7%		0,0%		0,0%

População Residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário e População ativa (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011), Sexo, Grupo etário; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação.

No que respeita à população ativa, em 2011 Lagos dispunha de 15.014 pessoas, mais 20,66% que em 2001. De igual forma o crescimento foi maior que o do Algarve (14,88%) embora com menor diferença, e substancialmente mais que Portugal (0,66%).

Quadro 2 – Taxa de atividade

2011	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
Portugal	47,56	100,0%	51,59	100,0%	43,87	100,0%
Continente	47,58	100,0%	51,53	99,9%	43,98	100,3%
Algarve	48,99	103,0%	52,08	100,9%	46,05	105,0%
Lagos	48,36	101,7%	51,33	99,5%	45,55	103,8%
Lagos (Santa Maria)	49,42	103,9%	52,19	101,2%	46,91	106,9%
Lagos (São Sebastião)	50,44	106,1%	53,06	102,8%	47,93	109,3%

Taxa de atividade (%) da população residente por Local de residência (à data dos Censos 2011)

A taxa de atividade em Lagos era em 2011 um pouco mais elevada que a registada para Portugal, mas um pouco inferior à do Algarve. Mas as das duas freguesias demonstram uma taxa de atividade superior à do concelho, sobretudo no que respeita às mulheres, sendo a de S. Sebastião substancialmente superior.

Quadro 3 – Índices

2011	Renovação da população em idade ativa						Sustentabilidade potencial	
	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Portugal	94,34	100,0%	99,55	100,0%	89,67	100,0%	3,40	100,0%
Continente	92,78	98,3%	97,85	98,3%	88,23	98,4%	3,40	100,0%
Algarve	90,62	96,1%	91,90	92,3%	89,39	99,7%	3,30	97,1%
Lagos	83,80	88,8%	86,82	87,2%	80,89	90,2%	3,40	100,0%
Lagos (Santa Maria)	80,93	85,8%	85,45	85,8%	76,81	85,7%	3,60	105,9%
Lagos (São Sebastião)	104,30	110,6%	106,71	107,2%	101,90	113,6%	3,90	114,7%

INE - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo

INE - Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)

Os índices acima demonstram:

1. A capacidade de renovação da população em idade ativa, isto é a relação entre a população que potencialmente está a entrar (20 a 29 anos) e a que está a sair do mercado de trabalho (55 a 64 anos) verificando-se que Lagos é globalmente menos renovável, exceto na antiga freguesia de S. Sebastião
2. A sustentabilidade potencial, isto é a relação entre a população em idade ativa (15 aos 64 anos) e a população idosa (65 ou mais anos) demonstra que Lagos acompanha o rácio nacional, mas as duas antigas freguesias da cidade apresentam maior sustentabilidade que o concelho, sendo de novo a de S. Sebastião que se revela mais robusta.

Quadro 4 – População residente por escalão etário

2011	Total		Menos de 15		De 15 a 24		De 24 a 64		65 e mais	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Portugal	10.562.178	100,0%	1.572.329	14,9%	1.147.315	10,9%	5.832.470	55,2%	2.010.064	19,0%
Continente	10.047.621	95,1%	1.484.120	14,8%	1.079.493	10,7%	5.546.220	55,2%	1.937.788	19,3%
Algarve	451.006	4,3%	66.974	14,8%	45.573	10,1%	250.690	55,6%	87.769	19,5%
Lagos	31.049	0,3%	4.870	15,7%	3.199	10,3%	17.055	54,9%	5.925	19,1%
Lagos (Santa Maria)	8.046	25,9%	1.270	15,8%	855	10,6%	4.454	55,4%	1.467	18,2%
Lagos (São Sebastião)	14.049	45,2%	2.322	16,5%	1.500	10,7%	7.838	55,8%	2.389	17,0%
ARU (Santa Maria)	1.065	13,2%	128	12,0%	105	9,9%	510	47,9%	322	30,2%
ARU (São Sebastião)	1.444	10,3%	162	11,2%	120	8,3%	742	51,4%	420	29,1%

INE - População residente por escalão etário (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo

Na freguesia de S. Sebastião reside 45% da população do concelho. É uma freguesia que apresenta percentagens mais robustas nos escalões etários mais jovens (16,5% com menos de 15 anos, contra 15,7% no concelho e 14,9% em Portugal e 10,7% dos 15 aos 24 anos, contra 10,3% no concelho e 10,9% em Portugal). A freguesia de S. Maria, embora com menos peso global e percentual, acompanha a estrutura que se verifica para S. Sebastião.

Contudo, a parcela das freguesias que respeita à ARU inverte a apreciação. Com menos de 15 anos, no território ARU da freguesia de S. Sebastião apenas se regista 11,2% (contra 16,5%) e no

de S. Maria de 12% (contra 15,8%); no escalão dos 15 aos 24 anos, regista-se 8,3% (contra 10,7%) no caso da freguesia de S. Sebastião e de 9,9% (contra 10,6%) no de S. Maria. Acontece ainda que no escalão dos 24 aos 64 anos o território ARU apresenta taxas percentuais inferiores às das respetivas freguesias, pelo que, conseqüentemente o escalão dos 65 e mais é preponderante, atingindo os 29,1% (contra 17%) no caso da freguesia de S. Sebastião e de 30,2% (contra 18,2%) no caso da freguesia de S. Maria. Isto é, a população residente na ARU é bastante mais envelhecida que a das freguesias onde está inserida.

O quadro 5 apresenta a proporção de população residente de nacionalidade estrangeira, às datas dos Censos. Em 1991, a percentagem de residentes estrangeiros em Portugal era de 1,09%, no Algarve de 2,52% e no concelho de Lagos de 4,21%. Contudo, nas freguesias urbanas da cidade, a percentagem apenas atingiu 2,99 em S. Maria e 2,08 em S. Sebastião, demonstrando que a maioria dos residentes estrangeiros em 1991, escolheu as freguesias rurais para se instalar.

Em 2001, a percentagem de residentes estrangeiros em Portugal duplicou. No Algarve, a percentagem cresceu 2,4 vezes, mas no concelho de Lagos 2,1 vezes, embora nesse ano já representasse 8,9% da população total. Nas freguesias urbanas o crescimento foi de 2,25 e 2,37 vezes respetivamente para S. Maria e S. Sebastião.

Quadro 5 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%)

2011	1991 - Total		2001 - Total		2011 - Total		2011 - Homens		2011 - Mulheres	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Portugal	1,09	100,0%	2,24	100,0%	3,74	100,0%	3,73	100,0%	3,74	100,0%
Continente	1,06	97,2%	2,29	102,2%	3,84	102,7%	3,83	102,7%	3,85	102,9%
Algarve	2,52	231,2%	6,07	271,0%	11,54	308,6%	11,60	311,0%	11,49	307,2%
Lagos	4,21	386,2%	8,86	395,5%	16,83	450,0%	16,67	446,9%	16,98	454,0%
Lagos (Santa Maria)	2,99	274,3%	6,72	300,0%	16,09	430,2%	16,64	446,1%	15,61	417,4%
Lagos (São Sebastião)	2,08	190,8%	4,92	219,6%	13,55	362,3%	13,37	358,4%	13,71	366,6%

INE - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011);

Em 2011, a proporção de residentes estrangeiros em Portugal passou para 3,7%. Isto é, cresceu 67% em comparação com 2001. No Algarve, a proporção é de 11,54% e cresceu 90% em comparação com 2001. Em Lagos os residentes estrangeiros atingiam 16,83% da população total, número impressionante, e em comparação com 2001 cresceu também 90%. As freguesias urbanas de Lagos cresceram também neste período, só que mais que qualquer outra localidade, dado que em S. Maria os estrangeiros aumentaram 139% e em S. Sebastião 275%.

ECONOMIA

CARATERIZAÇÃO – EMPREGO E DESEMPREGO

Síntese da Caracterização 2014

Em 2011 Lagos tinha 12.650 empregados, 0,29% do total nacional.
 Nas duas antigas freguesias havia 9.354 empregados (74% do concelho).
 O setor primário é residual e quase metade da % que se registou no país.
 Em 2011, na ARU, apenas havia 11 pessoas empregadas no primário.
 O setor secundário tinha 2.199 empregados (17,4% do total do concelho).
 Esta percentagem é -9% que a de Portugal, mas +1% que a do Algarve.
 Em S. Maria havia -2,8% e em S. Sebastião -0,3% que a % do concelho.
 No território da ARU existiam 129 empregados no setor secundário.
 O peso relativo da ARU é ainda inferior ao das freguesias.
 O terciário tem 10.235 empregados (81% dos de Lagos, +10% que o país)



As freguesias urbanas apresentam percentagens ainda superiores, em S. Maria mais 3,7%
 Em Lagos o terciário tem maior peso percentual no ramo económico (62,94%) que no social (37,06%)
 No território da ARU o setor terciário congrega 731 (84%) dos 871 empregados determinados pelo Censo
 Em Lagos a maior atividade económica em nº empregados é a do Alojamento, restauração e similares (2.240)
 Segue-se o Comércio (2.099) e a Construção (1.471). Este é 3% superior à média nacional e o Alojamento +10%
 As Atividades imobiliárias (261) têm o triplo da média nacional e as Atividades artísticas (304) o dobro
 Em 2011 a taxa de desemprego era em Lagos de 15,75% (16,35% homens; e 15,11% mulheres)
 Em S. Sebastião essa taxa era de 16,48% (17,2% masculino); em S. Maria era de 13,58% (14,0% masculino)
 Em 2011, em Lagos havia 2.364 desempregados, 309 (13,7%) à procura de 1º emprego e 2.055 (86,9%) de novo
 A freguesia de S. Maria tem menor incidência de desempregados (-4,4%) e S. Sebastião maior (+2,6%).
 Na freguesia de S. Maria havia mais desempregados à procura de 1º emprego e na de S. Sebastião de novo
 Havia 615 pessoas (29,9%) desempregadas no Alojamento, restauração e similares (+S. Sebastião – S. Maria)
 Havia 447 pessoas (21,8%) desempregadas na Construção (+ S. Sebastião - S. Maria)
 Havia 295 pessoas (14,4%) desempregadas no Comércio (- S. Sebastião + S. Maria)
 As Atividades artísticas, Administrativas e as Imobiliárias são três dos subsectores a ter em conta.

Dados de suporte à caracterização

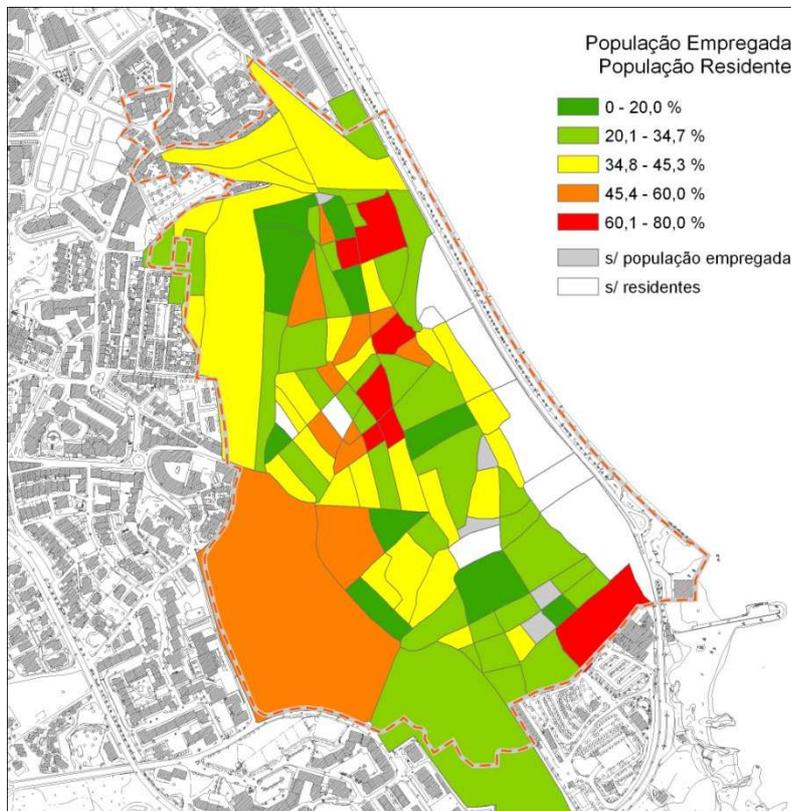
Dados Estatísticos do INE
 Entrevistas com entidades representativas dos sectores

Fontes

INE- Recenseamento da População e Habitação
 INE - População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)
 INE - População desempregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE EMPREGO E DESEMPREGO

Em 2011 o concelho de Lagos tinha 12.650 pessoas empregadas, 0,29% do total nacional. A população empregada nas duas antigas freguesias soma 9.354 pessoas (74% do concelho,



percentagem superior em 3% à que as freguesias tinham, medida pela população residente).

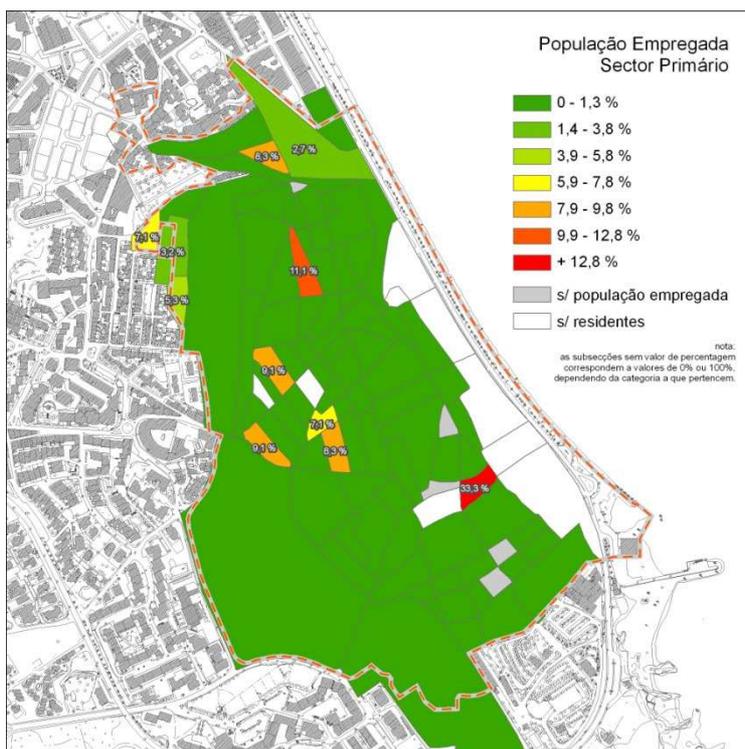
A população empregada em Lagos atinge 40,7% da população residente, sendo essa percentagem de 42,7% e de 42,1% respetivamente nas freguesias de S. Maria e de S. Sebastião.

Contudo na ARU a percentagem de população empregada sobre a população residente é de 34,8%, sendo apenas de 32,8% na sua parcela da freguesia de S. Maria e de 36,1% na de S. Sebastião. Verifica-se pois um decréscimo

médio de quase 6% para o concelho e de cerca de 8% para as freguesias urbanas

De acordo com a planta ao lado, abaixo da média (secções a verde e a cinzento) verifica-se uma concentração na zona sul da ARU e no seu miolo norte. Contudo, neste há secções com percentagem de empregados acima da média (amarelo e sobretudo, castanho e vermelho), o que se verifica menos na zona sul, onde haverá provavelmente maior concentração de população idosa.

Em Lagos a população empregue no setor primário é de 216 pessoas (1,7% do total dos empregados do concelho). Esta percentagem é quase metade da que se registou para Portugal e para a



região do Algarve. Nas freguesias urbanas, a de S. Maria tem 28 empregados no setor, o que corresponde a 0,8%, menos de metade da percentagem concelhia. A freguesia de S. Sebastião tem 112 empregados no setor primário, isto é, mais de metade do total dos empregados do setor no concelho, atingindo uma percentagem de 1,9%, duas décimas acima da média concelhia.

No território da ARU, as percentagens de S. Maria e de S. Sebastião são duas décimas abaixo da média da freguesia, e envolvem apenas 11 pessoas (1,3% do total da população empregada).

De acordo com a planta ao lado, existe um conjunto de secções da ARU no miolo, a poente, com alguma concentração de população empregada no sector, e ainda na zona norte e noroeste, mas em ambos os casos é pouco significativo.

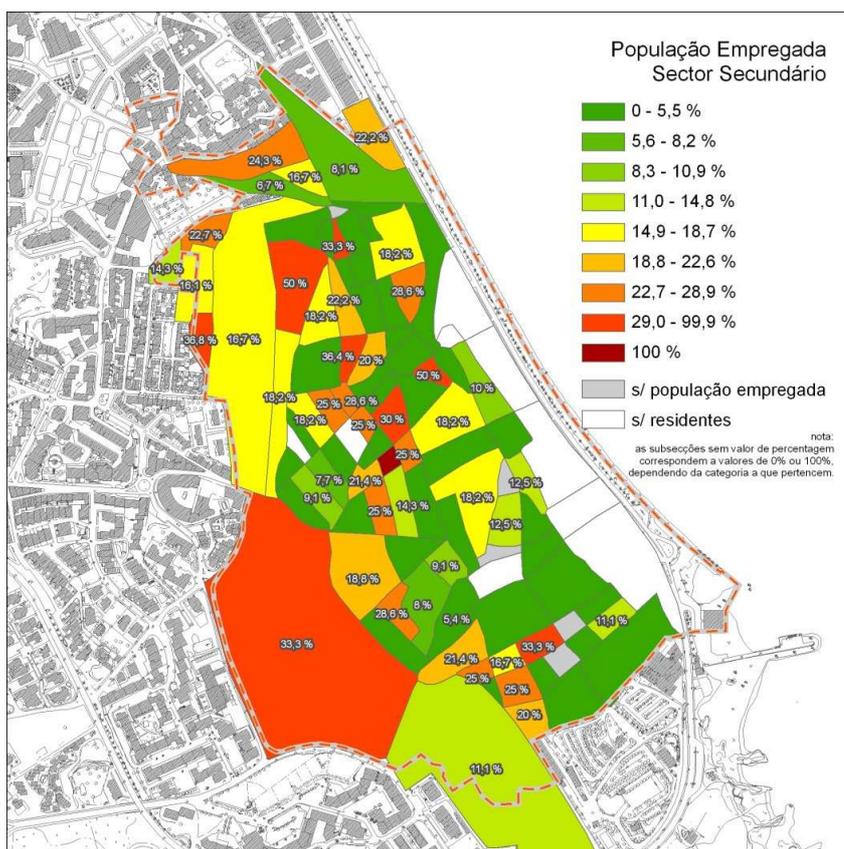
De referenciar um quarteirão com 33% de população empregada no sector primário, na zona nascente sul.

Quadro 1 – População empregada por setor de Atividade económica

2011	População empregada por sector de atividade							
	População Empregada		Sector primário		Sector secundário		Sector terciário	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Portugal	4.361.187	100,0%	133.386	3,1%	1.154.709	26,5%	3.073.092	70,5%
Continente	4.150.252	95,2%	121.055	2,9%	1.115.357	26,9%	2.913.840	70,2%
Algarve	186.191	4,3%	6.142	3,3%	29.992	16,1%	150.057	80,6%
Lagos	12.650	0,3%	216	1,7%	2.199	17,4%	10.235	80,9%
Lagos (Santa Maria)	3.436	27,2%	28	0,8%	502	14,6%	2.906	84,6%
Lagos (São Sebastião)	5.918	46,8%	112	1,9%	1.013	17,1%	4.793	81,0%
ARU (Santa Maria)	349	10,2%	2	0,6%	48	13,8%	299	85,7%
ARU (São Sebastião)	522	8,8%	9	1,7%	81	15,5%	432	82,8%

População empregada (N.^o) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Sector de atividade económica e Situação na profissão; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

No que respeita ao setor secundário, os 2.199 empregados em Lagos correspondem a 17,4% do total da população empregada do concelho. Esta percentagem é inferior à de Portugal (26,5%) em nove pontos percentuais, mas é superior à do Algarve em 1%. As freguesias urbanas têm percentagem inferior à média do concelho, sendo ela mais significativa em S. Maria (-2,8%) que em S. Sebastião (-0,3%). No território da ARU, as percentagens de S. Maria e de S.



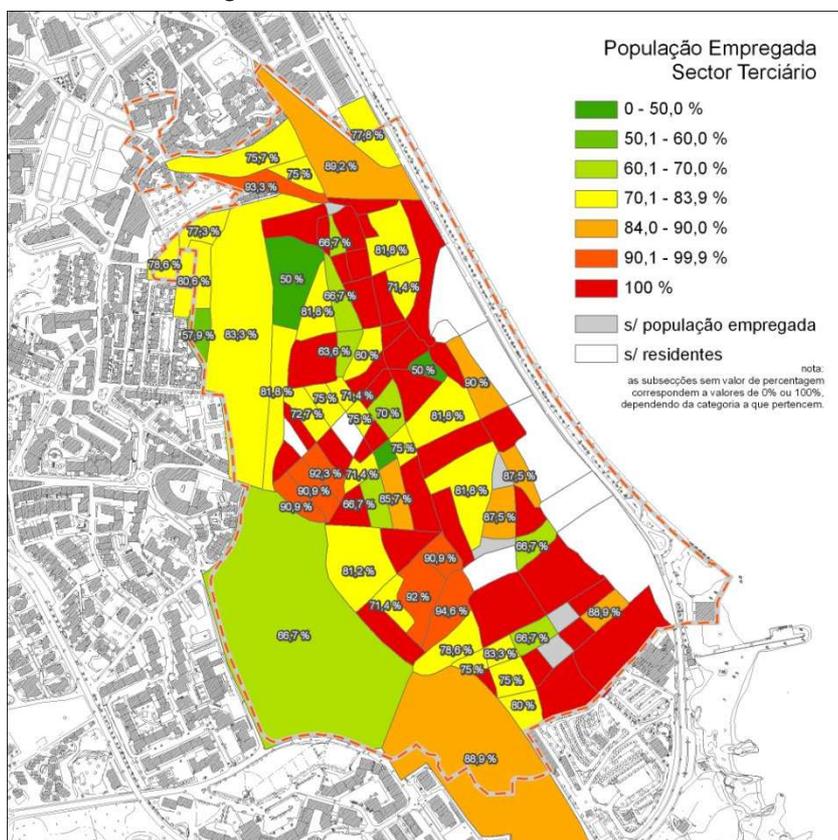
Sebastião são 0,8% e 1,6% abaixo da média da respetiva freguesia, e envolvem apenas 129 pessoas.

A média de população empregada no sector secundário, na ARU, é de 14,8% do total da população empregada.

Na planta ao lado verifica-se uma concentração de secções numa coroa norte poente, embora o miolo da ARU apresente uma mescla de secções de maior e menor peso percentual de empregados no sector secundário.

Quanto ao setor terciário, a média em Portugal é de 70,5% do total dos empregados. No Algarve e em Lagos é substancialmente maior, atingindo 80,6% e 80,9% respetivamente. As duas freguesias urbanas têm percentagens superiores, em especial a da S. Maria com mais 3,7%.

De notar, embora não conste do quadro, que no concelho de Lagos o terciário tem maior peso percentual no ramo económico (62,94%) que no social (37,06%), havendo um diferencial de 3,8% em relação a Portugal. Contudo nas freguesias urbanas da cidade, a de S. Maria aproxima-se da média de Portugal e a de S. Sebastião da do concelho.



No território da ARU o setor terciário congrega 731 (84%) dos 871 empregados determinados pelo Censo de 2011. Em ambas as freguesias a percentagem de empregados do terciário neste território é superior, sendo de +1,1% e de +1,8% respetivamente para S. Maria e S. Sebastião.

A percentagem média de empregados do sector terciário na ARU é de 83,9%. De acordo com a planta ao lado, é no miolo da ARU que se concentra a maioria das secções com maior percentagem de empregados do sector terciário. De notar que há

várias dezenas de secções em que os empregados são totalmente do setor terciário (a vermelho). Conforme patenteia o quadro 2, a atividade económica com maior número de empregados no concelho é a do Alojamento, restauração e similares (2.240 pessoas, 17,7% o que representa quase o triplo da média nacional), seguida pelo Comércio (2.099 pessoas, 16,6%, um pouco abaixo da média nacional) e pela Construção (1.471 pessoas e 11,63%, isto é, mais 3 pontos acima da média nacional). No seu conjunto, os sete sectores apresentados no quadro 2 representam 60% da população empregada do concelho.

Quadro 2 – População empregada por Atividade económica (CAE Rev. 3)

	Total		Construção		Comércio e reparação de veículos		Alojamento, restauração e similares	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Portugal	4.361.187	100,00%	372.247	8,54%	753.295	17,27%	291.761	6,69%
Continente	4.150.252	95,16%	349.612	8,42%	719.702	17,34%	272.350	6,56%
Algarve	186.191	4,27%	18.186	9,77%	35.130	18,87%	31.010	16,65%
Lagos	12.650	0,29%	1.471	11,63%	2.099	16,59%	2.240	17,71%
Lagos (S. Maria)	3.436	27,16%	380	11,06%	530	15,42%	625	18,19%
Lagos (S. Sebastião)	5.918	46,78%	666	11,25%	1.021	17,25%	1.043	17,62%
	Atividades imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Atividades artísticas, desportivas e recreativas	
Portugal	26.349	0,60%	179.620	4,12%	190.054	4,36%	43.726	1,00%
Continente	25.548	0,62%	174.172	4,20%	179.751	4,33%	40.950	0,99%
Algarve	2.644	1,42%	6.678	3,59%	11.292	6,06%	3.593	1,93%
Lagos	261	2,06%	502	3,97%	743	5,87%	304	2,40%
Lagos (S. Maria)	71	2,07%	164	4,77%	181	5,27%	70	2,04%
Lagos (S. Sebastião)	110	1,86%	229	3,87%	328	5,54%	142	2,40%

INE - População empregada (N.^o) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Atividade económica (CAE Rev. 3)

Numa perspetiva de freguesia, o Alojamento, restauração e similares tem maior presença em S. Maria que em S. Sebastião, o Comércio inverte e a Construção é grosso modo semelhante. Existem contudo sectores menos importantes em número de empregados, mas relevantes quanto ao peso relativo. É o caso das Atividades imobiliárias, com mais do triplo do peso percentual nacional (2,06% contra 0,6%) e com particular importância na freguesia de S. Maria. Bem como o das Atividades artísticas, desportivas e recreativas, que em Lagos atingem 2,4% do total dos empregados contra 1% em Portugal, sendo a freguesia de S. Sebastião que mais peso apresenta.

Em 2011 a taxa de desemprego em Lagos era de 15,75%, sendo essa percentagem de 16,35% para os homens e de 15,11% para as mulheres (ver quadro 3).

A taxa de desemprego nas freguesias urbanas revelava que em S. Maria havia menos desempregados (13,58% em média, 13,96% para os homens e 13,21% para as mulheres). Pelo contrário, na freguesia de S. Sebastião a percentagem era de 16,48%, mais 3,3% que a média do país, isto é um aumento de 25%. Nesta freguesia o desemprego masculino atingia 17,22% (mais 37% que a média nacional), com um diferencial de quase 5%.

Quadro 3 – Taxa de desemprego (%) em 2011

	HM		H		M	
	Número	%	Número	%	Número	%
Portugal	13,18	100,0%	12,58	100,0%	13,83	100,0%
Continente	13,19	100,1%	12,51	99,4%	13,92	100,7%
Algarve	15,74	119,4%	15,97	126,9%	15,48	111,9%
Lagos	15,75	119,5%	16,35	130,0%	15,11	109,3%
Lagos (Santa Maria)	13,58	103,0%	13,96	111,0%	13,21	95,5%
Lagos (São Sebastião)	16,48	125,0%	17,22	136,9%	15,71	113,6%

Taxa de desemprego (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

De acordo com o quadro 4, em Lagos, em 2011 havia um total de 2.364 desempregados em Lagos, dos quais 309 (13,07%) à procura de primeiro emprego e 2.055 (86,93%) à procura de novo emprego.

A freguesia de Santa Maria apresentava um total de 540 desempregados (22,84% do total concelhio) e a freguesia de S. Sebastião um total de 1.168 desempregados (49,41% do total concelhio). Comparando com a população empregada nas respetivas freguesias, verifica-se que há uma incidência menor de desempregados em S. Maria (-4,4%) e maior em S. Sebastião (+2,6%).

Do conjunto de desempregados da freguesia de S. Maria, há uma percentagem maior dos que procuram o primeiro emprego (23,95% do total, isto é 1,1% a cima da média) e um pouco menos que a média para os que procuram novo emprego (22,68% do total, isto é 0,16% abaixo da média). Na freguesia de S. Sebastião dá-se o inverso, isto é, a percentagem dos que procuram novo emprego é superior à média (49,68% isto é +0,27%) e os que procuram o primeiro emprego (47,57% isto é -1,84% que a média).

Quadro 4 – Desempregados

2011	Desempregados					
	Total		Procura de 1º Emprego		Procura de Novo emprego	
	Número	%	Número	%	Número	%
Portugal	662.180	100,00%	122.310	100,00%	539.870	100,00%
Continente	630.711	95,25%	114.999	94,02%	515.712	95,53%
Algarve	34.770	5,25%	4.804	3,93%	29.966	5,55%
Lagos	2.364	0,36%	309	0,25%	2.055	0,38%
Lagos (Santa Maria)	540	22,84%	74	23,95%	466	22,68%
Lagos (São Sebastião)	1.168	49,41%	147	47,57%	1.021	49,68%

População desempregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

No que respeita à população desempregada à procura de novo emprego, ao tempo do Censo de 2011, ver quadro 5, Lagos apresentava um total de 2.055 desempregados, o equivalente a 0,38% da existente em Portugal, o que revela um peso neste indicador bastante mais elevado que o da população empregada (0,29%). A população desempregada nas duas antigas freguesias soma 1.487 pessoas (72,36% do concelho, percentagem superior em 1% à que as freguesias tinham quanto à população residente).

Quadro 5 – População desempregada à procura de novo emprego por Atividade económica (CAE Rev. 3)

	Total		Construção		Comércio e reparação de veículos		Alojamento	Restauração e Similares
Portugal	539.870	100,00%	81.957	15,18%	99.148	18,37%	55.487	10,28%
Continente	515.712	95,53%	75.056	14,55%	95.065	18,43%	51.795	10,04%
Algarve	29.966	5,55%	5.733	19,13%	5.352	17,86%	7.721	25,77%
Lagos	2.055	0,38%	447	21,75%	295	14,36%	615	29,93%
Lagos (S. Maria)	466	22,68%	86	18,45%	69	14,81%	135	28,97%
Lagos (S. Sebastião)	1.021	49,68%	216	21,16%	161	15,77%	315	30,85%
	Atividades Imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Atividades artísticas, desportivas e recreativas	
Portugal	3.518	0,65%	16.588	3,07%	28.818	5,34%	6.359	1,18%
Continente	3.387	0,66%	16.103	3,12%	27.219	5,28%	5.983	1,16%
Algarve	365	1,22%	774	2,58%	2.035	6,79%	624	2,08%
Lagos	38	1,85%	54	2,63%	144	7,01%	36	1,75%
Lagos (S. Maria)	10	2,15%	20	4,29%	40	8,58%	8	1,72%
Lagos (S. Sebastião)	21	2,06%	22	2,15%	71	6,95%	14	1,37%

INE - População desempregada (N.^o) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Atividade económica (CAE Rev. 3)

A atividade económica com maior número de desempregados no concelho é a do Alojamento, restauração e similares (615 pessoas, 29,93% o que representa quase o triplo da média nacional), seguida pela Construção (447 pessoas e 21,75%, isto é, mais 6 pontos acima da média nacional) e pelo Comércio (295 pessoas, 14,36%, quatro pontos abaixo da média nacional). No seu conjunto, os sete sectores apresentados no quadro 4 representam 80% da população desempregada do concelho.

Numa perspetiva de freguesia, o desemprego no Alojamento, restauração e similares tem maior presença em S. Sebastião que em S. Maria (inverte a posição do emprego), o Comércio inverte e o desemprego na Construção é menos pesado em S. Maria que em S. Sebastião, embora a média concelhia lhes seja superior.

Existem contudo sectores menos pesados em número de desempregados, mas importantes quanto ao peso relativo. É o caso das Atividades imobiliárias, com cerca do triplo do peso percentual nacional (1,85% contra 0,65%) e com particular importância nas duas freguesias, sobretudo na de S. Maria. Bem como o das Atividades administrativas e dos serviços de apoio, que apresentam um peso percentual no concelho quase 2% acima da média nacional, e que na freguesia de S. Maria sobe a mais de 3%.

Por último, as Atividades artísticas, desportivas e recreativas, apresentam um peso de 1,75% no desemprego, mas sendo esse valor inferior em qualquer das duas freguesias, embora com mais expressão na de S. Sebastião.

ECONOMIA

CARATERIZAÇÃO – EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS

Síntese da Caracterização 2014

Em Lagos havia 4.180 empresas em 2011 (0,4% das de Portugal)	
Em 2008, eram 4.843 (mais 16%)	
74% das empresas estavam em 6 ramos da atividade económica.	
Comércio – tinha 805 empresas, o maior volume de negócios (155 mio €)	
Alojamento – tinha 659 empresas e 84 milhões de volume de negócios	
Construção – tinha 487 empresas e 88 milhões de volume de negócios	
Os outros ramos são: atividades imobiliárias, consultoria e administrativas	
A estrutura empresarial em Lagos: micro e pequenas e médias empresas	
Em Lagos, só 3,15% das empresas têm mais de 10 pessoas ao serviço	
Nenhum ramo tem média superior a 3,73 pessoas por empresa	
Em Lagos a faturação é: no comércio 192 mil €; na construção 181 mil €	
no alojamento, restauração e bebidas 128 mil €. Os restantes faturam menos de 30 mil euros.	
Medida pelo VAB, o alojamento tem 51 mil €, a construção e o comércio 44 mil €, e o imobiliário 28 mil €	
Geram mais VAB os ramos de Consultoria (69%); Administrativos (46%); Alojamento (40%) e Artísticas (35%)	
Em Lagos dissolveram-se mais empresas em 2013 (104) que as que foram criadas (101)	
Dissolveram-se 29 no comércio, 23 na construção 14 no alojamento e cerca de 8 nos outros ramos	
Criaram-se 27 no alojamento, 15 no comércio, 10 na construção, 9 no imobiliário e administrativas e 4 nos outros	
O ramo que revela mais dinamismo global é o do alojamento, seguido do comércio	
Sem alojamento a ARU dispõe de 587 estabelecimentos (14% dos de Lagos)	
O ramo de restauração e bebidas dispõe de 157 estabelecimentos (27% na ARU)	
O ramo do Comércio congrega 195 estabelecimentos ativos, (30% dos na ARU e 24% do concelho)	
Na ARU há 21 estabelecimentos (3,4% do total) de estética e 31 de saúde (5,4%)	
Na ARU há um número significativo de oficinas (13 e 2,2% do total dos estabelecimentos na ARU)	
Há 139 estabelecimentos encerrados ou devolutos na ARU, isto é, quase 24% do total de estabelecimentos	
Existem 3 eixos fundamentais de concentração de atividade económica e três zonas de menor concentração	

Dados de suporte à caracterização

Dados Estatísticos do INE
Principais questões levantadas na reunião com os restaurantes e estabelecimentos de bebidas
- Necessidade de retomar um festival anual em finais de setembro, ou do tipo da sardinha
- Falta de segurança e iluminação noturna é fraca
- Tratar a degradação nos edifícios abandonados
- Alargar o horário de funcionamento dos bares para as 3 horas da manhã e rever o dos restaurantes (24 horas)
- Falta de animação de rua e outra (Carnaval, Páscoa e outros)
- Falta de cortesia das autoridades
- Falta de local para continuar a noite após o fecho dos bares
- Deficiente informação de atividades e falta de sinalética
- Problemas de cargas e descargas, rigidez no horário
- Limpeza deficiente e pagamento de água exorbitante
- Venda ambulante levanta problemas concorrenciais e está mal regulada
- Criação dum interlocutor municipal único para as questões do C. Histórico

Fontes

INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)
Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2012
Direção-Geral da Política de Justiça - Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º)
Direção-Geral da Política de Justiça - Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º)
Futurlagos - Levantamento de atividades económicas em Fevereiro de 2014

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

Terciarização do quadro produtivo da estrutura empresarial do concelho Lagos, que atingia 4.799 empresas
 Peso determinante que o desenvolvimento das atividades turísticas representa na base económica do Algarve
 No concelho de Lagos o sector terciário representava, em 2001, 92,8% do tecido empresarial local
 Construção 901 empresas, Comércio 1.256, Alojamento e restauração 917, Atividades Imobiliárias 817

Análise Swot 2014

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Especialização em apenas 6 ramos de atividade	Estrutura empresarial fraca em Lagos
Forte presença da restauração e bebidas	Dependência da sazonalidade
Dinâmica da ARU acima da média de Lagos	Fraco volume de negócios
Nichos de especialização na ARU	Diminuição do número de empresas
	Presença indesejada de atividades incompatíveis
	Insuficiente oferta de comércio de proximidade na ARU
Oportunidades	Ameaças
Elevado número de estabelecimentos encerrados	Manutenção ou reforço da sazonalidade
Reabilitação urbana pode dinamizar a Construção	Insegurança no território
Programa da ORU orientado para dinamização local	Degradação física do território
Presença significativa de estabelecimentos culturais	Continuação da crise
Criação da PROLAGOS	

Impacto no Estudo Global e UI

Programa de dinamização dos estabelecimentos encerrados
 Revisão de Regulamentos e Disposições municipais
 Criação dum interlocutor municipal único para as questões do C. Histórico
 Sensibilizar os agentes de segurança, municipais e de entidades fiscalizadoras
 Desenvolver um sistema de informação e divulgação eficaz em relação à ARU
 Desenvolver um programa de animação da ARU que mobilize agentes e crie oportunidades de trabalho
 Estudar um programa de animação de rua anual, temático, diurno e noturno
 Desenvolver um programa de incentivo à criação de emprego no quadro da reabilitação urbana
 Criar prémios para: a melhor montra por tipo de atividade; a melhor reabilitação comercial.

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS

Segundo o quadro 1, o número de empresas existentes em Lagos em 2011 era de 4.180 (0,4% das existentes em Portugal e 7% das do Algarve). Contudo no início da crise, em 2008 o seu número era de 4.843 (mais 16%). A taxa de decréscimo foi idêntica no Algarve, mas comparando com o decréscimo nacional (11%), Lagos registou uma percentagem maior em quase 5%.

Quadro 1 – Empresas em Lagos 2011

		Lagos			
		Número	%	Sociedades	%
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	168	4,02%		
B	Indústrias extrativas	1	0,02%		
C	Indústrias transformadoras	116	2,78%		
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	0,10%		
E	Água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	0,02%		
F	Construção	487	11,65%	234	48,05%
G	Comércio e reparação de veículos	805	19,26%	300	37,27%
H	Transportes e armazenagem	67	1,60%		
I	Alojamento, restauração e similares	659	15,77%	277	42,03%
J	Atividades de informação e de comunicação	44	1,05%		
L	Atividades imobiliárias	230	5,50%	187	81,30%
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	373	8,92%	101	27,08%
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	517	12,37%	53	10,25%
P	Educação	149	3,56%		
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	203	4,86%		
R	Atividades artísticas, desportivas e recreativas	144	3,44%	33	22,92%
S	Outras atividades de serviços	212	5,07%		
Total		4180	100,00%	1.416	33,88%

INE - Empresas (N.º) por Localização geográfica, Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)

Os maiores ramos de atividade em número de empresas em Lagos são o do Comércio, a que se segue o do Alojamento, Restauração e Similares, o das Atividades Administrativas e Serviços de Apoio, o da Construção, o das Atividades de Consultoria e as Atividades Imobiliárias. Estes seis ramos reúnem 73,5% da totalidade das empresas em Lagos.

Quadro 2 – Ramos de Atividade Dominantes em Lagos (2011) por número de empresas

	Total		Construção		Comércio e reparação de veículos		Alojamento Restauração e Similares	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	1.112.000	100,00%	99.179	100,00%	247970	100,00%	85.183	100,00%
Continente	1.065.375	95,81%	94.946	95,73%	239857	96,73%	81.447	95,61%
Algarve	58.333	5,25%	6.606	6,66%	12365	4,99%	7.811	9,17%
Lagos	4.180	0,38%	487	0,49%	805	0,32%	659	0,77%
	Atividades Imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Atividades artísticas, desportivas e recreativas	
Portugal	28.540	100,00%	114.123	100,00%	137.333	100,00%	29.380	100,0%
Continente	27.569	96,60%	110.444	96,78%	131.516	95,76%	27.876	94,9%
Algarve	2.401	8,41%	4.578	4,01%	7.017	5,11%	1.640	5,60%
Lagos	230	0,81%	373	0,33%	517	0,38%	144	0,50%

Empresas (N.º) por Localização geográfica, Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Acima do peso percentual de Lagos (0,38%) sobre Portugal, em número de empresas, registam-se os ramos assinalados no quadro 2, dos quais um, o das Atividades artísticas, desportivas e recreativas, apenas tem 144 empresas, o que equivale a 3,4% das existentes no concelho. Estes ramos consubstanciam os que apresentam maior solidez, uma vez que apresentam uma percentagem de 84% do total das sociedades existentes no concelho.

Quadro 3 – Ramos de Atividade Dominantes em Lagos (2011) por volume de negócios (milhões €)

	Total		Construção		Comércio e reparação de veículos		Alojamento Restauração e Similares	
	Portugal	347.280	100,00%	29.291	100,00%	127.346	100,00%	9.676
Continente	336.905	97,01%	28.085	95,89%	123.048	96,63%	9.013	93,15%
Algarve	7.179	2,07%	925	3,16%	2.915	2,29%	1.155	11,93%
Lagos	428	0,12%	88	0,30%	155	0,12%	84	0,87%
Média/empresa	102.400 €		180.700 €		192.500 €		127.500 €	
	Atividades Imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Atividades artísticas, desportivas e recreativas	
Portugal	4.627	100,00%	11.049	100,00%	10.330	100,00%	1.640	100,00%
Continente	4.423	95,60%	10.856	98,25%	10.068	97,47%	1.579	96,25%
Algarve	243	5,24%	175	1,58%	371	3,59%	97	5,90%
Lagos	24	0,51%	11	0,10%	16	0,15%	3	0,17%
Média/empresa	104.300 €		29.500 €		30.900 €		20.800 €	

Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3 Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Os ramos assinalados no quadro 3 representam os que têm volume de negócios superior à média do concelho, que é de 0,12% do volume nacional. De notar que sendo o peso relativo em empresas de 0,38%, e o volume de negócios um terço dessa percentagem, demonstra que a estrutura empresarial em Lagos assenta em micro e pequenas e médias empresas.

De salientar as do ramo de Alojamento (com peso percentual 7 vezes superior à média), as do ramo das Atividades imobiliárias (com peso percentual 4 vezes superior à média) e do ramo de Construção (com peso percentual 2,5 vezes superior à média). Este conjunto de setores atinge 89% do total de volume de negócios do concelho, sendo de realçar o do comércio que por si só reúne 36%.

De resto as médias de volume de negócios identificadas são eloquentes: o comércio fatura 193 mil euros em média, a construção 181 mil euros, seguida dos alojamentos com 128 mil. As atividades de consultoria, administrativas e artísticas, têm volume de negócios substancialmente menores, na casa dos 30 mil euros.

Quadro 4 – Ramos de Atividade Dominantes em Lagos (2011) por Valor Acrescentado Bruto (em milhões €)

	Total		Construção		Comércio e reparação de veículos		Alojamento Restauração e Similares	
	Portugal	82.242	100,00%	7.498	100,00%	15.509	100,00%	3.849
Continente	79.572	96,75%	7.124	95,01%	14.990	96,65%	3.560	92,47%
Algarve	2.080	2,53%	266	3,55%	386	2,49%	482	12,52%
Lagos	119	0,14%	22	0,29%	21	0,14%	34	0,87%
Média/empresa	28.500 €		44.300 €		43.900 €		51.000 €	
	Atividades Imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Atividades artísticas, desportivas e recreativas	
Portugal	1.599	100,00%	4.917	100,00%	5.245	100,00%	873	100,00%
Continente	1.551	96,99%	4.796	97,54%	5.145	98,11%	842	96,47%
Algarve	82	5,15%	109	2,21%	153	2,91%	52	5,96%
Lagos	6	0,40%	8	0,15%	7	0,14%	1	0,12%
Média/empresa	28.100 €		20.300 €		14.100 €		7.400 €	

Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

É desejável perceber quais os ramos que incorporam mais meios locais. Isso é o que consta no quadro 4, que permite verificar que o Alojamento tem um VAB seis vezes superior à média local, a que se segue as Atividades imobiliárias com quase três vezes mais e o da Construção com 2 vezes mais. Os ramos acima representados congregam 83% do total do VAB do concelho (menos 6% que o peso respetivo medido pelo volume de negócios).

É importante verificar qual a percentagem de VAB que cada ramo gera, o que se obtém dividindo o VAB pelo Volume de negócios correspondente. Assim em termos gerais Lagos gera 28% de VAB, mas os ramos do quadro acima que geram mais que essa percentagem são por ordem decrescente: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (69%); Atividades administrativas e dos serviços de apoio (46%); Alojamento Restauração e Similares (40%) e Atividades artísticas, desportivas e recreativas (35%). Das três restantes, o Comércio é naturalmente a que tem menor VAB gerado, apenas 14%.

Contudo, a média de VAB por empresa em Lagos é de 28,5 mil euros, sendo o Alojamento que dispõe de maior valor absoluto (51 mil euros), seguido da Construção (44 mil euros) e do Comércio (44 mil euros).

Em Lagos, apenas 3,15% das empresas têm mais de 10 pessoas ao serviço.

Quadro 5 – Pessoas ao Serviço em Empresas e Estabelecimentos em Lagos (2011)

Lagos	Total	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Empresas	4 180	168	1	116	4	1	487	805	67	659	44	230	373	517	149	203	144	212
Pessoas ao Serviço	9 689	396	10	...	1625	1838	197	2461	48	421	561	773	227	296	212	365
Média de Pessoas	2,32			3,41	2,50		3,34	2,28	2,94	3,73	1,09	1,83	1,50	1,50	1,52	1,46	1,47	1,72
Estabelecimentos	4379	170	1	120	4	3	503	892	74	709	46	232	380	524	150	209	145	217
Pessoas ao Serviço	10 832	404	10	...	1758	2345	268	2593	49	410	575	793	229	524	212	380
Média de Pessoas	2,47			3,37	2,50		3,50	2,63	3,62	3,66	1,07	1,77	1,51	1,51	1,53	2,51	1,46	1,75

Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2012

Nenhum ramo tem média superior a 3,73 pessoas por empresa, que é apenas atingido pelo Alojamento, restauração e similares. De seguida a Indústria transformadora (3,41), a Construção (3,34), os Transportes (2,94) e a Eletricidade (2,50). Todos os restantes ramos têm média de pessoas ao serviço inferior à média concelhia de 2,32, embora o Comércio (2,28) se aproxime dela. Avaliando por estabelecimentos, a média mais elevada é de 3,66, no Alojamento, restauração e similares, seguida dos Transportes (3,62), a Construção (3,50), a Indústria transformadora (3,37), as Atividades de saúde humana e apoio social (2,51) e a Eletricidade (2,50). Embora se registem algumas alterações de posição, elas não são muito significativas.

Quadro 6 – Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (CAE Rev. 3) 2013

	Total		Construção		Comércio e reparação de veículos		Alojamento Restauração e Similares	
	Portugal	33.618	100,00%	2.810	100,00%	8.781	100,00%	3.738
Continente	32.348	96,22%	2.718	96,73%	8.466	96,41%	3.493	93,45%
Algarve	1.586	4,72%	152	5,41%	321	3,66%	313	8,37%
Lagos	101	0,30%	10	0,36%	15	0,17%	27	0,72%
	Atividades Imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Atividades artísticas, desportivas e recreativas	
Portugal	1.811	100,00%	3.557	100,00%	1.492	100,00%	749	100,00%
Continente	1.778	98,18%	3.422	96,20%	1.431	95,91%	695	92,79%
Algarve	155	8,56%	105	2,95%	117	7,84%	49	6,54%
Lagos	9	0,50%	4	0,11%	9	0,60%	3	0,40%

Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (CAE Rev. 3); Mensal - Direção-Geral da Política de Justiça

Em 2013 criaram-se 101 novas pessoas coletivas e entidades equiparadas em Lagos, como se pode verificar no quadro 6. São 0,30% do total das criadas em Portugal. Mais uma vez o conjunto destes ramos de atividade corresponde a uma elevada percentagem do total (76%). O Alojamento, restauração e similares é o ramo mais dinâmico, com 27% do total das entidades criadas em Lagos e com um peso percentual que é mais do dobro do que se regista para a média do concelho. Segue-se-lhe o Comércio (15% em número de entidades, mas não em peso percentual, abaixo da média) e a Construção (10% em número de entidades e, em peso percentual, 18% acima da média). De referir ainda as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (com peso de 0,60%, o dobro da média), as Atividades imobiliárias (com peso de 0,50%, 65% maior que a média) e as Atividades artísticas, desportivas e recreativas (com peso de 0,40%, 3,33% mais que a média).

No quadro seguinte dá-se conta das dissoluções havidas também em 2013. São um pouco mais que as criadas, mas apenas as superam por 3. Comparando a percentagem de dissoluções (0,58%) em Lagos com as criações (0,30%) pode-se perceber que a dinâmica de encerramento é mais forte. De reter ainda que nestes seis ramos, agregam-se 93% da totalidade das dissoluções, o que reforça o peso que têm no quadro produtivo de Lagos.

O maior número de dissoluções deu-se no Comércio (29 ao todo, com 0,55% de peso sectorial), seguida da Construção (com 23 ao todo e 0,98% de peso sectorial). A alguma distância vêm o

Alojamento, restauração e similares (com 14 ao todo e 0,77% de peso sectorial), sendo os restantes ramos menos significativos (entre 7 e 8 dissoluções) embora o número de dissoluções das Atividades artísticas, desportivas e recreativas tenha um peso percentual quase quatro vezes maior que a média concelhia.

Quadro 7 – Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (CAE Rev. 3) 2013

	Total		Construção		Comércio e reparação de veículos		Alojamento Restauração e Similares	
	Portugal	18.057	100,00%	2.344	100,00%	5.317	100,00%	1.808
Continente	16.885	93,51%	2.260	96,42%	4.996	93,96%	1.723	95,30%
Algarve	1.059	5,86%	213	9,09%	270	5,08%	154	8,52%
Lagos	104	0,58%	23	0,98%	29	0,55%	14	0,77%
	Atividades Imobiliárias		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Atividades artísticas, desportivas e recreativas	
Portugal	923	100,00%	1.862	100,00%	790	100,00%	347	100,00%
Continente	884	95,77%	1.554	83,46%	715	90,51%	313	90,20%
Algarve	91	9,86%	76	4,08%	54	6,84%	26	7,49%
Lagos	8	0,87%	8	0,43%	8	1,01%	7	2,02%

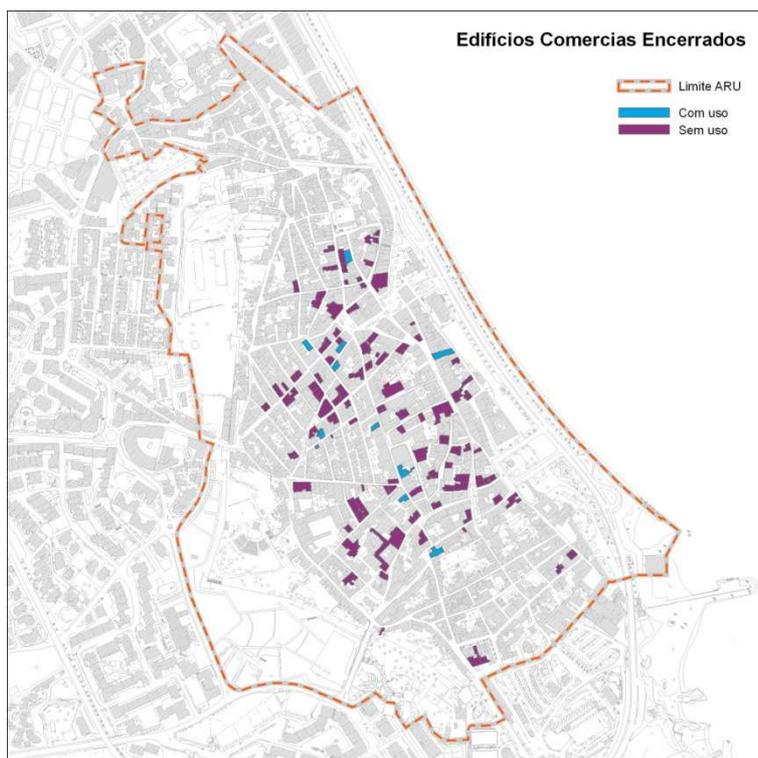
Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (CAE Rev. 3); Mensal - Direção-Geral da Política de Justiça

No que respeita ao levantamento funcional de atividades produtivas na ARU, conforme se apresenta no quadro 8 (no final está a listagem completa), o território dispõe de 587 estabelecimentos, isto é, de cerca de 14% dos existentes no concelho de Lagos dos quais sem uso estão 126 (21,5% do total dos estabelecimentos existentes na ARU) a que acrescem 13 que embora tenham uso específico, estão fechados.

Quadro 8 – Levantamento das Atividades Produtivas na ARU 2014

	Total		Fechados	
	Número	%	Número	%
1 Sem Uso	126	21,5%	126	90,6%
2 Estabelecimento de restauração	80	13,6%	2	1,4%
3 Estabelecimento de bebidas	77	13,1%	3	2,2%
4 Artesanato	34	5,8%		0,0%
5 Vestuário / Têxteis	33	5,6%		0,0%
6 Escritório	19	3,2%		0,0%
7 Cabeleireiro	16	2,7%		0,0%
8 Diversos	15	2,6%	2	1,4%
9 Consultório médico / Análises	13	2,2%		0,0%
10 Mobiliário / Utilidades / Decoração	12	2,0%		0,0%
11 Bazar / Brinquedos / Plásticos	11	1,9%	1	0,7%
12 Desporto	10	1,7%	1	0,7%
13 Ourivesaria / Joalheria	10	1,7%		0,0%
14 Sapataria	10	1,7%	1	0,7%
15 Papelaria / Tabacaria	10	1,7%	2	1,4%
Outros	111	18,9%	1	0,7%
Total	587	100,0%	139	100,0%

Levantamento da Futurlagos em Fevereiro de 2014



A planta ao lado apresenta a distribuição de estabelecimentos encerrados, que se concentram no miolo central da ARU, em especial no enfiamento da rua Infante Sagres e envolventes e no enfiamento da Rua Cândido dos Reis – Rua Lançarote de Freitas e algumas das suas transversais.

Dos que têm uso, o ramo de restauração e bebidas dispõe de 157 estabelecimentos (isto é 26,7% do total de estabelecimentos da ARU). De acordo com a planta 9, (ver plantas no final desta ficha) os estabelecimentos de restauração e

bebidas concentra-se no miolo central, com maior densificação territorial dos restaurantes e uma dispersão mais acentuada pelos estabelecimentos de bebidas.

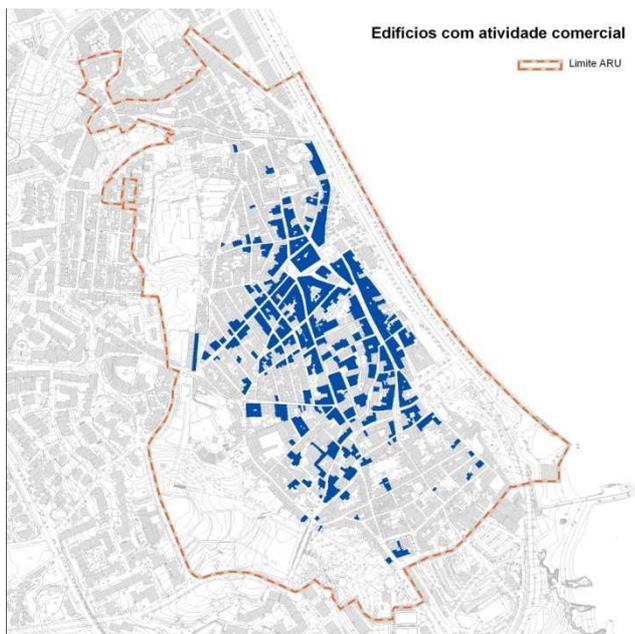
O artesanato e o vestuário/têxteis concentra 67 estabelecimentos (11,4% do total de estabelecimentos da ARU), em proporção idêntica. O artesanato (ver planta 1 no final desta ficha) está instalado na zona comercial central, bem como os têxteis, embora neste caso com uma maior dispersão (ver planta 2)

Dos restantes ramos comerciais, uma nota para o número elevado de bazares (11 e 1,9% de todos os estabelecimentos na ARU) e de joalharias (10 e 1,7% do total dos estabelecimentos da ARU que se concentram na zona mais comercial (ver planta 10 e 2 respetivamente).

Nos serviços a pessoas e empresas, há que realçar a existência na ARU de 21 estabelecimentos (3,4% do total) dedicados a cabeleireiro, estética e manicura (muito dispersos pelo miolo central da ARU como se pode verificar pela planta 5) e 31 (5,4%) a saúde, nomeadamente farmácias e consultórios, incluindo os de medicina alternativa (que se concentram no eixo da Rua Infante Sagres e enfiamentos conforme planta 6). Também se deve realçar a existência de 19 escritórios (3,2% do total de estabelecimentos) dispersos pelo território.

Realce também para o número significativo de oficinas (13 e 2,2% do total dos estabelecimentos na ARU), das quais várias são de reparação de veículos, e que estão atualmente mal localizadas neste território, embora na sua maior parte estejam fora do miolo central (ver planta 4).

Por último a oferta de estabelecimentos ligados à alimentação (ver planta 8) demonstra a escassez existente e uma distribuição desigual pelo território.



A localização dos estabelecimentos, como se pode verificar na planta anexas determina três zonas fundamentais, nomeadamente:

O enfiamento da Avenida dos Descobrimentos – Rua da Porta de Portugal – Praça Gil Eanes – Rua Garrett – Praça Luís de Camões – Rua Infante de Sagres, a que se associam as ruas Conselheiro Joaquim Machado, Gil Eanes e Faria da Silva

O enfiamento da Rua Silva Lopes – Rua 25 de Abril, a que se associam as ruas Afonso de Almeida e Lima Leitão, a da Barroca, bem como todas as transversais das duas primeiras

O enfiamento da Rua Cândido dos Reis – Rua

Lançarote de Freitas e algumas das suas transversais

Os territórios de menor concentração de estabelecimentos são a zona sul e as zonas extremo poente e norte, a que não é estranha a existência de declives acentuados.

Quadro 9 – Estabelecimentos por Rua na ARU 2014

Grupo	Rua	Total	Fechados
10 maiores	Rua Cândido dos Reis	64	10
	Rua 25 de Abril	55	1
Estabelecimentos	Rua Infante de Sagres	52	10
	Rua Marreiros Netto	32	6
339	Rua Conselheiro Joaquim Machado	30	6
	Rua da Porta de Portugal	27	1
Encerrados	Rua Lançarote de Freitas	25	6
	Rua Silva Lopes	21	7
60	Rua 1.º de Maio	17	4
	Rua da Oliveira	16	9
Entre 10 e 20	Rua António José de Almeida	15	7
	Rua António Barbosa Viana	14	4
Estabelecimentos	Rua Prof. Luís de Azevedo	14	6
	Rua Soeiro da Costa	14	5
121	Praça Luís de Camões	12	3
	Rua Afonso Almeida	11	2
Encerrados	Rua Dr. Joaquim Tello	11	5
	Rua Marquês de Pombal	11	2
38	Rua Gil Eanes	10	1
	Rua Dr. Faria e Silva	9	3
Entre 20 e 30	Rua Garret	9	
	Rua Lima Leitão	9	1
Estabelecimentos	Praça Gil Eanes	8	
	Rua Castelo dos Governadores	7	3
65	Rua do Ferrador	7	4
	Rua da Sra. da Graça	6	
Encerrados	Rua da Estrema	5	2
	Rua Henrique Correia da Silva	5	2
18	Travessa do Mar	5	2
	Rua da Barroca	4	4
Entre 20 e 40	Rua Gil Vicente	4	3
	Rua Marechal Furtado	4	2
Estabelecimentos	Travessa do Cotovelo	4	3
	Largo Sta. Maria da Graça	3	3
31	Praça d'Armas (Praça João de Deus)	3	
	Rua da Vedoria	3	
Encerrados	Travessa 1.º de Maio	3	
	Travessa do Forno	3	
11	Largo dos Quartéis	2	
	Praça Infante D. Henrique	2	
Restantes 20 ruas		31	12
Total		587	139

O quadro 9 permite demonstrar que em dez das sessenta ruas da ARU se concentra quase 58% da oferta, as quais constituem os eixos acima referidos. Nestas ruas concentra-se também mais de 43% do total de estabelecimentos fechados.

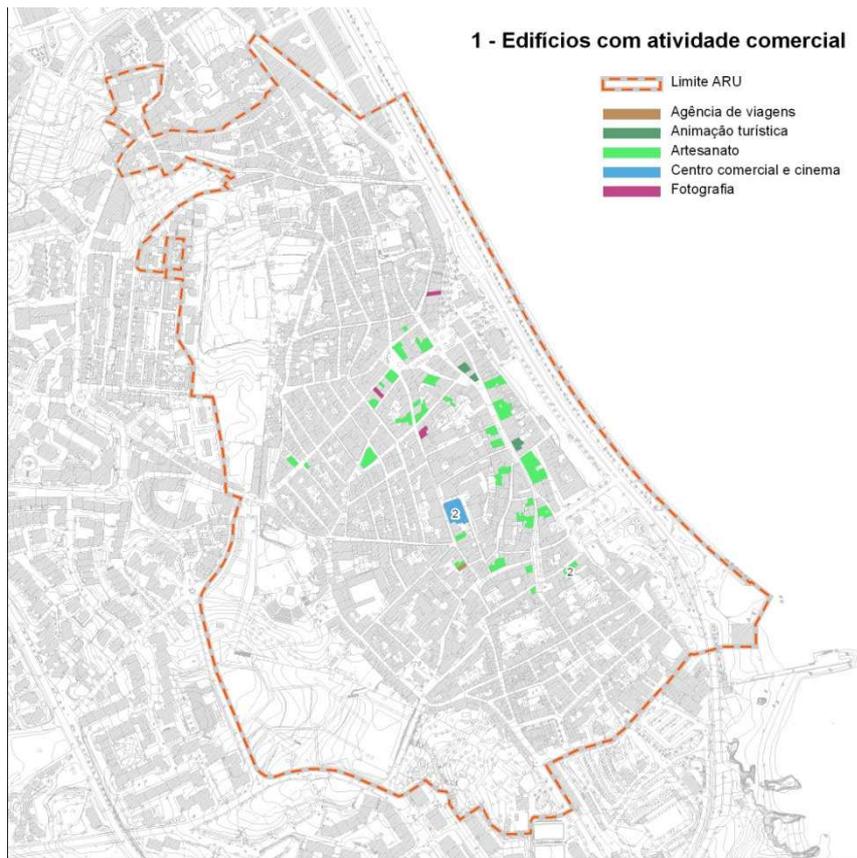
Realizou-se uma reunião com os estabelecimentos de restauração e de bebidas, da qual se extraem as seguintes questões, levantadas pelos participantes:

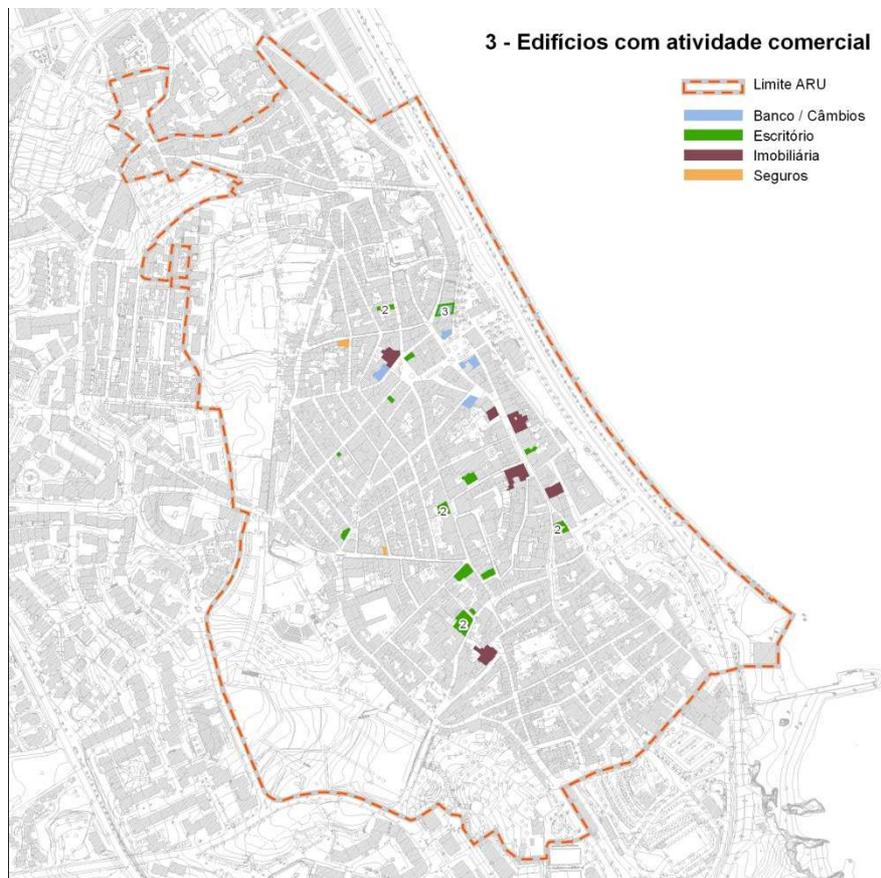
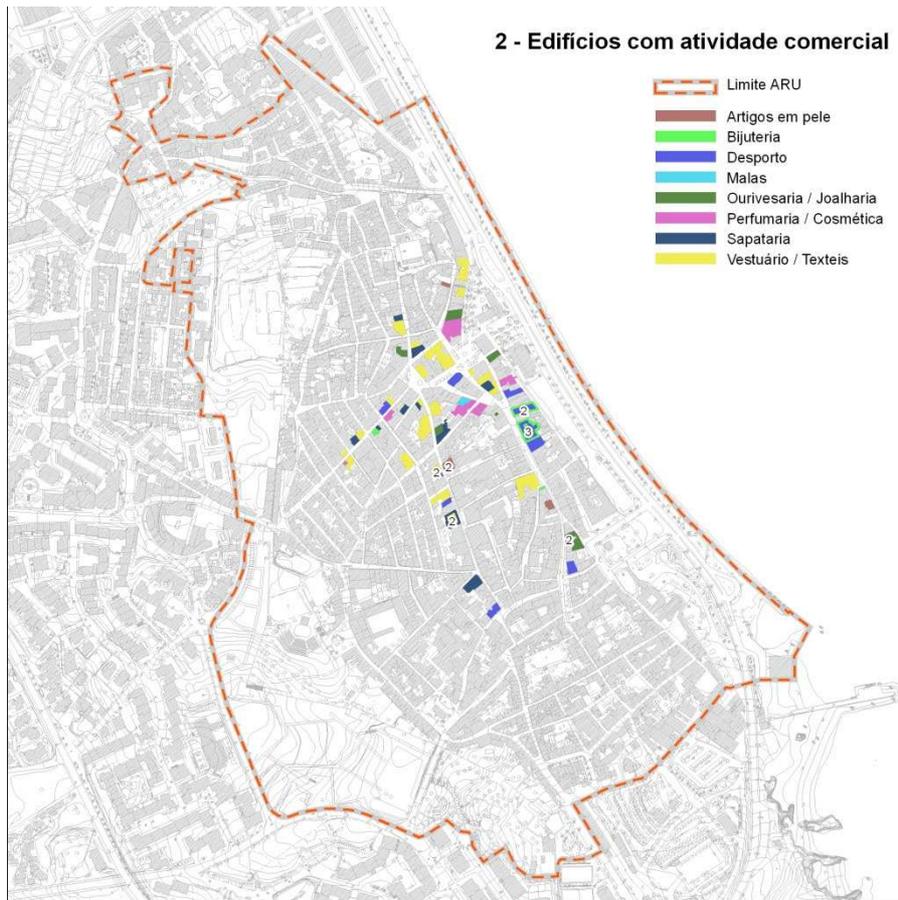
- A atividade dá-se apenas em seis meses (e mesmo estes esticados)

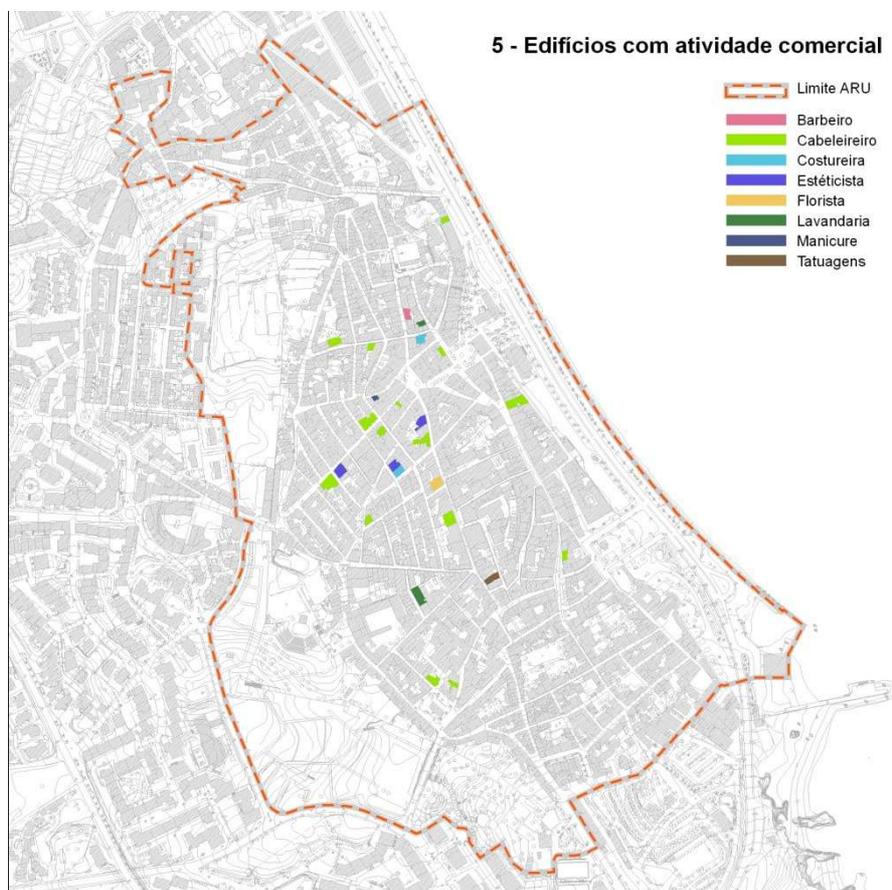
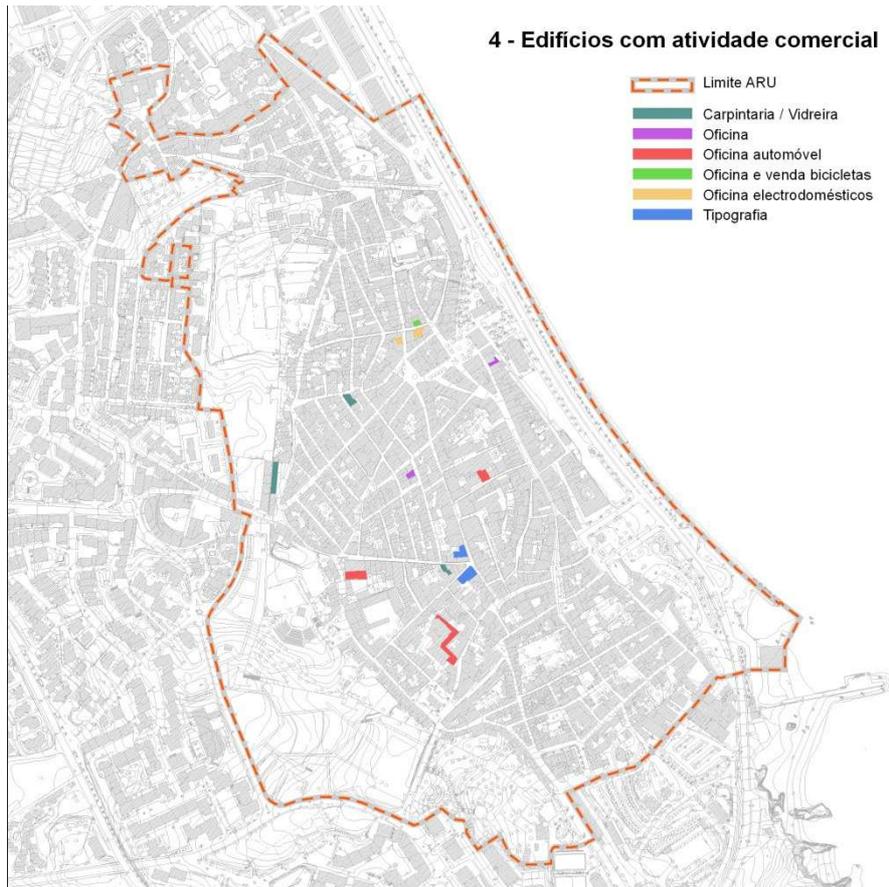
- Necessidade de retomar um festival anual em finais de setembro, ou do tipo do da sardinha
- Iluminação noturna é fraca
- Falta de segurança e droga, sobretudo na Horta do Jogo da Bola– colocar câmaras CCTV
- Degradação nos edifícios abandonados –os Graffiti é boa solução; colocar painéis em frente para tapar
- Alargar o horário de funcionamento dos bares para as 03.00 horas e rever o dos restaurantes (24 horas)
- Impor às recuperações de edifícios regras de isolamento sonoro como para os restaurantes e bares
- Falta de animação de rua e outra (Carnaval, Páscoa e outros)
- Falta de cortesia da fiscalização municipal, da polícia e de acolhimento pelos executivos municipais
- Falta de local para continuar a noite após o fecho dos bares
- Deficiente informação de atividades e falta de sinalética
- Problemas de cargas e descargas, rigidez no horário
- Falta de arborização na ARU
- Limpeza deficiente e pagamento de água exorbitante
- Venda ambulante levanta problemas concorrenciais e está mal regulada
- Criação dum interlocutor municipal único para as questões do C. Histórico

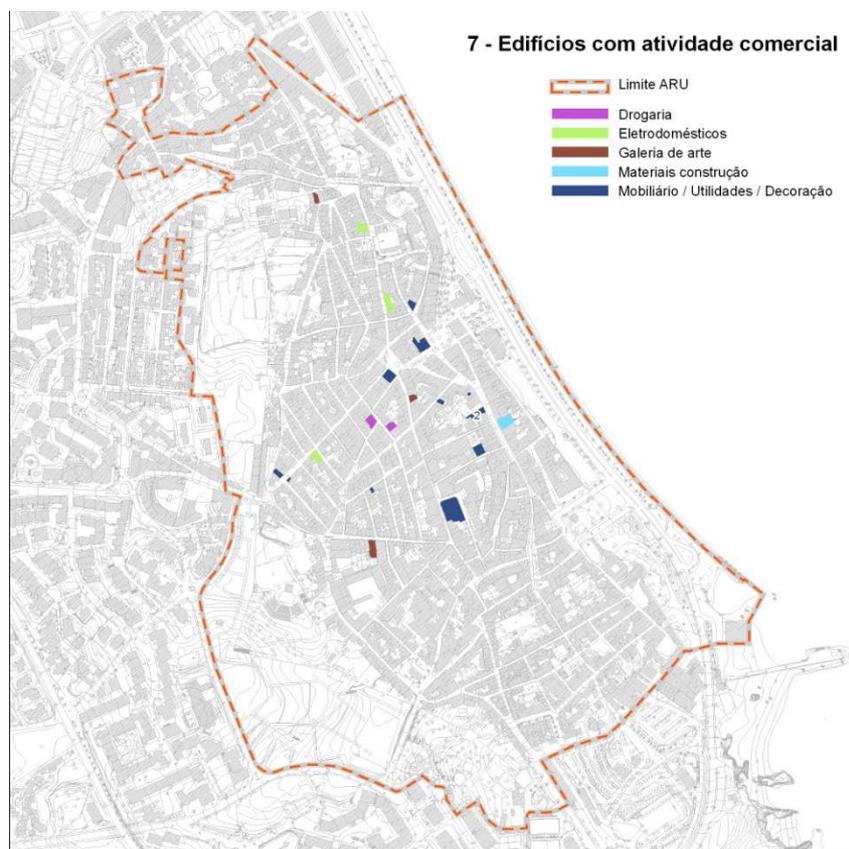
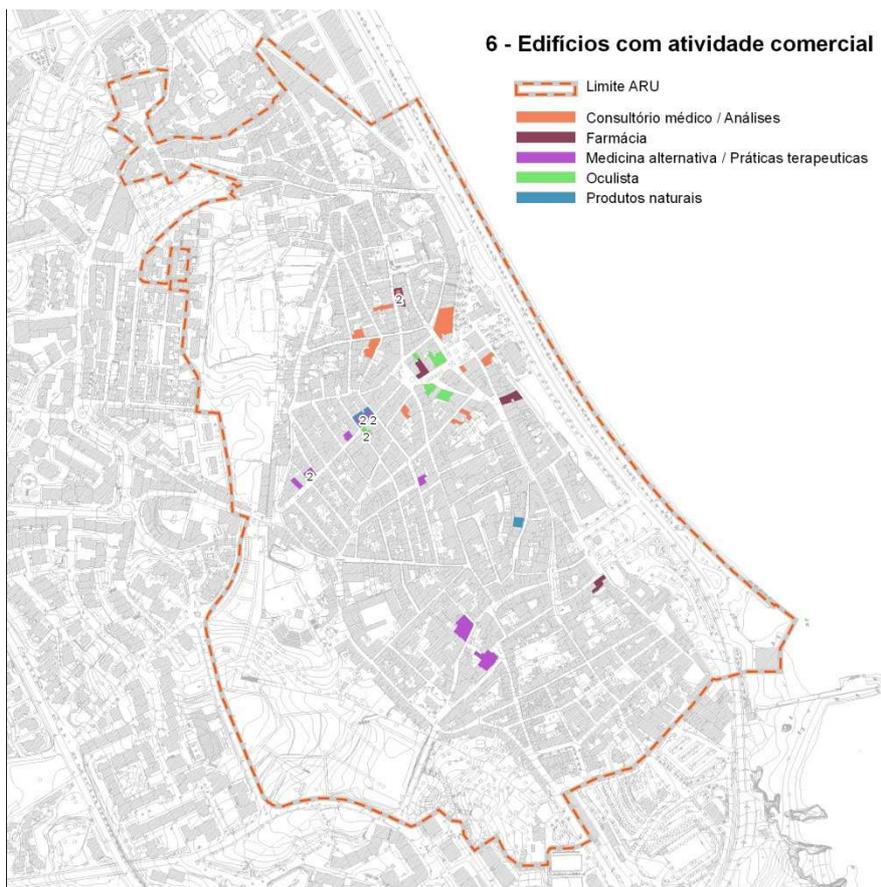
Levantamento Comercial por Ordem de Oferta

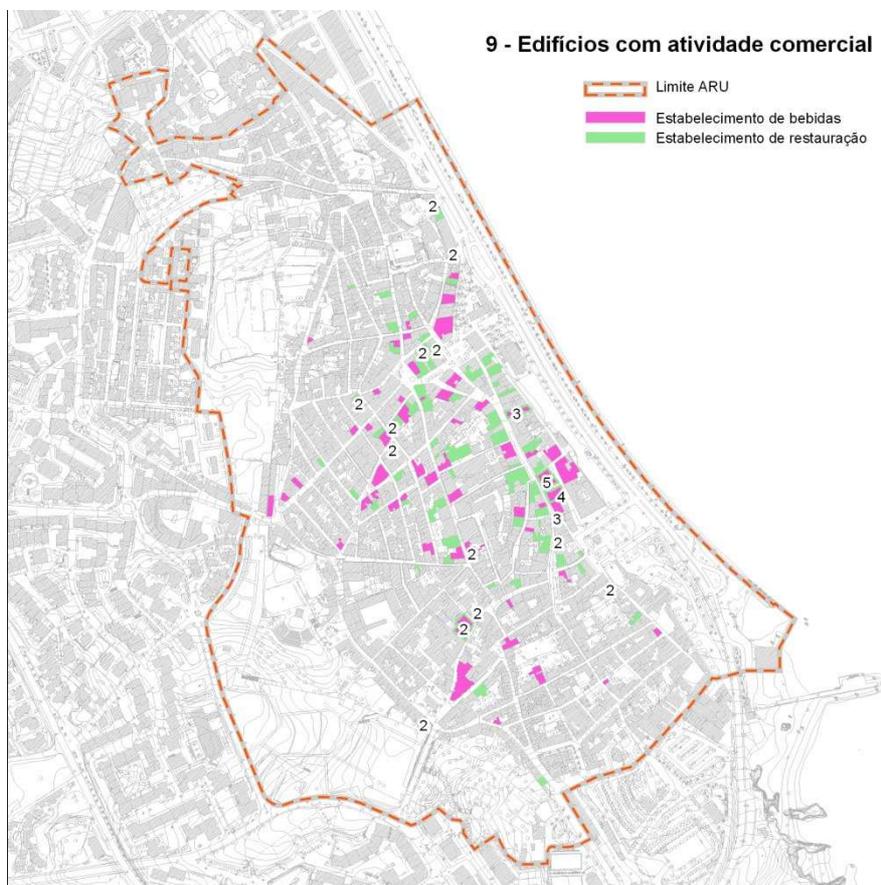
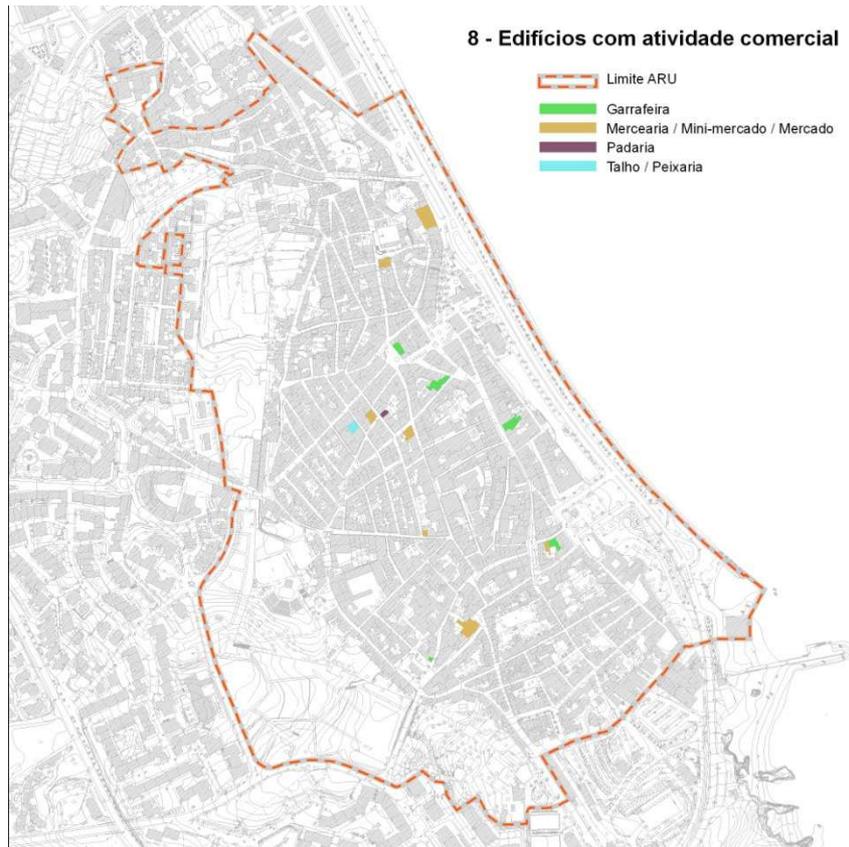
Designação	Total	Fechados
Sem Uso	126	126
Estabelecimento de restauração	80	2
Estabelecimento de bebidas	77	3
Artesanato	34	
Vestuário / Têxteis	33	
Escritório	19	
Cabeleireiro	16	
Diversos	15	2
Consultório médico / Análises	13	
Mobiliário / Utilidades / Decoração	12	
Bazar / Brinquedos / Plásticos	11	1
Desporto	10	1
Ourivesaria / Joalheria	10	
Sapataria	10	1
Papelaria / Tabacaria	10	2
Oficinas	8	
Medicina alternativa / Práticas terapêuticas	7	
Mercearia / Minimercado / Mercado	7	
Perfumaria / Cosmética	6	
Banco / Câmbios	6	
Imobiliária	6	
Bijuteria	5	
Oculista	5	
Garrafeira	5	
Farmácia	4	
Eletrrodomésticos	4	
Animação turística	3	1
Fotografia	3	
Artigos em pele	3	
Carpintaria / Vidreira	3	
Esteticista	3	
Galeria de arte	3	
Telecomunicações	3	
Centro comercial e Cinema	2	
Seguros	2	
Tipografia	2	
Costureira	2	
Lavandaria	2	
Produtos naturais	2	
Drogaria	2	
Animais	2	
Retrosaria	2	
Agencia de viagens	1	
Malas	1	
Barbeiro	1	
Florista	1	
Manicura	1	
Tatuagens	1	
Materiais construção	1	
Padaria	1	

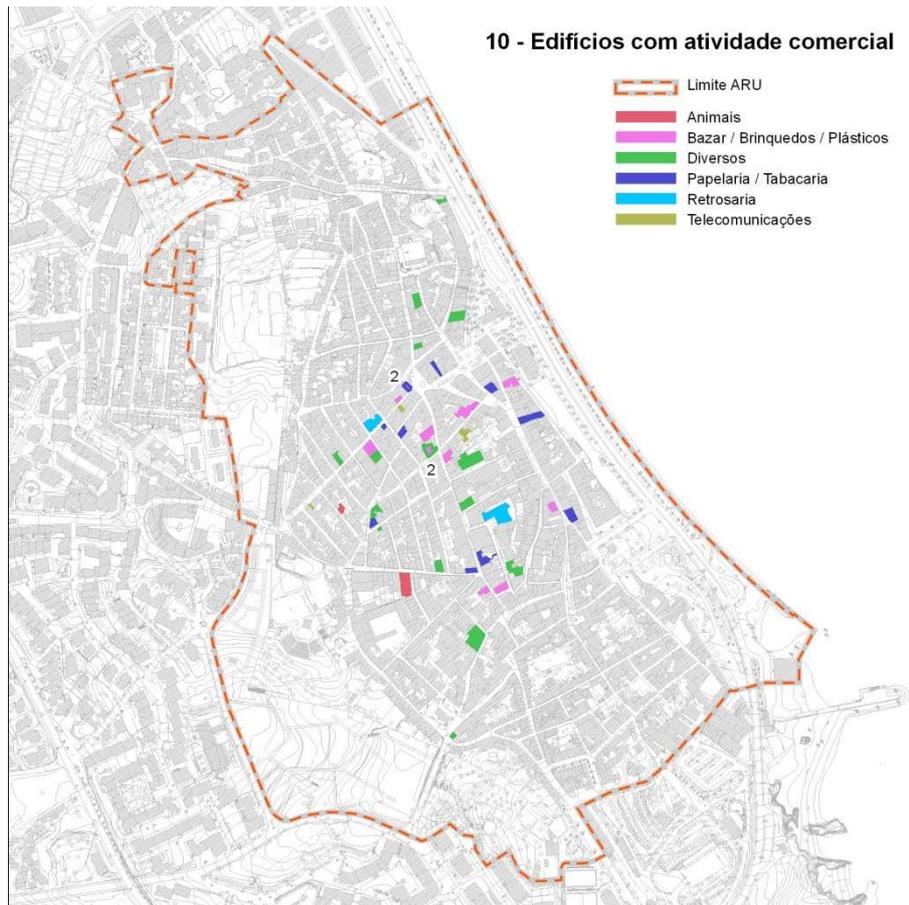












ECONOMIA

CARATERIZAÇÃO – TURISMO

Síntese da Caracterização 2014

Em 2009 Lagos tinha 31 estabelecimentos hoteleiros. Em 2012 tinha 38
 Cresceu muito mais que o Algarve (+14%) e o Continente (+18%)
 O aumento deu-se sobretudo por estabelecimentos de qualidade superior
 As pensões decresceram mas menos que no Algarve e no Continente
 Em 2012 Lagos tinha quase 7.000 camas, das quais 3.700 em hotelaria
 Os apartamentos turísticos (ApT) dispunham de 3.200 camas
 Lagos tinha 163,4 mil hóspedes em 2012, mais 23% que em 2009
 Destes hóspedes, 72% são estrangeiros e 52% usaram a hotelaria (H)
 Ao acréscimo de oferta de ApT, os hóspedes entre 2012-9 foram - 2.000
 O acréscimo da procura em hóspedes foi 3 vezes superior ao Continente
 A procura nos hotéis, comparada com o Algarve passa para 7 vezes mais
 As 769 mil dormidas em 2012 revelam que apenas 44% (-8% que os hóspedes) se fizeram nos hotéis
 Em ApT 242 mil dormidas, 32% (+7% que hóspedes); hotéis-apartamentos 107 mil, 14% (+3% que hóspedes)
 Em Lagos as dormidas cresceram 32,6% entre 2009-12, +10% que o crescimento dos hóspedes.
 O aumento de dormidas nos hotéis de Lagos entre 2009- 12 foi de 89% (4 x + que o Continente e o Algarve)
 A estada média em Lagos é de 4,8 noites, mais quase 10% que a registada para 2009
 Para esta média contribuem sobretudo os hotéis-apartamentos (6,1) e os apartamentos turísticos (6,0)
 O Fator de dinamismo relativo de poder de compra demonstra que o turismo contribui fortemente em Lagos
 A ARU dispõe de 4 estabelecimentos hoteleiros com 248 camas, 100 de 3 estrelas e 148 de duas.
 Os três estabelecimentos de duas estrelas resultaram de transformação de pensões em hotéis
 Na proximidade da ARU existe um hotel de 4 estrelas com 607 camas e um grande complexo militar de turismo
 Na ARU a pousada de juventude tem 64 camas, e o alojamento local 462, com maior expressão em S. Maria
 Em S. Maria a oferta média é de 4,9 camas (-1,3 que a média global) mais assente em apartamentos/moradias
 Em S. Sebastião a oferta média é de 9,2 camas (+3,0 que a média global) e a hospedagem é mais significativa
 A oferta de Animação turística e Agências de Viagem é numerosa e a primeira é diversificada
 Há festividades quase todos os meses do ano, embora não se possam considerar de forte atração turística



Dados de suporte à caracterização

Dados Estatísticos do INE
 Principais questões levantadas na reunião com as unidades de alojamento (as hoteleiras não participaram)
 - Falta de informação turística à chegada e material insuficiente (em inglês, conteúdos)
 - Monumentos sem conteúdo expositivo (mercado de escravos e forte)
 - Sinalética deficiente e a iluminação é fraca
 - Deficiente exploração de valores patrimoniais
 - Há lixo a mais (humano e de animais), falta de policiamento e conflitos com os utentes dos bares e restaurantes
 - Excesso de gaivotas na ARU com problemas sanitários, de ruído e de limpeza
 - Os roteiros e circuitos dentro da cidade devem ser mais e suportados por informação conveniente
 - Criar um bilhete verde para acesso aos diversos museus e oferta patrimonial
 - Criar festivais com poder atrativo
 - Há problemas de droga que têm de ser resolvidos
 - Resolver o problema do estacionamento e do acesso às unidades (mobilidade). Táxis recusam ir
 - A maioria das unidades de alojamento local destinam-se a jovens, mas também há para adultos e seniores

Fontes

INE – Estatísticas do Turismo
 Página da Câmara Municipal de Lagos - <http://www.cm-lagos.pt/>
 Dados do Complexo Militar e da Pousada de Juventude por informação prestada pelos próprios

Caraterização do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos

O concelho de Lagos, tinha cerca de 8% do total da oferta hoteleira existente na região do Algarve
 Lagos tinha 37 estabelecimentos com uma capacidade de albergue de 4.551 hóspedes
 A maioria, 18 estabelecimentos, são outros (apartamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens)
 Lagos tinha 6 hotéis e 13 pensões
 Em 2004 entraram em Lagos 107.604 turistas (4% do número de hóspedes da região do Algarve)
 Registaram-se 538.739 dormidas, e uma estadia média de 5 noites
 A dinâmica urbana do C. Histórico estava condicionada pelo turismo, sazonal, e pelas atividades temporárias
 No C. Histórico havia um total de 14 estabelecimentos hoteleiros classificados
 Dois hotéis, um de 4 estrelas e outro com 3 estrelas
 Residenciais eram 5, das quais 1 de 1ª categoria, 2 de 2ª categoria e 2 de 3ª categoria
 Havia três pensões, 2 de 2ª categoria e 1 de terceira
 Para além disto havia uma albergaria de 4 estrelas, um turismo de habitação e uma pousada de juventude
 Havia ainda uma unidade de turismo imobiliário
 Por último a CM Lagos legalizou 7 habitações para aluguer de quartos
 A venda ambulante estava limitada ao longo da Rua da Porta de Portugal, Rua Garrett e Praça Gil Eanes
 Na intersecção da Rua Marques de Pombal com a Rua Lima Leitão também era permitida
 Havia 35 vendedores ambulantes, principalmente artesãos e pintores
 Há esplanadas dispersas por todo C. Histórico as quais estão identificadas na planta 21147-EC-PP-0010

Análise Swot 2014

Pontos Fortes	Pontos Fracos
A oferta hoteleira no concelho	A qualidade da oferta (hoteleira e local) na ARU
A procura estrangeira	A mobilidade na ARU
O destino Algarve (incluído no roteiro golfe)	A segurança, limpeza e ruído na ARU
A cidade antiga e o património cultural	A falta de animação na ARU e no concelho
A oferta de alojamento local na ARU	
Oportunidades	Ameaças
Utilizar o património municipal para reforçar oferta ARU	Reforço exagerado de alojamento local
Regulamentar e apoiar a oferta de qualidade	A manutenção ou acréscimo de insegurança
Mobilizar e dinamizar agentes locais de animação	O abandono do património cultural edificado
Apostar em soluções temáticas e de interação	Os conflitos de uso noturno dos espaços na ARU
Oferta hoteleira e similar na envolvente da ARU	
Potenciar o património cultural edificado existente	

Impacto no Estudo Global e UI

Desenvolver um programa de animação da ARU
 Criar uma carteira de roteiros diversificados
 Qualificar a oferta de alojamento local
 Rever a informação turística editada utilizando novos meios e as unidades de alojamento
 Dar aos monumentos conteúdo expositivo de qualidade
 Propor a organização de festivais em conjunto com os agentes (potenciar a pesca turística)
 Estudar a acessibilidade às muralhas e baluartes de Lagos
 Propor aumento de oferta hoteleira na ARU assente em projetos temáticos e de qualidade
 Potenciar a oferta de valores patrimoniais físicos e imateriais.
 Criar um bilhete verde para acesso aos diversos museus e oferta patrimonial

ANEXO DE CARATERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DE TURISMO

1 - Oferta hoteleira em Lagos

A oferta hoteleira em Lagos cresceu significativamente nos últimos quatro anos, passando de 31 para 38 estabelecimentos, ou seja mais 22,6%, conforme se pode avaliar pelo quadro 1. Percentualmente, Lagos cresceu mais 18,4% (cinco vezes mais) que o Continente, e mais cerca de 14,2% (quase três vezes mais) que o Algarve.

O crescimento fez-se sobretudo pelo aumento dos hotéis (4), dos apartamentos turísticos (3), dos hotéis-apartamentos (2) e dos aldeamentos turísticos (2). Contudo as duas primeiras tipologias cresceram por via da transformação de duas pensões e do desaparecimento dos motéis.

Quadro 1 – Estabelecimentos Hoteleiros e Evolução

	Lagos				Evolução 2009-2012		
	2009	2010	2011	2012	Continente	Algarve	Lagos
Hotéis	6	7	8	10	51,1%	27,5%	66,7%
Pensões	8	8	7	6	-31,5%	-27,2%	-25,0%
Estalagens	0	0	0	0	-55,1%	-37,5%	
Pousadas	0	0	0	0	-10,5%	-25,0%	
Motéis	2	2	1	0	-47,8%	-100,0%	-100,0%
Hotéis-apartamentos	1	2	2	3	25,8%	23,0%	200,0%
Aldeamentos turísticos	0	1	1	2	37,5%	41,7%	200,0%
Apartamentos turísticos	14	14	14	17	14,7%	11,5%	21,4%
Total	31	34	33	38	4,2%	8,4%	22,6%

Estabelecimentos hoteleiros (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

O crescimento dos hotéis-apartamentos e dos aldeamentos turísticos (esta uma tipologia nova no período) foi percentualmente o mais significativo. Mas são os hotéis que crescem em maior número. Curiosamente as pensões, que decresceram 31,5% no Continente e 27,2% no Algarve, tiveram em Lagos uma diminuição menos expressiva, de apenas 25%.

Quadro 2 – Capacidade de Alojamento nos Estabelecimentos Hoteleiros e Evolução

	Lagos				Evolução 2009-2012		
	2009	2010	2011	2012	Continente	Algarve	Lagos
Hotéis	1.231	1.674	1.922	2.335	20,1%	14,1%	89,7%
Pensões	611	503	477		-35,7%	-36,3%	
Estalagens	0	0	0	0	-50,2%	-34,7%	
Pousadas	0	0	0	0	33,7%	3,7%	
Motéis	285	285	180	0	-56,9%	-100,0%	-100,0%
Hotéis-apartamentos	600	1.084	1.084	1.424	33,1%	28,1%	137,3%
Aldeamentos turísticos	0	122	122		17,3%	8,0%	
Apartamentos turísticos	2.567	2.209	1.877	3.209	9,2%	7,4%	25,0%
Total	5.294	5.877	5.662	6.968	9,8%	11,2%	31,6%

Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Avaliada pela capacidade de alojamento, a oferta em Lagos distribui as quase sete mil camas por apartamentos turísticos (3,2 mil e 46% do total), pelos hotéis (2,3 mil e 34% do total) e pelos hotéis-apartamentos (1,4 mil e 20% do total). A oferta hoteleira cresceu 31,6%, mais 21,8% que no Continente e mais 20,4% que no Algarve, revelando uma dinâmica mais forte. Nos hotéis, o crescimento da capacidade de alojamento aumentou em 1.100 camas (90%) e nos hotéis-apartamentos 820 (137%), seguindo-se os apartamentos turísticos com 640 camas (25%). O decréscimo da capacidade de alojamento nas pensões em 2011 foi de menos de 140 camas (-22%) não existindo elementos estatísticos para 2012. O mesmo sucede com os aldeamentos turísticos, para os quais não se dispõe de dados em 2012.

2 - Procura hoteleira em Lagos

A procura hoteleira em Lagos foi de pouco mais de 163,4 mil hóspedes, mais 23% que em 2009, sendo 72% estrangeiros (percentagem idêntica à de 2009). Quase 52% dos hóspedes usaram os hotéis, e 25% os apartamentos turísticos. O acréscimo da procura hoteleira fez-se sentir mais nos hotéis (mais quase 35 mil hóspedes, 70% de acréscimo em relação a 2009) e nos hotéis-apartamentos (mais quase 18 mil hóspedes, dado não existir esta tipologia em 2009). Os apartamentos turísticos, embora tenham crescido em oferta, geraram menos quase 2 mil hóspedes (-4%) se comparado com 2009.

Quadro 3 – Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros e Evolução

	Lagos				Evolução 2009-2012		
	2009	2010	2011	2012	Continente	Algarve	Lagos
Hotéis	49.791	67.006	81.218	84.549	19,7%	10,3%	69,8%
Pensões	24.620	22.807	17.322		-42,2%	-48,3%	
Hotéis-apartamentos			16.999	17.746	30,1%	30,3%	
Apartamentos turísticos	42.438	32.257	28.178	40.704	2,9%		-4,1%
SubTotal	116.849	122.070	143.717	142.999	10,9%	10,2%	22,4%
Total Geral	132.853	146.906	148.949	163.410	8,5%	11,1%	23,0%
% Estrangeiros sobre total	72,0%	68,5%	69,4%	72,3%			

Hóspedes (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Lagos regista um acréscimo de procura de hóspedes quase três vezes superior ao do Continente e duplo se comparado com o Algarve. Na tipologia dos hotéis, a comparação com o Algarve passa do dobro para sete vezes mais.

Analisado pelas dormidas, registaram-se quase 769 mil dormidas em 2012 no concelho de Lagos, das quais 44% foram realizadas nos hotéis (menos 8% que em percentagem de hóspedes), e 32% nos apartamentos turísticos (mais 7% que em percentagem de hóspedes). Em hotéis-apartamentos registaram-se 14%, mais 3% que o peso relativo em hóspedes.

Quadro 4 – Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros e Evolução

	Lagos				Evolução 2009-2012		
	2009	2010	2011	2012	Continente	Algarve	Lagos
Hotéis	180.782	230.930	303.024	341.538	22,3%	18,6%	88,9%
Pensões	62.591	53.564	52.179		-41,4%	-38,3%	
Hotéis-apartamentos			91.937	107.409	27,5%	20,6%	
Apartamentos turísticos	271.226	203.780	165.784	242.338	-0,1%	0,8%	-10,7%
SubTotal	514.599	488.274	612.924	691.285	12,7%	11,8%	34,3%
Total Geral	579.921	616.645	644.370	768.822	10,9%	10,8%	32,6%

Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

As dormidas em Lagos cresceram 32,6% (quase mais 10% que os hóspedes), quando essa percentagem foi de 11% para o Continente e para o Algarve. As dormidas nos hotéis de Lagos entre 2009 e 2012 aumentaram 89% (4 vezes mais que o Continente e o Algarve). As dormidas dos hotéis-apartamentos e aldeamentos turísticos (tipologias inexistentes em 2009) também aumentaram. Estas três são as únicas tipologias que cresceram no concelho. As dormidas em pensões e nos apartamentos turísticos regrediram.

A estada média em Lagos em 2012 foi de 4,8 noites, mais quase 10% que a registada para 2009. Para esta média contribuem sobretudo os hotéis-apartamentos (6,1) e os apartamentos turísticos (6,0); os hotéis contribuem com uma média de 4 noites e as pensões (embora não existam dados acessíveis para 2012) bastante menos, a avaliar pelas estadas médias nos anos anteriores. De registar contudo que a evolução da estadia em Lagos se deve sobretudo aos hotéis (mais 12,2%), bem como aos hotéis-apartamentos e aldeamentos turísticos (cuja percentagem não está disponível) e é afetada negativamente pelos apartamentos turísticos (-7%, mais do dobro da diminuição registada para o Algarve e pouco menos do dobro para o Continente).

Quadro 5 – Estada Média nos Estabelecimentos Hoteleiros e Evolução

	Lagos				Evolução 2009-2012		
	2009	2010	2011	2012	Continente	Algarve	Lagos
Hotéis	3,6	3,4	3,7	4,0	3%	7,1%	12,2%
Pensões	2,5	2,3	3,0		2%	21,6%	
Hotéis-apartamentos			5,4	6,1	-3%	-7,9%	
Apartamentos turísticos	6,4	6,3	5,9	6,0	-4%	-3,3%	-7,0%
Total Geral	4,4	4,2	4,3	4,8	2%	0,1%	9,9%

Estada Média (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Por ultimo uma referência ao Fator de dinamismo relativo de poder de compra, que em Lagos era de 4,38 em 2011, embora em 2009 fosse de 5. Este fator procura traduzir o impacto do setor turístico na formulação do poder de compra dum determinado território, e o que interessa realçar é que em Lagos se regista um valor substancialmente superior à média nacional e bastante acima do registado para o Algarve (3,13). Isto é, o concelho tem no turismo um setor que contribui fortemente para a economia e a formação do poder de compra que lhe está atribuído.

3 - Oferta de alojamento turístico na ARU

O quadro 6 apresenta a oferta de alojamento turístico hoteleiro na Área de Reabilitação Urbana (ARU). São quatro estabelecimentos hoteleiros, um de três estrelas com 100 camas, e três de duas estrelas com 148 camas. Estes últimos resultaram da transformação de pensões em hotéis, em resultado da legislação de 2007.

Quadro 6 – Estabelecimentos Hoteleiros na ARU

Estabelecimento	Tipologia	Categoria	Camas	Quartos	Morada
Hotel Riomar	Hotel	***	100	42	Rua Cândido dos Reis 83
Hotel Cidade Velha	Hotel	**	34	17	Rua Dr. Joaquim Tello nº 7
Hotel Lagosmar	Hotel	**	88	45	Rua Drº. Faria e Silva nº13
Hotel Mar Azul	Hotel	**	26	13	Rua 25 de Abril, 13
Subtotal			248	117	
Hotel Tivoli Lagos	Hotel	****	607	324	Rua Antonio Crisógono Santos
Total			855	441	

Levantamento da Equipa em 2014.03

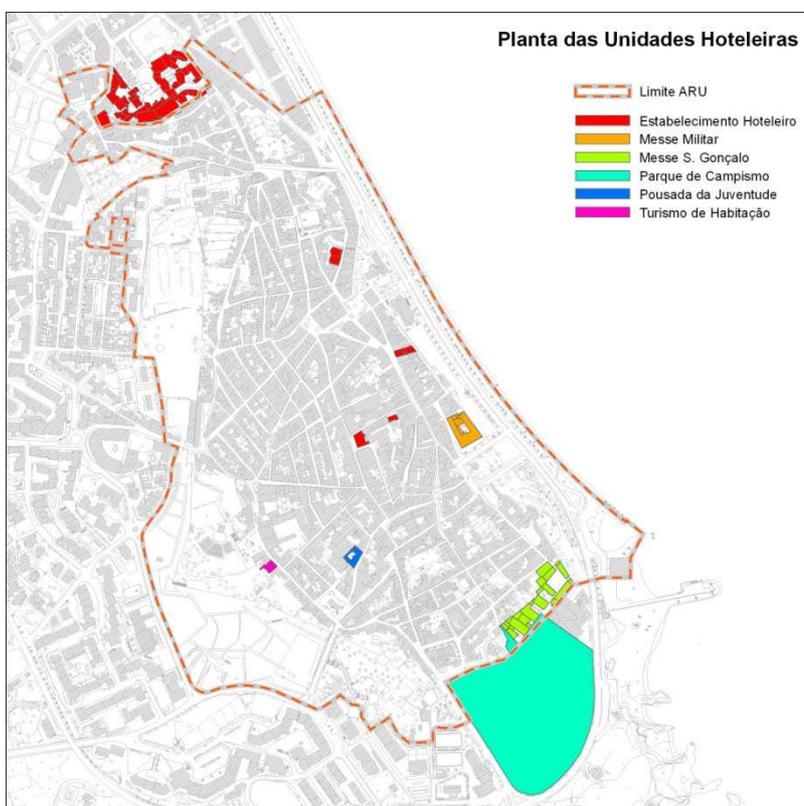
Na proximidade da ARU existe uma unidade hoteleira de quatro estrelas com 607 camas (mais do dobro de toda a restante oferta). Deste modo, a oferta hoteleira dentro da ARU é de fraca qualidade e de diminuta capacidade, localizando-se sobretudo no miolo central nascente.

De referir ainda a existência dum turismo de habitação, a Casa da Moura, com 16 camas em 8 quartos, que não se encontra referenciada no Registo Nacional de Turismo e que aparenta ter problemas administrativos.

Para além desta oferta, deve ser referenciada ainda a seguinte:

A – Oferta de alojamento militar:

- Parque de campismo – que dispõe dum complexo de oferta composto por um parque de campismo com 170 alvéolos e 14 bungalows dos quais 3 com quarto sala e kitchenette, 9 triplos e 2 duplos. Este parque é apoiado por uma cafetaria com capacidade para 120 pessoas e um refeitório com capacidade para 250 pessoas.
- Neste complexo a Messe militar dispõe dum edifício denominado D. Sebastião, com uma oferta de 1



apartamento, 39 nove quartos duplos e 5 singles e do conjunto de S. Gonçalo com 17 apartamentos e 11 quartos duplos.

- Num edifício localizado na rua da Senhora da Graça, chamado do Infante, a oferta é de 7 apartamentos e doze quartos duplos.

B – Pousada da Juventude – com 6 quartos duplos com Wc privativo e 13 múltiplos (com capacidade total de 52 camas) e 3 instalações sanitárias comuns, duas femininas e uma masculina. Dispõe ainda duma sala de pequenos-almoços com capacidade para 44 pessoas, um pátio com capacidade para 28 pessoas e uma sala de convívio/bar com capacidade para 8 pessoas. Oferece ainda uma cozinha para os alberguistas com capacidade simultânea de 10 pessoas.

Por último, importa referenciar o alojamento local. Embora ainda estejam alguns requerimentos pendentes, o quadro 7 apresenta o grosso da oferta autorizada.

Quadro 7 – Alojamentos Locais na ARU até 2013

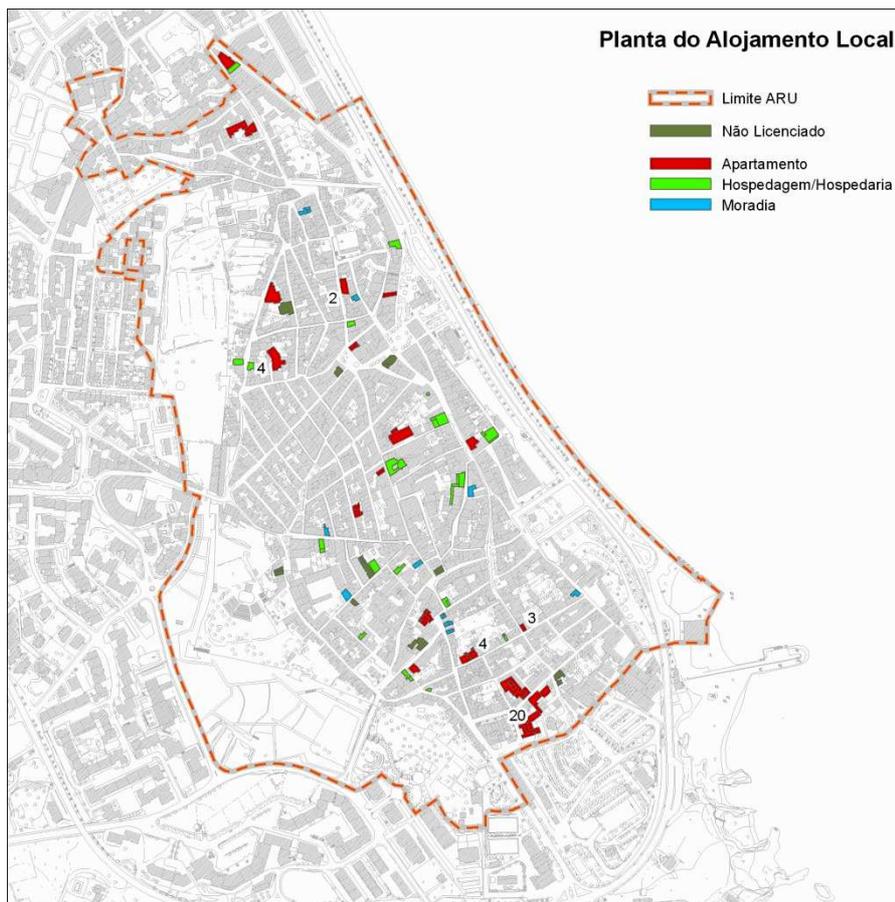
Freguesia	Número	Camas	Quartos	Observações
S. Maria				
Apartamentos	34	111	40	Acrescem 6 T0
Estabelecimentos de Hospedagem	11	87	38	
Moradias	8	62	27	
Subtotal S. Maria	53	260	105	Acrescem 6 T0
S. Sebastião				
Apartamentos	13	42	19	Acresce 1 T0
Estabelecimentos de Hospedagem	7	138	63	
Moradias	2	22	9	
Subtotal S. Sebastião	22	202	91	Acresce 1 T0
Total Geral	75	462	196	Acrescem 7 T0

Dados da Câmara Municipal de Lagos em 2014.03

Está organizada por antiga freguesia e por tipologia de oferta, sendo a média por unidade de 6,2 camas.

Na zona da ARU da antiga freguesia de S. Maria há 53 alojamentos locais, com 260 camas, em resultado de 105 quartos, a que são acrescentados e 6 T0. Em número de alojamentos, os apartamentos são mais expressivos (34 com 111 camas e todos os T0) mas os estabelecimentos de hospedagem (11 com 87 camas) concentram maior oferta de camas e alguns resultam de transformações de antigas pensões e residenciais. As moradias (8 com 62 camas) completam a oferta nesta zona, que se caracteriza por ter média global inferior à da ARU, uma vez que apenas atinge 4,9 camas.

De acordo com a planta seguinte, há uma concentração de oferta de apartamentos na zona da Porta da Vila e proximidades, bem como de hospedarias na zona nascente central, sendo a restante oferta dispersa no território, embora com maior localização na zona poente sul da ARU



Na parte da ARU correspondente à antiga freguesia de S. Sebastião há um total de 22 alojamentos locais (menos de metade da oferta de S. Maria na ARU), com 202 camas disponíveis em 91 quartos e 1 T0. Em número de alojamentos, os apartamentos são mais expressivos (13 com 42 camas e o T0) mas os estabelecimentos de hospedagem (7 com 138 camas) concentram maior oferta organizada e parte resulta de transformações de antigas pensões e

residenciais. As moradias (2 com 22 camas) completam a oferta nesta zona que tem média global superior à da ARU, dado que atinge 9,2 camas.

De notar que o mercado destes alojamentos locais é muito diversificado, mas preferencialmente abarca o mais jovem e um nicho referenciável, embora mais restrito, de turistas adultos, em especial do escalão sénior.

De acordo com a planta acima, verifica-se uma concentração da oferta no miolo central (da parte da ARU correspondente à antiga freguesia de S. Sebastião), bem como no extremo norte desta zona.

Numa perspetiva da ARU como um todo, a oferta de alojamento local concentra os apartamentos na sua zona sul, na zona norte e no miolo central de S. Sebastião. Por seu turno as hospedarias concentram-se no miolo central nascente da ARU.

4 - Oferta de Animação turística e Agências de Viagem

Em Lagos existem muitos agentes de animação turística e agentes de viagens e turismo.

A – Agentes de animação turística

No que respeita a agentes de animação turística, segundo o Registo Nacional de Turismo existem 99 entidades, das quais, pelo menos 13 se localizam na zona da ARU. A localização deste tipo de oferta, sendo importante, não é crítica, uma vez que estes agentes exercem a sua função em todo o concelho e muitas vezes fora dele.

Há 39 operadores classificados como empresas de animação turística, dos quais 17 se destinam a aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo, e à pesca turística, sendo 15 para atividades de observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves, observação de cetáceos e similares), 8 para pesca turística e ainda, 7 para passeios e atividades em bicicleta (btt e cicloturismo), em segway e similares, havendo ainda quem se dedique a caminhadas e outras atividades pedestres, a mergulho, snorkeling, e similares, a natação em águas bravas (hidrospeed) e outras atividades de turismo de ar livre.

De referenciar ainda, que há operadores dedicados a golfe, a parques temáticos, a rotas temáticas e a visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial.

Dos restantes agentes, 60 estão classificados como operadores marítimo-turísticos, dos quais 31 se dedicam principalmente a pesca turística e passeios marítimo-turísticos, 14 se destinam a aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo e 10 a passeios marítimo-turísticos. Há ainda quem se dedique a outros serviços, designadamente os respeitantes a serviços de reboque de equipamentos de carácter recreativo, tais como bananas, paraquedas, esqui aquático.

Pode-se pois concluir que a grande maioria dos agentes de animação se dedicam preferencialmente a operações marítimo-turísticas, havendo apesar disso alguns que oferecem atividades de ar livre e ainda um nicho de atividades culturais.

B – Agências de Viagem e de Turismo

No Registo Nacional de Turismo, para Lagos, estão registados 12 Agências de Viagem e de Turismo. Destas pelo menos 5 localizam-se na zona da ARU. As atividades desenvolvidas pelas Agências são as tradicionais, desde a organização e venda de viagens turísticas, a reserva de serviços em empreendimentos turísticos, a venda de bilhetes, a receção, transferência e assistência a turistas, a organização de eventos, o aluguer de veículos, e outros.

5 - Elementos complementares

De acordo com as informações da CM Lagos, as festas locais são as seguintes:

- A Feira de Velharias de Barão de S. João - no quarto domingo de cada mês
- Elevação de Lagos a Cidade – a 27 de janeiro
- Carnaval - desfiles carnavalescos e Bailes de Carnaval organizados pelas coletividades
- Feira do Folar e da Gastronomia local - durante o fim de semana da Páscoa no Barão de S. João
- Comemorações do 25 de abril – durante vários dias culminando no próprio dia
- Festival de Bandas Cívicas de Lagos - em maio, na Praça Gil Eanes e no Centro Cultural de Lagos
- Santos Populares - arraiais com marchas populares, os caracóis, a sardinha assada e música organizados por coletividades e entidades nas festividades de Santo António, S. João e S. Pedro

- Feira Concurso “Arte Doce” - doçaria tradicional/produtos regionais último fim de semana de julho
- A FETAAL – Feira de Tradições e Artes do Algarve, gastronomia, artesanato, doces regionais, exposições, atividades, animação equestre e música no último fim-de-semana de agosto
- Festa do Banho 29 - no Cais da Solaria, com animação musical, concurso de fatos-de-banho, provas desportivas, animação de praia e banho noturno em agosto.
- Festival de Flamenco de Lagos - uma semana, em setembro, no Centro Cultural de Lagos
- Festival de Coros do Algarve - organizada pelo Grupo Coral de Lagos no mês de outubro
- Festival dos Descobrimentos – bienal, participação da comunidade escolar, movimento associativo, entidades e cidadãos de Lagos, roteiro gastronómico e vivência dos Descobrimentos, em outubro
- Dia do Município - celebra-se a 27 de outubro, data em que se comemora o seu patrono S. Gonçalo de Lagos
- Feira Franca de Lagos - decorre anualmente em fim de novembro

Lagos oferece aos turistas três roteiros, um das Praias, outro da Arte Pública e um sobre os Descobrimentos. Estes últimos incidem exclusivamente na zona da ARU.

C. Análise da situação atual e projetos Municipais para a Mobilidade e Transportes

No presente capítulo pretende-se abordar as questões associadas à mobilidade e acessibilidade na área de estudo, quer no que se refere à situação atual bem como relativamente às intervenções perspetivadas pelo município a curto e médio prazo.

Sendo esta abordagem, de acordo com a metodologia definida, diferente da que resulta o capítulo anterior é apresentada no presente capítulo independente do relativo à caracterização e diagnóstico setoriais propriamente ditos.

Neste âmbito será de relevar um conjunto de propostas sobre a gestão da circulação e estacionamento no espaço central da cidade, enquadradas fundamentalmente no Projeto para a Mobilidade no Centro Histórico da Cidade de Lagos, as quais pretendem dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser feito pelo município nas últimas décadas.

A progressiva pedonalização dos espaços centrais da cidade e introdução de medidas restritivas à presença do automóvel nos espaços mais sensíveis, acompanhadas pela dotação de alternativas à circulação e estacionamento na sua área de enquadramento, terá constituído um fator chave à qualidade do espaço público hoje evidenciada, possibilitando a manutenção de um conjunto de atividades complementares que sustentam a atratividade que o centro histórico detém hoje em dia, não só para os munícipes de Lagos, mas também para uma vasta população turística.

Importará por isso, nesta etapa estratégica, aferir em que medida o conceito de acessibilidade e mobilidade equacionado pelo município tem dado resposta às necessidades dos seus residentes e das atividades económicas aí instaladas, estabelecendo-se essa análise como ponto de partida para a avaliação de outros projetos de continuidade desse conceito, indicando se necessário propostas de ajustamento ou completamento que possam reforçar a sua efetividade.

Desta forma o presente documento aborda três questões complementares, a saber:

- Um breve diagnóstico da situação atual, abordando os aspetos relacionados com a acessibilidade viária, transporte coletivo, gestão da circulação e

estacionamento. Sintetizam-se os principais aspetos que se entendem carecer de maior atenção por parte do município no sentido de ajustar o conceito de mobilidade que tem vindo a ser desenvolvido pelo município nos últimos anos, identificando-se igualmente as propostas constantes no Projeto para a Mobilidade no Centro Histórico da Cidade de Lagos, bem como outros desenvolvimentos mais recentes

- A identificação das estratégias que poderão ser privilegiadas mantendo o enquadramento no já referido conceito. É neste âmbito que são discutidas mais detalhadamente as propostas em análise, pretendendo-se assim aferir em que medida estas permitem mitigar as debilidades anteriormente evidenciadas e quais os passos a dar na sua implementação;
- Por último estabelecem-se as recomendações necessárias ao desenvolvimento de intervenções futuras neste espaço da cidade.

1. DIAGNÓSTICO

1.1. SITUAÇÃO ATUAL

No quadro seguinte apresentam-se os principais pontos fortes e pontos fracos identificados na etapa de diagnóstico do sistema de acessibilidade e transportes da área de estudo, os quais permitem uma imagem sistematizada da situação atual que possibilita reter um conjunto de conclusões gerais, a saber:

A **estrutura viária** atual de enquadramento permite assegurar a acessibilidade da área de estudo à rede estruturante que serve a cidade de Lagos quer no que se refere às ligações de contexto urbano como extraurbano. Essa estrutura articula-se com a solução gestão da circulação automóvel presente no espaço intramuralhas, que por si também é um elemento dissuasor à utilização da ARU enquanto espaço de passagem. As condicionantes impostas pelas características físicas da rede viária interna ao espaço intramuralhas encontram-se assim já mitigadas, na medida do possível, por uma gestão em malhas de sentido único estabelecidas a partir dos pontos de acesso das portas históricas da cidade. Paralelamente encontram-se regulamentados condicionamentos no acesso e utilização do espaço intramuralhas a utilizadores credenciados (residentes e utilizadores equiparados), encontrando-se as operações de

cargas e descargas limitadas em termos de duração e período horário em alguns espaços previamente definidos. No entanto, à data, essas limitações encontram-se fisicamente sustentadas apenas em sinalização vertical expressa nos seus pontos de acesso que aparentemente terá um fraco efeito dissuasor. O reduzido número de utilizadores credenciados face ao total de residentes e também aos fluxos que empiricamente se identificam, poderá eventualmente ser reflexo da ausência de uma fiscalização efetiva deste espaço, encontrando-se este na prática permeável à utilização por parte da generalidade dos veículos que assim o pretendam, quer para efeitos de circulação como de estacionamento.

Internamente ao centro histórico a **oferta de estacionamento** é reduzida e regulamentarmente apenas acessível aos seus residentes. Existe uma desproporção clara entre a procura potencial máxima permitida à luz da regulamentação vigente – atualmente estima-se possível a credenciação de perto de 3.000 utilizadores que concorrem à utilização dos perto de 300 lugares otimisticamente estimados – pese embora o número de residentes credenciados na prática se encontre muito abaixo deste valor. Tal poderá também ser explicado pela ausência de um controlo e fiscalização efetiva do estacionamento nos limites do espaço intramuralhas, mas que facilmente se poderá vir a alterar substancialmente caso esta venha a ter lugar.

Quadro 1.1 - Síntese de Diagnóstico da Situação Atual

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
População e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de massa crítica populacional ao longo de todo ano, sendo esta reforçada por utilização turística no período de época alta; • Localização de atividades terciárias (comércio e serviços) com atratividade que transcende a sede de concelho; • Dimensão reduzida da área de intervenção que potencia a que as deslocações internas possam ser sustentadas na sua generalidade pelo modo pedonal; 	<ul style="list-style-type: none"> • Expressivo peso da população idosa residente no espaço intra-muralhas, • Orografia parcialmente acentuada, condicionando a acessibilidade pedonal a alguns setores do espaço intra-muralhas em particular às pessoas de mobilidade reduzida; • Forte sazonalidade nas solicitações impostas à área de estudo que induz alguma instabilidade das soluções físicas de gestão da rede viária e estacionamento

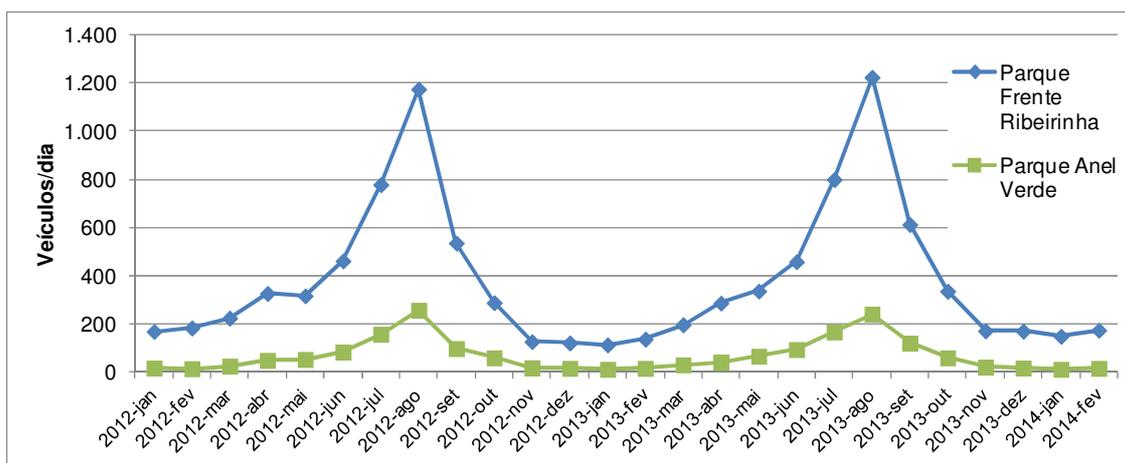
<p>Circulação e Estrutura Viária</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade rodoviária externa assegurada relativamente ao anel de distribuição da cidade; • Articulação possível entre os principais pontos de acesso aos espaços de gestão mais sensível possibilitando a minimização do atravessamento dos fluxos de proximidade; • Gestão viária interna em malhas de sentido único articuladas; • Existência de uma rede de percursos/ espaços pedonais qualificados • Existência de regulamentação relativa ao acesso automóvel ao espaço intramuralhas limitando-o a residentes e suporte das atividades terciárias (utiliz. equiparados) 	<ul style="list-style-type: none"> • Difícil legibilidade da rede viária no espaço intra-muralhas, carecendo necessariamente de apoio através de sinalização vária; • Condicionamento parcial da acessibilidade através do limite norte da ZIM • Exiguidade de perfis viários no espaço intra-muralhas • Baixa efetividade da regulamentação de acesso automóvel aos espaços mais sensíveis (centro histórico) vigente; • Inexistente quantificação de fluxos automóveis que solicitam o centro histórico, impedindo uma avaliação mais profunda da dimensão das condicionantes de mobilidade/ acessibilidade interna;
<p>Estacionamento e Logística Urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de estacionamento concentrada (em estrutura e bolsa) nos limites da área de estudo com reserva de capacidade alargada em particular em período de época baixa; • Gestão integrada da oferta de estacionamento na área de estudo e seu enquadramento, possibilitando uma subsidiação cruzada de ações; • Existência de regulamentação que limita a possibilidade de estacionamento aos residentes no centro histórico • Existência de mecanismos que privilegiam a utilização dos parques de apoio ao centro histórico para os seus residentes e utilizadores equiparados (avenças com desconto diferenciado); • Existência de regulamentação de cargas e descargas com limitações horárias (duração máxima e períodos de realização) e espaços dedicados 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de estacionamento em via pública inferior às necessidades dos residentes do centro histórico, pese embora não sustentada numa quantificação exata e desagregada espacialmente desses <i>deficits</i>; • Dotação regulamentar máxima de acesso ao estacionamento aos residentes do centro histórico claramente desproporcional à oferta existente no mesmo espaço; • Subutilização dos parques construídos de apoio ao centro histórico, com assimetrias relevantes na utilização dos mesmos; • Existência de pressões sobre o Parque da Frente Ribeirinha e sua envolvente imediata no pico da época alta • Ineficiências de fiscalização do estacionamento e operações de cargas e descargas no espaço intra-muralhas; • Número de cartões de acesso livre a ZEDL representam já perto de um terço da oferta instalada;
<p>Transporte Coletivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de serviços de transporte coletivo rodoviário de distribuição urbana e concelhia na envolvente imediata à área de estudo com frequências e amplitudes de serviço expressivas através de paragens localizadas no limite da área em estudo • Cobertura parcial da área de estudo por parte do serviço de transporte de distribuição interna à cidade (Paragens Onda Vermelha a uma distância a pé inferior a 400m) 	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento na acessibilidade aos serviços de transporte coletivo, em particular aos de carácter concelhio a população de mobilidade reduzida; • Restrições físicas da estrutura viária interna à circulação de veículos de dimensão relevante limitam a possibilidade da penetração dos transportes urbanos atuais para serviço de distribuição nos limites do centro histórico;

Denota-se a existência de um conjunto de alternativas periféricas à parca oferta existente no espaço intramuralhas, sendo esta ancorada em dois parques de estacionamento em estrutura de acesso público e onerado com uma capacidade conjunta próxima dos 850 lugares, que se distribuem de forma equilibrada nos limites nascente e poente da área de estudo, complementados por bolsas de estacionamento

gratuito sobre o limite poente da área de estudo entre o Baluarte de S. Nicolau e o Baluarte de S. Francisco não totalmente formalizadas o que impossibilita uma quantificação real da capacidade instalada, não existindo igualmente estimativas recentes da procura que a solicita.

O mesmo não se passa relativamente aos dois parques em estrutura. Neste caso observa-se que em termos gerais operam bastante aquém dos seus limites de capacidade, excetuando-se no entanto o caso do Parque da Frente Ribeirinha que em época alta (Junho a Setembro, inclusive) regista uma afluência claramente mais intensa que se explicará fundamentalmente pela sazonalidade da procura de não residentes.

Figura 1.1 – Procura de Estacionamento (bilhetes diários - media mensal)



FONTE: Futurlagos, Relatórios Vendas 2012, 2013 e 2014)

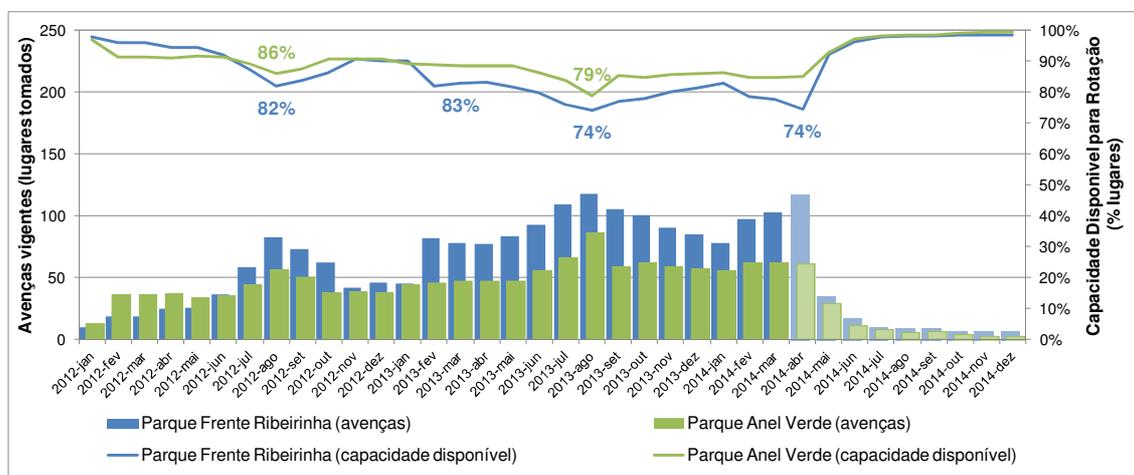
Esta é patente fundamentalmente em termos do número de veículos que acedem aos lugares operados em rotação (vide Figura 1.1), mas também, em menor grau, na aquisição de um maior número de avenças (vide Figura 1.2), fazendo com que em diversas ocasiões do período de época alta este parque opere já perto do seu limite de capacidade, excedendo-o inclusivamente em algumas situações muito pontuais.

Será de referir que os utilizadores avançados não possuem direito a reserva de lugar específico no interior do parque, mas que o seu número é contabilizado para efeitos do cálculo da reserva de capacidade instantânea de que resultam as indicações de “parque completo”, fazendo com que a capacidade real seja inferior à sua capacidade

física em particular em período de época alta. Tal trará como resultado o acumular de veículos em espera para aceder ao parque, podendo ter implicações na fluidez de circulação sobre os eixos que lhe dão acesso.

No caso do Parque da Frente Ribeirinha tal reflete-se mais recentemente em reduções da ordem de um quarto da capacidade total, enquanto no Parque do Anel Verde as reduções se estimam em um quinto da capacidade total.

Figura 1.2 - Disponibilidade de oferta para Rotação nos Parques de Estacionamento¹



FONTE: Futurlagos, Relatórios de Avenças 2012, 2013 e 2014

O cruzamento dessa oferta disponível com a procura de estacionamento em rotação – valores horários máximos diários - permite identificar os períodos de maior condicionamento da operação que se podem visualizar na Figura 1.3.

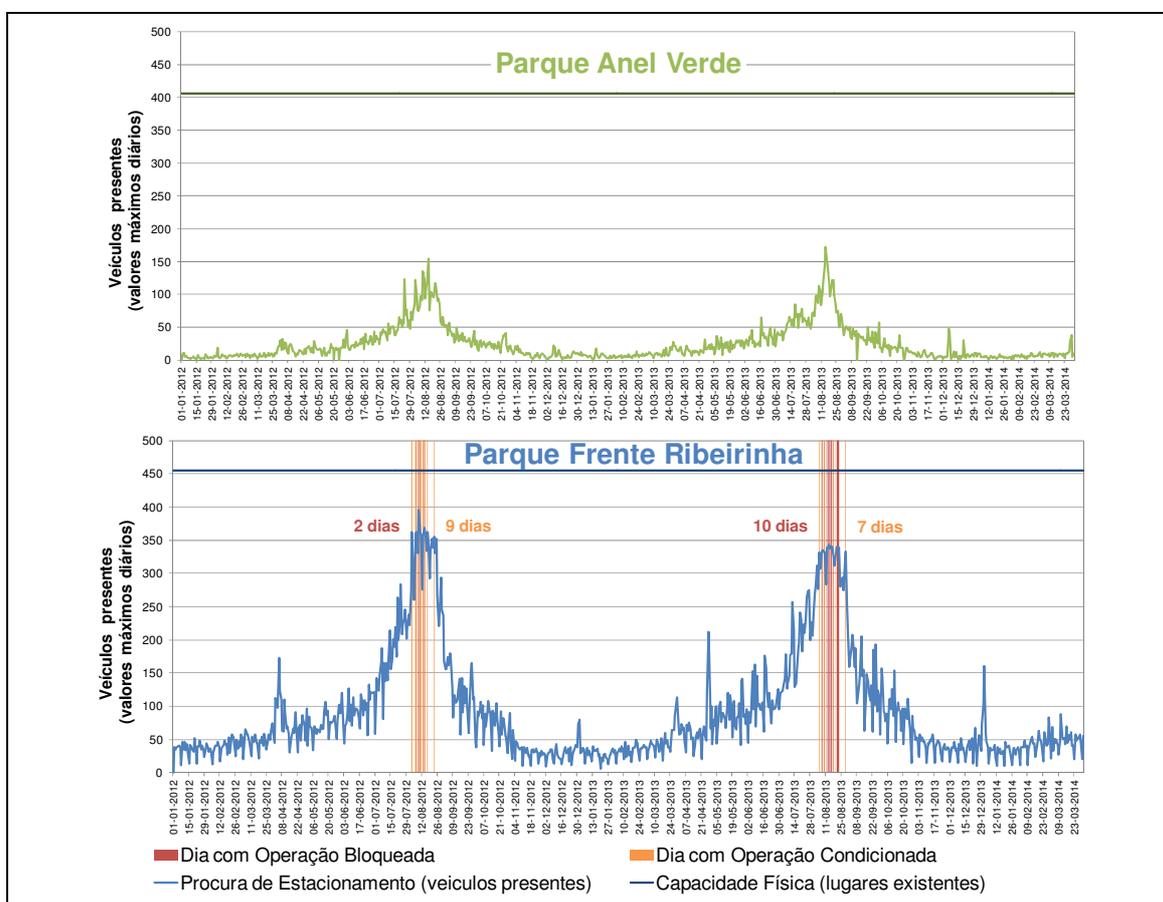
Para efeitos desta análise assumiram-se duas situações limite: operação bloqueada e operação condicionada. A operação considera-se bloqueada se a procura de estacionamento em regime de rotação (veículos não avençados) atingir a oferta disponibilizada para tal, em pelo menos um período horário do dia. Considerou-se ainda que a operação se encontra condicionada caso a procura seja superior a 95% deste valor limite. Os cálculos realizaram-se no pressuposto que todas as avenças

¹ Informação datada do início de Abril de 2014, que compreende o número de avenças que a esta data se encontravam já adquiridas

vigentes seriam contempladas no cálculo da reserva de capacidade instantânea que limita o acesso aos parques.

Constata-se assim que esta situação se restringe efetivamente ao mês de Agosto ocorrendo exclusivamente no Parque da Frente Ribeirinha. Conclui-se também que tal se terá vindo a agravar entre 2012 e 2013, antevendo-se que se possa ainda vir a agudizar no período de época alta que se aproxima em virtude do número de avenças vigentes nessa data se antecipar superior ao de 2013.

Figura 1.3 - Períodos de operação condicionada nos Parques de Estacionamento



FONTE: Futurlagos, Relatórios Ocupação de Parques Lagos de 2012, 2013 e 2014

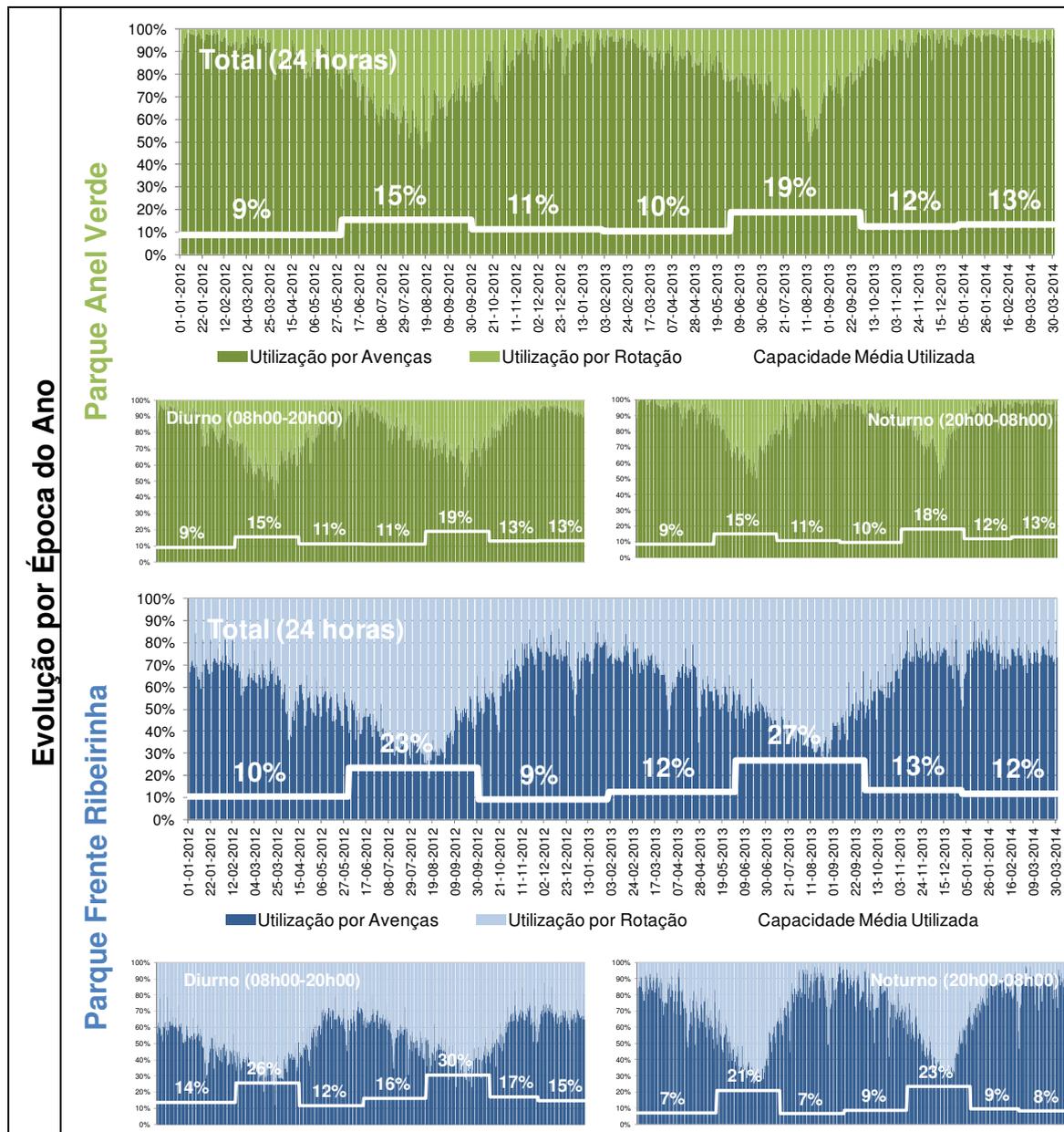
Durante o restante período do ano qualquer dos parques opera bastante aquém dos seus limites de capacidade denotando uma subutilização da oferta de estacionamento já instalada, pese embora se observe uma evolução positiva em termos da capacidade

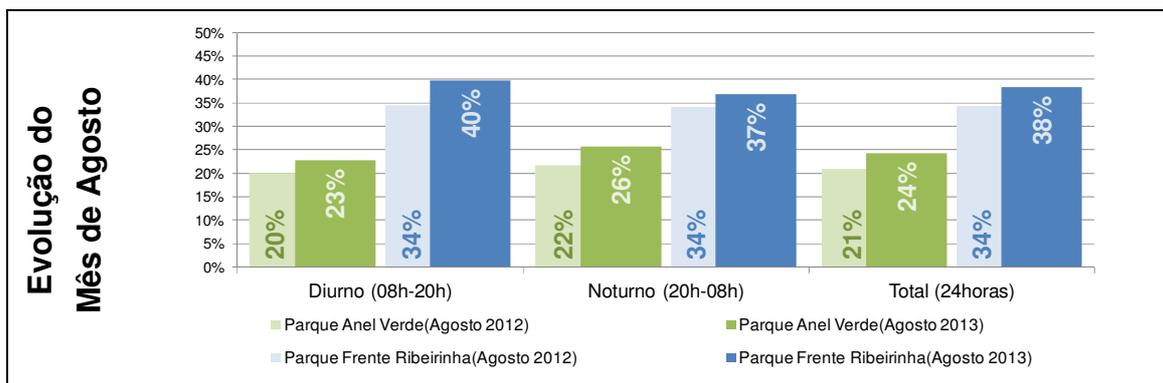
utilizada ao longo do período de análise (vide Figura 1.4) qualquer que seja a época do ano considerada.

Ainda assim o Parque do Anel Verde detém uma utilização média que ronda os 10% em época baixa que é assegurada quase exclusivamente por utilizadores avançados, não se distinguindo variações relevantes em período noturno e diurno. Em época alta observa-se já uma utilização mais equilibrada entre os dois regimes de utilização, pese embora os dados mais recentes indiquem uma taxa de utilização que em média não atinge os 20%, tomando o valor máximo em Agosto de 24%.

Já o Parque da Frente Ribeirinha regista em geral um maior equilíbrio em termos do regime de utilização, bem como uma variabilidade entre os dois períodos do dia, destacando-se o período diurno com uma taxa de utilização da ordem dos 15% em época baixa e praticamente duplicando em época alta. Não obstante os condicionamentos de operação anteriormente referidos, a taxa média de utilização deste parque no mês de Agosto não ultrapassa os 40%.

Figura 1.4 – Utilização Média dos Parques de Estacionamento (valores médios diários)



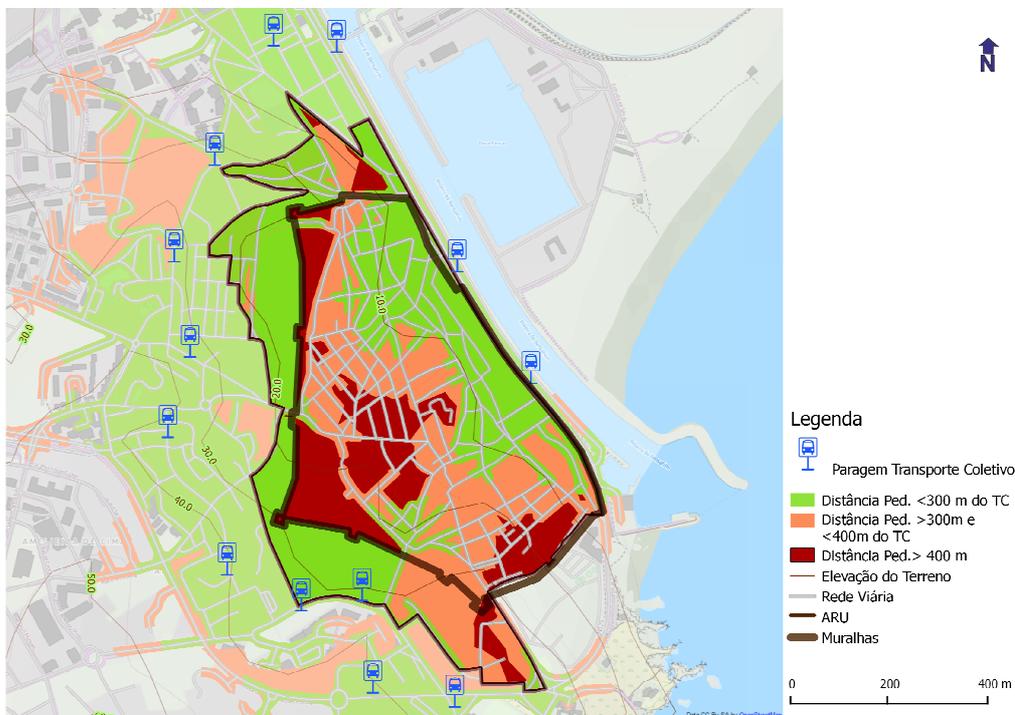


FONTE: Futurlagos, Relatórios Ocupação de Parques Lagos de 2012, 2013 e 2014

No que se refere à **acessibilidade em transporte coletivo**, como seria de esperar, as restrições físicas impostas pela estrutura viária interna presente no espaço intramuralhas limitam a possibilidade da penetração dos transportes urbanos atuais para serviço de distribuição nos limites do centro histórico. Desta forma, internamente ao espaço intramuralhas não existem alternativas ao transporte automóvel para além do modo pedonal. Dadas as reduzidas dimensões deste território e a existência de uma rede pedonal de alguma cobertura, tal não representa uma condicionante extrema para a generalidade dos seus utilizadores. No entanto haverá que ter em conta os diferenciais de cota entre vários pontos do espaço intra-muralhas que vêm a reduzir as condições de conforto em que se processam as deslocações pedonais no interior do centro histórico para pessoas com mobilidade reduzida, parcela que se poderá considerar ainda relevante quando analisado o peso da população idosa no computo dos residentes e sua tendência de evolução.

Será porém de referir que existem serviços de transporte coletivo rodoviário de distribuição urbana e concelhia acessíveis em diversas paragens localizadas sobre os limites da área de estudo, possuindo esses frequências e amplitudes de serviço expressivas. Ainda assim a cobertura da área em estudo não é feita cabalmente, persistindo ainda uma parcela de território expressiva em que estas paragens não são alcançáveis através de percursos a pé de extensão inferior a 300m, registando-se igualmente espaços em que a distância a pé é superior a 400m, o que acresce condicionamentos para a população de mobilidade reduzida

Figura 1.5 - Cobertura da área de estudo pelo serviço de Transporte Coletivo



1.2. EVOLUÇÕES PERSPETIVADAS

No quadro seguinte sintetizam-se as principais vantagens e desvantagens que se apontam às medidas que se perspetivam poder vir a implementar, correspondendo estas em grande medida a propostas que foram equacionadas no âmbito do Projeto de Mobilidade para a Cidade de Lagos associadas ao desenvolvimento do conceito equacionado para a cidade de há algumas décadas para cá, e contemplando a implementação de um sistema de controlo de acessos mecanizado ao espaço intra-muralhas e a ampliação da oferta de estacionamento periférica de apoio;

Neste âmbito enquadra-se ainda a proposta de regulamentação integrada dos vários temas associados à circulação e regimes de estacionamento na ARU e sua envolvente que atualmente se encontra dispersa em várias peças regulamentares. Este regulamento encontra-se ainda em desenvolvimento mas reflete já algumas diretivas que decorrem da implementação do referido projeto. Neste são agregados genericamente os aspetos relacionados com a circulação e estacionamento no espaço intra-muralhas – regulamentado através das “Normas Provisórias da Circulação e

Estacionamento de Veículos na Zona Intra-Muralhas da Cidade de Lagos² – e a gestão do estacionamento no seu espaço de enquadramento – através do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e dos Parques de Estacionamento Cobertos do Município de Lagos³, em vigor desde a entrada em serviço dos referidos parques. Não obstante outros ajustamentos que devam ser feitos a este documento de trabalho, haverá desde já que alertar para o facto de a versão analisada pressupor a duplicação dos limites máximos de credenciação agora vigentes para a ZIM e para a ZEDL, onerando-a no entanto para um valor a definir pela CMLagos ou entidade gestora, quando exista. Mantendo-se igualmente a possibilidade de acesso aos residentes da ZIM ao estacionamento nas ZEDL A e B em regime equiparável aos residentes nessas zonas⁴, tal poderá implicar o aumento do número de cartões de residente a disponibilizar, daí decorrendo redução adicional da oferta ZEDL em rotação que se poderá também refletir ao nível das receitas geradas pelas mesmas. Face ao exposto considera-se relevante que a concretização dos critérios de dotação máxima e lógicas de compensação propostas seja avaliada criteriosamente caso se venham a tomar estas opções.

Quadro 1.2 - Síntese de Diagnóstico das Evoluções Perspetivadas

		Pontos Fortes	Pontos Fracos
Projeto de Mobilidade na Cidade de Lagos	Sistema de Controlo de Acesso da ZIM	<ul style="list-style-type: none"> • Reforça o efeito dissuasor face à atualidade para utilizadores não habituais • Constituindo um sistema fechado é possível conhecer o número de veículos que nele se encontram em cada momento, potenciando assim a criação de outros sistemas de apoio à gestão paralelos; • Permite manter corredor de emergência de acesso ao Hospital de Lagos 	<ul style="list-style-type: none"> • Não constituindo um sistema limitado por capacidade não permite um controlo efetivo de acessos; • Poderá ter impactes relevantes em termos de operacionalidade da rede interna à ZIM que deverão ser avaliados em etapa prévia ao investimento; • Implica necessariamente custos de exploração (centro de controlo 24h) não contemplados na proposta analisada
	Condição física (parques)		

² que, por si, não revoga formalmente o Regulamento Municipal de Transito da ZIM de Julho de 1997

³ Revogando este expressamente a legislação anterior (Regulamento Específico da Zona de Estacionamento de Duração Limitada, na Avenida dos Descobrimentos em Lagos) datada também de 1997

⁴ Situação já prevista no Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e dos Parques de Estacionamento Cobertos do Município de Lagos vigente. Vide artº 27º e definição de Áreas de Influência ZEDL constante no Anexo 3. Na versão de trabalho do Regulamento Integrado analisada nada indica que as isenções refletidas no nº 5 do artº 5º e artº 45º não tenham efeitos cumulativos

	Credenciação de Utilizadores	<ul style="list-style-type: none"> • Obvia os procedimentos de credenciação de utilizadores não residentes; • No caso dos residentes, se efetuada bolsa a bolsa potencia uma maior racionalidade na utilização do automóvel no interior da ZIM; • Permite manter as restrições horarias de cargas e descargas nos espaços de maior sensibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Mantendo o livre acesso não obvia a necessidade de fiscalização efetiva;
	Ampliação da Oferta de Estacionamento Periférica	<ul style="list-style-type: none"> • Poderá implicar um acréscimo de receitas, havendo no entanto de ter em atenção os critérios de dotação de cartões de residente que na situação atual já constitui o bloqueamento de cerca de um terço da oferta em ZEDL 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliações a poente sobrepõem-se a espaços verdes já programados • Criação de ZEDL não fomenta necessariamente a utilização da oferta de estacionamento já instalada no Parque do Anel Verde podendo também não constituir um acréscimo de receitas • Criação de bolsa de 750 lugares poderá resultar na sobrecarga da rede viária de enquadramento ao centro histórico na sua zona norte em que a acessibilidade é estabelecida de forma menos franca. Implica necessariamente manter o acesso informal existente junto ao Baluarte de S. Francisco; • Manutenção de pequenas bolsas tarifadas excêntricas cria dificuldades de fiscalização (dispersão de meios). Tarifação sobre R. dos Bombeiros reforça esta situação e poderá não ter efeitos na redução dos défices do centro histórico dada a excentricidade
	Regulamentação Integrada	<ul style="list-style-type: none"> • Simplicidade de utilização enquanto fonte única regulamentar • Área de influência do Parque da Frente Ribeirinha consentâneo com a sua cobertura a pé 	<ul style="list-style-type: none"> • Carecerá de ajustamentos após a consolidação das soluções em estudo • Possibilidade de estacionamento para residentes da ZIM no espaço das ZEDL poderá criar bloqueamento dessa oferta • Mantém a existência de bolsas de tarifação dispersas de pequena dimensão
Ampliação da ZEDL (Abril 2014)		<ul style="list-style-type: none"> • Suprime uma bolsa de estacionamento excêntrica que não terá tido uma efetiva tarifação; • Permite uma maior concentração de meios de fiscalização 	<ul style="list-style-type: none"> • Não se perspetiva a possibilidade de aumento de receitas face à atualidade, mantendo a oferta de estacionamento sensivelmente constante

Acresce-se ainda a avaliação de uma proposta mais recente relativa à ampliação das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada que é efetuada numa perspetiva mais modesta à presente no Projeto de Mobilidade para a Cidade de Lagos (vide Figura 1.6). Não se traduzindo num acréscimo substancial do número de lugares sob este regime, não será expectável que esta configuração se venha a refletir numa alteração substancial das receitas geradas. Apresenta como principal vantagem a concentração espacial dos espaços a tarifar – suprimindo a formalização de outros espaços de reduzida capacidade distribuídos pontualmente na envolvente imediata que se propõe criar ou manter no Projeto de Mobilidade -, potenciando assim uma maior eficiência de fiscalização.

Na nova configuração é igualmente suprimida a zona de estacionamento de duração limitada localizada entre o Baluarte de S. Nicolau e a Porta dos Quartos, a qual agregaria as duas bolsas de estacionamento já formalizadas que deixariam de ter acesso o livre e gratuito que detém na atualidade, passando, conjuntamente ao espaço que as medeia, ao regime de tarificação implícito das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada. A capacidade deste novo espaço não é mencionada explicitamente no âmbito do Projeto de Mobilidade para a Cidade de Lagos, no entanto as áreas envolvidas são representativas, podendo eventualmente antever-se alguns acréscimos em termos das receitas geradas pela sua integração no regime ZEDL. Considera-se porém que esta proposta é de algum modo contraditória relativamente ao conceito inicial de afetação de estacionamento extra-muralhas em regime gratuito para os utilizadores não credenciados da ZIM (ex: trabalhadores ou excedente de veículos de residentes ou utilizadores equiparados não acolhíveis nesse espaço). Haverá ainda que alertar para as seguintes situações que poderão por em causa esta perspetiva de maior rentabilidade e que haverá que validar em maior profundidade caso se venha a retomar esta proposta, a saber:

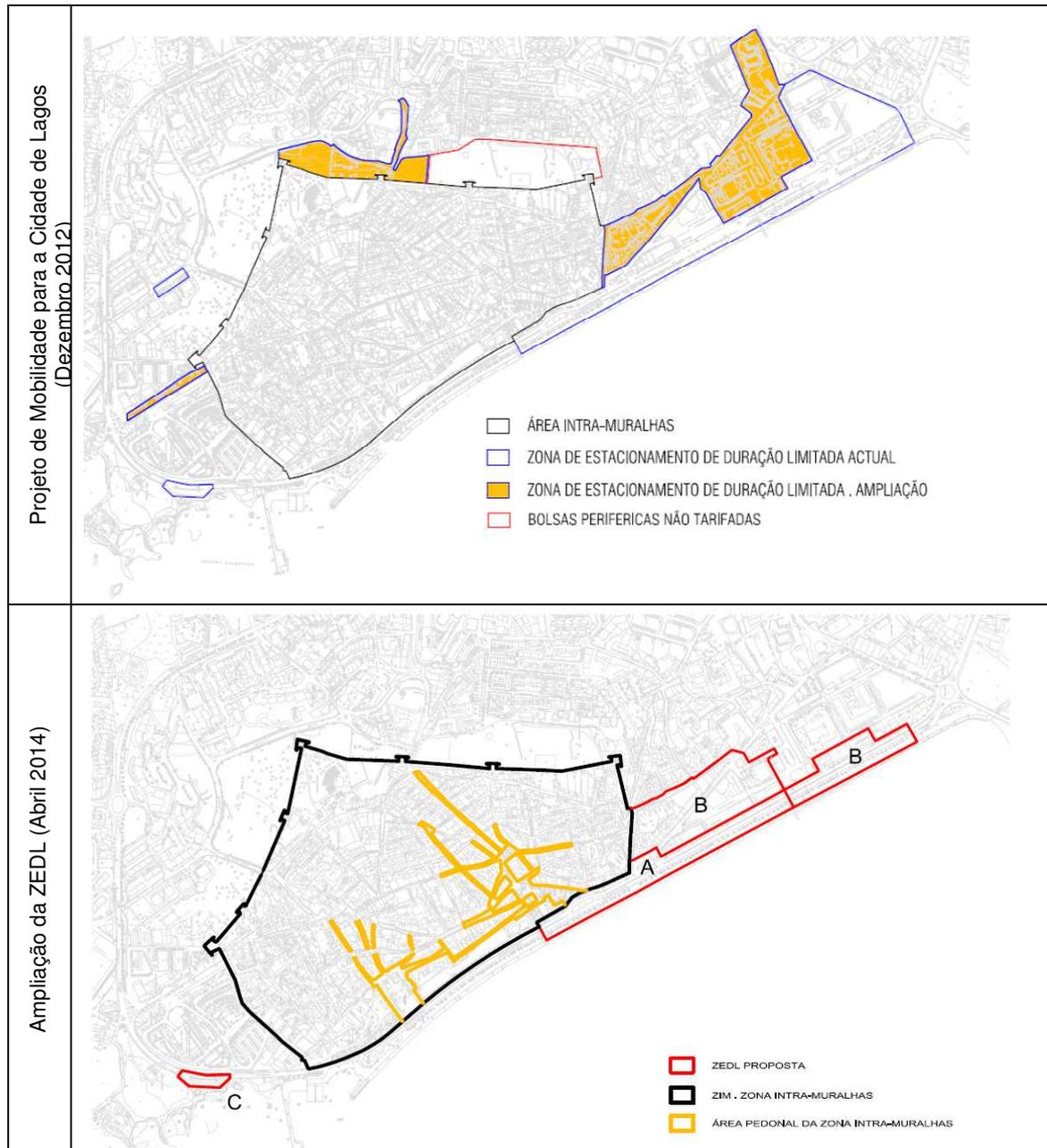
- A redução da oferta livre nos limites da muralha poderá não resultar numa transferência direta da procura para o Parque do Anel Verde, mesmo para os residentes e utilizadores equiparados da ZIM dadas as distâncias envolvidas a que se encontra essa oferta adicional;
- Caso se atribua uma utilização privilegiada deste espaço exclusivamente aos utilizadores credenciados da ZIM, a procura suscitada estará em competição com a de outros munícipes residentes já no limite da área de estudo. Caso se estenda



esta utilização privilegiada a esses munícipes haverá lugar a uma redução de oferta efetiva em regime de rotação. Lembra-se que na situação atual existe já uma alocação de perto de um terço da oferta ZEDL a livre acesso dos seus residentes e utilizadores equiparados;

- Poderão existir custos de investimento ou operação que não estão a ser considerados, já que estas ampliações sobrepõe-se a espaços verdes já programados, que a manterem a sua vocação poderão dar lugar a soluções de compatibilidade mais onerosas, e por outro lado a criação de uma ZEDL adicional excêntrica implicará um reforço e/ou dispersão dos meios de fiscalização;

Figura 1.6 - Ampliação da Oferta de Estacionamento Periférico



- Refira-se por último que o estabelecimento de regimes diferenciados de estacionamento sobre a frente poente da área de estudo, localizando a oferta mais atrativa (livre e gratuita) e de generosa capacidade sobre o espaço norte poderá vir a intensificar os volumes de tráfego que aí acedem. Relembra-se que este é o local menos privilegiado em termos de acesso pedonal à ZIM – assegurado pela entrada informal na muralha, que nesta perspetiva será de manter - , e para o qual a

acessibilidade rodoviária ao exterior se encontra mais condicionadas, podendo-se antever de tal vir a ter alguns impactes negativos em termos de circulação

O desenvolvimento dos restantes aspetos listados no Quadro 1.2 efetuam-se no contexto da sua adequabilidade face à confrontação com as debilidades identificadas para a situação atual, pretendendo-se desta forma aferir em que medida estas propostas se ajustam à sua mitigação. São por isso retomadas nos vários pontos da secção seguinte deste documento em que se apresentam as estratégias a explorar.

Por último haverá que referir a proposta identificada no âmbito do Plano Diretor Municipal relativamente à construção da Central de Transportes na área do Tecnopólis, admitindo-se por isso implícita a transferência do atual terminal rodoviário, localizado na envolvente à ARU e por isso no centro da cidade de Lagos, para a sua periferia.

O projeto da central de transportes surge, então, no âmbito do PDM, da necessidade de dotar Lagos de um conjunto de equipamentos que o qualifiquem e diversifiquem em termos de procura, visando desta forma o reforço da centralidade da Cidade de Lagos, enquanto polo organizador das dinâmicas económicas e sociais do Barlavento Algarvio.

Compreendendo os objetivos a que se propõe e o enquadramento mais alargado desta proposta, haverá porém de alertar para o facto de as experiências de transferência dos centros coordenadores de transporte para as franjas das cidades que foram levadas a cabo nas últimas duas décadas pelo nosso país muitas vezes se refletiram em perdas de procura em autocarro e um aumento da utilização do automóvel.

Na perspetiva da ARU, e dos transportes em geral, salienta-se a importância para a necessidade de manter a oferta extra-urbana ao centro da cidade, independentemente do ponto terminal da mesma. Em alternativa será de garantir a correta articulação entre os serviços extra-urbanos e urbanos, podendo tal resultar num esforço adicional para a Rede de Transportes Urbanos de Lagos (Serviços Onda).

À partida estaremos a falar de quantitativos já reduzidos se olharmos para o motivo casa-trabalho, mas com alguma representatividade. Em particular no caso dos trabalhadores/estudantes não residentes no concelho cerca de 15% das viagens casa-

trabalho/escola são feitas em autocarro (censos 2011). Admitindo que grande parte do emprego do concelho se encontra na ARU ou envolvente, a realocação desta infraestrutura poderá ter como resultado uma perda da atratividade enquanto polo de emprego e/ou de localização de atividades de interesse supra-municipal, bem como maiores pressões em termos de estacionamento. A ausência de dados sobre a utilização do autocarro para outros segmentos de procura (ex: motivos não pendulares, em particular lazer/turismo), não permite inferir diretamente sobre os impactes que esta alteração poderá ter em termos da sua atratividade para a população turística, mas serão de esperar mecanismos semelhantes.

2. ESTRATÉGIAS E EXPLORAR

Face aos resultados do diagnóstico realizado e aos desafios proporcionados pelos desenvolvimentos que se perspetivam, considera-se que na estruturação do conceito de mobilidade do centro da cidade de Lagos se deverão responder aos seguintes objetivos, - os quais têm subjacente um efetivo controlo da presença do automóvel no interior do centro histórico, não descurando a necessidade de manter asseguradas as funções residenciais e terciárias que sustentam a sua atratividade enquanto centralidade urbana e polo de interesse turístico supra-regional -, a saber:

Minimizar sobre-solicitações da estrutura viária já existente na envolvente da ARU, evitando a localização de polos geradores relevantes em particular sobre o espaço norte da zona intramuralhas e sua envolvente imediata uma vez que é sobre essa zona que a acessibilidade ao exterior se vê mais condicionada;

Promover a acessibilidade e mobilidade no contexto das deslocações internas à ARU em condições de conforto adequadas à população de mobilidade condicionada, admitindo a possibilidade de criar um serviço de transporte de distribuição interna que assegure a articulação entre os vários espaços do centro histórico e efetue o rebatimento nos principais pontos de acesso à rede de Transportes Urbanos de Lagos já em operação;

Restringir a circulação automóvel às necessidades das atividades aí instaladas (residencial e terciário), reforçando os mecanismos de dissuasão à circulação banalizada dos espaços internos de maior sensibilidade, mantendo os condicionamentos atualmente impostos em termos de segmentação de utilizadores, e

procurando simultaneamente que a circulação automóvel se processe em condições de operacionalidade satisfatórias;

Reduzir a procura de estacionamento no interior da ARU aumentando a atratividade da oferta periférica para os seus residentes. Considera-se que deverá ser dada prioridade aos espaços de oferta concentrada já instalada em detrimento da criação de novas zonas de estacionamento. Neste sentido, particular atenção deverá ser dada não só aos futuros critérios de dotação de cartões de residente, bem como à possibilidade de estabelecer um sistema de informação em tempo real que permita dar indicações atempadas, (ainda fora dos limites do centro histórico), sobre a disponibilidade de lugares na zona de destino. A implementação deste sistema tem necessariamente implícito o reordenamento da oferta de estacionamento na via pública do espaço intramuralhas, estabelecendo de forma inequívoca através de sinalização (vertical e horizontal) e/ou outras formas de restrição física (ex: pilaretes) os espaços dedicados ao estacionamento e à circulação

Potenciar uma **utilização mais equilibrada da oferta de estacionamento concentrada já existentes, em particular nos períodos de maior solicitação (época alta)**, criando mecanismos que induzam uma maior procura por parte dos seus utilizadores permanentes na frente poente da cidade reforçando a atratividade do Parque do Anel Verde, libertando a oferta existente no Parque da Frente Ribeirinha de forma a acolher as pressões que se fazem sentir em época alta por parte dos utilizadores esporádicos. O reforço da maior atratividade dos espaços de estacionamento sobre a frente poente para os utilizadores permanentes (residentes do centro histórico e munícipes em geral) poderá passar por ajustamentos de tarifário, no sentido de introduzir um maior diferencial de preços praticados nos dois parques e/ou pela dotação de melhores condições de comodidade, admitindo-se a possibilidade de incluir na avença o acesso ao serviço de transporte de distribuição interna ao espaço intramuralhas já referido anteriormente, o que permitirá alargar a área de influência do Parque do Anel Verde a todo este território. O reequilíbrio da procura de estacionamento poderá ser estendida ao público em geral integrando no sistema de informação em tempo real da disponibilidade de estacionamento, anteriormente mencionado para o espaço intra-muralhas, para os restantes espaços de oferta concentrada na sua periferia (parques e bolsas). Tal implica duas ações complementares: limitar fisicamente o acesso às bolsas estacionamento periférico de

modo a poder quantificar em cada momento a reserva de capacidade existente, - independentemente destas manterem o carácter gratuito -e alargar os pontos em que essa informação é concedida às entradas e outros pontos-chave da cidade.

Tendo presentes os objetivos enunciados foram identificadas um conjunto de medidas que visam consolidar o conceito que tem vindo a ser desenvolvido para a acessibilidade e mobilidade do espaço central da cidade de Lagos e que se discutem nos pontos seguintes.

2.1. SISTEMA DE CONTROLO DE ACESSO AO ESPAÇO INTRAMURALHAS

A implementação do sistema de controlo de acessos à zona intramuralhas nos moldes em que este se encontra equacionado (sistema fechado mas não limitado por capacidade) poderá ter impactes relevantes em termos de operacionalidade da rede interna à ZIM que deverão ser avaliados em etapa prévia ao investimento.

Considerando o sistema como um todo há um conjunto de considerações que devem estar sempre presentes na análise da proposta de regulação de acesso à zona intramuralhas.

- Os perfis transversais na generalidade da rede são reduzidos, não possibilitando, com exceção de alguns casos pontuais, o cruzamento de veículos;
- A capacidade de escoamento da rede rodoviária é bastante reduzida e restrita a quatro pontos na frente poente das muralhas, podendo-se apenas em situação de emergência recorrer à permeabilidade existente sobre a Av. dos Descobrimentos;
- A oferta de estacionamento é também bastante reduzida, não existindo no entanto uma quantificação exata do número de lugares de estacionamento francamente disponíveis, i.e. que de alguma forma ponham entaves à circulação automóvel e peões

Consequentemente, qualquer veículo parado na via pública irá necessariamente ser a causa de congestionamentos.

Atualmente, o sistema não apresenta nenhum tipo de barreiras físicas nem à entrada nem à saída de veículos, sendo as limitações regulamentarmente já impostas traduzidas apenas por (alguma) sinalização nos pontos de acesso ao exterior. Ora acontece que, apesar desta situação não impedir o acesso indevido de veículos e da existência de estacionamento abusivo, não cria dificuldades à sua saída da zona de intervenção. Tendo o sistema proposto como objetivos dissuadir a entrada de veículos em determinadas zonas da cidade, concomitantemente também torna as saídas mais demoradas e não tão fáceis. Assim, em determinadas situações, os níveis de congestionamento podem ser superiores aos atualmente verificados. Tal poderá ocorrer porque de acordo com as regras definidas para o sistema de controlo de

acessos, nunca é referido que a entrada na zona poderá ser impedida, mas apenas a sua presença na zona limitada a um período máximo de 30 minutos.

Esta opção permite que o espaço intramuralhas se mantenha acessível para todos os que assim o desejem, mas será de alertar para o facto que estas regras, e particularmente o que fazer no caso de incumprimento, serão de mais difícil comunicação para utilizadores não habituais que aí ocorrem sazonalmente. Embora tal possa ser processualmente mais fácil de gerir – obviando a necessidade expressa de credenciação do acesso para outros utilizadores que não os residentes - e de maior aceitação por parte da população e das atividades aí presentes que o recurso a medidas mais explicitamente restritivas, facto é que não suprime a necessidade de fiscalização. Implicará complementarmente a operacionalização de um mecanismo de redundância proporcionado por uma central de controlo que opere continuamente sempre que a restrição de acesso esteja operacional, aspeto aliás já mencionado no âmbito do Projeto de Mobilidade.

Numa situação de congestionamento da oferta de estacionamento banal ou reservado às operações de cargas e descargas - ou mesmo a utilização durante tempo excessivo do espaço de circulação para esse efeito - a *stockagem* de veículos far-se-á na via pública, e uma vez que as saídas são dificultadas, a dissipação de filas de espera entretanto criadas será muito mais difícil. Sem que haja um esforço efetivo de fiscalização a probabilidade destas situações ocorrerem aumenta exponencialmente. Ter-se-á então como opção:

- recorrer a resolução forçada da situação mediante a abertura da cancela através do controlo centralizado - que necessitará de estar operacional 24 horas por dia -, tornando assim todo o sistema ineficaz, se utilizado de forma sistemática;
- proceder à remoção do obstáculo em causa (ex: veículo estacionado de forma indevida), o que se poderá revelar inexequível face ao bloqueamento já criado;

O sistema de controlo de acessos prevê ainda um conjunto de regras de funcionamento o qual é em seguida objeto de comentários:

Os títulos de não residente terão obrigatoriamente de serem sempre validados antes da saída, independentemente de haver ou não lugar a pagamento. Caso contrário, existe um risco real de um condutor considerar, erradamente, que a sua estadia foi

inferior a meia hora e conseqüentemente bloquear a saída do sistema aos restantes utilizadores enquanto tenta solucionar o seu problema. Por outro lado, a validação do título à saída, implicará que os condutores terão de parar os veículos algures para se dirigirem às máquinas, se o veículo não se encontrar previamente estacionado corretamente. Em alguns dos pontos em que se limita o acesso a bolsas, esta operação implicará a paragem na via pública com o conseqüentemente corte da circulação.

Um sistema com limitações nos percursos de saída terá sempre algumas condicionantes de segurança, que nem sempre é possível ultrapassar mediante a intervenção do controlo centralizado. Numa situação em que possa ser necessária ativar procedimentos de evacuação rápida e/ou de acesso de veículos de emergência desta área, o recurso a soluções de pilaretes retráteis, embora visualmente mais agradável, pode vir a revelar-se particularmente condicionante.

Conceptualmente considera-se que a credenciação dos residentes deva ser feita de forma diferenciada para cada bolsa, uma vez que não há um aumento de utilidade para os residentes se lhes for permitido estacionar numa bolsa que não corresponda à que serve a sua residência. Pelo contrário, poderá conduzir a um funcionamento menos eficaz do sistema, aumentando a pressão sobre várias bolsas sem conseguir resolver os problemas de falta de oferta de estacionamento.

Idealmente recomendar-se-ia que, a ser introduzido, este sistema deva apenas permitir o acesso às várias bolsas apenas quando houver oferta de estacionamento disponível no interior das mesmas⁵. Caso contrário, correm-se sérios riscos de congestionamento no interior destas bolsas. Por outro lado, ao permitir-se a entrada de veículos numa situação em que não existam lugares livres, está-se também a aumentar os níveis de circulação parasita, veículos que circulam em busca de um lugar. Esta circulação não corresponde a nenhum benefício, representando, muito pelo

⁵ Tornando-o um sistema fechado e limitado à capacidade, passando realmente ter um funcionamento semelhante aos parques de estacionamento

contrário um desperdício, pois contribui para a emissão de poluentes e para o congestionamento, sem aumentar a utilidade para o automobilista.

Admitindo-se que em virtude da parca oferta de estacionamento global, e quiçá inexistente em algumas das bolsas, esta imposição levaria ao fecho interrupto de parte ou todo o sistema, será de considerar medidas mitigadoras destes efeitos. É nessa a perspetiva que se considera a introdução de um sistema de informação relativo à disponibilidade de oferta de estacionamento (vide ponto 2.2 deste documento).

Adicionalmente, e mais uma vez antevendo a reduzida oferta de estacionamento que de uma forma bastante otimista se estima não vir a exceder as três centenas de lugares, considera-se recomendável que o número atual de dísticos atribuídos por fogo não seja aumentado, sendo que preferencialmente desejável restringir o número de dísticos de residentes para acesso à ZIM, para um valor de 1 veículo por fogo. Face aos quantitativos estimados no Censos 2011 relativos ao número de fogos habilitados (que a essa data se estimavam com uma ordem de grandeza de milhar e meio) para o espaço intramuralhas tal conduziria a uma dotação de acesso cerca de cinco vezes superior à capacidade esperada. Importará referir que o limite máximo de credenciações atribuídas por fogo admitido no âmbito do Projeto de Mobilidade da Cidade de Lagos⁶, atinge os 4 títulos de circulação por fogo de residência permanente e 2 títulos no caso de residentes de 2ª habitação, traduzindo uma duplicação dos limites atualmente vigentes, pese embora este acréscimo seja onerado de uma taxa a definir. Mesmo assumindo que estes limites máximos poderão ser apenas virtuais, dadas as características da população presente e níveis de motorização expectáveis, não se vê vantagem evidente na implementação de uma disposição regulamentar que é efetivamente insustentável e posteriormente dificilmente reversível em termos de aceitação política, podendo vir a abrir portas a situações particulares de credenciação menos claras e contraproducentes para o sucesso de todo o sistema.

Em síntese, o sistema de controlo de acessos à ZIM deverá ser implementado com regras que garantam níveis adequados de desempenho e que no global o desempenho do sistema seja melhor que o que se verifica atualmente. Caso contrário, o investimento nos equipamentos e os custos associados à sua operação e

⁶ e também vertido já no documento de trabalho da Regulamentação Integrada (vide Artº 42º), que ainda assim deixa em aberto os requisitos necessários à instrução do pedido de emissão do título que isenta o pagamento da permanência com duração superior a 30 minutos, possibilitando assim estacionamento (vide Artº 41º)

manutenção não se traduzirão num benefício tangível para a mobilidade no centro histórico, em particular, e globalmente na cidade.

As objeções e problemas identificados anteriormente foram-no de um modo conceptual e a sua materialização depende de uma combinação de situações que podem ou não vir a verificar-se. Assim, nesta etapa estratégica não será possível inferir relativamente à extensão que pode tomar este problema, já que também não se possui uma estimativa do número de veículos que acedem e permanecem na área em causa, sua distribuição horária e espacial e particularmente a sua variação sazonal, aspeto claramente relevante no caso em apreço

Como tal o sistema deve ser objeto de uma validação empírica, baseada numa observação e avaliação quantificada da procura atual (circulação, estacionamento e operações de cargas e descargas) e respetivas condições de funcionamento da ARU. Posteriormente o sistema a implementar deveria ser testado com através de um modelo de microsimulação dinâmica. Os testes a serem realizados com este modelo deverão possibilitar, para além de testar a configuração proposta para o sistema de controlo de acessos à ZIM, também alterações à mesma.

Aliás, poderá ser útil possibilitar que o sistema tenha um funcionamento dinâmico, ou seja, alguns dos aspetos referidos anteriormente como menos positivos ou passíveis de causar sérios problemas de congestionamento, poderão apenas assumir dimensões preocupantes em determinados períodos do dia (e/ou do ano). Assim sendo, as regras de funcionamento do sistema poderão ser diferentes consoante diferentes períodos do dia (ou do ano). O facto do sistema ser controlado centralmente facilita a adoção de uma gestão dinâmica do mesmo, garantindo-se desse modo uma maior e mais adequada flexibilidade.

Por outro lado, o sistema de acessos à ZIM, poderá e deverá ser conectado em tempo real com um sistema de informação de oferta de estacionamento, possibilitando que os automobilistas sejam direcionados para os locais onde a oferta de estacionamento é adequada, reduzindo-se deste modo os níveis de congestionamento rodoviário e os problemas associados à circulação parasita (circulação em busca de um lugar de estacionamento) no espaço da zona intramuralhas que se pretende reduzir a presença do automóvel, mantendo asseguradas necessidades inerentes às funções a potenciar no processo de reabilitação urbana.

2.2. SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM TEMPO REAL DA OFERTA DE ESTACIONAMENTO

A implementação de um sistema de informação em tempo real que permita indicar a disponibilidade de estacionamento em pontos-chave da cidade poderá contribuir para uma gestão mais equilibrada da oferta proporcionada no centro da Cidade de Lagos e simultaneamente contribuir para fluidez de circulação no seu núcleo central a proteger ou entre os vários espaços da cidade, caso se equacione uma solução mais abrangente.

Um dos problemas associados ao estacionamento relaciona-se com a circulação parasita em que os veículos circulam em busca de lugares de estacionamento. Este tipo de circulação não traz benefícios nenhuns (uma vez que apenas implica um acréscimo de tempo e de custos a uma deslocação que já foi previamente decidida), apenas contribui para aumentar os níveis de congestionamento e de emissões poluentes. Sabe-se da existência deste fenómeno mas o mesmo não foi até agora suficientemente estudado (em resultado também de um conjunto bastante significativo de dificuldades associados à sua medição). Para dar uma ideia da sua importância alguns autores apontam para situações em que a circulação parasita poderá significar até cerca de 30% dos volumes de tráfego.

Uma das potenciais soluções para este problema reside no fornecimento de informação aos condutores sobre os lugares disponíveis de modo a obviar os percursos em busca de lugares de estacionamento disponíveis.

Estes considerandos justificam a proposta que aqui se apresenta relativa à implementação de um sistema de informação em tempo real relativo à disponibilidade de estacionamento enquanto estratégia a explorar no desenvolvimento do conceito de mobilidade que tem vindo a ser desenvolvido pelo município de Lagos, considerando-se assim que a sua aplicação poderá se estabelecida:

- apenas no contexto da gestão do espaço intramuralhas de forma complementar ou alternativa ao sistema de controlo de acessos já apresentado no Projeto de Mobilidade da Cidade de Lagos, constituindo um mecanismo dissuasor à circulação parasita interna a este espaço a proteger, ou...

- estendendo os seus efeitos a uma área mais alargada, promovendo já no contexto da cidade o redireccionamento dos fluxos que acedem ao centro para os vários pontos de oferta concentrada (parques e bolsas formais) que se disponibilizam na envolvente ao mesmo. Reforça desta forma o equilíbrio de utilização entre espaços já formalizados.

Os sistemas inteligentes de informação podem ter um impacto significativo na eficiência global das redes rodoviárias urbanas. Podem ajudar a reduzir a poluição ambiental, os níveis de tráfego e correspondentes cargas registadas na rede rodoviária, custos de exploração da rede, assim como diminuir os tempos de viagem e o *stress* dos condutores, aumentando o seu conforto.

Os sistemas de informação/orientação evoluíram a partir dos tradicionais sistemas passivos, placas direcionais simples, até aos sistemas ativos mais recentes, como por exemplo o envio de informação rodoviária através de mensagens variáveis como o que se equaciona no âmbito deste estudo. Os sistemas de informação ativos aplicados aos sistemas de estacionamento podem ser divididos em dois grupos:

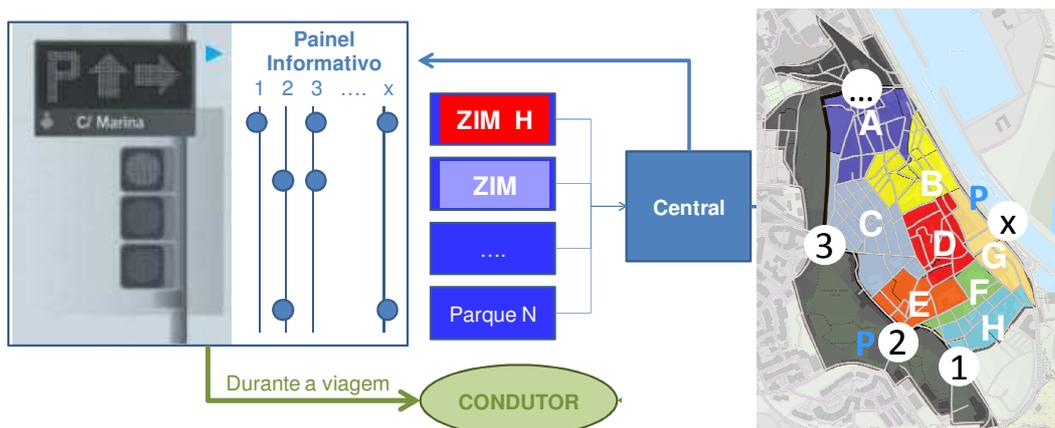
- Os sistemas de Informação aos Condutores, os quais têm por objetivo fornecer informações relevantes para os processos de decisão dos condutores na escolha dos percursos das suas viagens em áreas urbanas. Estas informações devem ser fornecidas o mais a montante possível de modo a evitar zonas já congestionadas ou sem lugares de estacionamento disponíveis, podendo estas ser disponibilizadas de formas distintas e diferentes níveis de direccionalidade face aos objetivos específicos de cada condutor;
- Os sistemas de Orientação em Parques de Estacionamento, que têm como objetivo diminuir o tempo e percurso despendido à procura de um lugar vago em parques de estacionamento de dimensão relevante. O sistema deteta os lugares vagos no parque através de sensores e orienta cada condutor para o lugar livre mais próximo, através de sinais direcionais luminosos colocados nas vias de acesso e, em alguns casos, sobre cada lugar.

No caso presente pretendem-se explorar as duas vertentes (informação e orientação) disponibilizando a informação necessária às opções a tomar durante a viagem, através do sistema de mensagens variáveis em painéis a localizar ao longo dos principais

percursos de acesso às zonas de estacionamento a promover detendo esses painéis a informação em tempo real da capacidade disponível em cada localização, podendo igualmente disponibilizar indicações relativamente aos custos associados ou outra que se entenda relevante, desde que se mantenha a sua legibilidade global.

Por si, este sistema tem também um efeito dissuasor ainda que menos intenso que o proporcionado por uma limitação física de acesso. Traz como vantagem face ao sistema de controlo de acessos preconizado inicialmente o facto de não se impor como condicionante à circulação, questão que pode ser identificada como condicionante no caso específico da sua aplicação ao espaço intramuralhas de Lagos.

Figura 2.2.1 - Arquitetura possível do sistema de informação em tempo real de estacionamento



A sua implementação tem por pressuposto que será sempre possível em qualquer momento conhecer o número de veículos que se encontram no espaço da ZIM, pelo que todas as entradas e saídas terão de ser contabilizadas, tornando assim num “sistema fechado”. Só assim será possível informar os utilizadores credenciados para o estacionamento de cada zona sobre a probabilidade de efetiva de estacionar e a partir daí poder optar por outras alternativas também disponibilizadas na periferia, não chegando a aceder ao espaço condicionado da ZIM.

Neste âmbito haverá de referir que a configuração de rede interna à ZIM apresentada no Projeto de Mobilidade não permite que o sistema se encontre totalmente fechado, já que é possibilitado pelo menos o percurso de saída da bolsa junto à Porta da Vila através do corredor de segurança, que acertadamente se mantém para acesso ao Hospital de Lagos. Esta situação, como aliás todas as das restantes restrições por

bolsa, não constitui uma condicionante inultrapassável à implementação complementar ou alternativa do sistema de restrição física de acessos, bastando para tal substituir os pilaretes retrácteis previstos por sensores de pavimento. A necessidade de possuir uma central de controlo informatizada com valências técnicas semelhantes à já preconizada mantém-se. A estas acresce-se uma função de comunicação direcionada aos painéis informativos. Este sistema será apenas responsável pela transferência de dados podendo-se obviar a vigilância continua que será imprescindível na situação anterior para um mecanismo de alerta que permita a sua reativação caso o sistema entre em colapso.

Numa situação em que se conceba a sua aplicação exclusivamente para o espaço interno da ZIM o número de painéis a localizar poderá, no limite, restringir-se aos pontos de acesso à ZIM dando informação sobre cada bolsa interna, idealmente em local em que ainda seja possível o retorno. Desta forma o condutor evita a transposição das muralhas podendo optar por outra zona de estacionamento concentrado na sua periferia. Por questões de densidade de informação e para que o encaminhamento possa ser mais simplificado, poderá haver vantagem em acrescentar painéis já em pontos-chave no interior da ZIM, em particular se se vier a optar por uma credenciação bolsa a bolsa.

Haverá igualmente vantagens em integrar a informação relativa à disponibilidade de oferta nas restantes zonas de oferta periférica da envolvente sendo para tal necessário:

- Que o sistema de gestão centralizada a criar seja compatível em termos de comunicação com o(s) já presente(s) em ambos os parques existentes. A integração destes parques no sistema global poderá induzir por si um maior equilíbrio na utilização dos dois parques existentes, sendo recomendável que para tal sejam estabelecidas indicações em painel sobre os custos/hora associados a cada um destes;
- A limitação de acessos às bolsas de estacionamento existentes e/ou a criar, compatibilizando igualmente em termos comunicacionais com o sistema de gestão centralizada;

A extensão dos benefícios expectáveis localmente com esta configuração centrada no centro histórico poderá ser expandida para o restante território da cidade, disseminando o número de painéis em locais chave da rede viária urbana, em particular nos pontos de entrada da cidade e eventualmente ao longo dos percursos de encaminhamento do anel viário para o centro. Este passo constitui um *upgrade* do sistema inicial que pode ser realizado já numa fase de maior consolidação do mesmo, não envolvendo à partida questões tecnológicas adicionais. A título de curiosidade poderá igualmente referir-se que os desenvolvimentos tecnológicos que este tipo de sistemas tem vindo a ter mais recentemente possibilitam que estas soluções se encontrem presentemente já aplicadas em via pública para zonas de estacionamento de duração limitada, ou mesmo no controlo da ocupação de lugares de cargas e descargas, permitindo inclusivamente uma gestão dinâmica da procura através da alteração dos custos associados. Trata-se no entanto de uma aplicação já mais sofisticada que envolve necessariamente esforços de investimento mais pesados que não se coadunam com os objetivos do município, mas cuja existência valerá a pena ter em conta numa perspetiva de adaptabilidade da solução no contexto do longo prazo.

2.3. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA

São dois os objetivos complementares que se apontam ao serviço de distribuição interna à zona intramuralhas, a saber:

- Apoiar as deslocações internas da população residente/utilizadora da ZIM, em particular a população com dificuldades de locomoção
- Aumentar a atratividade do Parque de Anel Verde (acesso a este serviço aos utilizadores, em particular os avançados) promovendo maiores condições de conforto na ligação aos vários setores da ZIM, incluindo o espaço junto à avenida onde se localiza o Parque da Frente Ribeirinha, potenciando assim um maior equilíbrio na utilização dos dois parques existentes.

Poderá ser operado de duas formas diferenciadas, a saber:

- Através de um serviço de transporte a pedido centralizado, em que não se estabelece um percurso definido, mas que permita assegurar caso a caso as deslocações solicitadas por um número restrito de utilizadores por via telefónica e

com alguma antecedência. Corresponde basicamente um “serviço de táxi partilhado” operado com um veículo de maior capacidade mas ainda compatível com as características da rede viária da ZIM que poderá ter a sua base no Parque de Estacionamento do Anel Verde. Esta poderá ser uma opção mais adequada caso se verifique que o número de utilizadores potenciais é efetivamente reduzido, mas tem como desvantagem alguma imprevisibilidade da operação que poderá vir a degradar a qualidade do mesmo em situações de maior procura. O facto de pressupor uma marcação prévia da viagem reduz necessariamente o poder de captação de procura, ainda que a esta opção se possa associar um maior nível de conforto proporcionado por um serviço dedicado porta-a-porta;

- Mediante a implementação de um sistema de “linha azul”, que se baseia num percurso pré-definido em que o veículo circula efetuando paragem sempre que solicitado, não implicando por isso que exista necessariamente uma definição de paragens ou uma marcação antecipada de serviço. Este deverá estar disponível com uma frequência tal que o torne competitivo relativamente aos tempos de deslocação a pé, neste sentido estaremos a tratar de serviços com cadências que não deverão exceder os 15 a 20 minutos. Tem como desvantagem a necessidade de alocação de meios (veículo e motorista) num período alargado no tempo – à partida disponível durante o período de funcionamento do parque do Anel Verde⁷; - mas que ainda assim será financeiramente previsível. Terá um potencial de expansão e capacidade de transporte previsivelmente superior ao táxi partilhado, ainda que condicionado pela necessidade de alocar veículos de dimensão reduzida.

Salienta-se que este tipo de serviços não é por norma financeiramente autossustentável, pelo que se recomenda que, se possível, este opere inicialmente com os meios que possam já existir internamente ao município, nomeadamente ao nível da Junta de Freguesia, não recorrendo necessariamente à aquisição de serviços a um operador formal, operando numa primeira fase como projeto piloto recorrendo a um veículo único em operação⁸. Tendo presente esta condicionante, foram analisados

⁷ podendo no entanto admitir-se uma forma de operação mista, estabelecendo que a partir de determinada hora possa operar no regime de táxi partilhado com base no Parque do Anel Verde

⁸ Recomenda-se porém que seja assegurado um veículo de reserva que o possa substituir em situações de emergência.

de forma preliminar três percursos possíveis que se explicitam seguidamente e cujas características operacionais se sintetizam no Quadro 2.3.1.

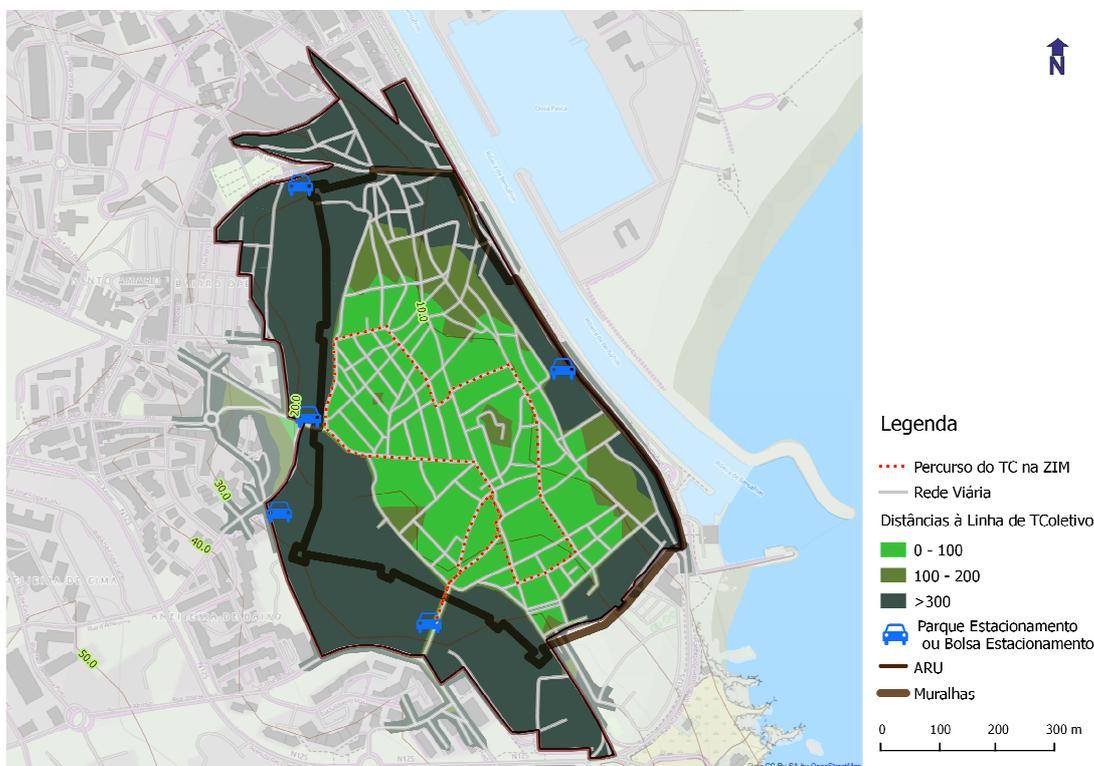
Quadro 2.3.1- Características do Serviço de distribuição interna

Percurso	Extensão (m)	Intervalo entre passagens (min)	Frequência Horária (circ/hora)	Tempo médio de espera (min)
Mínimo	2.032	10 a 15	4 a 6	5 a 8
Intermédio	2.775	15 a 20	3 a 4	8 a 10
Extenso (articulação na Paragem das Portas de Portugal)	3.820	25 a 30	2	12 a 15

No delinear destes percursos foi tida em conta a solução da rede interna ao espaço intramuralhas equacionada na regulação dos acessos à ZIM: sentidos permitidos nas várias malhas, bem como a generalidade das novas vias de carácter pedonal⁹. Procurou-se assim servir marginalmente os espaços restritos ao peão e simultaneamente efetuar o seu desenvolvimento num eixo intermédio ao espaço central da ZIM e o corredor da Av. dos Descobrimentos, reduzindo igualmente a distância aos vários pontos de permeabilidade relativamente a este. Desta forma não foi possível obviar as interferências com a bolsa central (espaço do projeto URBCOM) já que a alternativa de utilizar a própria avenida como percurso de retorno significaria fazer uma oferta de transporte que parcialmente se sobrepõe ao serviço proporcionado pela Linha Vermelha, acabando-se por perder as vantagens de maior proximidade às atividades existentes no espaço intramuralhas. Numa perspetiva de este vir a apoiar igualmente o reforço de atratividade do Parque do Anel Verde, tomou-se este local como ponto de *términus* (e início) do serviço de distribuição interna ao espaço intra-muralhas.

Nestes pressupostos, foi analisado primeiramente o denominado “percurso curto” – esquematizado na Figura 2.3.1 - o qual permite praticamente a cobertura de todo o espaço intramuralhas com cadências estimadas que se enquadram claramente nos limites propostos (10 a 15 minutos) para um serviço desta natureza.

⁹ Excetua-se apenas o caso da R. dos Quintais, cuja pedonalização se encontra prevista nessa proposta;

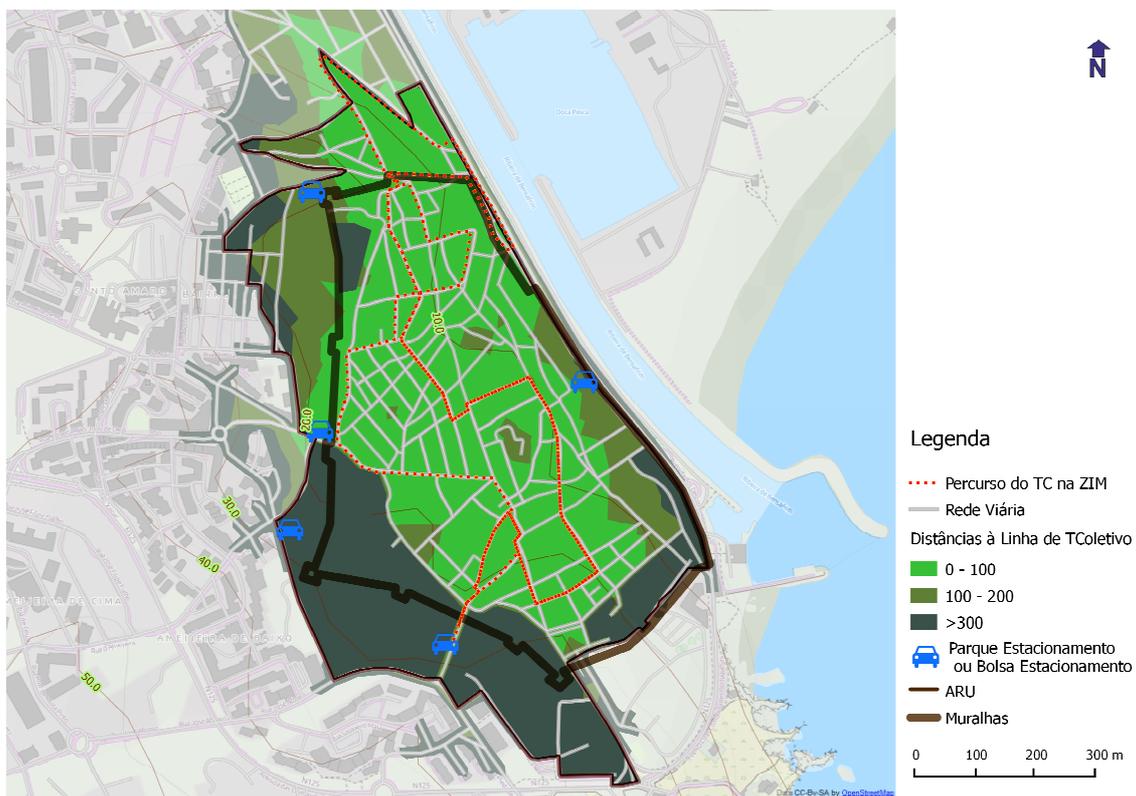
Figura 2.3.1 - Sistema de Distribuição Interna (Percurso mínimo)


Permitindo servir a generalidade da população residente a uma distância de 100m, e garantindo também o rebatimento sobre o serviço de distribuição da cidade (Linha Vermelha) na paragem do Parque da Cidade também nestes limites, apresenta no entanto alguma debilidade de cobertura no sector Norte da ZIM, mantendo-se a Porta do Postigo e paragem das Portas de Portugal já a um alcance superior a 300m do ponto extremo permitido por este serviço de distribuição interna à ZIM.

Dada a relevância desta última paragem no contexto do serviço de transporte coletivo de carácter concelhio (é a única paragem da rede de Transportes Urbanos de Lagos servida simultaneamente por todas as linhas), procurou-se avaliar a possibilidade de estender o serviço de distribuição interna da ZIM até esse local. Esta opção é refletida pelo percurso extenso ilustrado na figura seguinte, que serve diretamente as Portas de Portugal, se rebate diretamente no transporte coletivo externo à cidade nesse local, e permite igualmente reduzir a distância ao Terminal Rodoviário existente já a norte

possibilitando uma melhor articulação com outros serviços de abrangência supra-concelhia.

Figura 2.3.2- Sistema de Distribuição Interna (articulação com TC na Av. dos Descobrimetos)

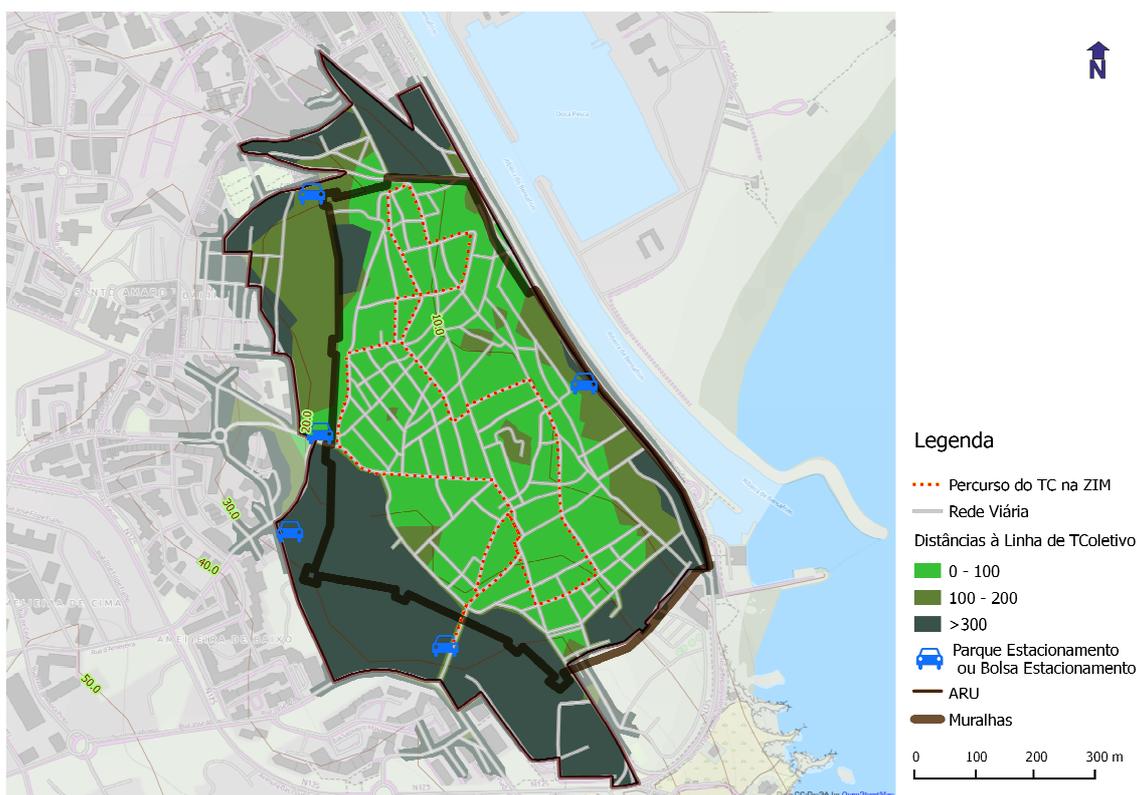


Será no entanto de referir que nos pressupostos estabelecidos esta configuração apresenta já tempos de percurso e intervalos médios de espera superiores aos recomendáveis face às extensões em causa. Esta questão que pode ser ultrapassável caso se venha a possibilitar um reforço da frota inicialmente prevista.

Tentando obviar essa necessidade procurou-se uma situação de compromisso entre a maximização da cobertura/possibilidade de articulação com outros serviços de transporte coletivo e a atratividade do serviço face ao tempo de deslocação a pé. Esta encontra-se refletida no Percurso Intermédio que se apresenta na Figura 2.3.3 e cujas características do serviço já se enquadram, ainda que no limite, nos parâmetros recomendáveis. Esta configuração permite que o espaço das Portas de Portugal, e paragem aí localizada, se encontrem a uma distância da ordem dos 100m face ao

ponto extremo de acesso/egresso ao serviço de distribuição interna à ZIM, mantendo a cobertura neste contexto semelhante à do percurso de maior extensão.

Figura 2.3.3 - Sistema de Distribuição Interna (Percurso Intermédio)



Face ao exposto, na perspectiva de um serviço de “linha azul”, será a situação intermédia que na avaliação agora efetuada se apresenta mais adequada aos objetivos propostos, concluindo-se que o rebatimento direto na paragem das Portas de Portugal se poderá revelar excessivamente penalizador e sem particulares benefícios para a população interna ao espaço intramuralhas, mas que o seu retorno no Largo do Postigo permitirá colmatar esta situação sem que necessariamente se tenha de reforçar a alocação de mais do que um veículo à operação deste serviço.

Ressalva-se porém que estes são resultados preliminares que deverão ser validados no âmbito de um estudo de viabilidade mais profundo e já à luz de uma estimativa dos recursos que se possam vir a dispor para a sua implementação, bem como das eventuais impedâncias de circulação que possam vir a decorrer da implementação do

sistema de controlo de acessos ao espaço intramuralhas¹⁰. Tal deverá permitir melhor identificar os patamares de procura esperada para os dois objetivos complementares que se lhe apontam, e dessa forma ajustar o tipo de serviço a considerar e as condicionantes financeiras envolvidas.

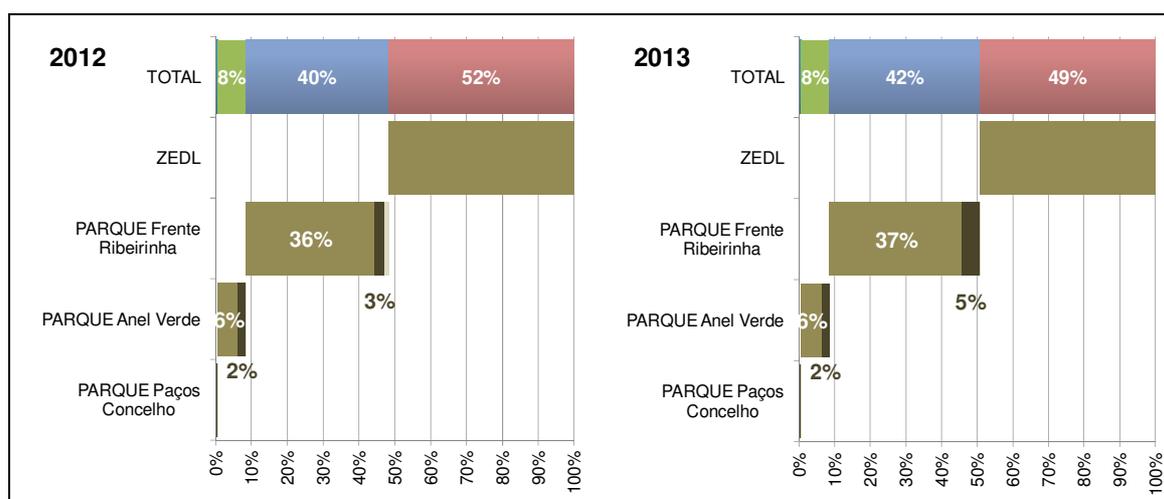
¹⁰ Factor não contemplado na estimativa efetuada dos parâmetros dos vários percursos analisados, mas que poderá não ser um aspeto despiciente já que estes pressupõem o atravessamento de vários pontos de controlo.

2.4. AJUSTAMENTOS DE TARIFÁRIO NOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Um dos mecanismos passíveis de implementar no sentido de equilibrar a utilização dos dois parques de estacionamento já existentes serão intervenções nos tarifários aplicados a cada um dos parques. Aumentando a amplitude dos valores horários ou mensais associados a cada um dos regimes de exploração é assim possível proporcionar distintos níveis de atratividade, e desta forma reforçar as vocações pretendidas para cada espaço de oferta bem como intervir nas assimetrias identificadas. Importará porém não esquecer que a introdução de alterações de tarifário poderá ter reflexos nem sempre diretos nos volumes de receitas uma vez que a elasticidade da procura ao preço é um aspeto a ter em conta numa análise mais profunda desta temática. Na presente etapa estratégica pretendem-se apontar medidas corretivas a explorar, privilegiando à partida as de menor impacto na estrutura de receitas, devendo a viabilidade destas ser posteriormente avaliadas em termos do modelo financeiro global do sistema de estacionamento.

O diagnóstico realizado permitiu concluir que os dois parques existentes possuem volumes e tipos de procura diferenciados, que aliás se refletem em termos da estrutura de receitas de cada um destes parques e do peso que detém em termos das receitas totais do sistema de estacionamento (vide Figura 2.4.1).

Figura 2.4.1 - Estrutura das Receitas do Sistema de Estacionamento



■ Receitas Rotação	■ PARQUE Paços Concelho
■ Receitas Avenças	■ PARQUE Anel Verde
■ Outras Receitas	■ PARQUE Frente Ribeirinha
	■ ZEDL - Zona Estacionamento Duração Limitada

Praticamente metade das receitas do sistema de estacionamento é proporcionada pelas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, e o remanescente pelos dois parques de estacionamento agora em análise¹¹. De entre estes constata-se a relevância do Parque da Frente Ribeirinha (40 a 42% das receitas totais consideradas) e em particular da componente de procura explorada em regime de rotação (36-37%). O contributo das avenças é residual, sendo que no conjunto dos dois parques representava em 2012 apenas 5% das receitas totais, ascendendo a 8% em 2013, fundamentalmente à custa da procura neste tipo de regime de exploração no Parque da Frente Ribeirinha.

Pese embora estas diferenças, conclui-se igualmente que a subutilização da oferta instalada durante a maior parte dos meses do ano é um aspeto comum a ambos os parques. Esta é efetivamente uma questão relevante para o município¹², que aponta claramente para a necessidade de otimizar a oferta de estacionamento instalada em detrimento da criação de novos espaços afetos a esse fim.

As assimetrias que se pretendem então corrigir centram-se fundamentalmente no período de época alta e particularmente no mês de Agosto, período em que se detetam já alguns condicionamentos de operação - de carácter pontual - que eventualmente se poderão vir a agudizar proximamente.

Conforme já discutido em sede do diagnóstico da situação atual, tal resulta da sobreposição dos acréscimos de procura sazonais observados no regime de rotação do Parque da Frente Ribeirinha com a oferta que se encontra alocada à utilização avençada. Mantendo como pressuposto que, dada a sua centralidade e simplicidade de acessos ao exterior, este deverá manter a sua vocação para acolher este tipo de procura à partida mais rentável, será pois de envidar os esforços necessários para que esta tenha uma operação fluida. Nesta perspetiva duas opções se colocam:

¹¹ O contributo do Parque dos Paços de Concelho é claramente residual, tendo sido suprimido das análises que se seguem

¹² Considerando-se no entanto que a sua mitigação, nomeadamente através da captação de outros segmentos de procura, transcende os objetivos do presente estudo

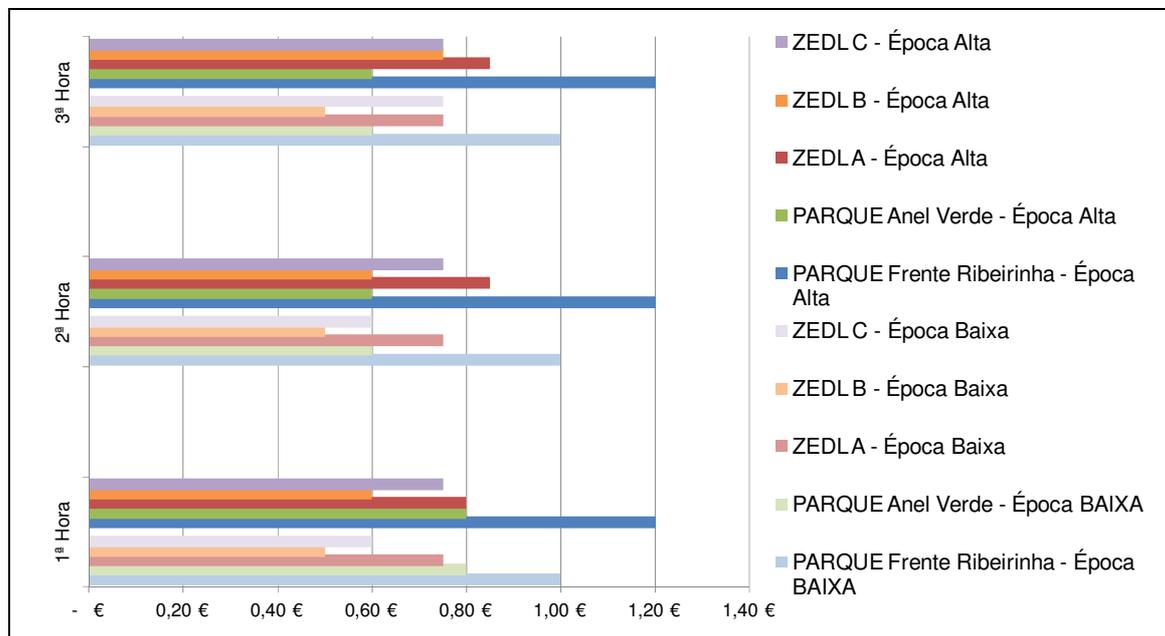
- Transferir as solicitações impostas no Parque da Frente Ribeirinha pelos utilizadores sazonais para o Parque do Anel Verde, implicando para tal proceder a ajustamentos nos valores horários praticados no regime de rotação que favoreçam esta segunda opção aumentando o diferencial de custos para o utilizador;
- Maximizar a oferta efetivamente disponível no Parque da Frente Ribeirinha, libertando o maior número de lugares para exploração em regime de rotação. Tal implica proceder a ajustamentos nos tipos de avenças e/ou valores mensais associados, criando situações atrativas à sua transferência para o Parque do Anel Verde.

Focando a perspetiva na primeira opção, será de referir que atualmente os valores horários associados ao regime de exploração por rotação apresentam já diferenças entre os dois polos de concentração de oferta em parque e relativamente às zonas de estacionamento de duração limitada, encontrando-se igualmente introduzidos agravamentos sazonais no Parque da Frente Ribeirinha e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (vide Figura 2.4.2).

As tarifas horárias atualmente praticadas no Parque da Frente Ribeirinha são as mais elevadas de 1,0€/hora em período de época baixa (Outubro a Maio, inclusive), agravando-se para 1,2€/hora em período de época alta (Junho a Setembro, inclusive). Já o Parque do Anel Verde apresenta tarifas horárias claramente inferiores às restantes alternativas, com diferenciais face ao primeiro que chegam a atingir os 50% em período de época alta.

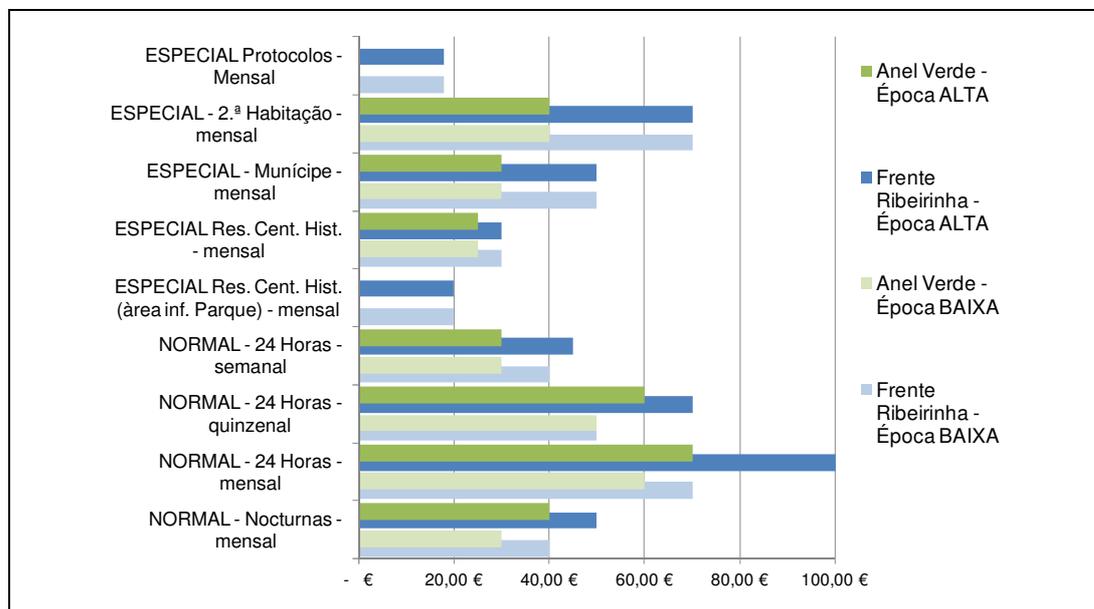
Poderá assim considerar-se que os mecanismos de tarifário se encontram genericamente já instalados, favorecendo a utilização da oferta presente no Parque do Anel Verde em ambos os períodos. O reforço desta situação – eventualmente por redução das tarifas do Parque do Anel Verde em época alta – não se afigura particularmente condicionante em termos do equilíbrio financeiro do sistema já que as receitas que atualmente daí decorrem representam perto de 6% do total. No entanto também não se apresenta particularmente relevante em termos de captação potencial de procura, considerando-se ser mais profícuo proceder a uma maior publicitação das condições já existentes, nomeadamente através da implementação do sistema de informação sobre a disponibilidade da oferta de estacionamento, discutido no ponto deste documento.

Figura 2.4.2 - Custos dos Títulos em regime de exploração por Rotação (valores horários)



FONTE: Futurlagos (Abril2014)

Relativamente à segunda opção, a análise das opções existentes indicam alguma diversidade de alternativas que se organizam em avenças normais e especiais, - acessíveis respetivamente a utilizadores banais ou específicos - , cujos montantes se apresentam na Figura 2.4.3. Observa-se assim que os fatores de penalização de custos sazonais se aplicam exclusivamente às avenças normais, sendo que nas restantes situações o montante envolvido se mantém constante ao longo de todo o ano.

Figura 2.4.3 - Custos das Avenças (valores unitários)

FONTE: Futurlagos (Abril2014)

Já no âmbito das avenças especiais estabelecem-se situações privilegiadas de forma crescente aos utilizadores de 2ª habitação, municipais de Lagos, residentes no centro histórico, outros utilizadores ao abrigo de protocolos estabelecidos mais recentemente. Quando aplicáveis a ambos os parques os custos associados às avenças especiais apresentam já diferenciais que favorecem a utilização do Parque do Anel Verde. No entanto estes apenas são relevantes para os utilizadores de 2ª habitação e municipais de Lagos.

No caso específico dos residentes do centro histórico o tarifário reflete uma política que potencia uma maior utilização do Parque da Frente Ribeirinha face ao do Anel Verde, quer por via da curta penalização de preços praticados para a generalidade dos residentes (diferencial 5€ mensais), quer por assumir claramente uma situação preferencial para uma parcela ainda representativa deste universo¹³, correspondendo a um diferencial de custo de igual valor.

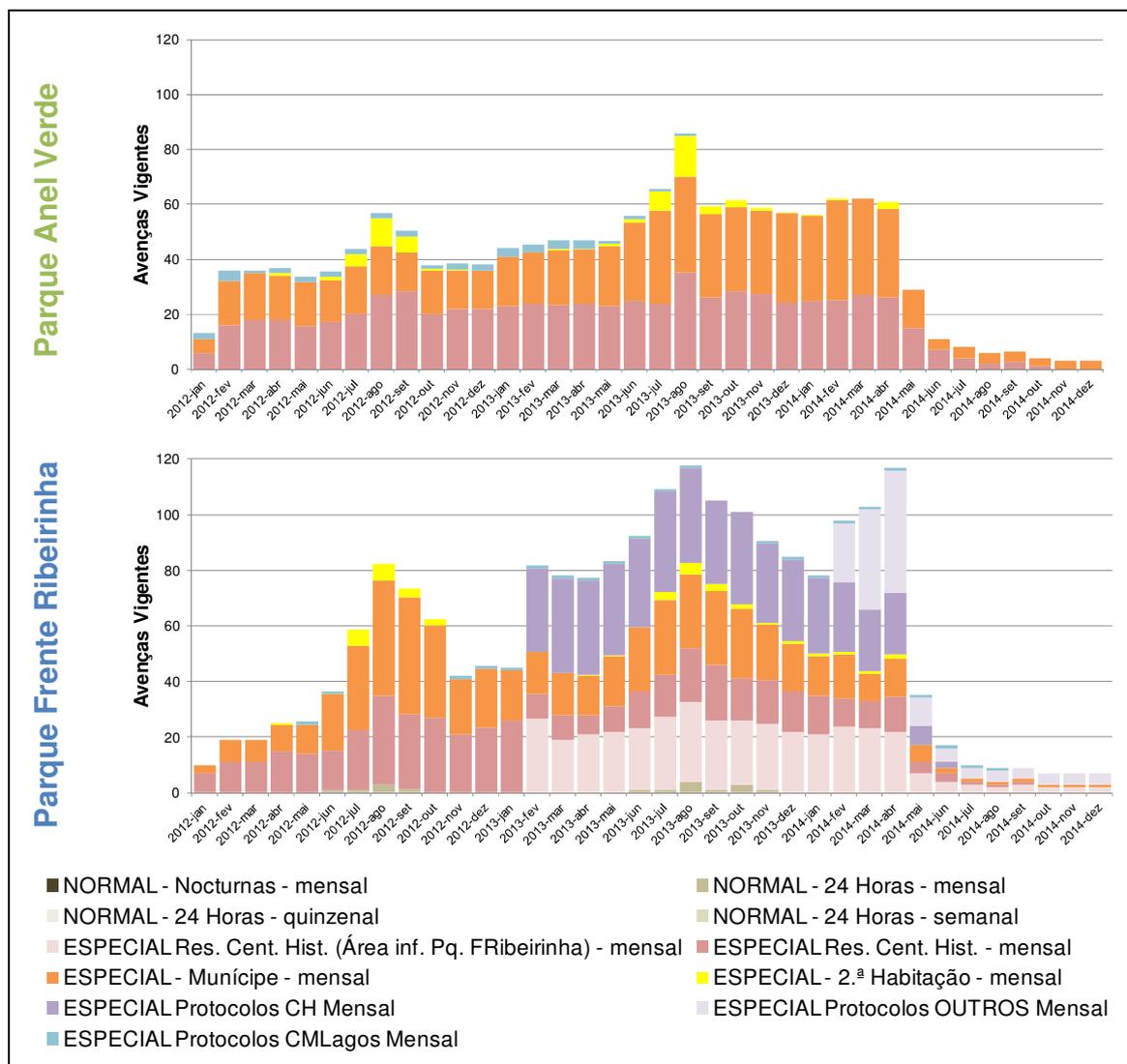
Acresce-se ainda que os protocolos estabelecidos com entidades terceiras têm o mesmo sentido, proporcionando aos seus utilizadores condições ainda mais vantajosas que as dadas aos próprios residentes no acesso ao Parque da Frente

¹³ residentes na área de influência direta do Parque da Frente Ribeirinha, correspondendo este espaço sensivelmente ao núcleo pedonal e bolsa central

Ribeirinha – reduzindo o custo em alguns casos para perto de metade do valor praticado para os residentes do centro histórico.

Facto é que o estabelecimento dos referidos protocolos veio a acrescer de forma expressiva o número de utilizadores avançados no Parque da Frente Ribeirinha em 2013 face a 2012 (vide Figura 2.4.4) e que é já patente um acréscimo adicional no ano de 2014.

Figura 2.4.4 – Evolução das Avenças Vigentes



FONTE: Futurlagos, Relatórios de Avenças 2012, 2013 e 2014 (até Março 2014, inclusive)

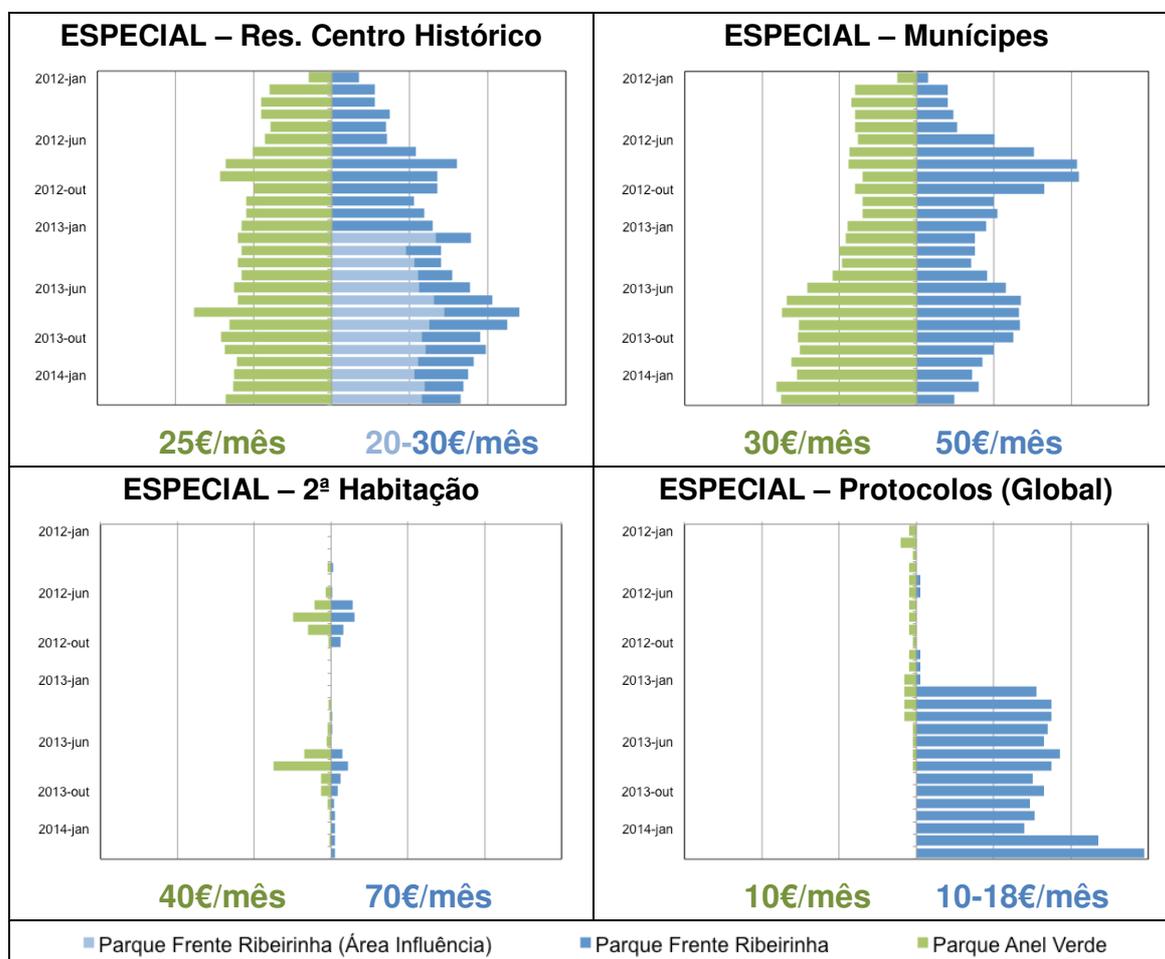
A informação de carácter operacional¹⁴ que se apresenta na Figura 2.4.4 permite concluir que a ordem de grandeza das avenças vigentes nos dois parques é relativamente aproximada se se excluírem os protocolos recentemente ativados. A mesma fonte permite também verificar que a adesão às avenças normais é claramente

¹⁴ Proveniente do sistema de controlo Apark, que indica a data de ativação, validade e tipo de avença associado a cada cartão de acesso

residual, o que na prática implica que os fatores de sazonalidade previstos em termos de tarifário não são aplicados. Tendo presente que são os efeitos da sazonalidade da procura que condicionam a operação destes espaços de estacionamento, entende-se que o equilíbrio pretendido poderá passar pela introdução deste tipo de fatores corretivos no âmbito do tarifário associado às avenças especiais.

A Figura 2.4.5 apresenta esta mesma informação organizada de forma a comparar as tendências de evolução das avenças mais relevantes por parque, permitindo estabelecer as bases para as recomendações em termos de ajustamentos de tarifário a aplicar, sendo assim de reter as seguintes considerações:

Figura 2.4.5 - Distribuição das Avenças Vigentes por Parque



FONTE: Futurlagos, Relatórios de Avenças 2012, 2013 e 2014

- No que se refere às avenças relativas aos residentes do centro histórico, considera-se que será de explorar a possibilidade de inverter a tendência expressa

no tarifário atual que tendencialmente privilegia o Parque da Frente Ribeirinha face ao Parque do Anel Verde. Tal poderá passar por aplicar o conceito de “área de influência do parque” também no caso do Anel Verde, - compreendendo esta a totalidade do centro histórico -, e neste âmbito estabelecer em período de época alta condições semelhantes às proporcionadas atualmente para os residentes da área de influência. A sobreposição das duas áreas com dotação de iguais circunstâncias de preço no período de maior procura induzirá algum potencial de transferência dos atuais utilizadores avençados que residem no centro histórico fora da AI do Parque da Frente Ribeirinha - os dados referentes ao ano de 2013 indicam que o número de casos nesta situação varia entre as 25 a 35 avenças mensais, sendo que o volume de receitas gerado por este tipo de avenças é marginal não será expectável que esta ação venha a ter impactes relevantes em termos da sustentabilidade financeira do sistema. Esta redução de preços poderá eventualmente vir a permitir uma captação de procura para outros residentes deste espaço que atualmente não são utilizadores avençados dos parques existentes;

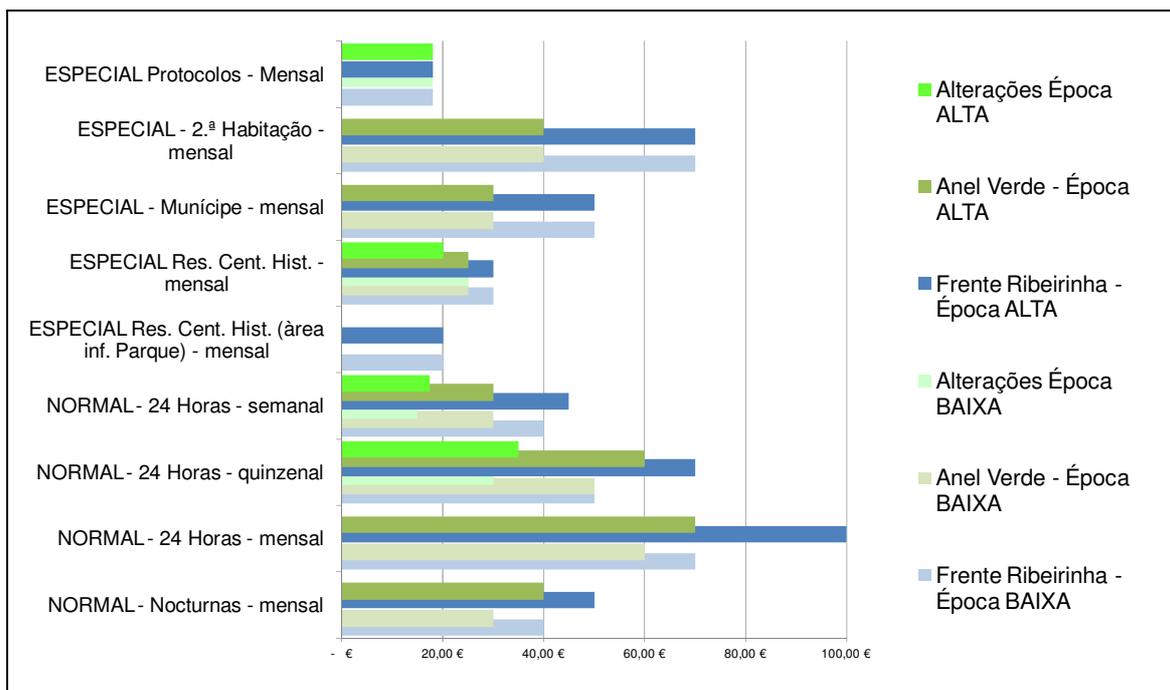
- Relativamente aos municípios de Lagos a diferenciação entre os dois parques já se encontra estabelecida em termos de tarifário, sendo que a evolução observada nos anos mais recentes indica que surte já os seus efeitos. Face ao exposto à partida não se afigura necessário introduzir ajustamentos;
- Os quantitativos associados às avenças de 2ª habitação são marginais, encontrando-se também já vertida em tarifário a diferenciação entre os dois parques favorável a uma maior utilização do Parque do Anel Verde, com reflexos em particular no ano de 2013 face a 2012. Tal justifica que não se considere particularmente relevante efetuar ajustamentos no tarifário deste segmento;
- Por último, relativamente aos utilizadores em protocolo, será de referir que os quantitativos envolvidos foram relevantes em 2013 - encontrando-se ativo apenas o protocolo com o Centro Hospitalar de Lagos de que resultam em média perto de 30 avenças activas continuamente ao longo do ano - e antevêem-se mais expressivos futuramente, uma vez que no início deste ano terá sido estabelecido um novo protocolo com a associação Prolagos - com quantitativos eventualmente superiores aos associados ao Centro Hospitalar.

Estes protocolos encontram-se exclusivamente associados ao Parque da Frente Ribeirinha, considerando-se prudente que, na medida do possível, se proceda à renegociação dos mesmos para efeitos de época alta estendendo-os ao Parque do Anel Verde. Essa negociação poderá eventualmente ter por base os valores inicialmente acordados – ou eventualmente inferiores - dando-se acesso ao serviço de distribuição interna referido no ponto 2.3 deste documento como medida compensatória.

Por último, no que se refere às avenças normais, considera-se que o princípio será de manter a existência desta opção, pelo menos no que se refere à de carácter mensal e abrangência de 24 horas. Os diferenciais existentes na aquisição de períodos parcelares (semanal ou quinzenal) são aparentemente excessivas e na prática virtual, pelo que se sugere eventualmente a sua atenuação para uma maior proporcionalidade aplicada ao Parque do Anel Verde, reforçando assim a sua atratividade face ao Parque da Frente Ribeirinha para este segmento de utilizadores.

Na Figura 2.4.6 apresenta-se uma síntese dos ajustamentos tarifários que se consideram relevante vir a explorar, sendo de salientar que a sua aplicação deverá ser objeto de uma avaliação mais detalhada dos impactes no contexto da sustentabilidade do sistema de estacionamento.

Figura 2.4.6 – Ajustamentos Tarifários a explorar



3. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

As análises realizadas no contexto da mobilidade e transportes da área de estudo na situação atual e dos projetos e intenções equacionados pelo município, levam a que se estabeleçam um conjunto de recomendações. Estas prendem-se fundamentalmente com a necessidade de aprofundamento dos estudos de viabilidade de soluções já equacionadas no contexto do Projeto de Mobilidade para a Cidade de Lagos, e de outras medidas de apoio a este projeto que se consideram ter algum potencial como alternativa ou em complementaridade à sua configuração atual.

Haverá que referir que a inexistência de informação atualizada da oferta de estacionamento na área de intervenção, ou mesmo do número de veículos que efetivamente acedem e utilizam este território impede que se conheça a verdadeira dimensão do problema de forma quantificada, aspeto que se considera essencial para a aferição da viabilidade das soluções a implementar.

Desta forma, considera-se essencial quantificar as solicitações que a área em estudo se encontra exposta em termos de circulação e estacionamento, durante a generalidade do ano, mas também nos momentos de maior condicionamento expectáveis dada a forte sazonalidade a que este espaço se encontra sujeito. Esta recomendação baseia-se em três tarefas complementares, a saber:

- Contagens de matrículas em cordão nos limites do espaço de circulação condicionada – ZIM global e bolsas internas – ao longo do dia em período de época alta e época baixa. Tal permitirá quantificar e espacializar os fluxos que efetivamente ocorrem ao centro histórico, bem como inferir relativamente aos seus tempos de permanência no seu interior, estabelecendo as bases para a análise mais aprofundada da operacionalidade do sistema de controlo de acessos;
- Levantamento da oferta de estacionamento classificada na área de intervenção e particularmente no espaço da zona intramuralhas, identificando troço a troço o número de lugares de estacionamento livre, reservado e afeto às atividades de cargas e descargas. Tal permitirá avaliar a disponibilidade prática de oferta de estacionamento associada a cada bolsa, estabelecendo igualmente as bases para o seu reordenamento;

- Levantamento da ocupação de estacionamento nos mesmos moldes e tipo de desagregação espacial em período diurno e noturno de época alta e época baixa, preferencialmente com anotação de matrícula. Tal permitirá avaliar a solicitação real de estacionamento associada a cada bolsa por período do dia e do ano, estabelecendo igualmente as bases para a avaliação dos critérios associados à dotação de acesso para estacionamento;

Na posse desta informação consideram-se encontrar estabelecidas as bases necessárias à análise da operacionalidade do sistema de controlo de acessos ao espaço intra-muralhas, quer na perspetiva da sua circulação interna, quer na sua permanência para estacionamento neste espaço.

Será assim possível ter uma imagem quantificada da oferta disponível e dos défices de oferta de estacionamento do espaço intramuralhas, que se considera relevante nas opções (políticas) a tomar relativamente aos limites máximos de atribuição de acesso para estacionamento deste espaço e dos mecanismos de compensação a ativar. Refira-se que no âmbito do projeto de mobilidade, bem como no documento de regulamentação integrada, se equaciona a possibilidade de duplicação dos limites máximos atuais de atribuição – ainda que de forma onerada -, bem como a possibilidade de estender o acesso dos moradores do espaço intra-muralhas à oferta disponibilizada na ZEDL. Ainda que se considere que estas decisões têm um carácter fortemente político, julga-se relevante que os seus impactes sejam avaliados em termos da sustentabilidade global do sistema de estacionamento, e à luz desses resultados possam ser estabelecidos eventuais valores de compensação a aplicar a cada situação, caso se venha a optar por este caminho.

Já a avaliação da operação do sistema de controlo de acessos à zona intramuralhas propriamente dita poderá ser efetuada recorrendo eventualmente à construção de um modelo de micro-simulação que permite avaliar as condições de operacionalidade decorrentes da sua implementação. Tal permitirá aferir os condicionamentos impostos em termos dos tempos médios de atraso e a identificação dos principais pontos de congestionamento ou bloqueamento da rede, possibilitando igualmente a análise de outras soluções de gestão da rede e a otimização dos pontos de localização das limitações mecânicas de acesso. Considera-se que à luz dos resultados que daí possam advir, deverão ser revisitadas as questões associadas à viabilidade financeira desta solução, contabilizando custos de operação do sistema de controlo de acessos e

não apenas a implementação, tendo presente que a necessidade de fiscalização não é obviada.

Na mesma perspetiva (operacional e financeira), e eventualmente de uma forma integrada, deverá ser avaliada a viabilidade de implementação de um Sistema de Informação em Tempo Real de disponibilidade de estacionamento (SITRE). A sua configuração (complementar ou de substituição) é função dos resultados da avaliação global do sistema de controlo de acessos, recomendando-se que sejam avaliadas duas alternativas: a sua aplicação estrita ao espaço intramuralhas (SITRE-ZIM), e alargada também à sua envolvente, integrando igualmente os espaços de oferta concentrada: parques e bolsas periféricas (SITRE-ZIM+).

Haverá igualmente que equacionar a possibilidade de implementação de um sistema de transporte coletivo que proporcione a distribuição interna à zona intramuralhas (TC-ZIM), destinando-se à partida a segmentos específicos de residentes deste espaço com maiores dificuldades de mobilidade. Admite-se porém a possibilidade deste serviço se vir a estender a outros utilizadores do centro histórico nomeadamente no apoio ao Parque do Anel Verde, complementando as medidas que possam vir a ser introduzidas em termos de tarifário (TC-ZIM+).

Recomenda-se por isso a avaliação da sua viabilidade operacional e financeira em ambas as configurações, identificando os patamares de procura estimados e os recursos materiais e humanos necessários a este serviço, sendo de privilegiar a alocação de meios já disponíveis ao nível da Junta de Freguesia ou Câmara Municipal.

Os ajustamentos tarifários sugeridos para reforço da utilização do Parque do Anel Verde constituem uma medida de reequilíbrio da procura entre os dois polos de estacionamento em estrutura, encontrando-se parcialmente dependentes da implementação do sistema de distribuição interna de transporte coletivo (TC-ZIM+). A sua concretização poderá por um lado implicar potenciais reduções de receita direta (redução de valores unitários de avenças), e por outro aumento dos custos associados (por eventual incremento dos meios a envolver no serviço TC-ZIM caso se opte por estender as suas funções ao apoio ao parque). Estas variações estimam-se à partida reduzidas uma vez que o peso das receitas atualmente geradas pelas avenças a alterar é residual, e que o reforço do serviço TC-ZIM+ se poderá também restringir a

um período específico do ano. No entanto será prudente avaliar o seu impacto em termos do equilíbrio financeiro do sistema de estacionamento, ponderando em que medida se justifica esta ação preventiva de mitigação dos condicionamentos pontuais que se observam no Parque da Frente Ribeirinha.

Por último recomenda-se que eventuais investimentos no reforço de nova oferta de estacionamento a instalar na ARU e/ou sua envolvente imediata sejam antecedidos da ponderação do efeito conjunto das estratégias anteriormente formuladas – SITRE, TC-ZIM e ajustamentos tarifários – no que se refere aos seus impactos financeiros e benefícios expectáveis, não só por se entender existirem sinergias relevantes entre estas mas também por se considerar que as vantagens daí decorrentes poderão ser suficientes para justificar a opção pelo melhor aproveitamento da oferta de estacionamento já instalada em detrimento de um acréscimo da mesma.

Já numa perspetiva de mais longo prazo, alerta-se para a necessidade de ponderar os impactos e benefícios da eventual transferência do terminal rodoviário para a periferia da cidade, bem como as medidas mitigadoras a implementar no sentido de manter a atratividade da ARU no contexto supramunicipal.

Considera-se que à luz dos resultados das análises acima recomendadas o município estará em melhores condições para dar seguimento ao processo de Regulamentação Integrada, questão relevante na operacionalização e consolidação do conceito de mobilidade e transportes que tem vindo a ser defendido pelo Município.

Quadro 3.1 – SWOT setorial

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dimensão da ARU potencia deslocações internas no modo pedonal • Existência de rede de percursos/espacos pedonais • qualificados na zona central da ARU • Oferta de estacionamento periférica concentrada (bolsas e parques) com reserva disponível • Acessibilidade rodoviária externa assegurada relativamente à rede estruturante da cidade • Existência de alternativas de acesso à ARU em transporte coletivo rodoviário (Rede Onda) • Estrutura viária interna e da sua envolvente imediata minimizam a utilização da ARU por fluxos de atravessamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida oferta de estacionamento na ARU acompanhada de utilização abusiva do espaço público para esse efeito • Dificuldades de penetração dos serviços transporte coletivo na ARU que impedem função de distribuição interna • Pressões pontuais em época alta do Parque da Frente Ribeirinha • Ineficácia da atual regulamentação de controlo de acesso, estacionamento e cargas e descargas na ARU • Condicionamentos físicos e funcionais para as pessoas de mobilidade reduzida (orografia, pavimentação, conflitos veiculo x peão) • Dificil legibilidade da rede viária interna à ARU (estrutura física e sinalética) • Articulação da ARU com o exterior mais condicionada na envolvente norte (Porta do Postigo) • Acessibilidade condicionada a alguns pontos relevantes (ex. Hospital)
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação soluções ad hoc sem ter conhecimento da real dimensão do problema • Agravamento do tráfego na ARU por ausência de limites à sua utilização adequada • Localização de polos/atividades geradores de tráfego relevantes no interior da ARU • Manutenção da ineficácia na dissuasão da presença do automóvel na ARU • Banalização dos condicionamentos de operação do Parque da Frente Ribeirinha, agora pontuais • Reforço das solicitações sazonais (dificultam a estabilidade de soluções) • Perda de atratividade da ARU no contexto supra-municipal por supressão da oferta de transporte coletivo rodoviário extra-concelhio na sua envolvente imediata 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção / Reforço da gestão integrada da oferta de estacionamento e serviços • Redução da presença do automóvel na ARU se limitado o acesso à sua capacidade • Promoção de mecanismos para a utilização racional da oferta de estacionamento instalada • Criação de serviço de transporte coletivo de distribuição interna e/ou apoio a parques de estacionamento • Regulamentação integrada de circulação e estacionamento na ARU e envolvente • Controlo de acesso à ARU • Reforço de atividades não exclusivamente sazonais na ARU contribui para maior estabilidade das soluções

D. Diagnóstico global

O diagnóstico prospetivo sintetiza o processo de caracterização apresentada no capítulo B e a análise apresentada no capítulo C incluindo a apreciação dos contactos efetuados cujas sínteses se encontram em anexo.

No capítulo B todos os domínios tratados apresentaram uma análise SWOT, avaliando uma análise interna (pontos fortes e pontos fracos) e uma análise externa (oportunidades e ameaças), procurando retratar os principais elementos que os caracterizam, potenciam e condicionam. No capítulo C foram apresentados pontos fortes e fracos relativos à mobilidade e transportes e análise SWOT relativa às perspetivas futuras deste setor.

A análise interna corresponde a uma avaliação dos fatores internos aos diversos sistemas/domínios que constituem o território da ARU, descrevendo-os no que eles têm de mais marcante, pela positiva ou pela negativa.

A análise externa diz respeito à avaliação dos fatores exógenos à área de estudo ou ao sector em análise que com esta interação ou ainda decorrentes da implementação de algum projeto em ponderação, que poderão condicionar ou propiciar novas perspetivas para o desenvolvimento do concelho.

Neste ponto do trabalho procedeu-se a uma síntese setorial e global relevando os principais pontos fortes e pontos fracos, bem como as principais oportunidades e ameaças.

A sistematização desta análise é apresentada no quadro das página seguintes.

PÁGINA EM BRANCO



QUADRO DE DIAGNÓSTICO GLOBAL
(1 DE 3)

Domínio	Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Ambiente Urbano	<ul style="list-style-type: none"> Área urbana com identidade Presença de elementos de referência na paisagem urbana (muralhas, baluartes e torres das igrejas Sto António e São Sebastião) Presença significativa de arte pública parte da qual inovadora Relevo ondulado do território Sistema de vistas - Diversidade paisagística da envolvente Imagem desafoçada e livre da frente ribeirinha Zonas exclusivamente pedonais com forte presença na ARU Imagem apelativa do Núcleo Primitivo 	<ul style="list-style-type: none"> Ruas estreitas, com inclinações acentuadas Desadequação funcional e programática dos espaços públicos no interior muralhado Espaços públicos pouco apelativos e sem identidade Pavimentos escorregadios e em mau estado de conservação Deficiente sistema de acessibilidades para pessoas de mobilidade reduzida Imagem urbana pouco apelativa do sector norte Estacionamento indevido nos sectores norte e centro Conflito entre o peão / elementos urbanos (esplanadas, venda ambulante e outros) / automóvel Efeito de barreira constituído pela Avenida e estacionamentos marginais no que respeita à ligação da ARU à Ribeira Falta de sinalética adequada (turística, informativa, de trânsito, comercial e patrimonial) Grande representatividade de encostas frias Ruído noturno sobretudo em época alta Presença excessiva das gaivotas 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar e Requalificar o espaço público Programar adequadamente a rede de espaços públicos da ARU Projeto global de circulação pedonal incluindo zonas não exclusivas tendo em conta as pessoas de mobilidade reduzida Adoção de uma linguagem comum ao nível do mobiliário urbano, iluminação, sinalética e toponímia Aplicação de conceitos de sustentabilidade e eficiência energética Valorização dos pontos de vista nomeadamente para a Meia Praia Criação de percursos pedonais temáticos Implementação de um Plano de Controlo da População de Gaivotas 	<ul style="list-style-type: none"> Desertificação do centro histórico Risco de acidentes com peões (pavimento escorregadio e colisão com viaturas) Falta de intervenção adequada ao nível do espaço público Manutenção dos conflitos de uso decorrentes da animação noturna Continuação da presença excessiva de gaivotas
Economia	<ul style="list-style-type: none"> Especialização em apenas 6 ramos de atividade Forte presença da restauração e bebidas Dinâmica da ARU acima da média das freguesias urbanas de Lagos Setor terciário preponderante na ARU, sobretudo económico Pela avenida e estacionamentos Presença importante das atividades artísticas Forte aumento da população ativa em Lagos (2011-2001) Sustentabilidade potencial das freguesias urbanas Presença de estrangeiros nas freguesias urbanas superior à média da região A oferta hoteleira no concelho A procura estrangeira e o destino Algarve consolidado A ARU e o património cultural A oferta de alojamento local na ARU Animação noturna 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura empresarial fraca em Lagos Dependência da sazonalidade Fraco volume de negócios e concorrência da venda ambulante Diminuição do número de empresas Presença indesejada de atividades incompatíveis (oficinas de reparação automóvel) Fraca percentagem de população empregada na ARU Dependência sazonal do emprego Elevada % de pessoas à procura de novo emprego Menor qualificação profissional dentro do terciário Envelhecimento da população residente na ARU diminuindo o potencial de população ativa A qualidade da oferta (hoteleira e local) na ARU A mobilidade na ARU A segurança, limpeza e ruído na ARU A falta de animação das atividades económicas na ARU e no concelho Sistema de cargas e descargas do comércio 	<ul style="list-style-type: none"> Elevado número de estabelecimentos encerrados Dinamizar a Construção via reabilitação urbana Orientar o programa da ORU para dinamização local Presença significativa de estabelecimentos culturais Criação da PROLAGOS Programa de animação da ORU orientado para criar emprego Crescimento do setor do turismo no Algarve Reabilitação urbana para população jovem Reabilitação urbana para mercado estrangeiro Apoio à criação de postos de trabalho na ARU Utilizar o património municipal para reforçar oferta turística na ARU Regulamentar e apoiar a oferta turística de qualidade, nomeadamente hotéis de charme Mobilizar e dinamizar agentes locais de animação Apostar em soluções temáticas e de interação Potenciar o património cultural edificado existente 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção ou reforço da sazonalidade A manutenção ou acréscimo de insegurança Degradação física do território Agravamento ou continuação da crise Demasiada concentração em poucos ramos de atividade económica Continuidade do envelhecimento populacional na ARU Reforço exagerado de alojamento local O abandono do património cultural edificado Conflitos de uso noturno dos espaços na ARU Excessivo peso da carga fiscal

QUADRO DE DIAGNÓSTICO GLOBAL
(2 DE 3)

Domínio	Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Animação Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> Muitos e variados agentes culturais e equipamentos, alguns dos quais em muito bom estado Importância dos campos da História, Educação Não Formal e Cultura Artística em particular nos campos da música, dança e artes plásticas. Forte participação da população nos organismos Passado Histórico da Cidade Riqueza histórica do património preservado nomeadamente as mulralhas e igrejas Achados arqueológicos em especial os associados à rota da escravatura 	<ul style="list-style-type: none"> Programação pouco regular traduzida num número insuficiente de acontecimentos culturais e artísticos por ano. Fraca inter-relação entre a agentes culturais privados Fraca divulgação, conhecimento e aproveitamento do património Degradação física de algum património (ex. Igreja Sto António, Igreja de S. Sebastião, Muralha e Baluartes) Inexistência de uma Agenda Cultural comum aos vários agentes culturais Agenda Cultural dispersa e pouco atrativa Redução do investimento municipal no setor Concentração excessiva da animação de rua na Praça Gil Eanes e envolventes 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização de agentes culturais para maior atuação na ARU Incrementar da produção visível dos agentes culturais recorrendo, entre outros, a contratos programa com a autarquia Motivação de mecanismos de auto-sustentabilidade das instituições e equipamentos do setor Elevado potencial do tema da Escravatura Gestão racional e reforço da oferta funcional do património Criação de roteiros temáticos (p. ex. roteiro da escravatura roteiro das igrejas entre outros) Reforço da atratividade da ARU no quadro da animação sociocultural Criação de parcerias publico-privadas para equipamentos socioculturais (onde seja adequado) Organizar a oferta cultural de forma a potenciar o turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Continuação/ reforço da degradação de equipamentos e património. Saída de agentes culturais da ARU Manutenção da dificuldade de acessibilidade e estacionamento. Eventual desinteresse dos cidadãos pelas atividades culturais desenvolvidas Perda dos valores patrimoniais (ex. registos escritos) Continuação/ reforço da redução de investimento municipal no setor Extinção de agentes culturais com atuação na ARU por falta de apoios
Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade e diversidade de elementos patrimoniais classificados, notáveis e de acompanhamento Presença de vários usos urbanos em especial a dinâmica comercial Diversidade de edifícios de equipamentos Estrutura Urbana consolidada Infraestruturas de circulação da zona sul e nascente em bom estado de conservação geral Redes de águas e esgotos substituídas na zona sul e nascente 	<ul style="list-style-type: none"> Desajuste da estrutura do edificado / propriedade aos padrões e requisitos atuais de vida Quase inexistência de equipamentos com funções sociais Diminuição das funções centrais na ARU Parte significativa de edifícios com uso sazonal ou sem uso Degradação do parque edificado Equipamentos com sinais de degradação Perda e Envelhecimento populacional Má qualidade estética e deficiente integração urbanística de parte das intervenções no edificado Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos Vetustez das redes de água e esgotos no setor norte e centro Rede de esgotos unitária, com exceção da setor sul e nascente Degradação da infraestrutura de circulação nos setores norte e poente Ruído noturno sobretudo em época alta 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de edifícios históricos para funções âncora Alojamentos vagos para revitalização Reforço do arrendamento e acesso a propriedade própria para jovens Manutenção / reforço da presença de vários usos urbanos em especial a dinâmica comercial Criar programas de atração de funções centrais compatíveis com a localização e com as acessibilidades Criar mecanismos de regulação de usos/ horários de funcionamento de estabelecimentos em zonas preferencialmente residenciais Reforço de funções de proximidade nas zonas norte e sul Criar mecanismos de atratividade do setor da construção e imobiliária para a recuperação Criar condições de facilidade / apoio técnico à recuperação (licenciamento e execução de obra) Animação sociocultural e turística 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da degradação do edificado Reforço da perda de funções centrais Dificuldade financeira para manter o património municipal Continuação de perda de atratividade habitacional em especial pela deslocação dos habitantes para outras zonas da cidade Continuidade do contexto de perda populacional pela manutenção do atual padrão de estrutura etária Acentuar da sazonalidade Agravamento o conflito de usos entre a habitação e a animação noturna



QUADRO DE DIAGNÓSTICO GLOBAL
(3 DE 3)

Domínio	Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Mobilidade e Transportes	<ul style="list-style-type: none"> Reduzida dimensão da ARU potencia deslocações internas no modo pedonal Existência de rede de percursos/espacos pedonais qualificados na zona central da ARU Oferta de estacionamento periférica concentrada (bolsas e parques) com reserva disponível Acessibilidade rodoviária externa assegurada relativamente à rede estruturante da cidade Existência de alternativas de acesso à ARU em transporte coletivo rodoviário (Rede Onda) Estrutura viária interna e da sua envolvente imediata minimizam a utilização da ARU por fluxos de atravessamento 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzida oferta de estacionamento na ARU acompanhada de utilização abusiva do espaço público para esse efeito Dificuldades de penetração dos serviços transporte coletivo na ARU que impedem função de distribuição interna Pressões pontuais em época alta do Parque da Frente Ribeirinha Ineficácia da atual regulamentação de controlo de acesso, estacionamento e cargas e descargas na ARU Condiçionamentos físicos e funcionais para as pessoas de mobilidade reduzida (orografia, pavimentação, conflitos veiculo x peão) Difícil legibilidade da rede viária interna à ARU (estrutura física e sinalética) Articulação da ARU com o exterior mais condicionada na envolvente norte (Porta do Postigo) Acessibilidade condicionada a alguns pontos relevantes (ex. Hospital) 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção / Reforço da gestão integrada da oferta de estacionamento e serviços Redução da presença do automóvel na ARU se limitado o acesso à sua capacidade Promoção de mecanismos para a utilização racional da oferta de estacionamento instalada Criação de serviço de transporte coletivo de distribuição interna e/ou apoio a parques de estacionamento Regulamentação integrada de circulação e estacionamento na ARU e envolvente Controlo de acesso à ARU Reforço de atividades não exclusivamente sazonais na ARU contribui para maior estabilidade das soluções 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação soluções ad hoc sem ter conhecimento da real dimensão do problema Agravamento do tráfego na ARU por ausência de limites à sua utilização adequada Localização de polos/atividades geradores de tráfego relevantes no interior da ARU Manutenção da ineficácia na dissuasão da presença do automóvel na ARU Banalização dos condicionamentos de operação do Parque da Frente Ribeirinha, agora pontuais Reforço das solicitações sazonais (dificultam a estabilidade de soluções)



E. ANEXOS

Integram-se em anexo as sínteses das iniciativas relativas à recolha de informação e envolvimento das entidades e agentes económicos.

Os anexos são compostos pelos seguintes dois documentos:

- Memorando das reuniões com entidades
- Relatório das reuniões com agentes económicos



ANEXO 1 – MEMORANDO DAS REUNIÕES COM ENTIDADES - REUNIÕES FEVEREIRO

Reunião com: DECCAS – Divisão de Educação, Comunicação, Cultura e Ação Social

Data e Hora: 2014.02.17 Das 11h30m às 13h30m

Presentes

Dra Ana Grade

Dr. José Viegas

Equipa ARU

Notas informativas:

- Educação – manutenção do edificado escolar do primeiro ciclo do ensino básico e pré-escolar
 - cantinas escolares e transportes
 - apoia os agrupamentos escolares na área psicológica
 - apoia em atividades de enriquecimento escolar
 - projetos de sensibilização
- Espaço Jovem – estão instalados o TEL (Teatro Experimental de Lagos), o Grupo Coral de Lagos, o Grupo desportivo Gil Eanes, Universidade Sénior (CEL), kickboxing, Associação de Dança de Lagos. O IEFP também tem salas disponíveis
- O espaço está ocupado mas uma parte sem utilização a tempo inteiro
- Os espetáculos são feitos no Centro Cultural e alguns de rua, mas esporádicos
- Está vocacionado para população jovem mas na prática não é procurado por esta faixa
- Biblioteca – tem eventos em parceria com associações; organiza o festival dos descobrimentos, os caminhos da leitura e alguma animação de rua
- Os espaços ao ar livre para animação são a Praça Gil Eanes, a Esplanada do Infante e o Parque das Freiras. Este tem 2 mil lugares, onde se fazem 2 a 3 eventos anuais. Instalou-se lá o tiro ao arco e um conjunto de hortas urbanas. O parque tem problema de vento.
- A divisão procurou criar Novos Públicos, quando podia apoiar financeiramente os agentes (o que ascendia a 300 mil euros, sendo agora 0), o que agora está reduzido a apoio logístico e transporte. Usaram a figura do contrato-programa até 2010. Agora só apoio a Orquestra do Algarve e a ATA (Teatro do Algarve).
- Os agentes mais ativos são: A Academia de Música; o Grupo Coral; a Filarmónica (que vai passar para o Bloco C da escola Júlio Dantas), a Associação de Dança e o TEL. Alguns agentes regionais são ativos, e agora mais em que o associativismo é fundamental para sobreviver.
- Deixou de haver verba para editar agenda cultural em papel, a informação é integrada na agenda do Algarve e divulgação feita restante na internet
- O centro cultural para manter a licença carece de obras
- Há algumas parcerias nacionais com Produtoras, Companhia Nacional de Bailado, Teatro D. Maria e outras.
- A mobilidade do público é muito reduzida. Isto é, as pessoas não vão facilmente a outros locais assistir a espetáculos
- Desporto – pouco importante: uma ou outra ação de rua e instalação de circuito de manutenção no anel verde
- Foi um erro retirar do CH o que fazia com que as pessoas lá fossem

- Voltar para o CH não vai ser fácil
- Os espaços fechados devem ser reativados no quadro cultural
- Não conseguem programar o C. Cultural por falta de meios
- O Laboratório de Atividades Criativas (LAC) está a intervir com graffiti e com ações nos espaços que gere, atraindo pessoas
- O auditório municipal não tem um uso intenso e destina-se a ações locais
- Não há uma verdadeira rede museológica
- Não há uma estratégia definida e a a ser seguida nesta matéria
- Um dos aspetos que poderá criar dinâmica são os roteiros temáticos
- Não é possível dinamizar o CH só com as associações
- Eventos de grande dimensão, como por exemplo um Festival do Mar
- Tem de se criar incentivos para fazer coisas
- A animação tem de ser autêntica e única

Reunião com: Executivo Municipal

Data e Hora: 2014.02.18 das 10h00m às 11h30m

Presentes:

Presidenta Joaquina Matos

Vice Presidente: Hugo Pereira

Vereadora: Fernanda Afonso

Vereador Paulo Jorge

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

- Importante ter uma Associação de Moradores a funcionar: fazer contacto com Luis Abreu, João Bravo e João Centeno
- O PP de Salvaguarda estava quase pronto. Não seria de o terminar?
- Os principais problemas de Lagos:
 - Evitar a saída de população
 - Atrair mais gente para o C. Histórico e a cidade
 - Resolver os problemas de conflito de ruído com zona habitacional
 - A saída da CM do C. Histórico foi um erro – deve-se levar mais gente aos antigos paços do concelho
 - Reativação da Comissão dos Descobrimientos agora alargada à História, a instalar no antigo edifício, pois há recursos humanos internos para o efeito
 - Arruamentos em mau estado
 - Reativar e rentabilizar os equipamentos municipais existentes
 - Dinamizar o Mercado Municipal e rever o horário de funcionamento
 - Rever a sinalização
 - Valorizar as cantarias existentes um pouco por toda a cidade
- Em Lagos é fácil ganhar dinheiro no verão para sustentar o resto do ano
- Há uma barreira estranha na cidade que se estabelece com a rua 25 de abril

Reunião com: DULF – Divisão de Urbanismo Licenciamento e Fiscalização

Data e Hora: 2014.02.18 das 11h30m às 13h15m

Presentes:

Eng. Martins Silva

Eng. António Martins

Arq Mónica Marques

Arq Hugo Santos

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

- A intervenção no CH sem estar integrada no resto da cidade não faz sentido nem pode ter sucesso
- Em termos históricos, a opção da DULF foi prosseguir uma política de admitir soluções para o comércio e para a restauração que garantissem a recuperação do edificado
- A certa altura propuseram à CM a possibilidade de criar um sistema de compensação entre o lucro gerado pela nova construção fora do CH (35%) e o que se atingia neste território (12,5%), proporcionando um sistema de compensação, mas não foi aceite pelo executivo
- Foi mencionado como fundamental a utilização dos espaços intersticiais entre a cidade antiga e a nova.
- Os agentes de intervenção na cidade começam a olhar para ela de acordo com o modelo que foi pensado para a sua evolução
- O alojamento local (6 mil camas) está em forte crescimento na Luz e na cidade
- “As pessoas questionam a circulação no centro histórico”
- Insatisfação diária do cidadão relativa aos pavimentos no centro histórico
- Onde existem problemas de pavimentos também existem problemas de redes de infraestruturas
- A Reabilitação do centro está a acontecer mas não para habitação
- “São políticas do Concelho e da Cidade que poderão fazer a ARU mexer”

Reunião com: DASU – Divisão de Urbanismo Licenciamento e Fiscalização

Data e Hora: 2014.02.18 das 11h30m às 12h15

Presentes:

Eng. Maria João

Arq. Pais. Marta Calçada

Notas informativas:

Assuntos abordados na reunião:

- Pavimentos em mau estado de conservação (principalmente na zona de S. Sebastião);
- Calçada de vidro – piso escorregadio, inseguro e alvo de muitas queixas por parte da população mais idosa;
- Rede conjunta de águas e esgotos na área ARU sem intervenção POLIS;

- Variedade de equipamentos urbanos (existência de diversos modelos de luminárias e de mobiliário urbano (papeleiras, bancos) – antiquados e pouco funcionais;
- Qualquer intervenção ao nível do solo está condicionada pela presença de achados arqueológicos no subsolo;
- População de gaivotas (estas alimentam-se na zona da marina e nidificam no centro urbano) – foi elaborado um estudo para controlo da população de gaivotas;
- Influência do efeito das marés na rede de drenagem;
- Influência da frente ribeirinha – na propagação de infestações;
- Elevados custos de manutenção das fontes.
- Responsabilidade de manutenção da iluminação repartida pela CMLagos e EDP;
- Modelos adoptados com gastos energéticos elevados;
- Proposta de um projecto piloto a implementar numa pequena área de estudo: Utilização de luminárias com lâmpada leds – Mais gastos na fase de implantação mas maior eficiência energética e menor manutenção.
- Empresa responsável por alguns estudos de eficiência energética solicitados pela CML - AREAL
- Resíduos Sólidos Urbanos:
 - Responsabilidade de manutenção repartida pela CMLagos e Empresa privada;
 - Na ARU a recolha do lixo é feita porta à porta;
 - A Câmara disponibiliza o contentor;
 - Recolha efectuada por veículos de pequenas dimensões;
 - Existência de Ilhas ecológicas na periferia da ARU, em locais de fácil acesso a um camião de recolha do lixo.
- Receptividade por parte da DASU em adoptar medidas que contribuam para valorizar a sustentabilidade das soluções de infra-estruturas do espaço público, como por exemplo:
 - Tirar proveito da recolha e reaproveitamento das águas pluviais para usos de manutenção (limpeza e rega). Neste caso, CML já faz o reaproveitamento de águas da ETAR para a rega, a pequena escala.
 - Escolha de espécies autóctones e/ou adaptadas às condições ambientais locais no desenho dos jardins e espaços públicos;
 - Substituição de relvados por prados (redução de gastos com a manutenção e rega).
 - Mobilidade e estacionamento:
 - Existe um estudo de mobilidade – não está implementado;
 - A sinalética existente nas portas do centro que impede a circulação no centro histórico aos não residentes não é respeitada.
 - O estacionamento existente é pago. Falta de lugares de estacionamento para residentes.
 - Os parques de estacionamento existentes estão aquém da sua lotação máxima.
 - Solução? - Disponibilizar lugares de estacionamento dentro dos parques existentes para residentes no centro histórico.

Lagos em Forma EM.

Data e Hora: 2014.02.18 das 11h00 às 13h30

Presentes:

Prof. Francisco Quitério

Dra. Alexandra Silva

Notas informativas:

- Fora a prática desportiva “normal” num complexo desta natureza destaque-se as actividades como caminhadas, BTT, triatlo e acções como “Viver o verão” com a CM ou outras actividades com agentes hoteleiros
- Excelentes equipamentos desportivos
- Pouca relação com outras instituições e espaços da cidade
- Isolamento
- Considera que a cidade está de costas para o mar quando deveria estar virada para o mesmo e desenvolver actividades como velejar, navegar, nadar...
- Necessidade de um posto de apoio às actividades, próximo do mar, apontando como ideal a Casa dos Magistrado (agora cedida ao Motoclube de Lagos)

Centro Ciência Viva

Data e Hora: 2014.02.18 das 14h30m às 15h30m

Presentes:

Director, Luís Azevedo Ribeiro

Dra. Alexandra Silva

Notas informativas:

- Ciência e Tecnologia, Serviço Educativo, Exposição permanente, Palestras, Workshops, Observação Astronómica, Ciência em Família
- Pertencendo à Rede Nacional dos Centros de Ciência Viva tem um bom espaço, bem organizado, frequentemente visitado por escolas e por uma boa percentagem de estrangeiros (43%).
- De momento estão a ser organizados guias de exploração paleontológica.
- Revelou muita disponibilidade para cooperar com outros organismos.
- Foram referidos aspetos como a dificuldade em organizar atividades noturnas no jardim de observação dos astros por queixa dos vizinhos, bem como a questão da ligação ao mercado que por estar fechado ao domingo se torna uma barreira para a subida até ao Centro de Ciência Viva

Reunião com: ACRAL – Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve

Data e Hora: 2014.02.18 das 14h30m às 15h30m

Presentes:

Dra. Sandra Oliveira

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

- O comércio está cada vez mais frágil. O inverno é grande e o verão curto
- O poder de compra está cada vez mais baixo. O Natal deste ano foi caótico
- O encerramento de estabelecimentos vai aumentar nos próximos tempos. Prevê muitas insolvências, devido ao peso dos impostos e à desmotivação
- O comércio em Lagos também funciona sazonalmente
- A restauração, ao contrário do comércio, estrutura-se com base em trabalho temporário, o que lhe permite um ajustamento funcional ao mercado
- As pessoas de Lagos vão comprar fora, nem que seja a Portimão.
- A falta de estacionamento tem sido um motivo, embora agora exista alguma abertura por parte da Futurlagos no uso dos parques de estacionamento
- Falta animação de rua e diversões para atrair a clientela. Por exemplo a criação dum circuito de manutenção urbano e ou uma ciclovia
- A atividade comercial é cada vez mais concentrada em poucos domínios, voltados sobretudo para o turismo. Faltam lojas de diversos ramos, nomeadamente de proximidade
- A mobilidade no CH é um problema, não há estacionamento e as poucas cargas e descargas são ocupadas com outros estacionamentos, alguns dos quais são mesmo bloqueantes
- A limpeza na cidade já teve melhores dias. Há varredores de rua que circulam, mas não há carros automáticos. O maior problema são os dejetos de animais e os vestígios de bebedeiras e cheiros de urina.
- A degradação do edificado, parte do qual em risco de ruína, é também um problema que tem de ser resolvido
- Sugeriu que os estabelecimentos comerciais fechados fossem sensibilizados a colocar um painel/montra que proporcionasse melhor aspeto que o que têm
- Alguma coisa deveria ser feita para melhorar o aspeto das montras de boa parte do comércio

Reunião com: PROLAGOS – Associação de Promoção e Desenvolvimento

Data e Hora: 2014.02.18 das 15h30m às 16h30m

Presentes:

Sra. Patrícia Silva

Dr. Nuno Serafim

Dr. Alexandra Silva

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

- O C.H sofre de desertificação global, de comércio e habitação, e de sazonalidade
- A expulsão de equipamentos do CH foi um erro
- O comércio e serviços são cópia uns dos outros
- A Futurlagos provoca concorrência desleal nos bares, centrados em duas ou três ruas, pelo sistema de horário na esplanada (embora o regulamento não tenha passado) e porque se tem de pagar para vir ao CH
- As intervenções efetuadas até agora (URBCOM, Polis, etc) em especial no mobiliário urbano, a bota não bate com a perdigota.



- Propõe que se determine um número máximo de estabelecimentos por rua
- A aquisição e recuperação de edifícios no CH é particularmente cara, também por causa dos custos com a arqueologia
- Devia haver oferta de edifícios de habitação para jovens, por iniciativa municipal
- Tem uma proposta para a ocupação do edifício da PSP que passa pela instalação dum taberna e comércio no R/c (Imaging e branding), de serviços no 1º andar e habitação no 2º. O rendimento proporcionado seria metade para a PROLAGOS e a outra metade para um evento
- No fim de ano passado recolheram donativos por parte de cerca de 30 estabelecimentos e contrataram um evento, mas a repetição não pode ser senão esporádica
- Consideram que os eventos a realizar-se deveriam ser em época média, isto é, entre abril e junho e outubro e novembro
- Não existem, segundo eles, agentes de dinamização capazes em Lagos
- Mencionaram as ostras e os mexilhões como produtos a olhar com cuidado, dada a plataforma de produção e a sua procura pelos principais chefes de gastronomia
- Sugerem ainda a interligação do C. Cultural com o outro edifício denominado o clube dos ricos.

Reunião com: LAC – Laboratório de Atividades Criativas

Data e Hora: 2014.02.18 das 17h30m às 19h00m

Presentes:

Jorge Pereira

Maria João Alcobia

Outros membros da Direção

Equipa ARU

Notas informativas:

- Em 2013 receberam 75 + 10 mil euros da DGARTES para ações internas e externas
- Artes plásticas e Música
- Instalações Antiga Cadeia de Lagos + Galeria LAR
- Relação mais estreita com o TEL
- Residências artísticas (Arturb, Roots)
- Exposições regulares
- Concertos
- Workshops
- Evento semanal de Mostra de fotografias pessoais
- Muito dinâmicos e com programas e financiamentos da DGArtes
- Bom espaço e bem dinamizado
- Boas relações com a vizinhança e outras instituições mais alternativas, bem como com a Universidade de Faro onde existe o curso de artes visuais
- Relação com nomes históricos da Arte da Cultura de Lagos poderia ser mais explorada
- Desperdício da ideia das Bienais (poderia ser recuperada com novo formato)
- Falta de espaços públicos onde actuar (mais paredes)

Reunião com: Exército – Parque de campismo e parte da messe, armazém regimental

Data e Hora: 2014.02.19 das 09h30m às 11h00m

Presentes:

Major Paulo Barreiros

Sr. Rui Duarte

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Arq Hugo Santos

Arq. Marta Calçada

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

- Visitou-se o parque de campismo que dispõe de 170 alvéolos para tendas, caravanas e autocaravana
- O parque dispõe ~39 quartos duplos, dos quais parte com varanda e ainda de 14 bungalows com capacidade para 4 pessoas, compostos por quarto sala e kitchenettes
- Estão a proceder a obras de modificação dos apartamentos para instalar as kitchenettes
- As instalações sanitárias dividem-se em três blocos, dois mais pequenos e um maior, mas com resposta efetiva. Tem duas máquinas de lavagem de roupa industriais com sistema de moeda
- Existe uma cafetaria/bar, um refeitório com capacidade para 200 pessoas e instalações de apoio
- Nos edifícios próximos da cerca, junto à porta de S. Gonçalo, há vários quartos/apartamentos com as seguintes características.
- O major Paulo Barreiros mostrou-se disponível para estabelecer acordos de utilização da messe militar desde que fosse fora da época alta
- Fez-se uma visita ao caminho da ronda nas muralhas e verificou-se que um dos troços da muralha, junto aos edifícios novos entre a messe e a fortaleza, ameaça ruína.
- Visitou-se o armazém regimental que consta duma nave abobadada com extensão de toda frente e com potencialidade elevada para usos diversos.

Reunião com: Potencial interessado no edifício e terreno municipal da Horta do Jogo da Bola

Data e Hora: 2014.02.19 das 12h00m às 13h00m

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

- Não tem ainda projeto
- Pretende fazer uma intervenção que envolva cerca de 40 quartos, mas pode ser mais.
- Gostaria de comprar uma parte dos imóveis que dão para a rua
- O edifício está em muito mau estado
- Para a instalação de hotel de charme serão necessários edifícios para alojamento e equipamentos de apoio

Biblioteca Municipal de Lagos Dr. Júlio Dantas

Data e Hora: 2014.02.19 das 12h00m às 13h00m

Presentes:

Bibliotecário Responsável, Dr. Luis Bordalo

Dra Alexandra Silva

Notas informativas:

- Biblioteca e Serviço Educativo, Escolas e outras instituições da comunidade (por ex^o Santa Casa da Misericórdia ou Hospital), Empréstimo de livros, CDs e DVDs, Consulta de jornais e revistas, Acesso à internet, Ciclos de cinema às 4as e concursos literários
- Acervo diversificado (monografias, livros, CDs, DVDs, jornais)
- 5 PCs com acesso à internet + wifi grátis
- Organiza ciclos de cinema, concursos literários
- Parcerias com livreiros para Feira do Livro
- Dificuldades financeiras fazem com que a Biblioteca não adquira novidades
- Concurso literário antes trazia à cidade escritores de renome mas neste momento não é possível

Reunião com: Santa Casa da Misericórdia

Data e Hora: 2014.02.19 das 14h30m às 15h30m

Presentes:

Provedor Eduardo Andrade

Dr. Rui Araújo

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Arq Mónica Martinez Marques
Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

- Visitou-se o segundo piso do edifício da capitania e o imediatamente anexo, doado pelo Sr. Fialho
- Aquele imóvel não pode ser alienado, pelo que terá de ter um projeto de rentabilização.
- O Provedor está aberto a todo o tipo de parceria com o município e prevê a possibilidade de vender parte do património, em especial o rural, para poder desenvolver projetos urbanos
- Para o edifício irá avaliar com os seus colegas de mesa as alternativas mais adequadas para depois as comunicar.
- Essa intervenção poderá vir a justificar uma avaliação de toda a fachada que dá para a Rua da Barroca
- Tem outros edifícios que poderá vender nomeadamente na rua da Amendoeira
- Parte da Igreja de Santa Maria pertence ainda à Santa Casa
- A Rua da Barroca poderá ser alargada com a demolição do muro acima da Muralha e substituição por guarda

Escola de Dança de Lagos

Data e Hora: 2014.02.19

Presentes:

Professora Ljiljana Urosevic da Silva
Dra. Alexandra Silva

Notas informativas:

- Dança clássica e contemporânea
- Antiga Escola Gil Eanes
- Escola de Dança (várias modalidades)
- Workshops (várias idades)
- Espectáculos (no Centro Cultural)
- Iniciativa Cadela Carlota
- Espectáculos em conjunto com outras instituições, nomeadamente o Complexo Desportivo e a Universidade Sénior
- Competições Internacionais
- Professora muito dinâmica que não alegou problemas financeiros para a dinamização das suas actividades.
- Espectáculos regulares
- Impacto a nível regional, nacional e internacional com vários prémios e salas esgotadas.
- Desejo de poder trabalhar no Auditório ao Ar Livre caso fosse reestruturado em termos de protecção do vento
- Parece um pouco crítica em relação às actividades de outras associações culturais por as considerar demasiado dependentes de subsídios, considerando que as relações entre os vários organismos do município não funciona
- Queixa em relação às condições do Centro Cultural para a apresentação dos espectáculos que esgotam sempre
- Falta de serviços de apoio à dança (como lojas de acessórios e tecidos)

Grupo Coral de Lagos

Data e Hora: 2014.02.19

Presentes:

Sra. Isabel Tavares

Dra. Alexandra Silva

Notas informativas:

- Ocupa Convento das Freiras, Igreja do Convento
- Atividades: Feira Arte Doce, Concertos de música coral, Festival de Coros do Algarve, Escola de Música e 2 Coros
- Dinamização de festas da cidade, do Encontro de Coros e do Ciclo de Encontros Corais
- Diversificação do repertório
- Espaço com partes reabilitadas subaproveitadas e outras em profunda degradação, nomeadamente a nível do altar da Igreja
- - Dificuldades de cumprimento do pagamento de contas, por exº pagamentos de despesa de água e luz, por alimentar todo o Convento
- Acústica da Igreja- Parque das Freiras em frente com carros amontoados
- Relação pouco estreita com outras associações do município
- Desejaria fazer uma Mostra com mais instituições dinamizando o espaço envolvente (nomeadamente relação com a cultura gastronómica - D. Rodrigo -, a conserva, ou o Armazém do Figo e da Amêndoa que fica abaixo

Teatro Experimental de Lagos (TEL)

Data e Hora: 2014.02.19

Presentes:

Nelda Magalhães

Joana Melo

Dra. Alexandra Silva

Notas informativas:

- Teatro, Marionetas, Teatro-Circo, Performance, Música
- Instalações: Antiga Escola Gil Eanes (Oficinas)
- Peças de teatro, Espectáculos de marionetas, Técnica Clown, Workshops, Cedência de espaço para acolhimentos de espectáculos, workshops ou aulas de outros
- - Variedade de actividades
- - Boas relações com a LAC e a Filarmónica
- - Ligação à escola e aposta na formação de crianças, jovens e séniores
- - Pouca actividade teatral
- - Falta de uma programação regular
- - Poucas condições para apresentação de espectáculos
- - Algum isolamento por opção em relação aos outros organismos
- - Proposta de projecto musical à Futurlagos que está aparentemente sem resposta

Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1º de Maio

Data e Hora: 2014.02.19 das 17:00 às 18:15

Presentes:

Nova Direcção e maestros

Dra. Alexandra Silva

Notas informativas:

- Divulgação e ensino da música
- Atuação: Sede própria (Praça d'Armas), Igrejas, Centro Cultural Escola de Música Concertos Coro
- Nome histórico e actividade sólida
- Actuação no Centro Cultural e Igrejas
- Importante acção social
- Instrumentos são próprios
- Actuação em estreita colaboração com o Executivo mas não com as outras organizações
- Necessita de espaço para o acolhimento da Escola de Música e realização de outras actividades (questão do Pav. C da Esc. Júlio Dantas - fora da ARU - ou da ocupação de um espaço na Antiga Escola Gil Eanes)
- - Receio de perder o quiosque de verão na praia que contribuía para alguma folga financeira

Academia de Música de Lagos

Data e Hora: 2014.02.19 das 18:30 às 19:15

Presentes:

Director António José Viegas Gonçalves

Dra. Alexandra Silva

Notas informativas:

- Música, Sede Escola de Música, Espectáculos, Férias com Música
- Relação com Lagoa e Portimão
- Boa promoção da música
- Claro isolamento em relação a outros agentes públicos e privados e pelo Centro Cultural
- Lentidão de resposta aos pedidos
- Informação não corre e devia ser

Edifícios visitados

Rua Cândido dos Reis 86 - 90

Data: 2014.02.17

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Edifício de dois pisos, tendo ocupação no piso térreo (associação moldava e bar). O piso superior, que tem acesso a um aproveitamento de sótão, está em muito mau estado. Tem acesso a dois terraços, um interior e outro para a fachada tardoz.

Acesso condicionado por escada íngreme.

Sem ocupação prevista

Rua Silva Lopes 36

Data: 2014.02.17

Presentes

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Edifício conhecido por clube dos ricos, de três pisos sendo um recuado, tendo ocupação comercial no piso térreo. O acesso faz-se por uma escada exterior e terraço. O piso intermédio, foi alvo de tratamento dos tetos, bastante compartimentado, apresenta vestígios de pinturas decorativas e elementos construtivos em gaiola. Tem duas salas no piso recuado e condições de criar mezanino.

Sem ocupação prevista, embora fosse previsto ser uma ala de arte contemporânea do CC e se tenha sugerido ser um possível ninho de empresas

Ex-edifício da PSP/Antiga Cadeia

Data: 2014.02.17

Presentes

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Edifício de três pisos, recentemente desocupado, carecendo de reabilitação. Tem grande área total, acesso a dois terraços, um interior e outro para a fachada principal.

Sem ocupação prevista, mas com uma intenção da PROLAGOS e outra mais recente da CM para instalar, em parte dele, um polo da rede da escravatura.

Edifício da Janela Manuelina

Data: 2014.02.17

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Edifício de três pisos, com janela manuelina na fachada e outra cantaria, remodelado, antiga instalação da Comissão Municipal dos Descobrimentos (desafetada). São três salas de dimensão elevada, complementadas por arrumos e IS.

Aparentemente destinada à Universidade Sénior

Rua dos Governadores 18

Data: 2014.02.17

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Edifício de dois pisos, tendo ocupação não municipal no piso térreo. O piso superior, tem instalados os serviços administrativos do museu e um arquivo bibliográfico a ele associado, onde é possível efetuar investigação. Tem 4-5 compartimentos em bom estado e de boas dimensões e dá acesso a um quintal que estabelece contacto com o museu. O quintal deste imóvel faz fronteira com outro quintal municipal do edifício na mesma rua com o nº 24 e que não foi visitado, aparentando mau estado geral.

Armazém do Espingardeiro

Data: 2014.02.17

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Edifício recuperado onde está instalado o núcleo museológico sobre a evolução histórica da cidade.

Recuperado recentemente (2008), mas fechado há dois ou três anos

Ao lado existe outro imóvel municipal em mau estado de conservação que não está acessível

Baluarde da Porta da Vila

Data: 2014.02.17

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Acesso condicionado, por tratar nos diversos níveis, térreo e escadaria, embora disponha de corrimão em razoável estado e aparentemente IS. No piso superior está patente o topo dum depósito de água e alguns objetos previstos para observação de astros.

Não carece de grande investimento para ser utilizado e tem uma vista muito interessante

Sociedade Artística Lacobrigense

Data: 2014.02.18

Presentes:

Dra. Alexandra Silva

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

Edifício de piso único, atualmente em obras na parte tardoz

A ocupação prevista é a de sede da associação e também da Prolagos, dispondo de sala de convívio e de dois espaços de uso administrativo, sendo a parte em obra onde se realizam festividades. Tem quintal de grande dimensão

Antigo Convento de N. Sra Loreto/GNR

Data: 2014.02.18

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Edifício de grandes dimensões, parcialmente degradado, com vários pisos, onde está instalada a GNR.

Tem quintal e uma chaminé classificada.

Há intenção de deslocar a GNR para outro local (Chinicato), mas essa perspetiva é pouco credível a curto prazo

Antiga Cadeia – Edifício do LAC

Data: 2014.02.18

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Edifício de três pisos, composto por três níveis de celas prisionais transformadas em espaços para criação artística.

Dispõe de dois compartimentos administrativos, bem como dois quintais usados para atividades de produção artística e ou exposição

Apresenta alguns sinais de degradação, embora não muito significativos.

Igreja de São Sebastião

Data: 2014.02.19

Presentes:

Arq. Frederico Paula

Dra. Alexandra Silva

Arq. Mónica Martinez Marques

Notas informativas:

Edifício interessante, reúne elementos arquitetónicos testemunho de várias épocas de construção reconstrução/ ampliação. Tem problemas de conservação nomeadamente na torre sineira da qual se obtém uma vista muito interessante. Acolhe por vezes concertos.

Integra uma pequena “Capela dos Ossos” igualmente a necessitar conservação. Não tem exploração turística embora tenha potencial.

Messe militar

Data: 2014.02.19

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Arq. Marta Calçada

Arq. Hugo Santos

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas: Ver ficha de reunião

Armazém Regimental

Data: 2014.02.19

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

:Edifício numa nave só, em abóbada, com divisória provisória a meio, onde existe instalação e iluminação para exposições

Aparentemente em bom estado

Sem ocupação permanente prevista

A gestão é militar mas não diretamente da messe. Estes têm a chave.

Hospital de Lagos

Data: 2014.02.19

Presentes:

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

Edifício muito complexo, abrangendo uma parte que é pertença do exército, onde estão instalados o estacionamento interno e as consultas externas (um piso e aproveitamento de sótão)

No edifício pertença da Misericórdia estão instaladas as urgências e os serviços de medicina (dois pisos) dispo de 40 camas. Existem laboratórios vários, uma cafetaria e áreas de descanso para o pessoal das ambulâncias.~

Dispõe dum pátio central de boas dimensões um pouco atafalhado e de outro que conflui com o terraço sobre a muralha e que acede ao resto da ronda das muralhas que pode ser percorrido.

O hospital ainda dispõe de áreas administrativas que são propriedade da Igreja e que ladeiam a Igreja de Santa Maria

Horta do Jogo da Bola

Data: 2014.02.19

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Frederico Paula

Equipa ARU

Notas informativas:

Terreno extenso haverá que pensar na articulação da solução com o Bairro a ponte, com anel verde e dignidade da Muralha

Escola Gil Eanes

Data: 2014.02.19

Presentes:

Dr. António Leitão

Arq. Mónica Marques

Dra. Alexandra Silva

Dr. Filipe Marchand

Notas informativas:

Edifício de grandes dimensões com ginásio salas de aula, refeitório, bufet e salas de jogos.

Alguns sinais de degradação. Afetação das salas total mas ocupação não permanente.



Anexo 2 - RELATÓRIO DAS REUNIÕES COM OS AGENTES ECONÓMICOS

20 de Março, 11.00 horas, 15.00 horas e 16.30 horas

Realizaram-se no passado dia 20 de Março reuniões com os empresários dos sectores hoteleiros e similares, concretamente com os empresários dos estabelecimentos hoteleiros e de alojamento, estabelecimentos de bebidas e estabelecimentos de restauração.

As reuniões foram promovidas no âmbito da elaboração do Estudo Global da ARU e foram realizadas com a presença do Dr. Filipe Marchand, em representação da equipa que desenvolve o estudo, e pelo signatário desta informação, enquanto representante da Futurlagos.

No início de cada reunião foi feita uma introdução pelo signatário desta informação, explicando o seu objectivo e referindo que se esperava que no final os presentes escolhessem representantes para futuros contactos de carácter mais específico, a estabelecer durante a elaboração do estudo.

A sala foi organizada com base numa mesa em forma de “U”, com o objectivo de “sentar” os intervenientes à volta da mesa, colocando-os em pé de igualdade com a equipa, em oposição ao tradicional conceito de “frente-a-frente”.

11.00 horas . Reunião com os empresários hoteleiros e de estabelecimentos de alojamento

Presentes 16 pessoas

1ª intervenção

Criticou o facto de a empresa que elabora o projecto não apresentar soluções concretas à partida. Referiu que a insegurança nas ruas e o tráfico de droga são problemas graves a resolver.

2ª intervenção

Referiu a falta de informação turística e sobre o Património da Cidade. Considera que a oferta turística é cara em relação à sua qualidade e insuficiente. Referiu também que o acompanhamento dado aos visitantes é pouco dinâmico e pouco interactivo.

3ª intervenção

Apontou a falta de informação e de sinalética como problemas principais. Manifestou a sua disponibilidade para colaborar com o Município e considerou que é necessário criar uma associação que reúna os estabelecimentos da cidade.

Frederico Paula, Futurlagos

Referiu que as grandes linhas de acção da ARU estiveram plasmadas no documento que esteve em discussão pública e que serviu de base para a sua instituição, e que poderia ser de novo disponibilizado para um melhor enquadramento dos problemas em debate.

Filipe Marchand, equipa do estudo

Pediui às pessoas que se manifestassem também em relação aos problemas concretos que sentem nos seus estabelecimentos.

4ª intervenção

Falou da necessidade de valorização do Património, da relação entre a história e o turismo e da criação de percursos. Referiu que existe uma falta de informação generalizada e que é fundamental colocar informação nas chegadas dos transportes, como estação do comboio e terminal rodoviário. Disse que muita da informação aos visitantes é dada pelos próprios estabelecimentos, e que deve ser feito um esforço no sentido de ser melhorada, não só a informação sobre a cidade de Lagos, como também sobre a envolvente. Referiu em concreto como graves problemas, a falta de sinalética na Ponta da Piedade, a deficiente recolha de lixo na cidade de Lagos e o mau estado em que se encontram as ruas em termos de pavimentações e sinalética.

Filipe Marchand

Referiu que uma intervenção de fundo no espaço público será difícil de realizar, devido às dificuldades económicas, e que muito provavelmente será mais realista pensarmos em reparações de carácter pontual.

5ª intervenção

Referiu que os problemas que tem em concreto nos seus estabelecimentos têm a ver com o barulho que alguns dos seus clientes fazem devido ao consumo de álcool, e que originam queixas da vizinhança.

6ª intervenção

Falou da importância da requalificação dos edifícios, dizendo que “requalificação puxa requalificação”. Disse que é notória em Lagos a quantidade de casas por recuperar e que pequenas reparações podem alterar a imagem da cidade. Falou na publicidade excessiva.

7ª intervenção

Falou da necessidade de embelezamento da Cidade. Referiu que a proliferação de gaiotas é um problema que tem que se resolver, bem como a existência de muitos cães e gatos vadios pela cidade. Falou também da deficiente limpeza urbana.

8ª intervenção

Falou da dificuldade que o visitante tem para conhecer a cidade. Referiu que é muito importante fornecer ao visitante circuitos temáticos (Lagos histórico, Lagos popular, Lagos das praias, Lagos dos arredores, Lagos da arqueologia, Lagos das Murallas, Lagos-Sagres-Aljezur, etc.). Referiu a necessidade do bilhete único para a visita aos equipamentos culturais. Disse que o sucesso do alojamento é “proporcionar a ementa”, no sentido de contribuir para a informação ao visitante. Referiu que muitos empresários utilizam a Câmara como alibi para se demitirem das suas responsabilidades e da sua má oferta turística. Referiu também que os péssimos horários dos comboios e a falta de sensatez das portagens electrónicas são factores muito negativos. Conclui dizendo que é fundamental a informação turística na chegada dos transportes.

9ª intervenção

Referiu que trabalha bem na época baixa e que o maior problema que tem é o barulho na rua, principalmente o que vem do estabelecimento situado frente ao seu, que é um estabelecimento de restauração com licença até às 4 horas da manhã. Disse também que a limpeza urbana é um grande problema da cidade.

10ª intervenção

Referiu que após as 4.00 horas as pessoas não têm para onde ir e fazem barulho na rua. Disse que o “turismo de festa” não vai desaparecer e tem que ser concentrado e controlado.

11ª intervenção

Para a representante deste estabelecimento, o barulho na rua é o maior problema. Outro problema é o da dificuldade de acesso automóvel ao seu estabelecimento. Referiu também a praga que constituem as gaiivotas. Disse ainda que os estabelecimentos situados nas transversais da rua 25 de Abril e Cândido dos Reis têm necessidade de sinalética comercial que lhes dê visibilidade.

12ª intervenção

Falou da necessidade de delimitação das zonas de animação. Disse que o barulho nas ruas é inevitável. Falou da necessidade de revitalização comercial.

CONCLUSÕES

Como principais conclusões diremos que a reunião decorreu num clima de cooperação e colaboração. Logo à partida a generalidade dos presentes aceitou sentar-se “à volta da mesa”.

Os problemas que a maioria dos presentes apontou como grandes problemas da cidade e que afectam directamente a sua actividade foram **_ falta de informação turística, falta de oferta cultural, deficiente gestão e promoção do Património, deficiente limpeza urbana e insegurança nas ruas.**

Como problemas menos consensuais, destacamos o estado dos pavimentos e a proliferação de gaiivotas.

Refira-se também que se notou uma clara clivagem entre os estabelecimentos vocacionados para o “turismo de festa” (expressão dos próprios), vulgo turismo “de pé descalço”, que funciona de forma intensa num curto período do ano, tendo como principais atractivos a praia e o álcool, e os estabelecimentos vocacionados para um turismo mais regular ao longo do ano, com base na oferta cultural, dirigido para pessoas mais idosas. Neste aspecto foi notória a perturbação que os primeiros causam aos segundos.

Ficaram de apresentar por escrito o nome dos seus representantes.

15.00 horas . Reunião com os empresários de estabelecimentos de bebidas

Presentes 25 pessoas

1ª intervenção

No seguimento da polémica criada pela intenção da Câmara em reduzir os horários dos estabelecimentos, os empresários deste sector organizaram-se e têm uma associação em constituição.

Trouxeram para esta reunião um conjunto de propostas já discutidas entre eles e consensualizadas, destacando-se os seguintes pontos:

Têm como objectivo principal “esticar” o seu período anual de actividade de 3 para os 6 meses.

Querem implementar um sistema de visita à cidade e informação sobre eventos com base em aplicação APPS instalada nos telemóveis.

Consideram que a animação de rua se concentra em demasia na Praça Gil Eanes, deixando o resto do centro sem motivos de interesse nesse campo.

Pretendem organizar um festival anual após a festa do “Banho 29” com o objectivo de prolongar a época balnear para o mês de Setembro e início de Outubro.

Referiu a falta de iluminação pública como um dos grandes problemas, que origina muita insegurança nas ruas.

Falou da falta de policiamento e da quantidade de assaltos que ocorrem na zona da Porta dos Quartos, propondo a instalação de um sistema de vigilância vídeo.

Considerou que a pintura de grafitis nos imóveis degradados pode melhorar a imagem da cidade.

Referiu também que a associação defende o alargamento do horário dos estabelecimentos para as 3.00 horas da madrugada e inclusivamente para as 6.00 horas.

Filipe Marchand

Pediu esclarecimentos sobre que tipo de festival propõem.

2ª intervenção

Acha que devem existir normas de insonorização para as habitações, como forma de minimizar o impacto que o ruído na via pública tem sobre os residentes.

Questionou sobre a obrigatoriedade de os proprietários recuperarem os seus imóveis.

Propôs que se coloquem painéis frente aos imóveis degradados para serem pintados por artistas.

3ª intervenção

Falou das excessivas taxas que os empresários pagam e o excessivo rigor com que são fiscalizados.

Propôs que a Câmara incentive os estabelecimentos que se encontram abertos todo o ano através de reduções nas taxas.

Frederico Paula

Esclareceu, com base na legislação em vigor, as obrigações dos proprietários em recuperar os seus imóveis e reduzidas possibilidades que a Câmara tem em os obrigar a tal.

Falou da necessidade de harmonização entre as actividades de lazer e a habitação, como forma de minimizar os problemas, que existem e vão continuar a existir, mas que poderão ser minimizados.

Referiu também que um centro histórico habitado é um factor de garantia de funcionamento dos estabelecimentos todo o ano, com benefícios para aqueles que actualmente apenas funcionam na época alta.

4ª intervenção

Criticou a falta de iluminação pública, aliada à desactivação de alguns candeeiros como forma de poupança de energia.

Falou que essa deficiência é responsável por insegurança e assaltos.

Referiu que se deveriam retomar iniciativas de animação para apoio ao comércio, como a iluminação de Natal e o “comboio das crianças”.

5ª intervenção

Referiu que deveria haver mais comunicação entre a Câmara e os estabelecimentos, considerando que são tratados de “forma agressiva e com o objectivo de caça à multa”.



6ª intervenção

Referiu que os principais problemas dos estabelecimentos de bebidas são a limitação em termos de horários e a falta de segurança que se sente na via pública.

7ª intervenção

Referiu a falta de atendimento qualificado aos turistas em Lagos, principalmente dentro dos próprios estabelecimentos.

Criticou o facto de o arranjo do projecto POLIS Frente Ribeirinha ter ocultado o brasão da cidade com as oliveiras que foram plantadas.

8ª intervenção

Referiu o problema da falta de policiamento como o principal problema de Lagos e sugeriu a colocação de um painel informativo electrónico no centro.

CONCLUSÕES

A reunião decorreu de forma aberta e participada, tendo parte dos presentes aceitado sentar-se à mesa, mas outra parte mostrou-se mais retraída e sentou-se em cadeiras ao longo das paredes da sala. Foi patente a sua organização, determinação e amadurecimento das questões em debate, fruto da anterior experiência de contestação à limitação dos horários de funcionamento.

Os presentes referiram de forma consensual que os principais problemas da cidade de Lagos são a **insegurança e falta de policiamento, a deficiente iluminação pública e as limitações em termos de horários.**

Como problemas também importantes, mas não colocados de forma tão consensual, referiram-se a sazonalidade da sua actividade, os problemas de ruído na via pública, a degradação dos edifícios, a falta de animação e a falta de diálogo com a Câmara.

Irão apresentar por escrito os nomes dos seus representantes.

16.30 horas . Reunião com os empresários de estabelecimentos de restauração

Presentes 26 pessoas

1ª intervenção

Começou por referir que deve existir maior diálogo e apoio por parte da Câmara.

Referiu que o horário para cargas e descargas na Rua 25 de Abril é insuficiente para as suas necessidades.

Falou sobre a burocracia e tempo de demora nos licenciamentos.

2ª intervenção

Teceu grandes críticas à Câmara Municipal, em termos de falta de apoio, falta de diálogo e ingratidão no reconhecimento do trabalho dos proprietários dos restaurantes, que são tratados pelo município como os “maus da fita”.

3ª intervenção

Voltou a falar do problema da iluminação, e referiu que a falta de arborização na cidade lhe confere um aspecto pouco agradável.

Considerou também que a presença de “vagabundos e drogados” no centro e que a falta de limpeza das papeleiras e sacos de lixo pelo chão dão uma péssima imagem de Lagos.

4ª intervenção

Falou sobre a desertificação da cidade, do estado em que se encontram os pavimentos das ruas, da falta de policiamento e da falta de iluminação.

Referiu que existe um excessivo grau de exigência em relação aos restaurantes, mas que se permite a venda ambulante ilegal.

Disse que os restaurantes no Verão não podem ter limitações de horário como têm, porque os clientes jantam tarde e não é possível pô-los na rua à meia-noite.

Falou também do problema que resulta do facto de a lota de Lagos se encontrar encerrada às segundas-feiras.

Referiu ainda a perturbação que os músicos de rua fazem nas esplanadas, impondo a sua presença aos clientes.

5ª intervenção

Insistiu no facto de não existir diálogo entre a Câmara e os empresários da restauração.

6ª intervenção

Falou também da falta de diálogo, da “agressividade dos funcionários da Câmara”, do facto de não existir da parte do Município uma atitude pedagógica e de apoio.

Disse que é muito difícil dialogar com a Câmara, que não existe um interlocutor disponível para os atender, que está à espera de uma reunião há mais de 4 meses, que quando se dirigem aos Paços do Concelho esbarram na burocracia.

7ª intervenção

Falou da falta de policiamento. Disse que a PSP ignora a venda de droga nas esplanadas.

8ª intervenção

Referiu que tem que existir mais diálogo e mais compreensão por parte da Câmara e uma atitude de apoio em relação aos aspectos de não cumprimento das disposições em termos de licenças e não de caça à multa. Considerou que deve existir maior flexibilidade em relação aos horários das esplanadas, criticando a PSP pela sua atitude “arrogante e intransigente”.

Falou também da necessidade de se melhorar o sistema das cargas e descargas aos estabelecimentos.

9ª intervenção

Considerou a limpeza urbana o grande problema da cidade.

Disse também que deve ser melhorado o diálogo com os comerciantes.

10ª intervenção

Acrescentou aos problemas já referidos o da “caça à multa” que a fiscalização da ZEDL faz em relação aos visitantes e a arrogância das pessoas que têm essa função.

CONCLUSÕES

A reunião decorreu de forma um pouco tensa e desconfortável no seu início, tendo os participantes, em conjunto, ocupado os lugares de cadeira situados ao longo da parede da sala, não se sentando à volta da mesa.

O tom geral foi o de crítica em relação à Câmara, sendo comum a todas as intervenções o facto de considerarem que a Autarquia não é um parceiro, mas um adversário. Apesar desta atitude geral, foi patente uma falta de solidariedade entre si, apresentando cada um os seus problemas pessoais, não existindo um “espírito de classe” evidente. Foi também notória uma atitude geral de que nenhum deles tem responsabilidades nos problemas dos seus estabelecimentos, funcionando a Câmara, a PSP, a ASAI ou outras entidades como alibi para tudo aquilo que corre mal.

Em termos de principais problemas referidos, destacaram-se **a falta de diálogo com a Câmara, o problema da iluminação, da insegurança e da limpeza urbana.**

Também mereceram uma referência, se bem que em menor escala, o abuso das actividades não licenciadas na via pública e a questão dos horários de encerramento dos próprios estabelecimentos e das esplanadas.

Indicaram que a ProLagos é o seu representante em futuros contactos no âmbito deste estudo.

CONCLUSÃO FINAL

Como conclusão final, diremos que deveria ser promovida uma reflexão interna no sentido de avaliar a forma como o Município se relaciona com os agentes económicos.

Ficou claro que a mensagem da Câmara não está a passar e que não estão instituídos canais de comunicação que permitam um diálogo aberto e em permanência.

Também é óbvio que a abordagem do Município em termos de fiscalização não está a ser bem aceite, devendo ser avaliada no sentido de funcionar mais como apoio e menos como acção punitiva.

É fundamental que os agentes económicos sejam envolvidos nas iniciativas que a Câmara vier a promover, de modo a vinculá-los com as mesmas e evitar que a Câmara seja o “bode expiatório” de todas as situações negativas.

O arquitecto

Frederico Mendes Paula

ESTUDO GLOBAL DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE LAGOS

VOLUME 1 CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

ANEXOS



